

# REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

NÚMERO – 76



*Raimundo Bastos*

CUIABÁ, DÉCADA DE 20

*À esquerda, junto ao Palácio da Instrução (o edifício neoclássico), a Catedral,  
ainda com uma torre só.*

DOSSIÊ

CONSTRUÇÕES SOBRE O BRASIL  
E/OU MATO GROSSO





**Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**  
**IHGMT**

**Presidente** *President*

João Carlos Vicente Ferreira

**Editor** *Publischer*

Elizabeth Madureira Siqueira

**Conselho Editorial** *Publisher's Council*

Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa  
(UNIVAG/IHGMT)

Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT/IHGMT)

Fernando Tadeu de Miranda Borges

Nileide Souza Dourado (UFMT/IHGMT)

Suíse Monteiro Leon Bordest (UFMT/IHGMT)

Weller Marcos da Silva

**Diretoria 2012-2014**

**Presidente:** João Carlos Vicente Ferreira

**1º Vice-Presidente:** Osmar de Carvalho

**2º Vice-Presidente:** Weller Marcos da Silva

**Secretária Geral:** Nileide Souza Dourado

**2ª Secretária:** Suíse Monteiro Leon Bordest

**1º Tesoureiro:** Fernando Tadeu de Miranda Borges

**2º Tesoureiro:** Alex de Matos

**Conselho Fiscal** *Fiscal's Council*

Benedito Pedro Dorileo

Nilza Queiroz Freire

Vinicius de Carvalho Araújo

**Conselho Consultivo a Científico**

*Consult and Cientific Council*

**História** *History*

Arno Welling (UFRJ/UNIPIO/UGF)

Giovani José da Silva (UNIFAP)

Leandro Mendes Rocha (UFG)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT)

Luiza Rios Ricci Volpato – (USP-SP)

**Geografia** *Geographic*

Cláudio Antônio Di Mauro (UFU)

Eliane Tomiasi Paulino (UEL/PR)

José Borzacchiello da Silva (UFC)

Rosimeire Aparecida de Almeida (UFMS)

Solange Terezinha de Lima Guimarães (UNESP)

**Educação** *Educacion*

Elizabeth Figueiredo Sá (UFMT)

Nicanor Palhares Sá (UFMT)

**Áreas Afins** *Related areas*

Rosemar Eurico Coenga (UNIVAG)

Maria Cristina Theobaldo (UFMT)

**Seções da RIHGMT, 74**

Revista Comemorativa ao Centenário de Rubens de

Mendonça – 1915-2015

**Avaliação Capes:** Qualis B3



# REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

NÚMERO 76

DOSSIÊ

CONSTRUÇÕES SOBRE O BRASIL  
E/OU MATO GROSSO

CUIABÁ  
2015

© Copyright @ 2015 IHGMT  
Os direitos desta edição são reservados ao IHGMT

ISSN 1677-0897

---

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso /  
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. n. 76. Cuiabá, 2015  
253 p.: 15,5 cm.  
Anual  
Inclui bibliografia, Índice e ilustração

CDD 981.72

---

Editora da Revista do IHGMT:

**Elizabeth Madureira Siqueira**

Revisão:

**Conselho Editorial**

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:

**Candida Bitencourt Haesbaert**

Fotos da Capa:

Vistas de Cuiabá na década de 1920. In: *Um Olhar para Cuiabá 1920-1940*. Fotógrafos Raimundo e Cláudio Bastos.

**IHGMT**

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

Rua Barão de Melgaço n. 3.869 (Centro) - Cuiabá, MT – 78050-500

Acesse o Arquivo da Casa Barão de Melgaço: [www//casabarao.com.br](http://casabarao.com.br)

# ÍNDICE

EDITORIAL .....	5
DOSSIÊ - CONSTRUÇÕES SOBRE O BRASIL E/OU MATO GROSSO .....	11
A NAÇÃO INVENTADA PELO VISCONDE DE PORTO SEGURO: OS ENREDOS CRONOLÓGICOS E TEMÁTICOS DA 1ª EDIÇÃO DA HISTÓRIA GERAL DO BRAZIL, DE FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN (1854/1857).....	13
Renilson Rosa Ribeiro	
MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS NOS DISCURSOS DE FRONTEIRA.....	33
Luís César Castrillon Mendes Olga Maria Castrillon-Mendes	
ARTES DE VISITAR: REDES DE SOCIABILIDADES E INSTITUIÇÕES NA VIAGEM DE ROCHA POMBO AO NORTE DO BRASIL .....	51
Alexandra Lima da Silva	
PROTAGONISMO INDÍGENA NA LITERATURA: OUTROS OLHARES SOBRE MATO GROSSO .....	67
Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa Rosemar Eurico Coenga	
DANÇAS, BATUQUES E FESTEJOS SOB O OLHAR DOS MEMORIALISTAS .....	89
Adriane Pesovento	
A INVENÇÃO DA CAPITAL ETERNA: OS DESEJOS DE CUIABÁ PÓS-DIVISÃO DE MATO GROSSO (1977-1985) .....	101
Fernando Tadeu de Miranda Borges Nathália da Costa Amedi	
GERVÁSIO LEITE E A PERSPECTIVA EDUCACIONAL .....	125
Elizabeth Madureira Siqueira	
ARTIGOS.....	137
NOTÍCIAS SOBRE O NEGRO NA IMPRENSA ESCRITA DE MATO GROSSO ENTRE OS SÉCULOS XIX E AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO XX.....	139
Maria de Lourdes Fanaia	
RETÁBULOS DA IGREJA MATRIZ DO SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ – UM PERCURSO NA MEMÓRIA DA CIDADE .....	153
Ana Maria Marques Felipe Honório Correia Ribeiro	
HERMÍNIA TORQUATO DA SILVA: LUTA E PERSISTÊNCIA NO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO .....	169
Nilma da Cunha Godoi Maria Lúcia Rodrigues Müller	
CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO ESTADO DE MATO GROSSO .....	195
CORNÉLIO SILVANO VILARINHO NETO.....	195
A MISSÃO SALESIANA DE MATO GROSSO ATRAVÉS DO BOLETIM SALESIANO (1902 A 1930): LEITURAS DE SI.....	225
João Antonio Botelho Lucidio	
NOTÍCIA – IHGMT E UFMT PROMOVEM CURSO DE EXTENSÃO.....	245
NORMAS DA REVISTA DO IHGMT.....	248

# ÍNDICE

EDITORIAL .....	5
DOSSIER BUILDINGS ON BRAZIL AND/OR MATO GROSSO .....	11
THE INVENTED THE NATION OF VISCOUNT PORTO SEGURO: THE CHRONOLOGICAL AND THEMATIC PLOTS OF THE 1ST EDITION OF HISTORIA GENERAL DO BRAZIL, BY FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN (1854/1857) .....	13
Renilson Rosa Ribeiro	
MEMORIES AND SYMBOLIC REPRESENTATIONS IN BORDER TALKS .....	33
Luis César Castrillon Mendes Olga Maria Castrillon-Mendes	
BUSINESS ARTS: SOCIABILITY NETWORKS AND INSTITUTIONS IN PIGEON ROCK TRIP TO BRAZIL NORTH .....	51
Alexandra Lima da Silva	
INDIGENOUS LEADERSHIP IN LITERATURE: OTHER VIEWS ON MATO GROSSO .....	67
Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa Rosemar Eurico Coenga	
DANCES, DRUMMING AND CELEBRATIONS UNDER THE LOOK OF MEMOIR .....	89
Adriane Pesovento	
THE CAPITAL OF THE INVENTION ETERNAL: THE WISHES OF CUIABÁ POST DIVISION FROM MATO GROSSO STATE (1977-1985) .....	101
Fernando Tadeu de Miranda Borges Nathália da Costa Amedi	
GERVASIO LEITE Y LA PERSPECTIVA EDUCATIVA .....	125
Elizabeth Madureira Siqueira	
MAGAZINS .....	137
NEWS ABOUT THE BLACK IN THE PRESS OF MATO GROSSO BETWEEN THE NINETEENTH AND THE EARLY TWENTIETH CENTURY .....	139
Maria de Lourdes Fanaia	
ALTARPIECES THE GOOD LORD MOTHER CHURCH OF JESUS CUIABÁ - A JOURNEY IN THE CITY OF MEMORY .....	153
Ana Maria Marques Felipe Honório Correia Ribeiro	
HERMINIA TORQUATO DA SILVA: FIGHT AND PERSISTENCE IN TEACHING THE YEAR .....	169
Nilma da Cunha Godoi Maria Lúcia Rodrigues Müller	
MUNICIPALITIES OF CREATION IN THE STATE OF MATO GROSSO .....	195
CORNÉLIO SILVANO VILARINHO NETO .....	195
THE SALESIAN MISSION OF MATO GROSSO THROUGH THE SALESIAN BULLETIN (1902-1930): READINGS THEMSELVES .....	225
João Antonio Botelho Lucidio	
NEWS – IHGMT AND UFMT PROMOTE EXTENSION COURSE .....	245
STANDARDS MAGAZINE IHGMT .....	248

# EDITORIAL

A presente Revista está dividida em 4 partes, a saber: Dossiê, Artigos, Notícia e Normas do periódico, e contou com a colaboração de pesquisadores e estudiosos nacionais e regionais.

A temática privilegiada no Dossiê da Revista do IHGMT 76 – *Construções sobre o Brasil e/ou Mato Grosso* – objetiva analisar as diferentes e diversificadas construções elaboradas pelos estudiosos de diversas áreas do conhecimento sobre o Brasil e/ou Mato Grosso sob um olhar, ou olhares específicos, oportunizando revelar os aspectos privilegiados na (re)construção de um determinado momento e/ou cenário.

Essa temática foi inspirada em artigo de autoria do Prof. Dr. Renilson Rosa Ribeiro, que abriu a possibilidade de se pensar um determinado autor e seu olhar sobre um território, servindo de inspiração para o n. 76 da Revista do IHGMT. Bastante amplo, o dossiê possibilitou transitar por diversos campos do conhecimento – história, geografia, educação, antropologia, arquitetura, jornalismo, literatura, sociologia e outros, contemplando diversificadas formações.

Inaugurando o **Dossiê**, o artigo *A Nação inventada pelo Visconde de Porto Seguro: Os enredos cronológicos e temáticos da 1ª edição da História Geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854/1857)*, de autoria do Prof. Dr. Renilson, remete à construção que esse historiador fez do Brasil do segundo Império, ocasião em que buscou “delimitar a nação como uma entidade unívoca e hegemônica e, mais ainda, como uma necessidade para o futuro da humanidade”. *Memórias e representações simbólicas nos discursos de fronteira*, de autoria de Luís César Castrillon Mendes e Olga Maria Castrillon-Mendes, apontam para as construções relativas à espacialidade da fronteira, com especial menção à fronteira oeste. Para tanto, tomam o “Marco do Jauru, símbolo de um desses tratados; a Rua da Tapagem, uma das inúmeras ruas que nos remetem a episódios da referida guerra e a *Retirada da Laguna*, narrativa que se tornou uma de suas principais referências”. Alexandra Lima da Silva inova o olhar historiográfico ao tomar como objeto analítico o percurso do consagrado Rocha Pombo em suas andanças pelo Brasil, ocasião em que divulgou não só sua obra, mas estimulou a criação de Institutos Históricos em diversas regiões brasileiras. Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa e Rosemar Eurico Coenga, através

dos olhares historiográficos e literários que marcam a formação dos autores, apresentam texto que analisa o livro *Irakisu: o índio criador*, de autoria de René Kithaulu, um indígena Nambiquara. Nele, são sobrelevadas as visões e construções de mundo no interior do rico e significativo universo indígena. Com base nos memorialistas, Adriane Pesovento, toma a visão do português Joaquim Ferreira Moutinho, em sua obra *Notícias sobre a Província de Mato Grosso*, publicada em 1869, com relação às manifestações culturais de Mato Grosso, com especial referência ao batuque. Fernando Tadeu de Miranda Borges e Nathália da Costa Amedi nos brindam com um *A invenção da capital eterna: os desejos de Cuiabá pós-divisão de Mato Grosso (1977-1985)*, texto instigante que discute a reação de Cuiabá após a divisão do estado que, na concepção dos autores, “se viu diante de um grande desafio: encontrar a sua vocação. O objetivo, naquele momento, era abrir caminhos para sair da “estagnação”, do “atraso” e do “isolamento” que parecia viver Mato Grosso e sua capital”. Encerrando o Dossiê, em *Gervásio Leite e a perspectiva educacional*, a autora insere o literato, jurista e estudioso da educação a partir do lugar de onde ele fala, ou seja, no centro do mundo e do Brasil, mesmo analisando o contexto regional de Mato Grosso, o que o torna um diferencial na historiografia da educação mato-grossense.

Seguem-se ao dossiê, os **Artigos**, iniciando com Maria de Lourdes Fanaia que aborda a imprensa mato-grossense dos séculos XIX e início do XX e o tratamento dado ao negro, sob a perspectiva das concepções raciais, biológicas e culturais. Em *Retábulos da Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus De Cuiabá – um percurso na memória da Cidade*, Ana Maria Marques e Felipe Honório Correia Ribeiro analisam o apagamento de parte da memória sacra de Cuiabá, pelo descaso das autoridades para com os retábulos da Matriz, e as implicações políticas que envolveram a demolição da igreja colonial, um patrimônio histórico. A memória de uma importante professora, Hermínia Torquato da Silva, é objeto de estudo de Nilma da Cunha Godoi e Maria Lúcia Rodrigues Müller, sob as perspectivas raciais e de gênero, temáticas que interferiram no percurso profissional dessa docente. Cornélio Silvano Vilarinho Neto analisa, em *Criação de Municípios no Estado de Mato Grosso* na ótica legislativa, tendo por base o seu repertório Federal e estadual, privilegiando seus necessários critérios para criação de municípios, com enfoque para os municípios de Mato Grosso. Encerrando o conjunto dos artigos, João Antonio Botelho Lucidio faz uma interessante reflexão sobre as históricas atuações dos padres da



Missão Salesiana de Mato Grosso, fundada em 1894, tendo por base artigos do *Boletim Salesiano*, periódico de grande circulação nacional e internacional, publicados entre 1902 e 1930.

Fechando a Revista, uma importante **Notícia** sobre a realização do Curso de Extensão, *Panorama da História, Geografia e Cultura de Mato Grosso*, realizado entre 27 de abril a 6 de junho de 2015 (120 horas) e que foi ministrado por pesquisadores renomados, sócios da Instituição e convidados. A certificação respeitou a parceria entre o IHGMT e a UFMT, através do NDIHR.

Encerrando, como de praxe, as **Normas da Revista**.

Almejamos que o leitor possa se enriquecer com os textos. Boa e frutífera leitura.

Comissão Editorial

Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT/IHGMT)

Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (UNIVAG/IHGMT)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT/IHGMT)

Nileide Souza Dourado (UFMT/IHGMT)

Suíse Monteiro Leon Bordest (UFMT/IHGMT)

Weller Marcos da Silva (IHGMT)



# DOSSIÊ

CONSTRUÇÕES SOBRE O BRASIL E/OU MATO GROSSO



# A NAÇÃO INVENTADA PELO VISCONDE DE PORTO SEGURO: OS ENREDOS CRONOLÓGICOS E TEMÁTICOS DA 1<sup>A</sup> EDIÇÃO DA HISTÓRIA GERAL DO BRASIL, DE FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN (1854/1857)

THE INVENTED THE NATION OF VISCONT PORTO  
SEGURO : THE CHRONOLOGICAL AND THEMATIONAL  
PLOTS OF THE 1<sup>ST</sup> EDITION OF “HISTÓRIA GERAL DO  
BRAZIL”, BY FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN  
(1854/1857)

Renilson Rosa Ribeiro<sup>1</sup>

RESUMO: Este artigo desenvolve um estudo sobre a “invenção” da ideia de Brasil Colônia fabricada no Brasil Imperial, a partir da análise da primeira edição da *História geral do Brasil* (1854/1857), escrito pelo historiador-diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) – no contexto de sua atuação junto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), durante processo de produção de uma memória nacional no Segundo Reinado. Neste sentido, procura-se identificar os enredos cronológicos e temáticos, forjados por Varnhagen para sua *História geral*, e atrelá-los à lógica da cultura e da identidade essencializadas e fixas, que buscam delimitar a nação como uma entidade

---

1 Professor adjunto 4 do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Doutor em História Cultural pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Este texto faz parte do terceiro capítulo da pesquisa de doutoramento intitulada “Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade”: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da idéia de Brasil Colônia no Brasil Império, defendida em agosto de 2009, sob a orientação do professor doutor Paulo Celso Miceli, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – a ser lançada em livro pela Editora Entrelinhas, em 2015, com o título O Brasil inventado pelo Visconde de Porto Seguro. E-mail: rrenilson@yahoo.com

unívoca e hegemônica e, mais ainda, como uma necessidade para o futuro da humanidade. Entender os mecanismos como os germens e alicerces da nação foram buscados no passado colonial brasileiro constitui o norte da bússola da navegação pelas seções da *Historia geral do Brazil*. Tentar decifrar este discurso, da fabricação da nação como verdade, passa pela procura das relações de poder e saber que a instituiu por meio da pena do Visconde de Porto Seguro.

**Palavras-chave:** Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nação, Identidade, Brasil - século XIX.

**ABSTRACT:** This paper develops a study on the “invention” of the idea of colonial Brazil manufactured in Brazil Imperial, from the analysis of the first edition of the *Historia geral do Brazil* (1854/1857), wrote by historian-diplomat Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) - in the context of its work with the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) for a national memory production process in the Second Empire.

In this sense, we seek to identify the chronological and thematic plots, forged by Varnhagen for your general history, and harness them to the logic of culture and essentialized and fixed identity, searching to define the nation as a univocal and hegemonic entity and more yet, as a necessity for the future of humanity. Understanding the mechanisms as the germs and the nation’s foundations were searched in the Brazilian colonial past is the northern compass navigation with those of the *Historia geral Brazil*. Trying to decipher this discourse, the manufacture of the nation as truth, passes by demand of power relations and know that instituted by pen Visconde de Porto Seguro.

**Keywords:** Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nation, Identity, Brazil - XIX century.

*Levantar a questão de saber se essas verdades são verdades a serem enunciadas é ser forçado a encarar de frente a verdadeira questão política: a questão, tão velha quanto a filosofia política, de quando devemos endossar a mentira enobrecedora. No mundo real da prática política, das alianças cotidianas e das mobilizações populares, uma rejeição das raças e nações, na teoria, só pode fazer parte do projeto de uma prática política coerente se pudermos mostrar (...) não que a raça e a história nacional são falsidades, mas que elas são, na melhor das hipóteses, falsidades inúteis, ou – na pior, perigosas. Kwame Anthony Appiah, Na Casa de Meu Pai [1997].*

*A nação acata nos filhos, e ainda mais nos netos, os nomes e a sombra, digamos assim, dos indivíduos que lhe deram ilustração e glória, como nós em sociedade veneramos até as suas relíquias; e não só o cadaver, como a espada do heroe que morreu pela independencia da patria; a penna do escriptor que a illustrou pelas letras; o anel do prelado que foi modelo de saber e virtudes. Francisco Adolfo de Varnhagen, Historia geral do Brazil [1854].*

Ao escrever as 54 seções da sua *Historia geral do Brazil*, num total de mais de mil páginas, cujos conteúdos se intercalavam com base na ordem cronológica dos fatos, o diplomata paulista Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), mais tarde conhecido como visconde de Porto Seguro, tinha bem claro qual era a sua missão como historiador. Traçar as tramas do passado colonial era o caminho para explicar e legitimar as ações do seu tempo presente.<sup>2</sup>

Para Temístocles Cezar, a determinação da origem nacional constituía-se, para a geração de Varnhagen, simultaneamente, em um problema teórico e uma aporia. Era um problema teórico porque se precisava das duas questões ao mesmo tempo: quem somos e de onde viemos; uma aporia, pois, “uma e outra deslizavam constantemente para o início da cadeia cognitiva que deveria estabelecer as condições e os limites do debate”. Enquanto a questão quem somos era

[...] vazada por polémicas filosóficas, literárias e pretensamente científicas, que inviabilizam a efetivação de uma proposição definitiva (ou “uma aquisição para sempre”, de acordo com a máxima de Tucídides, modelo de historiador da maior parte desses artesãos da nacionalidade, e mesmo do imperador); a segunda, “de onde

<sup>2</sup> Para conhecer sobre a vida e obra de Varnhagen, (cf. GUIMARÃES, In: MOTTA, 2002, p. 75-96; CEZAR, In: GUIMARÃES, 2006, p. 29-41; 2006; SILVA, 2006; MOLLO, In: COSTA e OLIVEIRA, 2007, p. 99-118; OLIVEIRA, 2007).

viemos”, implicava em procedimentos que justificassem as especulações e mostrassem os caminhos “verdadeiros” da formação do “ser brasileiro”. Em meados do século XIX, parecia difícil aos homens de letras negar a natureza compósita do que viam: uma sociedade efeito da presença e cruzamento do europeu, do africano e do indígena. (CEZAR. In: GUIMARÃES, 2007, p. 29-31).

Diante desses dilemas, Varnhagen se posicionou em defesa da matriz europeia – a portuguesa – como motor civilizatório no processo de formação do Brasil e na construção interpretativa de uma história geral como uma continuidade da história da metrópole. Nas primeiras seções da primeira edição da *Historia geral do Brazil* este posicionamento fica evidente quando inicia sua narrativa com o tema do descobrimento da América Central, destacando os feitos do descobridor Cristóvão Colombo (1.337; 1.448-1506). O nascimento do Brasil estava umbilicalmente ligado a sua mãe-pátria portuguesa, a sua metrópole. Os índios, como parte da flora e fauna da nova terra, apareceriam somente na oitava seção. Para o visconde de Porto Seguro, num primeiro momento, a disposição deste enredo temático e cronológico seria a proposta mais correta para se entender a integração do Brasil na história da humanidade (europeia):

A secção 7.<sup>a</sup>, bem como as tres seguintes poderiam passar ao principio da obra sem prejudicar o arranjo total della. Pareceu-nos porem que com o methodo que nesta edição, pelo menos, adoptamos, a ligamos melhor á historia da humanidade em geral, na qual a do nosso paiz há-de um dia vir a figurar. (VARNHAGEN, 1854, nota de fim 44 – p. 446).

A proposta de Varnhagen se diferenciava, neste ponto, da monografia premiada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) sobre como deveria ser escrita a história do Brasil, de autoria do naturalista bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). O seu plano definia a pesquisa da história da nação recém-independente em quatro grandes temas: 1. *Idéas gerais sobre a historia do Brasil*; 2. *Os índios (a raça côr de cobre) e sua historia como parte da Historia do Brasil*; 3. *Os portugueses e a sua parte na Historia do Brasil*; 4. *A raça Africana em suas relações para com a historia do Brasil*.<sup>3</sup> Pela ordem estabelecida por von Martius, os índios teriam chegado antes das embarcações portuguesas aportarem nessas terras tropicais:

---

3 Para saber sobre a proposta de von Martius e sua trajetória intelectual, cf. KODAMA, 2005.



Qualquer que se encarregar de escrever a Historia do Brasil, paiz que tanto promette, jamais deverá perder de vista quaes os elementos que ahi concorrerão para o desenvolvimento do homem.

São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para formação do homem convergido de um modo particular tres raças: a de côr de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e emfim a preta ou ethiopica. Do encontro, da mescla, das ralações mutuas e mudanças d'essas tres raças, formou-se a actual população, cuja historia por isso mesmo tem um cunho muito particular.

Póde-se dizer que a cada uma das raças humanas compete, segundo a sua índole innata, segundo as circumstancias debaixo das quaes ella vive e se desenvolve, um movimento histórico característico e particular. Portanto, vendo nós um povo novo nascer e desenvolver-se da reunião e contacto de tão differentes raças humanas, podemos avançar que a sua historia se deverá desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonais. (MARTIUS, 1844, p. 389-390).

Embora dialogasse com a proposta do naturalista, Varnhagen fez uma opção cronológica ao invés de temática para o desenvolvimento da sua narrativa, e apresentou os indígenas somente a partir da oitava seção. Num aspecto em particular, dentre outros, von Martius e Varnhagen apresentavam uma posição de consenso – era quanto ao papel do português no processo de formação da sociedade brasileira:

Cada uma das particularidades physicas e moraes, que distinguem as diversas raças, offerece a este respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influencia para o desenvolvimento comum, quanto maior fôr a energia, numero e dignidade da sociedade de cada uma d'essas raças. D'isso necessariamente se segue o portuguez, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influiu n'aquelle desenvolvimento; o portuguez, que deu as condições e garantias moraes e physicas para um reino independente; que o portuguez se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. [...]

Jámais nos será permittido duvidar que a vontade da providencia predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluentes das raças India e Ethiopica. (MARTIUS, 1844, p. 390-391).

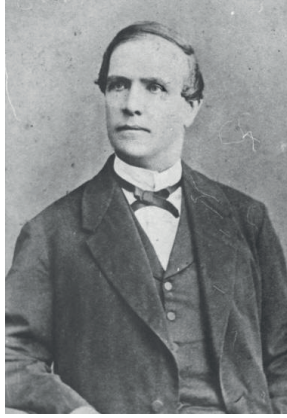
Claro está que, se o elemento europeu é o que essencialmente constitue a nacionalidade actual, e com mais razão (pela vinda de novos colonos da Europa) constituirá futura, é com esse elemento cristão e civilizador que principalmente devem andar abraçadas as antigas glórias da pátria, e por conseguinte a historia nacional. Abrace embora exclusivamente os Africanos e a sua causa o historiador do captivo, impiamente importado, desses infelizes; abraça ainda mais ternamente os Indios, e defenda, com o hallucinado P. Las Casas, a resistencia que opposeram e opõem a libertar-se da escravidão da anthropophagia selvagem, em que jaziam e jazem, o historiador dos Indios; -- a historia da actual nação, -- a historia *geral da civilização* do Brasil, deixaria de ser logica com o seu proprio titulo, desde que aberrasse de symphatisar mais com o elemento principalmente civilizador. (VARNHAGEN, 1857, p. XXV).

Definida sua rota de viagem, tomando Portugal como ponto de partida para a história do Brasil, Varnhagen lançou as velas ao mar para forjar a sua epopéia, fazendo a invocação do passado glorioso da pátria que escolhera para se abrigar. De acordo com Arno Wehling, Varnhagen foi sem de sombra dúvidas um coerente lusitanófilo no quadro geral do processo civilizador, uma vez que a obra portuguesa fora responsável pela extensão territorial do país e pela sua unidade política. As situações e fatos que favoreceriam ou prejudicavam essas características – as quais viabilizariam o Brasil independente do século XIX – foram devidamente avaliados e apresentados quando da narração dos acontecimentos. (WEHLING, 1999, p. 187).

Escrever a história do Império do Brasil era imortalizar o reinado de seu soberano D. Pedro II, a quem dedicou sua *Historia geral do Brazil*. Ele cumpria, por este raciocínio, a missão do IHGB e do Império – “fomentar o estudo da Patria Historia, tão importante ao esplendor da Nação, á instrucção comum e ao bom governo do paiz” (VARNHAGEN, 1854, dedicatória).<sup>4</sup>

---

4 Sobre a relação entre o poder imperial, o IHGB e escrita da história no Brasil do século XIX, cf. GUIMARÃES, 1988, p. 5-27.



Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro (1816-1878).  
Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional

Sob o majestoso manto do Imperador, Varnhagen desejava encontrar a proteção e o reconhecimento da casa da memória nacional, bem como do Estado imperial do qual fazia parte como diplomata:

O autor do presente ensaio de uma compendiosa HISTORIA GERAL DO BRAZIL, votada áquella associação, de que faz parte, e a cujas publicações e impulso tanto deve, beija pois reverentemente com o mais espontaneo fervor a Mão do Sabio Imperante, que protegeu tambem esta obra, não só Protegendo o mesmo Instituto, senão Favorecendo e Estimulando o autor della com Regia Munificencia.

SENHOR! Ao alistar-me em último logar entre os chronistas da Terra de Santa Cruz, afanei-me por estremar patrioticamente os factos mais importantes, e por os referir com a maior imparcialidade; e a tal respeito a voz da consciencia não me accusa mínimo escrupulo. E Dignando-se Vossa Magestade Imperial acolher benignamente este trabalho, que, apesar das suas irregularidades e rudeza que a lima do tempo irá afeiçoando, ousei dedicar a Vossa Magestade Imperial, desvaneço-me a publicar que ao Seu Glorioso Reinado, eminentemente organisador como a seu tempo dirá friamente a Historia, devi todos os elementos para ele. (VARNHAGEN, 1854, dedicatória).

Antes de apresentar os eixos conceituais que balizaram a análise dos enredos temáticos da *Historia geral do Brazil*, a dedicatória de Varnhagen carece de algumas ponderações acerca da forte marca do tempo saquarema na sua construção.

Primeiro ponto: o historiador sorocabano apresentou a sua obra máxima dentro da cronologia do Brasil após as turbulências do período regencial, responsável pela fragilidade do Império nascente. *A Historia geral do Brazil* seria o fruto dos anos de estabilidade e paz promovidos pelo reinado de D. Pedro II, assim como o discurso ordenador que estabeleceria a ordem da marcha temporal desde os tempos coloniais até aquele momento tido como sublime da história da nação. Havia de imediato um comprometimento da ordenação do passado com o próprio tempo do historiador, o da sua experiência vivida e compartilhada.

Segundo ponto: por ser um dos instrumentos ordenadores do tempo e da ordem, a *Historia geral do Brazil* como definidora das origens e da instituição da sociedade apresentava o compromisso de relatar seu desenvolvimento como uma possibilidade de conservação ou transformação. Ela seria conservação na medida em que pregava a continuidade da herança portuguesa (a metrópole) no presente da nação brasileira (antiga colônia), manifesta na própria sucessão do trono; transformação a partir do momento que rompia com as fissuras latentes dos tempos das rebeliões regenciais.

Para Varnhagen, as turbulências dos farrapos e cabanos, a semelhança dos movimentos de emancipação dos mineiros, baianos e pernambucanos que ocorreram nas vésperas da independência, só poderiam constituir narrativas de períodos de crise, sujeitos à censura, ao silêncio ou ao esquecimento. Estes movimentos de fragmentação eram interpretados pela lógica do tempo saquarema, do qual o visconde de Porto Seguro influenciara e era influenciado, como um entrave à ordem e à centralização do Estado imperial. Segundo Ilmar Rohloff de Mattos, para os saquaremas a preservação da ordem e a difusão de uma civilização emergiam como objetivos fundamentais:

[...] eram também os meios pelos quais empreendiam a construção de um Estado e possibilitavam a constituição de uma classe. Por sua vez, e de modo necessariamente complementar, a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial tornavam-se não apenas os resultados de uma intenção traduzida em ação, mas também os requisitos que asseguravam a ordem e difundiam a civilização. (MATTOS, 1989, p. 166).<sup>5</sup>

Nesse contexto, a manutenção de uma ordem para os saquaremas não significava apenas prevenir ou conter os diferentes crimes,

---

5 Cf. também MATTOS, 2004.

reprimir os levantes urbanos, silenciar as lutas pela posse da terra, combater as revoltas escravas ou destruir quilombos, mas também procurava “conhecer a população do Império, sua distribuição e ocupação, vigiando aqueles que eram sempre vistos como vadios e desordeiros”. A tarefa de preservar a ordem

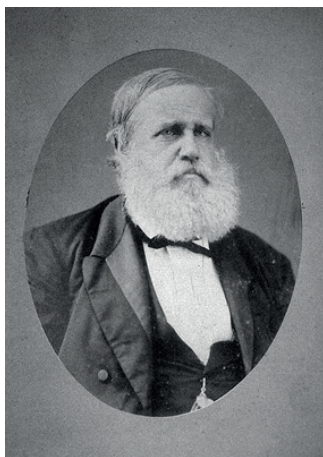
[...] significava, efetivamente, garantir a continuidade das relações entre senhores e escravos, da casa-grande e da senzala, dos sobrados e dos mocambos; do monopólio da terra pela minoria privilegiada que deitava suas raízes na Colônia e no tempo da corte portuguesa no Rio de Janeiro; das condições que geravam a massa de homens livres e pobres, reforçadores do monopólio da violência pelos senhores rurais ou agregados às famílias urbanas. Significava ainda garantir a reprodução das relações com o mundo exterior, capitalista e civilizado, por meio da prevalência da coroa, propiciadora da associação estreita entre negócios e política e da dominância do capital mercantil. Significava ainda mais: o monopólio da responsabilidade pelo soberano, exercido por meio dos políticos imperiais. Significava também preservar a integridade territorial do Império, embora preservando as diversas regiões e a preponderância da região de agricultura mercantil-escravista, e dentro desta a prevalência do “Sul”, polarizado pela corte, depositária dos olhos vigilantes do soberano. Significava, no fundo e no essencial, reproduzir os “três mundos” do Império do Brasil, a hierarquia entre eles e no interior de cada qual, timbrando não só a diferença entre pessoas e coisas - isto é, os escravos -, mas também entre as próprias pessoas - o povo e a plebe -, de tal forma que o “lugar” de cada um se definia pelos nexos pessoais que conseguia construir e ter, tanto com aqueles que se situavam imediatamente “acima” quanto com os que vinham “abaixo”. (MATTO, 1989, p. 166).

Por esta razão, a escrita da sua *Historia geral* só seria possível à luz das benesses do reinado de D. Pedro II – pelo estabelecimento da ordem e do poder centralizador, elementos fundamentais para o processo civilizatório brasileiro. Na dedicatória, Varnhagen evidencia tal interpretação quando formulou que na narrativa do passado colonial encontraria as bases para a explicação do presente, da verdade do Segundo Reinado, pois para “o mais humilde e leal súdito” o Império era uma realidade inquestionável e inevitável. O futuro da nação coroada estava definido pelo seu passado e presente.

Numa articulação semelhante à elaborada até aqui, Arno Wehling observou que no diagnóstico do Visconde de Porto Seguro, assim como dos letrados reunidos no IHGB, nos anos 1840 e 1850,

[...] parecia evidente que a consciência nacional não era algo solidamente estabelecido. A secessão provincial nas regências, o afastamento geográfico, a existência de indígenas e escravos eram fatores intranquilizadores para este ponto de vista. Cabia, assim, à intelectualidade promover, por meio dos estudos históricos, o desenvolvimento desta consciência, tornando-se um acelerador da história. (WEHLING, 1999, p. 112).

Essas considerações a partir da dedicatória à figura de D. Pedro II na *Historia geral do Brazil* permitem traçar com maior clareza os contornos da arquitetura cronológica e temática da sua narrativa, amparados nas articulações entre os conceitos fixos e essencializantes de cultura e identidade.<sup>6</sup>



D. Pedro II (foto), cerca de 1870, de Militão Augusto de Azevedo (1837-1905).

Fonte: Acervo do Museu Paulista

Traçar os enredos da escrita da história nacional, forjadas pela pena de Varnhagen, nesse exercício desconstrucionista permite que se reconheçam os significados políticos presentes na forma como são inventadas as tradições e se invoca o passado. Segundo Stuart Hall, o passado continua a falar com o mundo contemporâneo, mas já não o faz como um mero passado factual que se dirige aos leitores nos

<sup>6</sup> De acordo com Paul Gilroy, ao se considerar o poder das raízes e do enraizamento como base da identidade, deparava-se “com invocações de organicidade que forjaram uma conexão incômoda entre os domínios conflitantes da natureza e da cultura. Elas fizeram com que a nação e a cidadania parecessem ser fenômenos naturais em vez de sociais – como que expressões espontâneas de uma distinção palpável numa harmonia interna profunda entre o povo e seus lugares de moradia” (GILROY, 2007, p. 154).

manuais e compêndios, pois a relação com ele, como a de um filho com a sua mãe, “é sempre já ‘depois da separação’”. O passado, embora encoberto pelo discurso da imparcialidade e da verdade, como defendeu Varnhagen na sua dedicatória ao monarca,

[...] é construído sempre por intermédio de memória, fantasia, narrativa e mito. As identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação e sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Não uma essência, mas um posicionamento. Onde haver sempre uma política de identidade, uma política de posição, que não conta com nenhuma garantia absoluta numa ‘lei de origem’ sem problemas, transcendental. (HALL, 1996, p. 70).

Com base nesta afirmação, pode-se deduzir que a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente como se configura nas páginas da *Historia geral do Brazil*, bem como em outras obras dos intérpretes do Brasil ao longo da primeira metade do século XX, seria uma fantasia ou invenção. Embora acreditasse que estivesse realmente descrevendo o passado nacional como de fato aconteceu, Varnhagen estava o inventando discursivamente com base no arranjo das fontes e na concepção almejada de história e de nação.<sup>7</sup>

O visconde de Porto Seguro como um indivíduo da modernidade, em pleno século da História, acreditava no ideal nacional. Não conseguia conceber o mundo sem o Estado-nação. Sem este sentimento de identificação nacional, assim como seus contemporâneos, vivenciaria um profundo sentimento de perda subjetiva – de deslocamento.<sup>8</sup> Era um sujeito essencialmente territorializado, marcado pela sina da quimera da origem e da tradição. Essas marcas podem ser vislumbradas no seu apego às tradições aristocráticas, base para a consolidação de uma nação:

Entretanto por mais que correm os seculos, não ha paiz, embora blazone de mui republicano, que não aprecie sua aristocracia; isto é a nobreza hereditaria; -- sendo que a tradição das famílias vem

7 De acordo com Stuart Hall, as culturas nacionais no mundo moderno se constituíram em uma das fontes primordiais da identidade cultural. As identidades não estariam inscritas nos genes, embora se pensasse que se fossem parte da natureza essencial (HALL, 2006, p. 47).

8 Ao abordar esta obsessão pela identidade nacional por parte da modernidade, Ernest Gellner teceu as seguintes considerações: “A idéia de um homem sem uma nação parece impor uma (grande) tensão à imaginação moderna. Um homem deve ter uma nacionalidade, assim como deve ter um nariz e duas orelhas. Tudo isso parece óbvio, embora, sinto, não seja verdade. Mais que isso viesse a parecer tão obviamente verdadeiro é, de fato, um aspecto, talvez o mais central, do problema do nacionalismo. Ter uma nação não é um atributo inerente da humanidade, mas aparece, agora, como tal” (GELLNER, 1993, p. 06).

com o andar do tempo a constituir a historia da pátria. A nação acata nos filhos, e ainda mais nos netos, os nomes e a sombra, digamos assim, dos individuos que lhe deram illustração e glória, como nós em sociedade veneramos até as suas reliquias; e não só o cadaver, como a espada do heroe que morreu pela independencia da patria; a penna do escriptor que a illustrou pelas letras; o anel do prelado que foi modelo de saber e virtudes. A além de quê, a experiencia prova que as aristocracias, sustentáculos dos thronos, são ao mesmo tempo a mais segura barreira contra as invasões e despotismos do poder, e contra os transbordamentos tyranicos e intolerantes das democracias. (VARNHAGEN, 1954, p. 79-80).

Afirmações como estas ao longo da *Historia geral do Brazil* e também em outros escritos do autor têm apontado para o fato de que a consolidação estatal da nação era a sua obsessão. O Estado-nação era prioridade e o povo assumiria papel secundário em sua narrativa:

O Estado forte, maior do que a sociedade, criador da nação e aperfeiçoador pedagógico e étnico do povo – eis o ideal de Varnhagen. Tudo o mais – representação, funções estatais, relações internacionais, formas de governo – cede o passo ao objetivo maior de um *Estado regenerador*. Tudo o que destoia deste padrão unitário, ou que o ameaça, é condenado: os indígenas que, no interior, não se submetem à lei do Estado; o tráfico, porque introduz uma população estranha à comunidade luso-brasileira (a condenação não se faz em nome de direitos civis, filantropia ou do protagonismo dos economistas); o poder político da grande propriedade, aqueles a que se referia como os “mandões” do interior, porque diluíam a autoridade central; a liberdade da Igreja, porque comprometia o regalismo. (WEHLING, 1999, p. 91).

Na análise da justificativa de sua *Historia geral do Brazil*, bem como da própria narrativa, pode-se identificar indícios de uma história jupiteriana, ou seja, uma história da soberania, uma história que se desenvolveria na dimensão e na função da soberania. Segundo Michel Foucault,

O discurso histórico, o discurso dos historiadores, essa prática que consiste em narrar a história permaneceu por muito tempo o que ela era de certo na Antiguidade e o que era ainda na Idade Média: ela permaneceu por muito tempo aparentada com os rituais de poder. Parece-me que se pode compreender o discurso do



historiador como uma espécie de cerimônia, falada ou escrita, que deve produzir na realidade uma justificação do poder e, ao mesmo tempo, um fortalecimento desse poder. Parece-me também que a função tradicional da história, desde os primeiros analistas romanos até tarde na Idade Média, e talvez no século XVII e mais tardiamente ainda, foi a de expressar o direito do poder e de intensificar seu brilho. Duplo papel: de uma parte, ao narrar a história, a história dos reis, dos poderosos, dos soberanos e de suas vitórias (ou, eventualmente, de suas derrotas provisórias, trata-se de vincular juridicamente os homens ao poder mediante a continuidade da lei, que se faz aparecer no interior desse poder e em seu funcionamento; de vincular, pois, juridicamente os homens à continuidade do poder e mediante a continuidade do poder. De outra parte, trata-se também de fasciná-lo pela intensidade, apenas suportável, da glória, de seus exemplos e de suas façanhas. (FOUCAULT, 1999, p. 76-77).

A presença desta tradição de escrita da história em Varnhagen, que remontaria aos pensadores romanos, pode ser vislumbrada na presença de recursos retóricos na sua construção discursiva da história da nação. Para Laura Nogueira Oliveira, dentre as prescrições estabelecidas pelo visconde de Porto Seguro para o ofício do historiador estavam três identidades: o erudito, o filósofo e o literato.<sup>9</sup>

Ao analisar a identidade do historiador como filósofo sob a perspectiva varnhageniana, a autora mostraria a influência dos pensadores da Antiguidade na concepção de história de Varnhagen. Como historiador-filósofo, ele defenderia que se buscasse “no passado as ações dignas de serem louvadas e eternizadas; ao mesmo tempo, a história castigaria os maus, eternizando a sua desonra” (OLIVEIRA, 2007, p. 20).<sup>10</sup>

Neste sentido, a história seria a *mestra da vida* por oferecer lições de virtude e incentivar sua imitação e emulação. Em suas cartas, memórias, prefácios e livros, Varnhagen reforçava a idéia da história como luz, pois, “ao iluminar o passado e clarear o caminho percorrido pelos homens, era capaz de apontar rumos e guiar os homens no presente” (OLIVEIRA, 2007, p. 57). Para Laura Nogueira Oliveira, Varnhagen abordava temáticas caras aos antigos:

9 Cf. OLIVEIRA, 2007. Estas reflexões foram elaboradas pela autora a partir da análise do ensaio Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil, de Varnhagen, escrito em 1852.

10 Para uma análise sobre a formação intelectual de Varnhagen, cf. também SILVA, 2006.

[...] a função moral da história e o incentivo à imitação e à emulação, a convicção de ser necessário escrever uma história imparcial, capaz de premiar e de vilipendiar, a certeza de que escrevia a verdade histórica e a esperança de se alcançar a eternidade graças à obra que se edificava. Esses pressupostos, por sua vez, recebiam o aval de contemporâneos que reconheciam nele a competência para escrever uma história segundo aquelas finalidades. A relação com o pensamento clássico também pode ser constatada em várias passagens da HGB [*Historia geral do Brasil*], nas quais Varnhagen faz referência a autores como Cícero, Heródoto, Strabo, Tácito, ou em que o autor recomendava que se buscassem informações na *Ilíada*. (OLIVEIRA, 2007, p. 67).

Por acreditar nesta concepção de história, Varnhagen esperava que sua *Historia geral do Brasil* fosse útil não somente para os da sua época, mas também para a preservação da memória do legado da monarquia brasileira – da história dos reis, da soberania, como diria Michel Foucault, e do legado de seu ofício como historiador para a posteridade.

Para se compreender as representações da formação da nacionalidade brasileira, produzidas por Varnhagen na sua *Historia geral do Brasil*, perseguiu-se a seguinte questão apresentada por Stuart Hall, com base nas afirmações de Homi Bhabha: *Como é contada a narrativa da nação ou da cultura nacional?*<sup>11</sup>

Diante das possíveis respostas a esta pergunta-problema, optou-se pela apropriação de cinco elementos principais constituidores da narrativa da nação ou da cultura nacional eleitas por Stuart Hall para se pensar o caso Varnhagen e a escrita da história do Brasil: 1. *Origens* – O Descobrimento do Brasil; 2. *Povo* – Índios, Negros e Portugueses; 3. *Mito fundacional* – Invasões Holandesas; 4. *Continuidades* – Independência do Brasil; 5. *Invenção da tradição* – o fardo do legado de uma *história geral* (HALL, 2006, p. 52-56).

Essas temáticas varnhagenianas se articularam conceitualmente com os elementos formadores da narrativa da nação, servindo de ferramenta analítica para o desenvolvimento dos argumentos desta análise. A intenção era entender como no processo da escrita Varnhagen manipulou esses elementos mediados pelo impulso de unificação, existente no cerne das culturas nacionais.

11 Para Homi Bhabha, “as nações tais como as narrativas, perdem suas origens nos mitos do tempo e efetivam plenamente seus horizontes apenas nos olhos da mente” (BHABHA, 1990, p. 1).

Para Stuart Hall, o discurso da cultura nacional seria responsável pela construção de identidades que seriam colocadas, de maneira ambígua, entre o passado e o futuro. Ele se equilibraria

[...] entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade. As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele “tempo perdido”, quando a nação era “grande”, são tentadas a restaurar identidades passadas. Este constitui o elemento regressivo, anacrônico, da estória da cultura nacional. Mas freqüentemente esse mesmo retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as “pessoas” para que purifiquem suas fileiras, para que expulsem os “outros” que ameaçam sua identidade e para que se preparem para uma nova marcha para a frente. (HALL, 2006, p. 56).

Feita a eleição dos enredos temáticos, os próximos movimentos se concentraram no entendimento de como o visconde de Porto Seguro os agenciou na escritura da sua *Historia geral do Brazil*, tendo em vista o projeto do IHGB e do Império de construção do passado desejado – aquele que forjasse os sentimentos de lealdade, unidade e identificação simbólica. O *Brasil Colônia* como lugar do discurso representaria o cenário ideal para a elaboração de uma nova experiência do tempo.<sup>12</sup>

Esse era o desafio-limite da geração saquarema, escrever uma história que organizasse o tempo da nação a partir do evento da Independência, seja como ruptura, seja como continuidade. Era a sina dos homens do tempo de Varnhagen “erguer à glória um monumento que lhe faltava”, e do qual emanaria elevada honra aos que reunidos no IHGB oferecessem “às vistas da nação como opífices do majestoso edifício da nossa história” (BARBOZA, 1839, p. 15).<sup>13</sup>

12 Para Valdeci Lopes de Araujo, a experiência do tempo não foi sempre a mesma, cada época forjou modos peculiares de relacionamento com essa dimensão central da existência humana. A formação do conceito moderno de história no Brasil teve seu começo a partir do processo geral de historicização da realidade que havia eclodido com os eventos que culminaram na Independência política em 1822: “A Independência do Brasil enquanto Império separado do Reino de Portugal – e sua constituição como Estado nacional moderno – representou o desafio-limite para o quadro conceitual herdado do século XVIII luso-brasileiro. A constituição de um novo corpo político exigiu operações conceituais que dimensionassem o tipo de relacionamento com o tempo que a criação de uma individualidade histórica requeria” (ARAÚJO, 2008, p. 20).

13 Cabe lembrar que “a aceleração do tempo e a consciência do tempo presente têm como consequência direta uma aguda percepção da finitude, seja individual, geracional ou coletiva. Essa percepção explicaria a obsessão pelas ruínas e pelos monumentos do passado como um dos efeitos dessa consciência da finitude. Por isso, ao lado das demandas por sentido e direção, de maneira complementar, a preocupação com a história também assumia a função de registro monumental do presente, ou seja, de memória. O projeto da História Geral do Brasil, tal como debatido no IHGB, culminava estas duas demandas: sentido e monumentalização” (ARAÚJO, 2008, p. 187-188).

No encerramento da primeira seção da sua *Historia geral do Brazil*, Varnhagen arrogava para si a missão patriótica de elevação da obra-monumento, uma nova certidão de nascimento para o Brasil, nação-filha da mãe-pátria Portugal:

De mui tenros annos levantámos a essa ardua tarefa nosso pensamento, desejosos de prestar este serviço ao paiz em que nascemos. Começamos por colligir notas e documentos; trabalho ímprobo que nos consummiu muitos annos; mas que era indispensavel para se apurar a verdade em muitos factos, desconhecidos uns, outros transtornados ou offuscados pelo tempo. A' medida que avançavam proficuamente nossas pesquisas, que encontravamos novos materiais para o projectado edificio, cobravamos maiores receios, ao conhecer que o mesmo edificio reclamava de dia para dia mais habil architecto; pois que, sem alargar as proporções nem perder de vista a indispensavel condição da unidade, convinha aproveitar bem a crescente profusão dos materiaes, e sobretudo ligal-os com não inadequado cimento. Ao antigo projecto cheio de fé e de esperanças, como todos os projectos da mocidade, seguia-se o desanimo e o abandono de tudo, quando impulso mais poderoso veio suster nossas locubrações. (VARNHAGEN, 1854, p. 10-11).

Erigido o livro-monumento, coube a tarefa de vasculhar seus alicerces e armações, identificando seus traçados e contornos. Neste sentido, não houve neste estudo a preocupação de se fazer o esforço de separar afirmações sobre a realidade das asserções acerca de como deveria ser a realidade. Tal recusa de se pensar dentro desta lógica foi explicitada da seguinte maneira por Tomaz Tadeu da Silva:

Da perspectiva da noção de discurso, estamos dispensados dessa operação, na medida em que tanto supostas asserções sobre a realidade quanto asserções sobre como a realidade deveria ser têm ‘efeitos de verdade’ similares. Para dizer de outra forma, supostas asserções sobre a realidade acabam funcionando como se fossem asserções sobre como a realidade deveria ser. Eles têm o mesmo efeito: o de fazer com que a realidade se torne o que elas dizem que é ou deveria ser. (SILVA, 2001, p. 13).

Não se buscou neste ensaio sobre dos enredos temáticos e cronológicos da *Historia geral do Brazil* a definição da verdadeira identidade do Brasil e do ser brasileiro pela sua celebração ou contestação. Não se desejou vislumbrar a identidade autêntica da nação nas entrelinhas

da obra-monumento do visconde de Porto Seguro. Denunciar os estereótipos e preconceitos presentes em suas páginas seria limitar o debate ao campo do jogo das identidades, reafirmando rótulos e juízos de valores consagrados pela chamada história das idéias no Brasil sobre o historiador sorocabano.

\* \* \*

As tramas desta pesquisa procuraram atrelar os enredos temáticos e cronológicos, forjados por Varnhagen para sua história geral, à lógica da cultura e da identidade essencializadas e fixas, que buscam delimitar a nação como uma entidade unívoca e hegemônica e, mais ainda, como uma necessidade para o futuro da humanidade. Entender os mecanismos como os gergens e alicerces da nação foram buscados no passado colonial brasileiro constitui o norte da bússola da navegação pelas seções da *Historia geral do Brazil*. Tentar decifrar este discurso, da fabricação da nação como verdade, passa pela procura das relações de poder e saber que a instituiu por meio da pena do Visconde de Porto Seguro.<sup>14</sup>

Na esteira do que propôs Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2001, p. 22), o que se desejou estudar foi como se constituiu “um arquivo de imagens e enunciados”, um “estoque de fontes de verdades” sobre o Brasil do tempo de Varnhagen a partir da evocação, ou melhor, invenção discursiva do seu passado colonial.

Em síntese, fez-se a história da emergência de um objeto de saber – de um tempo e de um espaço de poder: o passado colonial brasileiro. O passado definiria o campo de atuação de um saber – a história; o colonial marcaria uma temporalidade; e o adjetivo brasileiro desenharia um território – o corpo da nação. Na confluência destes elementos o povo e seus feitos entrariam em cena na trajetória linear rumo à nação independente, aquela do presente do seu artífice.

---

14 De acordo com Michel Foucault, a vontade de verdade, como outros sistemas de exclusão, presente na ordem dos discursos, “apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. Recordemos aqui, apenas a título simbólico, o velho princípio grego: que a aritmética pode bem ser o assunto das cidades democráticas, pois ela ensina as relações de igualdade, mas somente a geometria deve ser ensinada nas oligarquias, pois demonstra as proporções na desigualdade. Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apontada sobre um suporte e uma distribuição tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro”. (FOUCAULT, 2002: 17-18).

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2. ed. Recife: FJN; Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.
- APPIAH, K. A. *Na Casa de Meu Pai – A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ARAÚJO, V. L. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- BARBOSA, J. C. Discurso do Primeiro Secretário Perpétuo do Instituto. *RIHGB*. Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 9-17.
- BHABHA, H. (Org.). *Nation and narration*. Londres: Routledge, 1990.
- CEZAR, T. A. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis, in: GUIMARÃES, M. L. S. (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 29-41.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GELLNER, E. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GILROY, P. *Entre campos: nações, culturas e fascínio da raça*. São Paulo: Annablume, 2007.
- GUIMARÃES, L. M. P. Francisco Adolfo de Varnhagen – *Historia geral do Brasil*. In: MOTTA, L. D. (Org.). *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico, 2. 2 ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2002, p. 75-96.
- GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.
- \_\_\_\_\_. Identidade Cultural e Diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 24, 1996, p. 68-75.
- KODAMA, K. *Os filhos das brenbas e o Império do Brasil: A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- MATOS, I. R. Do Império à República. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989, p. 163-171.
- \_\_\_\_\_. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARTIUS, K. F. P. von. Como se deve escrever a história do Brasil. *RIHGB*. Rio de Janeiro, tomo 6, 1844, p. 389-390.

MOLLO, H. M. História Geral do Brasil: entre o espaço e o tempo. In: COSTA, W. P. e OLIVEIRA, C. H. de S. (Orgs.). *De um império ao outro*: Estudo sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2007, p. 99-118.

OLIVEIRA, L. N. *A palavra empenhada*: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

RIBEIRO, R. R. “*Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade*”: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SILVA, T. T. Q. *A escrita da tradição*: a invenção historiográfica na obra *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolpho de Varnhagen (1854-1857). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade*: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VARNHAGEN, F. A. *Historia geral Brazil*. t. I. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854.

\_\_\_\_\_. *Historia geral Brazil*. t. II. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1857.

WEHLING, A. *Estado, história, memória*: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.





# MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS NOS DISCURSOS DE FRONTEIRA<sup>1</sup>

MEMORIES AND SYMBOLIC REPRESENTATIONS  
IN BORDER TALKS

Luís César Castrillon Mendes <sup>2</sup>

Olga Maria Castrillon-Mendes<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este texto objetiva analisar um lugar social: a *Fronteira Oeste*, no contexto das demarcações dos limites territoriais, por parte da Coroa lusitana, junto aos vizinhos espanhóis, a partir da segunda metade do século XVIII. Pretende-se também fazer algumas considerações acerca do conflito armado que envolveu a Tríplice Aliança e a República do Paraguai (1864-70). Para tal *Operação Historiográfica*, que, para efeitos destas reflexões, pode ser vista também como literária, selecionamos como fio condutor, três objetos históricos: o Marco do Jauru, símbolo de um desses tratados; a Rua da Tapagem, uma das inúmeras ruas que nos remetem a episódios da referida guerra e a *Retirada da Laguna*, narrativa que se tornou uma de suas principais referências.

**Palavras-chave:** Memória. Narrativa. Representações. Fronteira

**ABSTRACT:** This essay is to analyze a social place: The West Frontier, in the context of boundaries demarcation within the Portuguese Crown, and the Spanish neighbors, from the second half of the eighteenth century on. We also aim to set some considerations about the armed conflict involving the Triple Alliance (Tríplice Aliança)

---

1 Uma versão do texto foi publicada na Revista Virtual de Estudos Acadêmicos de Letras. Edição 08, n. 01, junho/2015. Cáceres-MT: EdUnemat (151-162).

2 Professor de História da UNEMAT/Cáceres. Doutorando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). lcesar69@hotmail.com

3 Professora de Literatura da UNEMAT/Cáceres. Dos Programas de Pós-Graduação em Estudos Literários/PPGEL e PROFLETRAS. Olgmar007@hotmail.com

and the Republic of Paraguay (1864-70). For this historiographical operation that can also be taken as literary, we've selected, as a linkage, three historical objects: The Jauru Landmark (Marco de Jauru): symbol of one of these agreements; The Lock Street (Rua da Tapagem): name of a street, from many, that refers such episodes from that named war; and The Withdrawal from the Laguna (Retirada da Laguna), which narrative became one of main references of that war.

**Keywords:** Memory. Narrative. Representations. Border.

## PALAVRAS INICIAIS

Lugares de memória podem ser vistos como “monumentos” que, de acordo com o medievalista francês Jacques Le Goff (2003), são heranças, sinais do passado, aquilo que evoca o passado e perpetua voluntária ou involuntariamente a sua recordação. Eles consistem principalmente no patrimônio arquitetônico que ocupam os centros citadinos, servindo como pontos turísticos. Analisados por Pierre Nora (1993), são um tipo de forma extrema onde subsiste certa consciência comemorativa das pessoas e que antes de tudo são “restos”.

Esses objetos, elevados à categoria de monumentos, podem ser uma Rua, um Marco de fronteira ou uma Narrativa consagrada e selecionada para ser uma das memórias oficiais de um conflito, nos remete a reflexões, cujo objetivo é chamar a atenção para os *lugares de memória*, locais onde se constroem, ou pelo menos deveriam construir experiências de vida, pois se constituem enquanto objetos simbólicos de nossa memória.

Para isso, utilizaremos como fontes de análise, para esta operação historiográfico-literária<sup>4</sup>, a grande *Pirâmide* quadrangular, situada na Praça Barão do Rio Branco, na cidade de Cáceres-MT, que se encontra ali fixada desde 1883; uma rua que representa o episódio no qual um fenômeno natural teria impedido uma suposta invasão paraguaia nessa mesma cidade, conhecida, então, como Vila Maria e, por último, um relato histórico-literário escrito originalmente em francês, por um brasileiro e que foi patrocinado pelo Império de Pedro II, à época do conflito da Tríplice Aliança. Têm-se, então, os objetos simbólicos representados: o *Marco do Jauru*, a *Rua da Tapagem* e a narrativa *Retirada da Laguna*, respectivamente.

---

4 O conceito de operação historiográfica foi desenvolvido por Michel de Certeau (2002, p. 65-106). No prefácio o autor adverte seus leitores de que uma parte do capítulo intitulado “Operação historiográfica”, havia sido publicado em Jacques Le Goff e Pierre Nora, *Faire de l'histoire*, Galimard, 1974, sob o título “L'opération historique”, que foi revista e corrigida, publicada no ano seguinte em seu livro *L'Écriture de l'Histoire*.

A dimensão literária acrescentada ao conceito desenvolvido pelo historiador francês remete às reflexões de Paul Ricoeur e Hayden White, autores que colocaram em xeque a cientificidade da história ao proporem que o aspecto narrativo é inerente à epistemologia do campo. Para Ricoeur, por exemplo, toda história é narrativa, porém, uma narrativa específica que não se confunde com a ficcional. Este filósofo aborda o papel central do tempo histórico, ou seja, o tempo criado e narrado pelos historiadores. Para ele, a dimensão narrativa do conhecimento histórico tem que ser apreendida articuladamente ao tempo histórico e vice-versa. Assim, conclui o autor, a História, apesar de não poder ser classificada como um gênero literário, não pode romper com a narrativa sem abandonar o seu caráter histórico (RICOEUR 1983, apud GABRIEL e MONTEIRO, 2014, p. 30). Dessa forma, não se pode separar a narrativa da epistemologia do conhecimento histórico, já que este, seja fundamentado na “história narrativa” ou na “história problema”<sup>5</sup>, sempre se materializa por meio de uma narrativa, ou seja, ela é um elemento que constitui esse saber.

Hayden White, em *Trópicos do discurso*, indica, de modo ainda mais direto, que as narrativas históricas manifestamente são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes na ciência” (WHITE, 1994, p. 98). Em outro capítulo da mesma obra, White dirá que a história é uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa (Idem, p. 39).

Tais aspectos tornam-se evidentes na narrativa de Alfredo Taunay, autor de *Inocência*, obra literária que o consagrou e foi fruto de suas viagens pelo interior de Mato Grosso, durante a guerra. Em sua vasta produção histórico-literária, Taunay torna-se uma importante fonte de pesquisa durante o Segundo Reinado. Além de narrativas militares, produziu novelas, contos, etnografias, romances e artigos em variados jornais. Taunay serviu, como tantos outros intelectuais, aos propósitos do Império Brasileiro, que carecia de projetos de unidade nacional que legitimassem sua condição política única na América do Sul.

Desta forma, objetiva-se no presente texto abordar a raia fronteira, a partir desses lugares de memória. O primeiro deles, o Marco do Jauru, se insere no contexto das demarcações de limites entre

---

5 Essas duas concepções historiográficas tratam respectivamente do Historicismo prussiano do Oitocentos, que ficou conhecido posteriormente também como história narrativa por enfatizar os aspectos políticos e do movimento dos Anais, do final da década de 1920, cuja ênfase recaía sobre o social e o econômico em detrimento do político. Conferir REIS (2006) e BARROS (2011).

as coroas portuguesa e espanhola. Para tanto, buscou-se abordar o Tratado assinado em Madri, através do ideário lusitano acerca da política expansionista relacionada à Fronteira Oeste<sup>6</sup> implantada desde o início da colonização das terras americanas, no século XVI. Depois, abordando a instigante temática da guerra da Tríplice Aliança, procurou-se tecer alguns comentários referentes à manutenção da memória do conflito através de criação ou mudança de nomenclatura das ruas, criando topônimos na cidade de Cáceres-MT, tais como: Voluntários da Pátria, 13 de Junho, Duque de Caxias, General Osório, Antônio João, Rua da Tapagem, entre outros. Por último, serão analisados alguns aspectos histórico-literários referentes à construção do relato do Visconde de Taunay, o texto a *Retirada da Laguna*, cujos primeiros capítulos foram publicados em 1868, no auge da guerra e num momento de construção de um projeto de identidade nacional e de integração da Corte, no litoral, aos “longínquos sertões”<sup>7</sup>.

## A FRONTEIRA EM EXPANSÃO E A MATERIALIZAÇÃO DE UM TRATADO

Eleger uma parcela da história brasileira oitocentista como objeto de análise significa articular instituições e personagens, bem como evidenciar alguns aspectos que poderiam ou deveriam abordar questões políticas, históricas, geográficas, econômicas, sociais e culturais – a lista pode se tornar interminável – inerentes a uma especificidade *sui generis*, qual seja, um único sistema monárquico de governo perante as repúblicas americanas. Assim, são articulados episódios específicos que envolvem questões de colonização, variações linguísticas, processo de independência diferenciado, delimitações de fronteira e conquista de território, todos eles elementos construídos historicamente de forma singular.

De uma dessas especificidades faz parte o marco de fronteira fixado próximo da foz do rio Jauru, símbolo maior do Tratado de Madri, assinado em 1750. De acordo com Jaime Cortesão (2006, p. 359), é o único remanescente dos muitos monumentos semelhantes conduzidos até os distantes lugares onde deveriam ser plantados.

6 Consideramos essa fronteira a porção de terras localizadas a oeste da colônia lusitana no Setecentos e da província de Mato Grosso no Oitocentos, correspondente atualmente aos Estados de Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul

7 A noção de sertão à época sugeria um espaço geográfico desabitado e distante da civilização, que estaria a espera do europeu para promovê-la, eclipsando as diversas nações indígenas que ali viviam há alguns séculos. Para estudá-las o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que priorizava a escrita de uma narrativa nacional, criaria na década de 1840 a seção de Etnografia. Dessa forma hierarquizavam-se disciplinarmente as personagens: os autóctones pertenceriam aos estudos etnográficos e, estavam portanto, excluídos da história que se queria científica. Conferir KODAMA (2009).

Depois do Tratado de El Pardo, em 1761, os espanhóis mandaram destruir todas as evidências da delimitação fronteiriça de 1750.

A partir da demarcação da linha de Tordesilhas, estabelecida no papel, em 7 de junho de 1494, começava-se um longo processo de expansão em direção ao território castelhano. Com o advento da União Ibérica (1580-1640), essa raia fronteiriça deixava de existir, pois um mesmo soberano passava a governar as duas potências marítimas da Península.

A concepção do território enquanto uma “ilha continente” serviu como um programa geo-político para a fronteira oeste, a fim de se colonizar a América lusitana, ordenando e orientando as estratégias desenvolvidas no Prata e no Amazonas. A Ilha-Brasil, de acordo com Cortesão, manifestava-se como um ideário essencialmente político e geográfico, encontrando sua mais alta expressão na cartografia. Foi uma reação direta ao Tratado de Tordesilhas.

Dessa forma, fixou-se o conceito de um Brasil, pelos exploradores lusitanos, enquanto uma vasta ilha amazônico-platina, dividida em várias outras ilhas e por outros rios, nascidos a partir de uma imensa lagoa, conhecida até as últimas décadas dos setecentos, por *Laguna del Xarayes* (Cf. COSTA, 1999), onde o curso do Amazonas se fundiria com o do Madeira, para ir ao encontro do Paraguai. Estabeleceu-se, assim, o território nacional como um todo coerente, estruturado pela própria natureza, ocupado pela marcha da colonização e legitimado pela letra do Tratado entre as coroas portuguesa e espanhola (MAGNOLI, 1997, p. 11).

A linha demarcatória artificial de Tordesilhas era burlada pelos lusitanos em prol da identificação com as fronteiras desenhadas pela natureza, cujas águas seriam as melhores delimitações. Essa grande ilha, apesar das distâncias de terra, separando as águas, invocava uma verdade prévia, anterior à história, um território preexistente, de um lugar de contornos definidos, de uma entidade indivisível. O Brasil erguia-se como uma realidade geográfica anterior à colonização.

Em meio a essas disputas de fronteiras entre os ibéricos, surgiu uma espécie de acordo, assinado em 13 de janeiro de 1750, favorecido pelos laços de parentesco que envolviam os reinos de Portugal e Castela, fundamentado, justamente, na expansão lusitana e tendo como embasamento jurídico um princípio do Direito Romano, *uti possidetis*, cuja efetivação contou com a hábil diplomacia de Alexandre de Gusmão (1695-1753), garantindo para a Coroa lusitana a posse das terras conquistadas.

A diplomacia portuguesa certamente conhecia a importância geopolítica desta região. Alexandre de Gusmão sabia, desde 1744, que a oeste a fronteira natural deveria contemplar um enlace fluvial formado pelos rios Jauru, Paraguai, Madeira e Guaporé.

Não foi por acaso que um dos arremates simbólicos do Tratado de Madri tenha sido fixado próximo da foz do Jauru, em janeiro de 1754, pelas Terceiras Partidas. Para a historiadora Maria de Fátima Costa (2009), denominam-se *partidas*, no plural, porque além do fato de serem três, viajaram, juntos, portugueses e espanhóis, mas formaram equipes distintas com seus respectivos chefes e nominadas em separado: Terceira Partida portuguesa e Terceira Partida espanhola.

A *Laguna de los Xarayes* constituía-se, portanto, em um importante ponto de referência para os demarcadores, uma vez que constava em vários mapas desde o início do século XVI. Fundamentado no diário dos demarcadores das Terceiras Partidas, Costa chama a atenção para a construção, por parte dos portugueses, do termo Pantanal “Pantanaes que se inundam nas cheias”. A mitificada Lagoa, tida como formadora dos rios e uma construção hispânica era reduzida agora, a apenas um acidente geográfico sazonal, formado no período das cheias pelo espraiamento do rio Paraguai (1999, p. 216).

Delineava-se, então, a importância estratégica da capitania de Mato Grosso, recém-criada em 1748, o que, para Domingos Garcia, permitiu a construção de uma barreira situada em frente ao império colonial espanhol, caracterizada, desde o seu início, pela localização em uma região de difícil acesso e distante do litoral, centro do poder (GARCIA, 2001, p. 7). Mato Grosso iria ter, ao final do século seguinte, após a guerra da Tríplice Aliança, uma parte de sua fronteira, a limitada com a República do Paraguai, consolidada, resolvendo com isso velhas disputas territoriais com o país guarani, bem como a livre navegação pelo rio Paraguai, vital para a subsistência de Vila Maria.

A cidade de Cáceres, uma das consequências dessas demarcações setecentistas, já nasceu como “vila”, em homenagem a rainha de Portugal D. Maria I (1734-1816), porém, sem reunir os pré-requisitos necessários. Fundada em 1778, foi erigida em paróquia em 1780, sob a invocação de São Luís<sup>8</sup>. Villa Maria do Paraguay somente viria ganhar tal estatuto oficialmente em 1859, com a criação da Câmara. Em 23 de junho de 1874 foi elevada à categoria de cidade, com o nome de São Luís de Cáceres, homenageando o santo francês, padroeiro da

---

8 Luís IX de França (1214-1270), morto na Oitava Cruzada, o que influenciou a sua canonização em 1297, pelo papa Bonifácio VIII.

Paróquia e o fundador, e o quarto governante da capitania de Mato Grosso, o lusitano Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (MENDES, 1973, p. 41; 59; 75). Em 1938, através do decreto-lei nº 208, de 26/10/38, o município de São Luiz de Cáceres passou a denominar-se apenas Cáceres (Idem, p. 173).

## TAPAGEM: UMA RUA DE REFERÊNCIA À MEMÓRIA DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

Alguns aspectos da paisagem citadina podem ser pensados, nas possibilidades da história local e suas articulações com o ensino de História e Literatura, como um imenso artefato cultural, no qual contém patrimônios de ordem material – o mais evidente – porém, está repleto de “imaterialidades”, disputando espaços com os avanços das novas edificações que promovem o apagamento de certas memórias.

Um dos variados aspectos é a Tapagem, nome popularmente conhecido de um episódio ocorrido durante a guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), no qual tropas paraguaias, após a conquista de Corumbá, teriam supostamente subido o rio em direção à cidade de Cáceres, à época, Vila Maria. A mãe natureza e a divina providência teriam se encarregado de fazer a defesa: o canal do rio, nas proximidades da Lagoa Uberaba, fora totalmente coberto por espessas plantas aquáticas, causando o imediato retorno do inimigo à Corumbá.

Este fato está presente no imaginário da população cacerense (ou pelo menos em parte dela), transformando-se em uma espécie de monumento, a partir do ano de 1912, com a criação da *Rua da Tapagem*. Este fenômeno vincula-se à narrativa dos vencedores da guerra, oriundos de uma historiografia que realça a memória remanescente dos combatentes que tiveram seus feitos elevados à condição de “heróica”.

É importante deixar claro, nesta breve análise, a intenção de não se discutir os aspectos relativos à veracidade ou não desse acontecimento, haja vista a não existência de evidências históricas, mas, sim, abordar as práticas que institucionalizaram a construção da memória oficial. O fenômeno Tapagem existe e, até mesmo nos dias atuais, por ocasião das cheias do rio Paraguai, o seu leito é fechado pelo acúmulo dessas plantas aquáticas, impedindo a navegação. Porém, a iniciativa paraguaia de invadir Vila Maria é ainda motivo de controvérsias e precisa ser melhor estudada. Desta feita, pergunta-se: qual o interesse dos paraguaios em abrir outra frente de batalha ao norte?

De acordo com Domingos Garcia (2011, p. 63), a decisão do Paraguai de não avançar em direção a Cuiabá e Vila Maria foi de ordem

estratégica, que derivava de seus interesses militares e geopolíticos. Vale lembrar que essa parte do Império dificilmente impediria tal feito, devido à fragilidade e despreparo militar para a defesa da província de Mato Grosso.

Na Câmara Municipal de Cáceres há uma considerável documentação que trata de renomeações de ruas, ligada aos nomes e temáticas da guerra da Tríplice Aliança. No caso da Tapagem, apesar de evidenciar a debilidade em termos de defesa a um possível ataque paraguaio, a sua construção, enquanto símbolo de orgulho, ganha positividade, elevando-se a outros planos, quais sejam, o religioso e da ordem dos fenômenos naturais. No ano de 1912, durante o governo de João Campos Vidal, foi criado o “monumento” Rua da Tapagem, juntamente com uma “ordenação na nomenclatura das ruas”. A Intendência Geral do município, por meio da Resolução nº 62, de 13/08/1912, assim publicou:

O Intendente-Geral do Município de São Luiz de Cáceres faz saber que a Câmara Municipal decretou e ele sanciona a seguinte resolução: Artigo 1º - As Ruas Direita e Formosa passarão a denominar-se respectivamente Rua 13 de Junho e Rua do Alegre. As ruas ultimamente abertas terão os nomes: - Rua da Tapagem, a que fica imediatamente à do Padre Casimiro pelo lado do oriente. - Rua Coronel Camisão, a seguinte da mesma banda. - Rua Coronel Porto Carrero, a que fica em seguida a de Coronel Ponce pelo lado do sul (apud MENDES, 1998, p. 89).

Nota-se uma preocupação, nesse período, com a instituição de uma memória do conflito com o Paraguai, com a exaltação de alguns acontecimentos, tais como a reconquista de Corumbá, o combate da Fazenda Alegre, bem como a personagens, como Camisão e Porto Carrero, este, defensor do Forte de Coimbra e, aquele, um dos comandantes da jornada a partir da Fazenda Laguna, conforme se encontra narrado pelo Visconde de Taunay.

A partir de então, com a materialização de uma memória oficial, a Tapagem passou a ser documentada por vários autores. Em 1938, Gabriel Pinto de Arruda, por exemplo, publicou a obra *Um trecho do Oeste brasileiro*, em que evidencia o fenômeno:

Ao entrarem os navios nesta zona foram surpreendidos por estes enormes e então invencíveis obstáculos. E tentando transpô-los, mas não podendo por falta de meios, julgaram os comandantes



que estavam sendo traídos pelos índios, não acreditando ser ali o caminho verdadeiro, apesar do juramento dos próprios selvagens. Não aceitando os paraguaios enfurecidos as explicações que lhe eram dadas, regressaram a Corumbá, que já se achava em seu poder. Antes, porém da retirada, degolaram os infelizes índios que vinham servindo de práticos, tendo apenas um ou dois deles escapado milagrosamente, deste doloroso destino. Narraram eles depois este triste episódio perante testemunhos dignos de fé, como foi o marechal Antonio Aníbal da Motta, um dos gloriosos heróis do brilhante feito militar, a retomada de Corumbá. Devido talvez a este feliz acaso, não foi esta cidade invadida pelos inimigos, e como lembrança deste acontecimento foi dada a uma das suas ruas o nome de Rua da Tapagem. (ARRUDA, 1938, p. 44-45).

A narrativa de Pinto de Arruda, publicada em pleno regime ditatorial implantado por Getúlio Vargas, às vésperas da eclosão da Segunda Guerra, marca, assim como outras do período, a necessidade de se exaltar a pátria e seus grandes feitos. Vargas, após o golpe de 1930, sente a necessidade da centralização de poder e para legitimá-lo investe em propaganda. Em Mato Grosso, sua presença fez-se através dos interventores, encarregados da manutenção da ordem e da disciplina, como analisou João Edson Fanaia (2010), ao tratar das tramas praticadas pelas elites políticas para se manter no poder, entre os anos de 1889 e 1930.

Segundo Eliane Superti (1998), o que marcou o nascimento da República e a construção do Estado Moderno no Brasil e de outros países, como México e Chile, foi a realização prática do embate político-ideológico do Positivismo de Auguste Comte. As leis comtianas da Estática e da Dinâmica ganharam destaque até na bandeira nacional. Era preciso manter a ordem e estimular o progresso.

O Estado Novo pode ser encarado, dessa forma, como uma espécie de desdobramento político das ideias positivistas. A História seria utilizada como importante veículo de proliferação desse espírito, que deixou marcas profundas no imaginário da Nação. Vale lembrar que, em 1931, o então Ministério da Educação e Saúde havia implementado uma das mais profundas mudanças no sistema educacional brasileiro, com a obrigatoriedade do ensino seriado, sendo este, a partir de então, pré-requisito para o ingresso nos cursos superiores.

Vila Maria não tinha condições de fazer frente a uma invasão dos paraguaios, que já haviam conquistado várias cidades no sul da província:

[...] esse fenômeno salvou São Luiz de Cáceres em 1865. Os paraguaios seguiram nas águas dos fugitivos e deram na altura da Lagoa Mandioré, com um mar de aguapés ou camalotes e não podendo romper o espesso tapete de verdura, retrocederam acreditando que ali nascesse o rio Paraguai (BARROS JÚNIOR, s/d, apud MENDES, 1998, p. 159-160).

Torna-se interessante, neste trecho, o fato de o narrador observar que os paraguaios acreditavam que haviam chegado ao local onde nascia o rio Paraguai, uma crença, até o final do século XVIII, no mito da Lagoa de *Los Xarayes*, uma construção elaborada pelos exploradores espanhóis, tida como formadora dos rios da região e que, a partir de então, ela passaria a ser conhecida pelos portugueses como apenas *Pantanaes*, ou seja, o espraiamento deste rio. Assim, Francisco de Barros Júnior nos leva a crer na desinformação por parte dos paraguaios acerca dessa região, em pleno século XIX, fato que já era conhecido pelos portugueses desde o final do século anterior:

A nossa cidade teve como defesa a própria natureza. Vila Maria consagrada a São Luiz teve na providência a guarda soberana. De todas as direções do Paraguai e afluentes, mãos invisíveis transportaram camalotes, capim e outros vegetais, para as imediações da Lagoa Uberaba. Ali, numa trama ideal, a vegetação enlaçada, misturada, comprimida, tapara por completo o canal do rio, navegável. (MENDES, 1998, 159).

Combinando exaltação à natureza com profundo sentimento de fé na providência divina, o autor, no fragmento citado, narra uma verdadeira conspiração da natureza na contenção do ímpeto de um poderoso inimigo. Simbolicamente, a história assegura o lugar da manutenção da memória, criando imagens que garantem o sentido poético do tema.

O episódio da Tapagem, em Vila Maria, nos anos 1865, relacionado à invasão paraguaia, constitui construção histórico-literária que não encontra respaldo documental. Logo, uma das formas de apreendê-la é através da tese central de Foucault e a mais original, segundo Paul Veyne (1998, p. 257): “O que é feito, o objeto, se explica pelo que foi o fazer em cada momento da História; enganamo-nos quando pensamos que o fazer, a prática, se explica a partir do que é feito”.

Portanto, evidenciar os porquês da “invenção” (Cf. ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007) do fenômeno da Tapagem, em variados contextos históricos e literários, torna-se uma importante tarefa do professor

pesquisador. Contextualizar e problematizar o *Marco do Jauru* ou a *Rua da Tapagem* pode se constituir em um importante instrumento didático para se articular o tempo presente, contemporâneo, com o tempo passado, delimitado pelo objeto e objetivos inerentes à sala de aula. Nos casos mencionados, podem se estabelecer articulações dos monumentos citadinos com o processo de demarcação da fronteira no século XVIII, articulando com a educação patrimonial, ou abordar o conflito bélico no Prata, no final do século XIX, respectivamente. Romperemos, com isso, a ideia de que a História é passado, algo empoeirado e distante. Longe disso, ela se manifesta em um intenso e complexo diálogo com o tempo presente e está sempre ao alcance de nossos olhos.

### A RETIRADA DA LAGUNA: UMA DEBANDADA ÉPICA DA GUERRA

O episódio da Fazenda Laguna<sup>9</sup>, um dos muitos acontecimentos da guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai, merece especial atenção por ser a única obra de Alfredo d'Escragolle Taunay (1843-1899), escrita originalmente na língua francesa. Analisar a configuração histórica da sua produção significa observar alguns fatores intrigantes que envolveram a narrativa e as intenções de se registrar uma memória por parte do autor e do Império Brasileiro. Nesse espaço é que se pode verificar onde a história se mescla à ficção para dar corpo à expansão do ideário monárquico.

Outra especificidade no futuro Visconde de Taunay seria o fato de que sua narrativa sobre a retirada (ou debandada) de um corpo do exército brasileiro tornou-se uma das principais referências da guerra, apesar das batalhas decisivas, que iriam mudar os rumos do conflito, estarem ocorrendo longe dali, mais ao sul do rio Paraguai.

Temos, então, uma produção discursiva sobre um episódio que envolveu o Império e algumas Repúblicas do Prata, no final do século XIX, escrita em língua estrangeira, por um franco-brasileiro, e impressa em solo nacional, apoiada pelo Estado, em um momento histórico de implantação de projetos de integração territorial e de identidade nacional.

Os escritos de Taunay podem ser abordados enquanto discursos participantes de uma ordem pré-estabelecida e negociada entre os pares, ou seja, uma *Ordem do Discurso*, conforme visto por Michel Foucault (1971). Essa ordem, na perspectiva de Luiz Costa Lima,

9 O relato trata da debandada de um corpo do exército brasileiro, da qual o escritor fazia parte, a partir da Fazenda Laguna, no Paraguai até o rio Aquidauana no sul da Província de Mato Grosso, percorrendo 39 léguas em 35 dias.

pode ser entendida como um fato social que visa à institucionalização de certas formas de indagação, reflexão e mesmo de expressão; o que implica diretamente expulsar e mesmo interditar outras (apud BENATTI, 2000, p. 63-103). Dessa forma, tem-se *no/pelo* discurso, a estratégia de linguagem que organiza o acontecimento de forma a torná-lo “legível” a variadas interpretações, inserindo-o no contexto da segunda metade do século XIX. Assim é que a Monarquia brasileira aparece evidenciada em meio às diversas repúblicas emancipadas da Espanha. O fato histórico, portanto, é marcado por inúmeros acontecimentos e tendências políticas, promovidos pelos diferentes sujeitos.

Nesse sentido, a narrativa de Alfredo d’Escagnolle Taunay ganha corpo como construção simbólica. Entre as narrativas que compõem o conjunto de sua vasta produção, o romance *Inocência* (1872) e o relato histórico-literário da *Retirada da Laguna* (1879)<sup>10</sup>, tornaram-se célebres. Traduzidas para várias línguas, expressaram o desejo de uma época de se descobrir e “povoar” os sertões do interior do país e de se legitimar um discurso para o projeto de identidade e unidade nacional, desde que “hierarquizados” pela elite intelectual do Império Brasileiro. Fazia-se necessário, para tanto, eliminar a “ameaça” existente nas Américas, cujo expoente máximo personificava-se na figura do então presidente da República Guarani, Francisco Solano López.

Estrategicamente, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, no interior da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), daria suporte às publicações de trabalhos históricos, etnográficos e geográficos (MENDES, 2011). Possuía estreitas ligações com outros institutos europeus, como o *Institut Historique de Paris*, que já estava em funcionamento desde o ano de 1834 (CARRARO, 2002).

O IHGB, com o intuito de patrocinar produções historiográficas, carregadas de sentidos políticos, delegava à elite letrada imperial, geralmente funcionários públicos de carreira, que ocupavam altos cargos no aparelho estatal imperial (CARVALHO, 2006), a missão de expandir as “luzes” do saber ao interior da nação. Era necessário justificar a singular condição imperial na América do Sul.

Através da narrativa da Laguna, se poderia legitimar o presente, que se efetuaría sobre um terrível adversário, a nação paraguaia, o expoente máximo da “barbárie” republicana.

10 Os cinco primeiros capítulos de *A Retirada da Laguna* foram publicados em 1868, com dedicatória do pai do escritor, Félix Émile Taunay ao imperador. A versão integral, que ainda seria reelaborada, só foi publicada em 1871 pela imprensa nacional, por ordem do Visconde do Rio Branco, ministro da Guerra. Em 1879 foi publicada em Paris a versão definitiva. Em 1874 Aparece a primeira tradução para o português, elaborada por Salvador de Mendonça (diplomata, jornalista, escritor e um dos membros da Academia Brasileira de Letras).

A guerra poderia, portanto, ter uma dupla finalidade: acabar com a “subversão” republicana e construir a imagem de um Império como uma frente avançada da civilização luso-francesa nos trópicos. A escrita nacional teria, assim, os seus “destinatários”, não apenas no plano interno, mas também, e principalmente, no plano externo (GUIMARÃES, 1998, p. 5-27). Isso explicaria o fato de se escrever a narrativa em uma língua estrangeira. Escrita na língua francesa, possuía objetivos claramente definidos, quais sejam, veicular na Europa o caráter “civilizatório” empreendido pelo Estado Monárquico e patrocinar uma integração do interior, tido como exuberante, inóspito e incivilizado, à jovem nação imperial em formação.

Portanto, na delicada situação geopolítica da Baía do Prata, a província de Mato Grosso desempenhou um papel fundamental, pois, geograficamente, posicionava-se como uma espécie de barreira ao expansionismo paraguaio. O Império necessitava investir no aparelhamento do exército, ainda em situação precária, na distante província.

A obra do Visconde de Taunay constituiu-se, dessa forma, em interessante fonte sobre o Segundo Reinado, já que seu olhar foi plasmado em Mato Grosso a partir da experiência vivencial nos sertões conhecidos como os mais inóspitos e “incivilizados”.

O Visconde pode ser visto como um *viajante atípico* que se transformou em escritor. Um viajante que se construiu viajando; não pensava em viajar, nem tampouco planejou tal viagem, porém, muito contribuiu para o reconhecimento do interior do Império, num momento histórico de profundas contradições e instabilidades políticas, como analisa Olga Castrillon-Mendes (2013).

É bem verdade que na ausência de outra fonte que relate esse episódio, somos obrigados a “acreditar” no Visconde de Taunay e isso é um perigo para o historiador, mas não há como o literato não considerar a riqueza das descrições e relatos da viagem, fontes de novos conceitos e seminais visões sobre o interior brasileiro.

A narrativa da *Retirada* pode ser comparada a outra, do mesmo autor, composta no final de sua vida, já no período republicano, as *Memórias do Visconde de Taunay*, que constituem um material que ficou encerrado na *Arca do Sigilo* do IHGB, aberta somente em 1948<sup>11</sup>.

11 A Arca do Sigilo, artefato de madeira incorruptível e precintada de ferro, continha duas chaves diferentes. Uma delas ficaria nas mãos do presidente do Instituto e a outra em poder do ministro do Império. Tratava-se de um dispositivo criado pelo IHGB em 1847, cuja aprovação se deu em 1850, por uma comissão composta pelos sócios Francisco Freire Alemão, Manoel de Araújo Porto-Alegre e Manoel Ferreira Lagos, com o intuito de preservar manuscritos secretos, que não podiam ser publicados sem época determinada. (R.IHGB, 1850, p. 414-415).

Todo o sentimento épico de uma composição elaborada no auge da guerra, comprometido com o Estado monárquico, cede espaço para a resignação, desapontamento e ressentimento para com o atual regime de governo. Consequentemente, o público alvo, bem como suas intenções, foram modificados com o passar do tempo:

Observarei aqui, entre parênteses e levado pelo arrastamento da verdade, que os serviços da nossa comissão nunca foram lá muito valiosos à expedição. Todos nós comodistas e saídos de fresco da escola militar, primávamos por muita pretensão, que não se afirmava de modo algum nos resultados práticos, e qualquer trabalho nos custava tão pouco por querermos em tudo aplicar as regras de rigorosa teoria. Enfim para diante tudo tão caro pagamos e tanto sofremos da sorte, que muita coisa nos deve ser desculpada (TAUNAY, 2004, p. 189).

Essa confissão do relator oficial do exército acerca das operações em território paraguaio, elaborada a partir de 1890, só veio ao conhecimento do público, de acordo com a vontade do escritor, após cinquenta anos de sua morte.

Comparando-se à narrativa da Laguna, elaborada no calor da guerra, em um tempo de construção e legitimação de uma unidade nacional, fundamentada na “civilização” do interior do país, evidencia-se outro momento político. Alfredo Taunay preocupava-se, agora, não mais com o Imperador e as elites monárquicas, mas com os seus futuros leitores do novo século.

Testemunhando os primeiros passos do sistema republicano no Brasil, pode-se notar um tom melancólico nas suas palavras. O sonho de uma nação imperial nos trópicos esvaiu-se com a deposição e exílio de Pedro II. Taunay poderia agora revelar, sem nenhum constrangimento, as fragilidades, os fiascos e seus ímpetos da juventude, ou seja, os bastidores de um projeto civilizatório elaborado pela Monarquia brasileira, ainda mais que do seu ostracismo político ele sabia que essas memórias estariam asseguradas pelo sigilo da Arca do IHGB.

## PALAVRAS FINAIS

Ao articular diversas narrativas, sejam elas visuais ou histórico-literárias, descortinam-se outras possibilidades para o ensino de História e de Literatura, tirando proveito da paisagem citadina e/ou de fragmentos de guerra que oferecem diversas possibilidades de (re)construí-las, já que se fazem presentes em nosso dia a dia.

Explorar todas as possibilidades de uma fonte histórica inclui abordar seus aspectos literários, pois o texto de história apresenta-se como um artefato literário, como bem frisou Hayden White, e esses aspectos pertencem à epistemologia do campo e articulada ao tempo histórico, nos termos de Paul Ricoeur. O acontecimento perde sua pujança para as possíveis (re)construções narrativas.

Assim, o relato de Taunay estaria no campo da História ou da Literatura? Ou, estaria na fronteira dessas áreas?

Representante do Romantismo/Realismo oitocentista, Taunay produziu uma narrativa a partir de observações enquanto testemunha ocular de uma guerra. Da mesma forma que Tucídides e Xenofonte<sup>12</sup> narraram os acontecimentos na sua contemporaneidade. Uma espécie de história do tempo presente que, via de regra, era apreciada pelos helenos, porém, vista com ressalvas pela elite letrada imperial do IHGB. Ou, talvez, seu texto tivesse sido aceito justamente por se tratar de alguém que se celebrizou pelas obras literárias, desta forma, outro campo, o poético, o qual lhe seria permitido uma brecha no *Tribunal da Posteridade*?<sup>13</sup>

Da mesma forma, a convivência com a paisagem de uma cidade bicentenária, Cáceres-MT, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a partir de 1978, cujo centro histórico encontra-se em processo de degradação, oferece oportunidade de se historicizar a toponímia local articulada a projetos de educação patrimonial junto às escolas e universidades.

Normalmente associados ao requinte e ao poder econômico de determinados segmentos sociais, esses objetos arquitetônicos persistem até os nossos dias na forma de edificações, cujas imponências causam admiração e associação imediata e indiscutível apelo para preservação. O problema é a naturalização com que é feita a seleção do que é considerado digno de preservação, identificados por matérias nobres e formas arquitetônicas suntuosas, representando apenas o grupo hegemônico de determinada época: “É fundamental que um patrimônio histórico de tal riqueza seja preservado para ser apropriado também por agentes sociais diferentes daqueles que o monopolizaram desde a sua fundação” (SILVA, 2003, p. 47).

12 Ambos os autores foram responsáveis por elaboração de narrativas acerca de guerras baseadas em observações pessoais, no calor dos acontecimentos. Tucídides (460-400 a. C.) sobre a Guerra do Peloponeso e Xenofonte (430-355 a. C.), que, assim como Taunay, narrou uma retirada, a Retirada dos dez mil, episódio que relatou em um dos livros da Anábasis.

13 Expressão criada dentro do IHGB que se referia a regra de não se publicar na Revista Trimestral do Instituto acontecimentos recentes da História Pátria, haja vista os envolvidos ainda estarem vivos. Cf. GUIMARÃES (1995) e MENDES (2011).

A partir dessa noção ampliada de patrimônio cultural<sup>14</sup>, de acordo com Marcos Silva, é que se torna interessante a relação com o ensino, seja de História ou de Literatura, bem como de outras disciplinas.

Refletir sobre patrimônio cultural, para Márcia Chuva (2006, p. 298), é considerar esses momentos em que se tornou necessário inventar passados nacionais, através da materialização e da sua monumentalização, com a construção de um patrimônio nacional.

Assim pensados, os “lugares de memória” aqui colocados são monumentos de um passado frequentemente revisitado. Os olhares que se colocam, hoje, sobre eles são passíveis de variados sentimentos que os transformam em objetos simbólicos da memória, principalmente, no caso da memória da fronteira oeste, foco dos conflitos historicamente marcados que continuam a reverberar sentidos.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

IHGB – *Revista do Instituto histórico e Geográfico Brasileiro* R.IHGB, Tomo XIII, 1850. Disponível em: [www.ihgb.org.br/rihgb.php](http://www.ihgb.org.br/rihgb.php). Acesso em 25/08/2015.

TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. [1879] *A Retirada da Laguna*. Trad. Sérgio Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. [1948] *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo: Iluminuras, 2004.

### Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre história e invenção. In: *História: a arte de inventar passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru – SP: EdUSC, 2007.

ARRUDA, Gabriel Pinto de. *Um trecho do oeste brasileiro*. Rio de Janeiro: s/n, 1938.

BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História*. 4 volumes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BENATTI, Antonio Paulo. História, ciência, escritura e política. In: RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (Orgs). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, SP: EdUnicamp, 2000, p. 63-103.

CARRARO, Elaine Cristina. *O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da sociedade*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 2002.

14 A partir da Constituição de 1988 trocou-se o termo “histórico” por “cultural”.



- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. *Taunay viajante: construção imagética de Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 2013.
- CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHUVA, Márcia. A noção de autenticidade nas práticas de preservação cultural no Brasil: Representações em disputa. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta e PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 295-306.
- CORTESÃO, Jaime Zuzarte. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Tomo II. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão / São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- COSTA, Maria de Fátima. *A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade; Kosmos, 1999.
- \_\_\_\_\_. Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17. n. 2, p. 189-214. jul-dez. 2009.
- DORATIO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na primeira república (1889-1930)*. Cuiabá: EdUFMT, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France. Paris: Galimard, 1971.
- GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria. Currículo de História e Narrativa: desafios epistemológicos e apostas políticas. In: MONTEIRO, Ana Maria et al. (Orgs.). *Pesquisa em ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2014.
- GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889): uma Província na Fronteira do Império*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – IE/UNICAMP/Campinas, 2001.
- \_\_\_\_\_. Santo Antonio nos protegeu e a “Tapagem” impediu os paraguaios de invadir Vila Maria. In: CHAVES, Otávio Ribeiro e ARRUDA, Elmar Figueiredo de. *História e Memória: Cáceres*. Cáceres-MT: EdUnemat, 2011, p. 50-65.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, ano 156, n. 388, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EdUSP, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. 5. ed., Campinas, SP: EdUnicamp, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: EdUNESP; Moderna, 1997.

MENDES, Luís César Castrillon. *Publicar ou Arquivar? A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) - UFMT, Cuiabá, 2010.

MENDES, Natalino Ferreira. *História de Cáceres: História da Administração Municipal*. Cáceres, Ed. do autor, 1973.

\_\_\_\_\_. *Marco do Jauru*. Palestra proferida no Quartel do 66º Batalhão de Infantaria Motorizado, em 17/06/1981. Cáceres-MT: Prefeitura Municipal de Cáceres, 1983.

\_\_\_\_\_. *Memória Cacerense*. Cáceres: Carlini & Carniato, 1998.

MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. São Paulo; Cuiabá: Contexto; EdUFMT, 1998.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Trad. Yara Aun Khoury. Proj. História, São Paulo, (10), dezembro/ 1993.

REIS, José Carlos. História e teoria. *Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: EdFGV, 2006.

RICOEUR, Paul. *Temps et récit*, v. 1-3. Paris: Le Seuil, 1983-1985.

SILVA, Marcos A. da. *História o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SUPERTI, Eliane. *O Positivismo e a Revolução de 1930: A construção do Estado Moderno no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – DCSO/ Ufscar, São Carlos, 1998.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.

VEYNE, Paul Marie. Foucault Revolucionaria a História. In: *Como se Escreve a História*. Brasília: EdUnB, 1998.

# ARTES DE VISITAR: REDES DE SOCIABILIDADES E INSTITUIÇÕES NA VIAGEM DE ROCHA POMBO AO NORTE DO BRASIL

BUSINESS ARTS: SOCIABILITY NETWORKS AND  
INSTITUTIONS IN PIGEON ROCK TRIP TO  
BRAZIL NORTH

Alexandra Lima da Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** Analisar a viagem ao norte do Brasil realizada pelo historiador Rocha Pombo como uma estratégia de ampliação das redes de sociabilidade no campo intelectual é o objetivo deste artigo. A travessia pelo Brasil afora foi decisiva para a conquista da legitimação de Rocha Pombo enquanto autor de livros de História. Se para muitos, viajar para o exterior possibilitava o acesso às fontes e aos arquivos tidos como essenciais para a escrita da História, o deslocamento projetou Rocha Pombo nos estados visitados, pois foram estabelecidos contatos fundamentais, sobretudo nos Institutos Históricos locais. A viagem, aqui, é pensada como prática importante no fazer-se historiador. Os dilemas e tensões deste campo minado tornaram-se ainda mais evidentes ao se explorar a trajetória deste sujeito, que não era uma ilha.

**Palavras-chave:** Relatos de viajantes. Intelectual. Historiografia. Rocha Pombo.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e dos Programas de Pós-Graduação em Educação (ProPed/UERJ) e do PPGHIS/UFMT. Doutora em Educação pela UERJ. E-mail: alexandralima1075@gmail.com

**ABSTRACT:** Analyze the trip to northern Brazil held by historian Rocha Pombo as a strategy of expansion of social networks in the intellectual field is the goal of this work. The crossing over Brazil was decisive for winning the Rocha Pombo while legitimating author of history books. If for many, traveling abroad allowed access to archives and sources considered essential to the writing of history, the projected displacement Rocha Pombo in the states visited, contacts were established as fundamental, especially in Historical Institutes locations. The journey here is thought of as important in practice to become a historian. The dilemmas and tensions of this minefield became even more evident when exploring the history of this subject, which was not an island.

**Keywords:** Reports of travelers; Intellectual; Historiography. Rocha Pombo.

Mergulhar na viagem ao norte do Brasil empreendida por Rocha Pombo nos idos de 1917, no sentido de compreender os significados tal prática na experiência deste sujeito, é o horizonte do presente trabalho. O objetivo é indicar como a viagem empreendida por um intelectual por ser uma ação reveladora de suas redes de sociabilidade, ofereceu-lhe apoio e prestígio, ou ainda, uma estratégia na luta pela legitimação em meio a elas, em seus microclimas, tensões e clivagens no interior dos grupos.

Para compreender os significados da excursão aos estados do norte na trajetória de Rocha Pombo, foi importante também, o cruzamento de diferentes tipos de fontes, dentre as quais, o impresso *Notas de viagem. Norte do Brasil* (1918), além de cartas, bilhetes, telegramas, notícias de jornal, prefácios, livros, dicionários etc. Tais documentos, muitas vezes escritos por diferentes sujeitos e dispersos em diferentes instituições de guarda e pesquisa, ao mesmo tempo em que forneceram indícios para se pensar a circulação de Rocha Pombo em diferentes instituições, ajudaram no entendimento das redes de sociabilidade tecidas pelo autor, que, mesmo antes da travessia, contou com a ajuda dos amigos e conhecidos para estabelecer-se.

No caso de Pombo, o autor buscava ser reconhecido como autoridade intelectual no campo da escrita de história. Nesse sentido, conforme salienta o sociólogo francês Pierre Bourdieu, “o reconhecimento, marcado e garantido socialmente por todo um conjunto de sinais específicos de consagração que os pares/concorrentes concedem a cada um de seus membros, é função do valor distintivo de seus produtos” (BOURDIEU, 1983, p. 127). Assim, na luta pela

legitimação, a estrutura do campo é fundamental, onde deve-se considerar, especialmente, “a distribuição do capital específico de reconhecimento científico entre os participantes na luta” (*Ibidem*, p. 136).

Uma vez que a viagem é pensada, aqui, como uma prática social repleta de significados, e também, enquanto representação, entendida como “esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço a ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p. 17), concebo como aportes teóricos as contribuições de Roger Chartier, na percepção do social como “estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (*Idem*).

Por outro lado, algumas categorias como configuração e as noções de *estabelecidos e outsiders* (ELIAS & SCOTSON, 2000) podem ser proficuas no entendimento da busca por legitimação no campo intelectual empreendida por Rocha Pombo em suas diferentes ações, com destaque aqui, à viagem.

Assim, em relação à categoria intelectual, remetemos ao campo aberto pela chamada História Intelectual, situada no cruzamento das Histórias Política, Social e Cultural, onde intelectuais são definidos como “produtores de bens simbólicos, mediadores culturais e atores do político”, relativamente engajados na vida da cidade e/ou nos locais de produção e divulgação de conhecimento e promoção de debates. Dentre os estudos sobre “intelectuais”<sup>2</sup>, busco um diálogo mais estreito com as perspectivas teóricas de Jean-François Sirinelli, entendendo-os em uma dupla acepção: uma mais ampla, como “criadores e mediadores culturais”, e outra mais estreita, baseada na noção de “engajamento” (1996).

Para Pierre Bourdieu (1996, p. 151), “a invenção do intelectual” teria se consumado com Zola, não supondo apenas a autonomização prévia do campo intelectual, sendo o resultado prévio de outro processo de diferenciação, “aquele que leva à constituição de um corpo de profissionais da política e exerce efeitos indiretos sobre a constituição do campo intelectual”. Enquanto um mundo à parte,

2 Dentre as referências sobre a questão, destaco as contribuições dos estudos de Antonio Gramsci, para o qual “todos os homens são intelectuais (...), mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (p. 6), propondo também, uma distinção entre os diferentes tipos de intelectuais, sobretudo no que se referem às categorias orgânica e tradicional (GRAMSCI 1982). Outra referência importante é Norberto Bobbio, para o qual, “um conjunto de sujeitos específicos, considerados como criadores, portadores, transmissores de ideias, que desde há um século são normalmente chamados intelectuais.” (BOBBIO 1997, p.109) onde a questão a ser pensada sobre essa categoria seria o “problema da relação entre intelectuais– com tudo o que representam de ideias, opiniões, visões de mundo, programas de vida...” (BOBBIO 1997).

disse Bourdieu, o campo intelectual seria um campo como os outros, onde as noções de poder e luta são cruciais. O campo intelectual (ou literário) é também um lugar de “relações de força (e de lutas que visam transformá-las ou conservá-las)”, em torno de uma “espécie muito particular de capital”, o qual é alvo das “lutas de concorrência” dentro do próprio campo, em que “o capital simbólico, como capital de reconhecimento ou consagração institucionalizada ou não, que os diferentes agentes e instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas anteriores ao preço de um trabalho e estratégias específicas” (BOURDIEU, 1987, p. 170).

### ROCHA POMBO E O NORTE DO BRASIL

Nascido em 1857, na cidade de Morretes, interior do atual estado do Paraná, sul do Brasil, José Francisco da Rocha Pombo, ainda muito jovem, ingressou no magistério das primeiras letras e na escrita de periódicos, publicando artigos relacionados à instrução. Mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital da República, em 1897, onde passou a frequentar os círculos intelectuais da cidade, em esforços diversos para sobreviver e se estabelecer no campo intelectual. Foi poeta, contista, dicionarista, historiador, professor de História do *Pedagogium*, da Escola Normal, do Colégio Batista, membro do Instituto Histórico e Geográfico e jornalista. Faleceu aos 75 anos, quando acabara de ser eleito para a Academia Brasileira de Letras, sem tomar posse<sup>3</sup>.

Contra silêncios e críticas, marchou para o norte. Mas não viajou só. Carregou consigo a própria terra da qual partira, a qual sempre utilizava como parâmetro para comparar com as novas paisagens e climas observados e descritos em sua escrita de viagem. O Rio de Janeiro, sua morada desde 1897, estava todo o tempo presente como modelo para serem destacados aspectos negativos e/ou positivos do observado. No auge de seus 60 anos, muitas foram motivações para viajar aos estados do norte, numa aspiração antiga, que, segundo o próprio autor, vinha dos tempos em que se dedicara à escrita da *História do Brasil* (1905-1917). Para além de um projeto ou uma iniciativa individual, a viagem foi fruto de conflitos, associações, acordos, interesses, em que, Rocha Pombo tentava imprimir em sua narrativa de viagem somente a lógica do sacrifício e da motivação pessoal para conhecer e escrever um Brasil “maior, real, verdadeiro”.

3 Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros. Rio de Janeiro, IHGB, 1991, Vol. III, p.135.

Almejava reverter a situação de dificuldade que a edição da *História do Brasil, ilustrada* causara a ele e ao editor, em termos de crítica e público, buscando ampliar as fronteiras e os contatos em relação às suas recém-lançadas obras junto a Weiszflog Irmãos, e em busca, principalmente, de aceitação entre o público “popular” e também, entre os pares, nos círculos de “homens de letras” de norte a sul do país, na luta pela consagração e legitimação no sentido amplo. A necessidade de aprofundar a pesquisa em arquivos também motivou a excursão de Rocha Pombo, no sentido de incrementar a escrita da próxima *História do Brasil*, edição comemorativa do centenário da independência. Por sua vez, a partir da correspondência prévia com os sócios dos Institutos Históricos, é possível aferir que a viagem de Rocha Pombo teve como uma das motivações a consolidação e afirmação do projeto republicano dos Institutos Históricos nos estados visitados.

Durante quase cinco meses pelo Brasil afora, atravessando rios e matas, descobrindo gentes, histórias, paisagens, Rocha Pombo percorreu um total de onze estados: Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Pará, e Amazonas. As vivências explicitadas por ele remetem, em muita medida, ao que Michel de Certeau (1994, p. 200) acentuou a respeito dos ditos relatos de espaço, em que, “todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço. A este título, tem a ver com as táticas cotidianas, faz parte delas, desde o abecedário da indicação espacial”.

### INSTITUIÇÕES, VISITAS E CONTATOS

A viagem seguia um ritual de visitas a partir do momento da chegada, num duplo movimento, o encontro com autoridades locais, e o recebimento de visitas, pelo viajante, no próprio hotel. Encontros com os presidentes dos estados e recepções de comissões dos Institutos Históricos locais foram duas constantes observadas em quase todo o relato, o que fortalece o argumento de que tais atividades foram previamente agendadas e planejadas desde o Rio de Janeiro, por meio da troca de muitas correspondências e acertos entre as partes envolvidas.

Compreendo os esforços da viagem empreendida pelo intelectual como uma ação reveladora de sua motivação em ampliar e fortalecer seus contatos e alianças, o que ajuda a dimensionar suas redes de sociabilidade, apoio e prestígio, num movimento de busca por legitimação em meio aos diferentes grupos, contribuindo para o entendimento das categorias de análise “intelectuais” e “sociabilidades” a partir de

seus microclimas, tensões e clivagens internas, evidenciadas num jogo de omissões, sanções e exaltações possibilitadas através da escrita<sup>4</sup>.

Nas visitas às instituições, o que considerava digno de nota?, é possível pensar os sentidos de tais escolhas no âmbito das defesas e projetos do intelectual paranaense? Assim, notam-se dois tipos de visitas: aquelas denominadas “pessoais,” ocorrendo no âmbito da casa e no seio familiar, e as de caráter público, onde o viajante manifestava interesse por algumas instituições em especial, tais como os palácios do governo; bibliotecas públicas; institutos históricos; arquivos públicos; câmara dos deputados; fábricas de produtos locais; hospitais; museus, escolas; sanatórios; casas de correção; asilos de mendicidade, apenas para citar as mais recorrentes e não necessariamente na ordem exposta aqui.

A partir dos muitos encontros e instituições descritas pelo visitante, é possível verificar o destaque dado às citações de personalidades que conheceu ou reencontrou a partir da viagem, sendo que, de um total de 272 páginas das notas de viagem, foram contabilizados cerca de 178 nomes próprios, evocando a identidade e o pertencimento social dos sujeitos, que eram governadores, inspetores, deputados, jornalistas, advogados, professores, “homens de letras” e atuavam em diferentes esferas da vida social. A valorização e reverência através da citação dos nomes no relato do viajante devem ser interrogadas. Decifrando o recado do nome é possível aferir que este “determina, alude, evidencia. Nome traduz origem, filiações, pertencimentos, segregações. Nome de batismo sugere tempo e espaço” (MIGNOT, 1993, p. 630). Desse modo, conforme salientado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, “o nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais” (BOURDIEU, 1996, p. 187). Interpreto o destaque atribuído ao nome, no relato de Rocha Pombo, à associação estreita entre nome e identidade, uma vez que o nome, “é o verdadeiro objeto de todos os sucessivos ritos de instituição ou de nomeação através dos quais é construída a identidade social” (BOURDIEU, 1996, p. 188).

Por outro lado, é conveniente pensar quem eram estes sujeitos e como podem ser reveladores dos próprios conflitos e compro-

---

4 A respeito da noção de sociabilidade, Georg Simmel fornece uma importante contribuição, em que: “Interesses e necessidades específicas fazem com que os homens se unam em associações econômicas, em irmandades de sangue, em sociedades religiosas, em quadrilhas de bandidos. Além de seus conteúdos específicos, todas estas associações também se caracterizam, precisamente, por um sentimento, entre membros, de estarem sociados, e pela satisfação derivada disso”. (SIMMEL, 1997, p. 168).



metimentos do autor, evidenciando, que há todo um movimento de sanções e edições na própria escrita, sobretudo quando o autor afirma num dado momento do relato, que com a necessária astúcia, ouviu todo mundo, não se limitando a frequentar apenas as rodas do poder, pois os mais chegados ao palácio poderiam “ter mais interesse em fazer-me ver e ouvir umas coisas sem ouvir e ver mais outras. Confesso mesmo que pus mais cuidado em ouvir de preferência toda classe de gente que nada tem com política, nem com as coisas do governo” (BOURDIEU, 1996, p. 198). Ora, na medida em que o “nome indica a função que desempenha na trama” (MACHADO, 1975, p. 167), interrogo se, as pessoas ouvidas pelo viajante são ou não as mesmas citadas e exaltadas em seu relato. Ou são dois movimentos com intencionalidades distintas? Através do recado dos nomes enumerados por Rocha Pombo, observo a ausência dos “homens simples do povo”, com os quais o próprio intelectual paranaense julgava ter aprendido tanto. Ainda com respeito ao que ouviu das pessoas “comuns”, enfatiza que, em quase todas as capitais percorridas, “senti que as populações se acham num estado como de quem respira à larga ao cabo, em quase todas, de longas impaciências, opressões, e às vezes, terrores” (POMBO, 1918, p. 198).

## OS INSTITUTOS HISTÓRICOS COMO ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES E PROJEÇÃO

Em todos os estados, a presença e recepções dos Institutos Históricos foram marcantes e recorrentes. Analisando as próprias notas de viagem de Rocha Pombo, como também os periódicos de alguns dos estados visitados, foi possível aferir a organização e mobilização causada nos institutos com a presença do intelectual paranaense.

Uma das primeiras visitas feitas enquanto esteve no estado da Bahia, por exemplo, foi ao Instituto Histórico, o qual considerava um dos melhores do país, por possuir biblioteca com sala de leitura vasta, mobiliada e aberta ao público, além do arquivo e museu, sendo a instituição cuidada “com muito zelo e dedicação pelo secretário perpétuo, o Dr. Bernardino de Souza, que seria a alma da instituição” (POMBO, 1918, p. 38).

Em Sergipe, destacou a recepção feita pelo representante do presidente do estado e por uma grande comissão do Instituto Histórico, dentre outras pessoas. Em sessão solene do Instituto celebrou-se a posse de Rocha Pombo enquanto sócio honorário no IHGSE (Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe), que ocorreu no dia 15

de agosto de 1917,<sup>5</sup> na qual “fez discurso de recepção o Dr. Prado Sampaio. Fizeram-se ouvir outros oradores. Conquanto sem notável aparato, foi uma festa que despertou atenção pública”. (POMBO, 1918, p. 55) O referido discurso também foi noticiado no jornal *Estado de Sergipe*, do dia 18 de agosto de 1917.

Além da solenidade do IHGSE, Rocha Pombo conferiu grande destaque a outras festas promovidas por intelectuais, como a realizada por Afonso Costa, “literato e jornalista baiano, de passagem por Aracajú, considerado pelo viajante um estrênuo propagandista do estreitamento de convívio entre os intelectuais da Bahia e de Sergipe”, promovendo para tanto, além da festa, a publicação de uma revista com esse objetivo (POMBO, 1918, p. 70).

No estado da Paraíba, após a já habitual visita às autoridades locais, conferiu grande relevo às visitadas recebidas, sobretudo da comissão do Instituto Histórico, composta por Manuel Tavares Cavalcanti, Alcides Bezerra e Irineu Pinto. A respeito das três figuras, são tecidas pequenas notas de suas atuações, demonstrando conhecimento na cultura do estado da Paraíba, destacando que “o Dr. Manuel Tavares é um grande cultor da nossa história. É lente desta matéria na escola normal. Irineu Pinto tem trabalhado muito pela história da Paraíba, havendo já feito algumas publicações bem interessantes” (POMBO, 1918, p. 90).

Ainda na Paraíba, foram feitas visitas ao Hospital de Santa Isabel, ao Arquivo Público, além da sessão solene celebrada no Instituto Histórico local em homenagem ao visitante, que destaca existir no recinto “um vivo sentimento de tradição e uma grande ânsia de futuro” (POMBO, 1918, p. 95). Por seu turno, a estância no Rio Grande do Norte foi marcada pela recepção por parte Nestor Lima, secretário do Instituto Histórico, “advogado, professor e também cultor dedicado da nossa história”. Por sua vez, a homenagem, recebida pouco antes da despedida do estado, mereceu nota do autor, relatando que das mãos de Nestor Lima recebeu o título de sócio honorário da instituição (POMBO, 1918, p. 104).

Em Manaus, as homenagens conferidas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas a Rocha Pombo ganharam as páginas dos periódicos locais, como a publicada no jornal *A Imprensa*, do dia 13 de novembro de 1917: “Foi ontem recebido festivamente nessa conceituada associação, o ilustre historiador Rocha Pombo. (...) Depois de

---

5 Ata da sessão magna de posse da nova diretoria que tem de gerir os destinos do Instituto Histórico no período social de 1917 a 1919. *Sergipe*, 15 de agosto de 1917, p. 9.

uma alocução de 45 minutos, o conspícuo patricio agradeceu à gentileza de que era alvo, havendo ruidosamente aplausos a sua pessoa”.

Ao retornar ao estado do Pará, a convite do governador, Lauro Sodré, o viajante demarcou como muito importante a nova recepção feita pelo Instituto Histórico, realizada na grande sala do edifício da Associação de Imprensa, por motivo de sua posse na qualidade de sócio honorário, “tendo essa honra em companhia do coronel Rondon e do Dr. Oliveira Lima. Somos os três brasileiros a quem primeiro conferiu o Instituto o título de sócios daquela categoria”. Acentuou que estiveram presentes na referida sessão, “além de grande número de membros do Instituto, muitos jornalistas” (POMBO, 1918, p. 232).

Assim, nos diferentes estados visitados, Rocha Pombo foi bastante agraciado com recepções e solenidades promovidas pelos Institutos Históricos, onde o viajante pôde frequentar os círculos de sociabilidade intelectual. Ademais, o relato do intelectual paranaense evidencia o papel dos Institutos Históricos como “abre-ales” de caminhos para a intelectualidade, conferindo maior projeção e visibilidade aos que tentavam se legitimar e estabelecer no campo em configuração<sup>6</sup>. Nesse sentido, “tratando-se de intelectuais, os historiadores devem ser analisados como participantes de múltiplas redes de sociabilidade, através das quais se colocam em contato com o mundo” (GOMES, 2009, p. 11). A partir da viagem de Rocha Pombo vislumbro uma analogia com o que foi pontuado por Ângela de Castro Gomes (2009, p. 11), para a qual, “as redes familiares e de amizade, a imprensa (jornais e revistas), as instituições de ensino são indiscutivelmente sempre cruciais, ao lado dos dois grandes lugares de consagração nacional: a Academia Brasileira de Letras (ABL) e o Instituto Histórico e Geográfico”. Ainda de acordo com a mesma autora, ao se falar dos espaços de sociabilidade deve-se considerá-los em suas dimensões “geográficas”, por um lado, e também, “afetiva”, por outro lado, “demarcando vínculos de amizade e de hostilidade e principalmente, criando certa sensibilidade e visão de mundo”, em redes de relações entendidas como “microclimas” (GOMES, 2009, p.11).

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, foi parte do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabilizava num projeto para pensar a história do Brasil de forma

---

6 Para Norbert Elias, “o conceito de configuração foi introduzido exatamente porque expressa mais clara e inequivocadamente o que chamamos de ‘sociedade’ que os atuais instrumentos conceituais da sociologia, não sendo nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um ‘sistema’ ou ‘totalidade’ para além dos indivíduos, mas a rede de interdependência por eles formada”, onde acrescenta ainda, o jogo de distinção, que também fazem parte da constituição de dada configuração (ELIAS 1994, p. 249).

sistematizada. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a nação brasileira, capaz de garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das nações, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX. Entretanto, a gestação de um projeto nacional para uma sociedade marcada pelo trabalho escravo e pela existência de populações indígenas envolva dificuldades específicas (GUIMARÃES, 1988).

A leitura da história empreendida pelo IHGB foi marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao iluminismo. A nação, cujo retrato o instituto propõe traçar, deve surgir como o desdobramento nos trópicos, de uma civilização branca e europeia. Dentre as diretrizes centrais do recém-criado Instituto, estavam a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo ao ensino público, de estudos de natureza histórica. Os primeiros estatutos estabelecem também as pretensões do IHGB em manter relações com outras instituições similares, nacionais e internacionais, e em constituir-se numa central, na capital do Império, que incentivando a criação de institutos históricos provinciais, canalizasse de volta para o Rio de Janeiro as informações sobre as diferentes regiões do Brasil.

A história seria o meio para forjar a nacionalidade, projeto no qual o IHGB se dedicou desde os anos iniciais, numa preocupação de trabalhar com o instrumentário da história e da geografia. Com este propósito, a Revista do IHGB, penetrada na concepção exemplar da história, abre uma rubrica em seu interior dedicado às biografias, capazes de fornecer exemplos às gerações vindouras, contribuindo também para a construção da galeria dos heróis nacionais. A concepção de história partilhada pela instituição guarda um nítido sentido teleológico, conferindo ao historiador, através de seu ofício, um papel central na condução dos rumos deste fim último da história.

De acordo com Lília Moritz Schwarcz, os Institutos Históricos e Geográficos tinham como missão construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos, buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos. No Brasil, os institutos tinham por meta, “coligir, metodizar e guardar” documentos, fatos e nomes para finalmente compor uma história nacional para este vasto país, carente de delimitações não somente territoriais. Ao IHGB coube demarcar espaços e ganhar respeitabilidade nacional (SCHWARTZ, 1993).

Argumentando que o IHGB, fundado em 1838, cumpriu papel de primeira grandeza na construção da memória nacional, tendo se colocado a serviço de um projeto político bem definido, a consolidação do Estado Imperial, Lucia Guimarães traz importantes contribuições em sua tese de doutorado. Sua análise concentra-se nos primeiros 50 anos da instituição, que quase coincide com o final do Império. Estudou o IHGB no período em que esteve “debaixo da imediata proteção de sua majestade Imperial”, assinalando a aliança entre o poder público e uma academia que reunia intelectuais cuja preocupação, em grande parte, era contribuir para a consolidação da identidade nacional. Lucia Guimarães defende a ideia de que o IHGB seria uma “Casa da Memória Nacional”, sendo visto pelos estudiosos por diferentes prismas, dentre os quais, o de “Reduto intelectual”, “herdeiro muito próximo da tradição iluminista”, “guardião da história oficial”, “tipo de associação sábia” (GUIMARÃES, 1995). Já no livro *Da escola Palatina ao silogeu*, a mesma autora analisa o período de 1889-1938, cobrindo a história da instituição entre a queda do Império – que representou o fim do patronato oficial – e a inserção do IHGB na política cultural do governo Vargas, coincidente com o centenário da Casa. No referido trabalho, a autora mostra como a história da instituição, entre 1889 e 1938, foi diferente da de seus primeiros cinquenta anos. Nestes, gozou do favor imperial e era a principal instituição acadêmica do país (GUIMARÃES, 2006).

#### Os Institutos Históricos nos estados do “norte”

Instituição	Estado	Ano de criação	Observação
O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano	Pernambuco	1862	“É o Instituto Histórico estadual mais antigo do Brasil”.
Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	Alagoas	1869	Denominava-se inicialmente, Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano
Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)	Ceará	1887	
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia	Bahia	1894	
Instituto Histórico e Geográfico do Pará	Pará	1900	

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	1902	
Instituto Histórico e Geográfico Paraibano	Paraíba	1905	
O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	Sergipe	1912	É também chamado pelos sócios de “A Casa de Sergipe”
Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo	Espírito Santo	1916	
Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas	Amazonas	1917	
Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão	Maranhão	1925	Inicialmente chamado “Instituto de História e Geografia”

Assim, os estudos sobre o IHGB permitem que sejam pontuadas diferenças entre as ações nos períodos imperial e republicano. Ademais, a criação de outros Institutos Históricos para além da capital federal, o Rio de Janeiro, não foi um processo homogêneo e simultâneo. Quais as particularidades e condições para o surgimento de institutos históricos e congêneres, nos diferentes estados visitados por Rocha Pombo, por exemplo?

Considerando os onze estados visitados, apenas em três houve a criação de Institutos Históricos no período imperial. Em oito deles, a criação se deu no período republicano, sendo que o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas fora criado no mesmo ano da viagem do intelectual paranaense ao norte do Brasil. O apoio para receber e celebrar um intelectual da capital é visto, por mim, deste modo, como parte dos investimentos para a consolidação e legitimação também destes espaços, recém-criados em alguns dos estados visitados. O intercâmbio com outras entidades nacionais e internacionais, bem como, o contato com sócios correspondentes, era prática usual e poderia fortalecer os institutos. Mais uma vez, a noção de lugares de sociabilidades (jornais, revistas, editoras, associações etc.) é importante ferramenta de análise, pois estes “articulavam uma diversidade de atores (escritores, editores, livreiros) em torno de um projeto coletivo” (GOMES, 2009, p. 27).

## ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Ao término deste artigo, concluo que muitos foram as motivações e desdobramentos da viagem na experiência de Rocha Pombo. O viajante do sul conheceu outras paisagens. Superou medos e angústias. Enfrentou a saudade da família. Ampliou redes. Tornou-se conhecido. Divulgou seus livros. Recebeu convites para escrever outros. Redescobriu-se aos 60 anos, quando muitos pensavam em se aposentar. Da travessia, inspirou-se para outras escritas da História: Universal, da América, do Brasil, de São Paulo, do Rio Grande do Norte. Não mais um aventureiro! Escrevia, agora, com a autoridade da experiência que a travessia lhe proporcionara, em tempos nos quais, saboreou arquivos, onde “felizmente não se esgota nem seus mistérios nem sua profundidade” (FARGE, 2009, p. 12). Consultou livros, ouviu as gentes e histórias pelo Brasil afora. Reuniu “provas” para a composição de seus livros, alguns dos quais, repletos de imagens, documentos, mapas.

Na peregrinação por documentos, demonstrou sedução pela pesquisa e inquietante curiosidade. Neste movimento de buscas, foi assessorado por outros pesquisadores e mediadores dos locais visitados, tendo nos Institutos Históricos estaduais o abre-alas para muitas recepções e debates sobre temas relacionados à História do Brasil. E tudo isso foi registrado por escrito em suas notas de viagem, que também podem ser pensadas enquanto uma memória. Ali, o autor demarcou apenas seus feitos mais notáveis, com uma falsa modéstia bastante peculiar. Apenas trazia a público o que considerava glorioso em sua personalidade. As imperfeições, certamente, foram omitidas. A ênfase em mostrar que era também um pesquisador, pode ter sido uma resposta às críticas de que seria apenas um compilador das ideias de outros.

Assim, concluo que a travessia aos estados do norte do Brasil foi decisiva para a conquista da legitimação de Rocha Pombo enquanto autor de livros de História. Se para muitos, viajar para o exterior possibilitava o acesso às fontes e aos arquivos tidos como essenciais para a escrita da História do Brasil, o deslocamento do intelectual morretense o projetou nos onze estados visitados, estabelecendo contatos fundamentais para sua escrita de viagem, com os convites para escrever as *Notas de viagem. Norte do Brasil*, bem como, a *História do estado do Rio Grande do Norte*, o que só foi possível graças aos materiais coletados nos cinco meses de andanças pelo Brasil. Além das pesquisas em arquivos, o próprio Rocha Pombo ressalta que as

peças com as quais se relacionou foram fundamentais, pois, através do exercício da escuta do outro, pôde ampliar o conhecimento sobre as coisas do Brasil, e que tais conhecimentos não poderiam ser lidos em “documentos”: “o que trouxe dos arquivos e bibliotecas, por mais que me surpreendesse a abundância da messe recolhida, não me é mais precioso do que tudo o que diretamente pude apanhar vendo a terra e sentindo a gente” (POMBO, 1918, p. 197).

Para o intelectual, o exercício feito por ele surpreenderia alguns dos expoentes da historiografia do século XIX, como Henry Thomas Buckle:

Olhando por cima aquelas vitórias do esforço humano em contraste com os esplendores da terra, muito me lembrei do grande Buckle. Que sentiria o sábio historiador inglês se pudesse ver ali, como eu vejo, infirmada a sua ciência; se tivesse de reconhecer que por ali, o homem já enfrentou a natureza americana no que ela tem de mais pujante e formidável! (POMBO, 1918, p. 268).

Todos esses aspectos fortaleceram o argumento que teci a favor de que o viajar, na experiência de Rocha Pombo, foi uma estratégia de ampliação das redes de sociabilidade do autor no campo intelectual. Tal campo, por ser tenso e minado, exigia a constante negociação e, mesmo, acatização dos pares. O movimentar-se em diferentes círculos e frentes de atuação era uma das exigências para a sobrevivência. Defendo que Rocha Pombo era um intelectual não por ser um erudito ou homem de letras, e sim, pelas características apreendidas ao longo de sua trajetória: professor, jornalista, editor, deputado, historiador, poeta, contista, viajante, que engajado nas questões do seu tempo, participava e mediava debates, propondo projetos, sendo um “produtor de bens simbólicos” que, envolvido na arena política, criava visões de mundo e interpretações sobre o Brasil.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, José D’Assunção. Considerações sobre o paradigma positivista em História. *Revista Historiar* - Universidade Estadual Vale do Aracaju. Aracaju, v. 4. n. 4 (jan./jun. 2011).
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: UnB, 2002. v. 2. \_\_\_\_\_ . *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: EdUnesp, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. (Org. Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983. \_\_\_\_\_ . *As regras da arte*. Gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia das Letras, 1996.



- \_\_\_\_\_. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CERTEAU, Michel de. “Relatos de espaço”. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1990.
- DICIONÁRIO BIOBIBLIOGRÁFICO de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros. Rio de Janeiro: IHGB, 1991, Vol. III.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 2 v.
- \_\_\_\_\_. & SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.
- HABERMAS, Jürgen. *Legitimation Crisis*. Boston: Beacon Press, 1975.
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- \_\_\_\_\_. *História e historiadores*. A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial*. O IHGB (1838-1889). 1995. 339f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Da Escola Palatina ao Silogem*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Prefácio Arno Wehling. Rio de Janeiro: Museu de República, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- MACHADO, Ana Maria. *Recado do nome: leitura de Guimarães Rosa à luz do nome de seus personagens*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Decifrando o recado do nome. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 74, n. 178, p. 619-638, set./dez. 1993.
- POMBO, Rocha. *Notas de viagem*. Norte do Brasil. Rio de Janeiro: Benjamin de Águila, 1918.

SCHWARTZ, Lilia Moriz. Os institutos históricos e geográficos- guardiões da História Oficial. In: \_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo; SIMMEL, Georg. *Sociologia*. (Org.). São Paulo: Ática, 1997.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EdUFRJ; EdFGV, 1996.

# PROTAGONISMO INDÍGENA NA LITERATURA: OUTROS OLHARES SOBRE MATO GROSSO

## INDIGENOUS LEADERSHIP IN LITERATURE: OTHER VIEWS ON MATO GROSSO

Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa

Rosemar Eurico Coenga

**RESUMO:** O artigo se propõe a discorrer sobre o livro *Irakisu: o índio criador*, de autoria de René Kithaulu, um indígena Nambiquara, etnia que habita terras a Oeste de Mato Grosso, em plena Amazônia Legal. Apresenta uma proposta epistemológica que oferece diferentes perspectivas acerca da interpretação de mundo, estas asseguram um conhecimento local, exercitado por saberes indígenas, em uma visão (des)colonializada do conhecimento sob o viés do colonizador. O percurso teórico segue as trilhas do entendimento das relações entre índios e não índios, em ressonância nas abordagens teóricas de Gertz (1997), Quijano (2005 e 2010), Said (1990) e Santos e Menezes (2010). O método adotado, após a leitura e análise dos livros de nosso acervo bibliográfico, composto por aproximadamente quatrocentos livros, dividimos os exemplares em dois blocos: autores indígenas e autores não indígenas. Em seguida, nos atentamos à construção das narrativas, quando nos detemos, em especial, na identificação das etnias retratadas nos textos e nas imagens. Finalmente, selecionamos o livro de René Kithaulu, “*Irakisu: o menino criador*” (2002) para uma análise mais aguçada, com ênfase nos aspectos socioculturais Nambiquara. Sem dúvida, o protagonismo indígena em uma perspectiva de construção do mundo que, ao fugir da proposta epistemológica ocidental, dá validade a outros saberes, ao “saber local”.

**Palavras-chave:** Mato Grosso. Literatura infanto-juvenil. Nambiquara.

**ABSTRACT:** The article aims to discuss the book *Irakisu: the Indian creator* of Rene Kithaulu authored, an indigenous Nambiquara, ethnicity inhabiting lands to the west of Mato Grosso, in the middle of the Legal Amazon. It presents an epistemological proposal offering different perspectives on the interpretation of the world, these ensure local knowledge, exercised by indigenous knowledge in a vision (un) colonializada knowledge under the bias of the colonizer. The theoretical route follows the paths of understanding of the relationship between Indians and non-Indians, resonate in the theoretical approaches of Geertz (1997), Quijano (2005 and 2010), Said (1990) and Santos and Menezes (2010). The method adopted, after reading and analysis of our bibliographic books, consisting of approximately four books, we divided the samples into two groups: indigenous and non-indigenous authors. Then we pay attention to the construction of the narrative, when we pause in particular the identification of ethnic groups portrayed in the texts and images. Finally, we selected the book of Rene Kithãulu, “*Irakisu: the creator boy*” (2002) for a sharper analysis, with emphasis on socio-cultural aspects Nambiquara. Undoubtedly, the Indian role in building a world perspective, to get away from the Western epistemological proposal gives validity to other knowledge, the “local knowledge”.

**Keywords:** Mato Grosso. Children’s literature. Nambiquara.

## INTRODUÇÃO: PASSEANDO POR RUAS PARALELAS

Passeando por ruas paralelas é um termo inspirado nas leituras de Clifford Geertz (1997), em especial, “O saber local: novos ensaio sem antropologia interpretativa”. Ao percorrer a esteira do antropólogo norte-americano, objetivamos apresentar uma proposta que evidencie uma natureza do conhecimento que propõe novas perspectivas acerca da interpretação de mundo, sob a ótica do protagonismo indígena. Descrever e interpretar o mundo são atos que podem seguir outros caminhos que não sejam somente aqueles adotados pelo conhecimento institucionalizado, ocidentalizado. No Brasil, o discurso oficial criou uma desigualdade proveniente do colonialismo europeu vigente desde o século XVI. A exterioridade dessa representação foi regida pelo truismo, como se essa entidade geográfica pudesse descrever a si mesma, como imagens refletidas no jogo de espelhos, a induzir um complexo aparato de reproduções mentais daquilo que se pensava, numa relação contínua de poder, de dominação, de variação hegemônica das ideias. Esta hegemonia reiterou o sentido etnocêntrico da superioridade do homem “civilizado” sobre o “atraso” dos povos

indígenas, assim como a obrigatoriedade da sociedade ocidental levar-lhes o “desenvolvimento”, seja material ou espiritual.

O que se deu com a negação/ repressão cultural relativa às crenças, ideias e visão de mundo dos povos indígenas recaiu nos modos de produzir conhecimento, subordinando os saberes locais aos ocidentais, introduzindo novos sistemas de imagens e significações como meios de controle sociocultural. As relações de poder procuraram transformar ou mesmo destruir e subordinar suas práticas culturais. Propomo-nos, portanto, a apresentar uma (des)colonialização do saber pelo aporte do conhecimento local elaborado pelos povos indígenas, na reflexão epistemológica de contextos socioculturais e políticos da produção e reprodução de saberes que cada uma das sociedades indígenas é responsável.

A existência social do cotidiano faz-se das relações de força que engendram novas geoculturas e novas identidades societárias de colonialidade, dentre elas, os povos indígenas. Entendidos como “inferiores”, “irracionais”, “primitivos”, “tradicionalistas”, acham-se em oposição à ideia eurocêntrica que reflete metaforicamente ao “que se estabeleceu como uma expressão racial/étnica/cultural da Europa, como um prolongamento dela, ou seja, como um caráter distintivo da identidade não submetida à colonidade do poder” (QUIJANO, 2010, p. 86).

O argumento da superioridade civilizatória coloca o homem ocidental como representante do conhecimento verdadeiro e universal, em detrimento aos saberes locais, por serem particulares, incapazes de produzirem teorias científicas. Enrique Dussel (2010, p. 356) escreve que o pensamento filosófico, desde a Grécia, entende como direito natural e justo submeter povos ditos atrasados e bárbaros à superioridade própria da razão, mais cultas e humanas do ocidente, mesmo que pela guerra.

As linhas que contornam o espaço apreendido e ocupado pelos indígenas tecem-se nas urdiduras das suas representações culturais e resultam de um processo etno-histórico no decurso do contato entre povos indígenas vizinhos e grupos sociais oriundos de diversas partes do Brasil. A mentalidade da supremacia civilizatória dos não índios irrompe e passa a identificá-los como atrasados, possíveis de serem conquistados, legitimando toda e qualquer usurpação, em especial, de suas terras e de seus recursos naturais.

As transformações impingidas às terras indígenas e aos seus limites são analisadas como experiências de violência à vida dos índios e como fatores que tomam parte de encontros e desencontros nas

teias das relações de dominação. Portanto, o que se estabelece durante o contato é entendido neste estudo como fator desintegrador de elementos sociais, políticos e culturais das sociedades étnicas. Índios e não índios são conduzidos ao confronto, a constantes desajustamentos que levam os primeiros a uma condição de subordinação.

Nas palavras de Said (1990), a fronteira existente entre os índios e aqueles que chegaram de diversas partes do país, com propósitos distintos, caracteriza-se por um referencial geográfico específico, eminentemente cultural, que representa um território que se sobrepõe ao oficial, com interesses antagônicos. A superposição desses territórios é responsável pela emergência dos conflitos, mas, por outro lado, obriga os indígenas a criarem e recriarem práticas como estratégias de sobrevivência. No pensamento de Quijano (2005, p. 231), as relações são estabelecidas, “codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno”, achando-se os índios na categoria de povos “primitivos”. Retornando à análise de Said, em relação aos povos indígenas podemos, ainda que não sejam seus sujeitos de estudo, a história oficial, até agora, perpetua a padronização e a estereotipização cultural, tecendo a teia da discriminação e do estereótipo, ideologia desumanizante, a emitir juízos incriteriosos a respeito de situações, acontecimentos, pessoas ou grupos indígenas.

A análise de uma produção literária consiste, portanto, em uma metodologia que possibilita uma representação textual da organização dos indígenas em terras milenarmente ocupadas, que vai se contrapor a tais categorias que obedecem a uma perspectiva etnocêntrica, à medida que criam modos distintos de representação. A presente abordagem é parte do resultado de leituras e análises de livros com temática indígena, destinados ao público infante-juvenil, quando identificamos dois grupos de escritores: índios e não índios. No primeiro grupo foram selecionados e analisados 105 livros de escritores que criaram narrativas literárias baseadas em experiências da aldeia e em narrativas míticas, oriundas da memória tradicional de suas gentes.

O segundo grupo, em maior quantidade, contou com 268 livros, com textos baseados em narrativas míticas e de suas vivências juntos às sociedades indígenas. Após essas etapas, o percurso metodológico seguiu para a leitura e a análise das narrativas de todo o acervo bibliográfico. Tivemos a intenção de averiguar de que forma a construção da identidade indígena tem sido construída a partir do acervo que discute a temática, escrita por autores índios e não índios. Nossa hipótese, que foi comprovada, era a de que encontraríamos

em grande parte dos livros analisados uma construção identitária do índio genérico, ou seja, mais especificamente, não identificando suas etnias. Isso significa que os discursos das escolas, a imagem do índio ainda não é firmada “na situação de índios específicos, investidos de seus atributos e vivendo segundo seus costumes, à condição de índios genéricos, cada vez mais aculturados, mas sempre índios em sua identificação étnica” (RIBEIRO, 1995, p. 86).

Para este artigo, selecionados o livro “Irakisú, o menino criador” (2002), de Renê Kithãulu, publicada pela Editora Peirópolis, integrante da coleção Memórias Ancestrais, coordenada por Daniel Munduruku. O autor, que também é o responsável pelas ilustrações juntamente com crianças Nambiquara, se propõe a trazer traços culturais de seu povo, tendo por base a oralidade e a memória dos mais velhos. Sem dúvida, uma perspectiva de construção do mundo que foge à norma epistemológica. Ao contrário, Renê Kithãulu assegura um conhecimento local, perpetrado por saberes indígenas, ou seja, oferta uma produção (des)colonializada do conhecimento sob o viés do colonizador, capaz de descortinar uma parte do Mato Grosso ainda desconhecida.

## LITERATURA INFANTO-JUVENIL E OS SABERES LOCAIS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 2001), desdobrada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, discute o tema da Pluralidade Cultural para ser pensado, vivido e recriado por professores e alunos, em consonância com as novas proposições da base curricular do Ministério da Educação. Historicamente, a abordagem da temática indígena em livros didáticos encontra-se bastante envolta no preconceito e na discriminação social, baseados em visões estereotipadas em relação à imagem do índio.

Contemplado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, o tema transversal da Pluralidade Cultural ainda não ocupa cadeira cativa nas instituições de ensino como um instrumento suficientemente forte para que a questão do multiculturalismo existente no Brasil seja abordada nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Assim, um grande desafio foi imposto aos professores quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. O documento, que alterou a Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, passou a estabelecer as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade temática da História e Cultura Afro-Brasileira e

Indígena (BRASIL. Presidência da República, 2008). Na forma de obrigatoriedade, a lei reforça o que já exprimem os Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural (BRASIL, 2001, p. 19), ao agregar

[...] ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal.

A abordagem da questão indígena em sala de aula, caracterizada, ainda, pela irregularidade, precisa, urgentemente, ser incluída nos conteúdos, principalmente das disciplinas das áreas das Ciências Humanas. A justificativa recai para o vácuo existente em relação aos materiais disponíveis, pois “os professores das escolas não indígenas [...] muitas vezes não têm informações suficientes ou bem balizadas sobre os índios, embora a cultura indígena faça parte do nosso cotidiano” (FUNARI; PIÑON, 2011). A rica diversidade cultural indígena no país não consiste em um excelente motivo para que esta temática seja contemplada nas disciplinas ofertadas tanto no Ensino Fundamental como o Médio. Livros didáticos do Ensino Fundamental e Médio ainda pecam pelos poucos conteúdos, num país onde há aproximadamente 896.917 índios em áreas urbanas e rurais, distribuídos em 215 etnias e falantes de 180 línguas, de acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Por reconhecermos tratar-se de um rico manancial de registros de modos de vida, manifestações culturais, espaços construídos, concepções de mundo através dos tempos, consideramos necessário o trabalho em sala de aula com a literatura infantil e juvenil de temática indígena. Ao traçarmos uma retomada histórica da literatura infantil e juvenil em nosso país, notamos que ela surge num período favorável a uma literatura comprometida com o imaginário e a ludicidade, quando Monteiro Lobato publicou “A menina do narizinho arrebitado” (1921). O autor adotou uma postura denunciante da realidade brasileira, constituindo ligação entre a literatura e as questões sociais, com criticidade e inconformismo diante da realidade brasileira. A propósito da etnografia, Lobato se faz presente com o livro “Aventuras de Hans Staden”. A história se passa no século XVII e reconta o episódio de um alemão que partiu de Bremen (atual Alemanha) e



foi feito prisioneiro dos índios Tupinambá, atual cidade de Parati, Rio de Janeiro. O livro de Lobato, uma adaptação de “Viagem ao Brasil e Duas Viagens ao Brasil”, de autoria do próprio Staden, foi publicado pela primeira vez no ano de 1557, quando retornou à sua terra natal, depois de ter escapado de um ritual antropofágico. Por sua posição revolucionária diante da literatura, o autor é considerado o pioneiro da literatura infantil brasileira. Ele desvia-se do padrão moralista que trilhava esse estilo de narrativa, estimulando a investigação e o debate sobre assuntos que os valores estabelecidos já forneciam respostas. Criou uma literatura que estimula “o leitor a ver a realidade através de conceitos próprios. Apresenta uma interpretação da realidade nacional nos seus aspectos social, político, econômico, cultural, mas deixa, sempre, espaço para a interlocução com o destinatário” (CA-DEMARTORI, 1991, p. 51).

A produção literária, de 1920 a 1945, destinada a crianças e jovens, toma corpo como o processo de industrialização pelo qual atravessava o Brasil e a consequente estabilização da classe média que aumentou o número de consumidores de bens culturais e, com isso, cresceu também a publicação de livros. Outros autores contribuíram significativamente com suas obras, que se tornaram exemplares, como por exemplo, “Cazuza”, de Viriato Correia, “A terra dos meninos pelados”, de Graciliano Ramos, “Taquara-Poca”, de Francisco Martins, “As aventuras de Tibicuera”, de Erico Verissimo, dentre outros.

As décadas de 1960 e 1970 trouxeram um contexto em que apareceram vários dos autores consagrados da literatura brasileira para crianças e jovens. Podemos citar alguns acontecimentos marcantes da época, como o movimento da ditadura militar, a instituição da Lei de Diretrizes e Bases na Educação, à obrigatoriedade da leitura de obras de autores nacionais nas escolas e a criação da maior instituição voltada a literatura infantil e juvenil, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.

Alguns críticos denominam esse período como o *boom* da literatura infantil e juvenil, período marcado por uma renovação da literatura infantil brasileira. Da geração de 1970 em diante, podem-se citar grandes autores que se dedicaram a explorar o universo infantil e juvenil, alguns eles: Joel Rufino dos Santos, Ana Maria Machado, Lília Moritz Schwarcz, Ruth Rocha, Sylvia Orthof, Lygia Bojunga Nunes, Ziraldo, João Carlos Marinho, Bartolomeu Campos de Queirós e outros. Muitos dos que se profissionalizaram como escritores principiaram a escrita nessa época e continuam a escrever textos de qualidade para crianças e jovens.

No artigo “Literatura Infantil e Juvenil Brasileira: os caminhos da produção e o resgate da memória” (2006), a pesquisadora Rosa Maria Cuba Riche, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, traça um levantamento da recente produção literária e juvenis no que se refere à narrativa, nos primeiros anos dessa década, aponta para a retomada de clássicos universais e brasileiros, de contos de fadas, de histórias exemplares, das mitologias grega, indígena e africana, além de temas voltados para as relações interpessoais e para o relato de vida e obra de artistas que escreveram seus nomes na história brasileira e universal.

A literatura infanto-juvenil contemporânea é imensa e merece ser aprofundada no mundo acadêmico. Na atualidade, a literatura indígena alia-se à tradição oral para expressar a riqueza estética e milenar contida no legado cultural dos mais de duzentos povos indígenas que atualmente habitam o território brasileiro.

### A TEMÁTICA INDÍGENA NA COLEÇÃO DE LIVROS INFANTO-JUVENIS

A aquisição de livros que forma o acervo bibliográfico aqui analisado teve início em 1982, com o propósito de compor as aulas de Língua Portuguesa, História, Geografia e Artes da Escola Indígena Nambiquara, localizada na Terra Indígena Nambiquara, a Oeste de Mato Grosso, em plena Amazônia Legal. Isso por que os índios Nambiquara sentiram necessidade de conhecer os modos de viver de outros povos indígenas, especialmente daqueles que geograficamente estão próximos às suas aldeias. Assim, a literatura infanto-juvenil se fez presente nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental.

Há algum tempo critica-se o modo como os manuais didáticos têm tratado os povos indígenas, desde o mais comum estereótipo, que reduz todas as nações indígenas a uma única categoria de índios, como se todas fossem iguais entre si, até aqueles que ainda veem os índios como canibais. Intencionamos primeiramente verificar a representação do índio na literatura brasileira. Na literatura árcade, assinalamos para a construção do poema “Caramuru”, de Santa Rita Durão, que via o índio como subespécie. Escrito por honra e glória do conquistador Diogo Álvares, o texto aponta o índio como perdedor e elemento de uma ideologia que objetiva delinear os dogmas católicos aos libertinos europeus.

O Guarani” (1857), “Iracema” (1865) e “Ubirajara” (1874) são testemunhas da inquietação de José de Alencar com o tema da identidade nacional, expresso na figura do índio. Os índios, personagens centrais dessas obras, são destacados em cenários selvagens, surgem

como elementos da natureza, destacam a cor local e são símbolos de um passado idealizado e glorioso. Na visão alencariana, o índio parece encenar a perfeita composição entre o homem e a natureza.

Em tempos mais contemporâneos, a abordagem de Antônio Callado, o romance “Quarup” (1974) mescla vivências em uma aldeia indígena aos principais problemas vivenciados pelo Brasil: suicídio de Getúlio Vargas, a renúncia do presidente Jânio Quadros, o movimento de 1964, a atuação das ligas camponesas, recém criada, dentre outros. “Maira” (1976), de Darcy Ribeiro, um romance que narra a história de um índio adotado por um padre e ao ser levado ao caminho do sacerdócio, questiona sua fé e entra em oposição a si mesmo por ter deixado seu povo.

Ao inverso da literatura indígena para adultos, a infanto-juvenil apresenta uma produção bastante numerosa. Um grande impulso recai para a produção de alguns escritores das próprias nações indígenas, que, ao colocarem no papel suas histórias, permitem que um novo campo narrativo se abra. Da coleção, destacamos nomes como os de Daniel Munduruku, Hilário Adugonareu, Luiz Galdino, Wasiry Guará, Kaká Werá Jecupé, René Kithãulu, Cristino Wapichana, Pichvy Cinta Larga, Maria Alice Cupudunepá e Eliane Potiguara, dentre outros.

Maria Alice Cupudunepá e Eliane Potiguara, por serem as duas únicas mulheres indígenas presentes no acervo analisado, e por pertencerem ao grupo de escritores indígenas, merecem algumas observações. A primeira, da etnia Umutina, Mato Grosso, publicou, em 2002, a obra *Arte indígena Umutina*, uma publicação do Projeto Tucum, da Secretaria de Estado de Educação. Cupudunepá, em sua aldeia, na Escola Indígena Otaviano Calmon, assumiu a sala de aula em 1989 e sua ação didático-pedagógica também está direcionada para a retomada de aspectos culturais que foram perdidos ao longo do violento processo de contato sofrido pelos índios. Com 54 páginas, o livro, que passou pela apreciação e aprovação da Comissão Nacional de Análise de Projetos, na área de Educação Escolar Indígena, atende a demanda de material didático e pedagógico. O texto é escrito em língua portuguesa e possui desenhos de cestos de buriti, canoas, gamelas, cerâmicas, colares, pulseiras, leques, cocares, arcos, flechas, dentre outros.

Eliane Potiguara é Conselheira do Instituto Indígena de Propriedade Intelectual e Coordenadora da Rede de Escritores Indígenas na Internet. Em 1988, foi uma das 52 brasileiras indicadas para o Projeto Internacional Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz. Seu nome vincula-se não somente na lista de escritoras indígenas, mas também,

por sua postura política, na luta pelos direitos indígenas. Seu livro, apoiado pela Unesco, “Akajutibiró: terra do índio Potiguara” (1994) versa sobre o cotidiano indígena e consiste em um importante instrumental de apoio à alfabetização para adultos e crianças. Cupudunepá e Potiguara, da mesma forma que o grupo de escritores indígenas, buscam expressar aspectos da cultura dos povos nativos do Brasil e luta por espaço e reconhecimento identitário. Dos diversos autores por nós analisados, Daniel Munduruku é o que mais se sobressai, por ser um dos escritores indígenas com um número significativo de obras, contendo narrativas extraídas, predominantemente, do seu povo Munduruku, além de retratar outras culturas. Recebeu alguns prêmios, dentre eles, na categoria conto da Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil, em 2001. Também recebeu o prêmio Jabuti por “Histórias de índio”, em 2004, e “Meu avô Apolinário” foi escolhido pela Unesco para receber a menção honrosa em literatura para crianças e jovens na questão da tolerância. Ambos os livros versam sobre o mundo imaginário, presente nas narrativas míticas, e a diversidade sociocultural e linguística dos povos indígenas no Brasil.

Um outro exemplo é “O Livro das Árvores”, que reúne informações sobre a natureza percebida pelos índios Ticuna, do Amazonas, ao disponibilizar um inventário da fauna e da flora brasileiras. A proposta dos autores indígenas, sem dúvida, inaugura uma tendência descolonizadora da literatura infante-juvenil brasileira que vai se confirmando ao longo dos anos. “Histórias de índio”, de Daniel Munduruku, publicada pela Companhia das Letrinhas, e “O Livro das Árvores”, por ser um livro de autoria coletiva, marcaram um diferencial no mercado editorial. Outros livros passam a ser publicados e ganharam atenção da crítica especializada.

No grupo dos escritores não indígenas presentes na coleção em epígrafe, com o número maior de exemplares, elencamos nomes como: Monteiro Lobato, Assis Brasil, Ricardo Azevedo, Frei Beto, Marilda Castanha, Hernâni Donato, Ciça Fitipaldi, Betty Mindlin, Luiz Donizete Benzi Grupioni, Ana Maria Machado, Leonardo Boff, Odete de Barros Mott, Joel Rufino dos Santos, os irmãos Villas-Bôas, dentre outros. Na narrativa, os autores retratam o cotidiano indígena e adentram em esferas da história, do ritual, da religião, do mítico e contribuem para a formação identitária de suas personagens. Destacamos o trabalho primoroso dos irmãos Cláudio e Orlando Villas-Bôas, sertanistas e indigenistas, membros integrantes da Expedição Roncador-Xingu. Ambos também estiveram empenhados em inventariar a memória cultural dos povos indígenas. Parte dessas histórias

encontra-se reunida na coleção Pachachá, ouvidas durante cerca de quarenta anos de convivência com os índios. São elas: “Xingu: os contos do Tamoin” e, as coleção “Pachachá, Morená – a praia sagrada”, “Tamacavi – o gigante”, “O rei e o menino índio”, “Coeviacá – o índio incendiário”, “O tamoin e a onça” e “Pachachá e o peixinho”. Os textos, que abordam em sua maioria a mitologia dos povos xinguanos, promovem também uma viagem pelo vocabulário indígena e permitem um saboroso encontro com nossa própria língua. Dentre os livros que compõem essa série, somente “O rei e o menino índio” (1986) extrapola a narrativa mítica para traduzir um fato ocorrido no Parque Indígena do Xingu, no ano de 1964, quando Leopoldo III (1901-1983), rei da Bélgica, passou 58 dias junto aos índios.

Merecem igual destaque os livros da Série Morená, que para os índios Kamaiurá, significa a terra mítica, o paraíso onde mora Mavutsinim, o grande criador. Essa e muitas outras lendas foram escritas por Ciça Fittipaldi, artista plástica que esteve entre os índios Nambiquara e de lá trouxe a vontade de transmitir às crianças e aos jovens um pouco da cultura e da sabedoria dos diferentes povos indígenas. A autora recolhe essas histórias com seriedade, propõe novas abordagens acerca da riqueza dos universos culturais indígenas e proporciona um riquíssimo material para crianças e jovens. Dada sua formação acadêmica, ilustra seus próprios textos com cores, formas e poesia que marcam sua identidade artística. Na coleção Morená, encontramos os seguintes títulos: “A lenda do guaraná”, “A linguagem dos pássaros: mitos dos índios Kamaiurá”, “Bacurau dorme no chão: lenda dos índios Tukano”, “Macunaíma: mito-herói dos índios Makuxi”, “Wapixana, Taulipang e Arekuná”, “Naro, o gambá: mito dos índios Yanomami”, “O menino e a flauta: mito dos índios Nambiquara”, “Subida pro céu: mito dos índios Bororo”, “Tainá, estrela amante: mito dos índios Karajá”.

Dentre as obras divulgadas sobre a sabedoria ancestral, escritas por não índios, e que chamaram a atenção da crítica especializada, merece menção a obra publicada pela Editora Salamandra, em 2001, “O Casamento entre o céu e a terra: contos dos povos indígenas do Brasil”, de Leonardo Boff, expoente da Teologia da Libertação no Brasil. Além de relatos, contos, mitos e informações sobre o cotidiano, a narrativa contém ampla pesquisa sobre a herança humanística e a contribuição dos povos indígenas do Brasil. O livro recebeu o Prêmio Figueiredo Pimentel – O Melhor Livro Reconto, de 2002, da Fundação Nacional do Livro Infantojuvenil.

Entre os antropólogos preocupados em registrar essas narrativas, temos a obra “Mitos Indígenas e narradores indígenas” (2006), de Betty Mindlin, publicação da Editora Ática, que sempre teve grande interesse pelas questões indígenas e, desde 1979, vem trabalhando em projetos de pesquisa e apoio a numerosos povos da Amazônia. A obra em questão é uma coleção de mitos dos índios Suruí, Ajuru, Arara-Karo, Arikapu, Aruá e outros contados em sua língua indígena à antropóloga e traduzidos para a língua portuguesa. A autora defende a importância dessas narrativas, pois acredita que o “o convívio com essa cultura fez com que [...] compreendesse ainda mais a importância da sua preservação” (MINDLIN, 2006, p. 142).

A editora Villa Rica propiciou também especial atenção à literatura indígena com a Coleção Lendas da Amazônia, recontadas por Stella Leonardos: A “Lenda da origem da humanidade”, “Lenda da origem do rio Amazonas”, “Lenda dos Buracos do céu”, “Lenda da Iara”, “Lenda da Cobra Norato”, “Lenda da Vitória-Régia”, “Lenda do Uirapuru”. No conjunto, os textos adentram sobre o manancial mitológico, especialmente do povo Caxinauá, localizados no Acre, Amazonas e Peru.

Lendas Brasileiras é outra coleção que deve ser destacada em nossa análise. De autoria de Maria Thereza Cunha de Giacomo, esposa de Arnaldo Magalhães de Giacomo, consagrado postumamente membro da Academia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil. A escritora de literatura infantil e poetisa adaptou vários mitos indígenas em 24 livros. Destes, apenas 3 não contemplam a mitologia indígena. Foram escritos na década de 1970 e fazem um percurso por algumas etnias que atualmente habitam o Brasil, a saber: “Como surgiu a noite” (etnia não identificada), “Uma festa na selva” (Tembé), “A lenda da mandioca” (Tupi), “A origem das estrelas” (Bororo), “A lenda da Iara” (etnia não identificada), “A lenda do guaraná”, “Tahira-Can, a estrela vésper” (Karajá), “O curupira” (etnia não identificada), “A surucucu e o sapo” (etnia não identificada), “Os dois papagaios” (Bororo), “Macunaíma” (Taulipangues), “O macaco e o fogo” (rio Juruá), “O dilúvio” (Caingangues), “A onça e o raio” (Taulipangues) e “Jurupari” (Tupi-guarani). Contudo, uma leitura atenta deve ser feita, no sentido de que alguns livros não se preocupam em identificar as etnias retratadas, caindo na armadilha da construção da imagem do índio genérico.

Veiculadas através da tradição oral, as textualidades literárias produzidas por índios e não índios no Brasil são diversas. Apesar de podermos encontrar traços recorrentes, a multiplicidade e diversidade da cultura indígenas, bem como seu universo linguístico, devem

ser cuidadosamente observadas, respeitadas e preservadas. A maior parte dos livros aqui elencados são produções que foram escritas em tempos, lugares, etnias e línguas diferentes. A conexão entre eles passa pela ideia de alteridade, pelo respeito à ancestralidade e pela ideia de pertencimento à terra. Propiciar a leitura e discussão dessas obras em sala de aula contribuirá enormemente para a ressignificação dos olhares sobre o conhecimento dos povos nativos e para o entendimento de quem são os indígenas, onde estão, que línguas falam, onde vivem, quais seus costumes, pois as obras contextualizam muitas dessas informações.

Nota-se também nessa década um grupo de pesquisadores dedicados a estudar textos de autoria indígena. Entre os teóricos dedicados a escrever sobre a questão temos o trabalho *Pele silenciosa, pele sonora: a literatura em destaque* (2012), de Janice Thiél. A obra inicialmente uma tese de doutorado, defendida em 2006, na Universidade Federal do Paraná. A autora faz um estudo aprofundado sobre a literatura indígena produzida nas Américas e, especificamente, no Brasil nas últimas décadas. Na obra, a autora sugere atividades de inserção e de leitura de textos indígenas brasileiras para o ensino médio.

Na Dissertação de Mestrado *Olhar indígena e olhar indigenista para a literatura infantil brasileira: representações da temática indígena*, por Ciça Fittipaldi e Daniel Munduruku, de Andréa Castelaci Martins, apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Zilda da Cunha. A autora num viés comparatista analisa as obras “Kabá Darebu” e “As peripécias do jabuti”, de Daniel Munduruku, e “Pequena história de gente e de bicho”, de Ciça Fittipaldi, tendo em vista as especificidades culturais de cada autor e o modo como eles refletem em suas produções, bem como destacar características de seus projetos ideológicos e estéticos.

Também tem sido importante para a época os questionamentos levantados por Graça Graúna. É escritora indígena Potiguara, Paraíba, e professora da Universidade Federal de Pernambuco. Publicou o livro “Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil” (2013). A autora faz um percurso cartográfico da literatura indígena contemporânea. A visibilidade dos índios escritores é a tônica do trabalho de Graça Graúna e pode se ser avaliada: “na editoria dos próprios livros e/ou dos livros que os parentes da mesma etnia e/ou de etnias diferentes escrevem, conforme observamos no projeto ‘Palavra de Índio’, um selo editorial do escritor Daniel Munduruku” (GRAÚNA, 2013, p. 81).

Acrescenta-se a esse selo editorial também a Nova Tribo, de Kaká Werá, e a coleção Vozes Ancestrais, idealizada por Daniel Munduruku, além do Instituto Uka, organizado por Daniel Munduruku e Cristino Wapichana. Vislumbramos um movimento de ampliação da produção de literatura indígena. A autora apresenta alguns nomes da literatura indígena contemporânea no Brasil, sendo eles:

- **Brígido Ibanhes** é de origem Guarani. Nasceu no Paraguai e vive numa cidade grande, em Goiás, e se autodenomina brasiguaió.
- **Daniel Munduruku** nasceu no Pará. Como ele próprio afirma, nasceu índio e tem orgulho de ser índio, mas vive em São Paulo.
- **Darlene Taukane**, pertence ao povo kurâ-Bakairi, Mato Grosso. Estudou fora de sua aldeia, desde a adolescência. Vive atualmente em Cuiabá, Mato Grosso. Embora não tenha voltado à aldeia, Taukane nunca esteve separada de seu povo.
- **Eliane Potiguara** passou pela migração. Com o desaparecimento da avó, por questões de terra, a família deslocou-se de Paraíba para o Rio de Janeiro, onde vive até hoje. Embora não tenha nascido na aldeia, Eliane nunca deixou de ser Potiguara.
- **Kaka Werá Jecupé**, filho de “Tapuia”, nasceu em São Paulo, onde foi iniciado (batizado) pelos Guarani e se autodenomina Txukarramãe, em alusão aos guerreiros sem arma da família Kaiapó, no Alto Xingu.
- **Olívio Jekupé**, índio descendente, mora na Aldeia Krukutu, ao sul de São Paulo. Pelo sangue baiano do lado paterno e com o sangue materno de origem Guarani, ele se considera mestiço.
- **Renê Kithãulu** nasceu no município de Comodoro, Mato Grosso. É Nambiquara e, antes de seu falecimento, viveu entre os Guarani, em São Paulo.
- **Yaguarê Yamã** é do povo Saterê Mawé. Nasceu na fronteira, entre os estados do Amazonas e do Pará. Em São Paulo, cursou universidade. Graça Graúna, no contexto contemporâneo, escreveu:

[...] as manifestações literárias dos povos indígenas na América apresentam semelhanças temáticas, principalmente, na questão relativa aos mais de 500 anos de colonização e outros problemas relacionados aos chamados temas transversais. No tratamento dado ao tema, pouco se tem falado da situação dos escritores e escritoras indígenas. Sua situação não é – como se imagina – um assunto menos importante que outras questões indígenas, se



considerarmos que os autores e autoras (de diferentes etnias) são formadores de opinião; guardadores dos costumes, do conhecimento ancestral; atuantes, entre outros, na luta pela demarcação de territórios, na luta pela educação diferenciada, pelo direito de expor sua arte, pelo direito à saúde, pelo direito de escrever o outro lado da história e outras questões pertinentes ao universo indígena. (GRAÚNA, 2013, p. 83-84).

Outros trabalhos notáveis vêm sendo desenvolvidos na Universidade Federal de Minas Gerais, através do Grupo de Pesquisa Literaterras, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Inês de Almeida. Em suas pesquisas, a pesquisadora teve a oportunidade de conhecer vários títulos de autoria indígena, publicados nas últimas décadas. Diz que “embora essas publicações, na sua maioria, objetivem atender a uma demanda escolar, ou seja, são livros escritos para auxiliar os professores na tarefa de ensinar às crianças as artes de ler e escrever cumprem o precípua papel aos brasileiros em geral sobre a existência desses povos” (QUEIROZ; ALMEIDA, 2004, p. 195-196). No âmbito institucional, em Mato Grosso, o Projeto Tucum – Programa de Professores Indígenas para o Magistério teve como objetivo a formação de professores indígenas que já atuavam em sala de aula. O currículo, de caráter intercultural, propiciou também a abordagem de conteúdos das culturas indígenas participantes, assim como os de interesse das comunidades, o que preconizou um currículo diferenciado, específico, intercultural e bilíngue. Nesse contexto, responsabilizou-se por uma produção que deve ser destacada. Autores indígenas, principalmente a partir do ano 2000, passam a incorporar a constelação de autores de livros infantis e juvenis ao abordarem questões sobre os povos: Bororo, Umutina, Rikbaktsa, Paresi, Munduruku, Bakairi e Xavante. Esse fato, sem dúvida, deu um novo impulso à produção literária.

O governo do Estado de Mato Grosso sediou em 2010 e 2011 a Feira do Livro Indígena - Flimt, evento nacional que teve como objetivo difundir o prazer da leitura por meio da literatura indígena, com a participação de autores indígenas e não indígenas. Em 2015, a FLIMT – Feira do Livro Indígena, que teve como tema “A sabedoria das matas ecoando na cidade”, fez homenagem póstuma a René Kithaulu, que faleceu em fevereiro deste ano. O evento contou com inúmeras palestras voltadas a temática indígena, dentre elas: “Mulheres indígenas e suas histórias: fonte de sabedoria”, com a presença de Isabel Taukane (MT) e Djuna Tikuna (AM); “A ilustração e a palavra na literatura indígena”, com a escritora Naná Martins (RJ), o escritor

Tiago Hakiy (AM) e o escritor Yaguarê Yamã Aripunaguá (AM) e outras mesas de debates “Literatura indígena na sala de aula”, com Isabel Taukane (MT) e o escritor Ely Macuxi (AM).

A ideia da feira nasceu da diversidade cultural indígena existente no estado e no país. Autores índios e não índios se encontraram em Mato Grosso para apresentar suas produções literárias, realizar contação de histórias, lançar livros, apresentar seminários temáticos. Essas ações contribuem para dar maior visibilidade às identidades indígenas, momento em que a literatura infanto-juvenil tem procurado divulgar a produção literária indígena que possibilita diferentes visões de estar no mundo, em contraposição aos modos ocidentais.

### FLOR DO MARMELO

Diversas Terras Indígenas foram destinadas aos mais de trinta grupos da etnia Nambiquara, localizada no Oeste de Mato Grosso, em três ecossistemas: Serra do Norte, Vale do Guaporé e Chapada dos Parecis. Todavia as linhas que contornam o espaço apreendido e ocupado pelo Nambikwara tecem-se nas urdiduras das suas representações culturais e resultam de um processo etno-histórico no decurso do contato entre povos indígenas vizinhos e grupos sociais oriundos de diversas partes do Brasil.

O indígena Renê, autor do livro “Irakisu: o menino criador” (2002), pertence ao grupo Kithãulu, da etnia Nambikwara. O significado do nome de seu grupo indica “povo da flor do marmelo”. No que diz respeito às denominações dos grupos da etnia Nambikwara, Melatti (1997, p. 239) afirma que “os Nambiquaras não davam nomes aos seus grupos locais ou a seus agregados regionais, de modo que as denominações que depois surgiram o foram devido às exigências do contato com os brancos”. Entretanto, essas denominações estão relacionadas a uma determinada área de ocupação tradicional ou também pode se referir à particularidade física de um chefe que, em um tempo muito antigo, organizou uma facção, formando o seu próprio grupo, como é o caso dos Kithãulu.

Renê Kithãulu narra as memórias de sua etnia como forma de preservação da cultura e do imaginário indígena. Em “Irakisu: o menino criador” (2002), o autor reúne mitos e lendas que recontam a gênese do povo Nambiquara. A narrativa trata das aventuras da infância, das relações familiares e em comunidade, das experiências para manutenção da tradição, tanto culturais quanto de subsistência. Um dos aspectos mais rico e sugestivo deste livro de Renê Kithãulu versa sobre a origem do Povo Nambiquara:

Takalulu vivia sozinho no mundo. Queria muito encontrar uma mulher e muitas outras pessoas para lhe fazer companhia. Então começou a cantar, cantar e cantar, e foi cavoucando, cavoucando um buraco no chão. De dentro do buraco, ele ia jogando para fora bolinhas de terra mole. E cada uma dessas bolinhas se transformava numa pessoa. Quando saiu do buraco, Takalulu viu que havia bastante gente. Ficou muito feliz e, nesse momento, transformou-se no pássaro pedreiro chamado *takalulu*. (KITHÂULU, 2002, p. 9).

Outros mitos evocados tratam da origem da noite, do dia, das plantas e da flauta sagrada e ainda dos rituais de iniciação nas diferentes etapas da vida na aldeia, como o ritual da menina moça, cerimônia que marca a passagem da infância para a vida adulta, na qual a menina fica reclusa quando menstrua pela primeira vez.

Podemos dizer que as narrativas escritas indígenas têm a sua raiz na oralidade. Paul Zumthor, no livro “A letra e a voz” (1996), sublinha, por exemplo, o papel fundamental da voz e evidencia a importância da oralidade na sua relação com a escrita durante toda a Idade Média na literatura europeia. Em “Irakisu: o menino criador”, tivemos a oportunidade de verificar que os textos se organizam a partir de uma sucessão de episódios baseados na oralidade. Valorizar esse domínio é uma forma de conhecer e respeitar, reaver, talvez contributos importantes para a (re)criação e reformulação de uma cultura local, de “passar por ruas paralelas” àquela percorrida pela história oficial no dizer de Geertz (1997).

Na tradição oral, a permanência do texto assenta-se exclusivamente na memória do contador/narrador – no caso da tradição indígena, na memória dos mais velhos, tidos como os mais sábios:

Na nossa aldeia, quando anoitece, as crianças chamam o cantor para animar as pessoas e contar histórias, que chamamos *wanta ýaujansu*. Em geral, são os velhos que contam histórias, mas os avós e tios também podem contá-las. [...] Com a fogueira acesa e as crianças sentadas ao seu redor, o velho começa a contar histórias enquanto vai fumando. Quando os pequenos não entendem alguma palavra, perguntam. As mulheres e as meninas também vão, toda a aldeia escutar as histórias. (KITHÂULU, 2002, p. 11-12).

Em “Irakisu: o menino criador” observamos a tentativa de conciliação dos sistemas oral e escrito, ofertados dos principais narradores: os velhos da aldeia, que contam as histórias em voz alta, e René Kithãulu,

que conta a sua história, registrando-a. A tradição, representada pelo mundo dos mais velhos, é assumida pelos mais novos através da leitura e da escrita, recriando-a estes pela vocalização da letra. A representação do ato de narrar expande-se, ganhando novos contornos.

Uma característica marcante do livro “Irakisu: o menino criador” é o diálogo entre o texto escrito e visual; a narrativa é pontuada de desenhos bem coloridos feitos pelo próprio autor com as crianças Nambiquara. As ilustrações reproduzem a identidade do povo Nambiquara com grafismos e o uso da cor amarela, vermelha, verde e azul. A capa em relevo reporta o leitor à textura artesanal. Os desenhos pictóricos trazem a reprodução de bichos, cenas da natureza e representações simbólicas. São imagens que colaboram para o contato intenso com uma cultura antes oral, agora escrita e impressa. Para os indígenas, as ilustrações têm o mesmo valor das histórias escritas e, alguns casos, possuem um significado cultural.

Outro ponto que achamos relevante tem a ver com a revalorização da memória e da função social, anteriormente concedidas pela oralidade. Como os demais autores de literatura indígena, Renê Kithãulu externa as memórias de seu povo como forma de divulgação da cultura e do imaginário indígenas. “Irakisu: o menino criador”, é o relato, segundo o autor, da possibilidade de “contar, neste livro, algumas histórias do meu povo para vocês, histórias que escrevo com todo o coração” (KITHÁULU, 2002, p. 7). Trata-se, portanto, de uma narrativa de memórias em que o narrador-protagonista traz seus depoimentos pessoais e, além disso, registra os costumes, ambiente e mitos de seu povo.

O repertório do texto abarca um glossário de termos da língua Nambiquara tais como *halosu* (campo), *aikisu* (pássaro), *ainsu* (peixe), *alanekisu* (pé de pequi), *tusu* (mel), *ôsu* (céu), *batisu* (cesto), *haisu* (roça), *kayusu* (milho), *wairu* (flauta sagrada), *waninjalosu* (pajé no mundo espiritual), *Walxusu* (cabaça) e outros. Os vocábulos marcam uma estratégia de aproximação da cultura Nambiquara aos leitores não familiarizado com a língua e os costumes indígenas.

Observamos que a produção literária de autoria indígena, representada por Renê Kithãulu, revela forte traço de resistência e valorização cultural. A literatura de autoria indígena faz parte de um projeto de definição do estatuto nacional das literaturas emergentes, especialmente a (des)colonização. Quando escrevem suas narrativas, os escritores indígenas apregoam todo seu legado mítico, carregado de magia, de elementos divinos e fabulosos, que caracterizam as personagens, os espaços e os enredos das histórias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de uma conclusão, a coleção de 373 livros infantil e juvenil aqui contemplada nos indica que as narrativas de povos indígenas podem mostrar às crianças e jovens a necessidade de preservar as histórias dos povos através dos tempos. São também possibilidades de estar no passado, no presente e no futuro e considerar, também, a multiplicidade de memórias. Ler literatura infantil e juvenil indígena possibilita, sem dúvida, um olhar multicultural para povos que possuem maneiras tão distintas de viver e que, a sua maneira, vêm enfrentando as vicissitudes do contato com os não indígenas. Esse enfrentamento inclui diversas ações contra o empobrecimento social das populações indígenas, pois também consiste em um fator que leva à perda gradativa de valores culturais, bem como a destruição das terras indígenas. Uma dessas ações consiste, sem dúvida, na leitura crítica de livros infantis e juvenis sobre a questão indígena em nosso país. Contudo, deve-se atentar para a percepção da narrativa, seja ela de autoria indígena e não indígena, no sentido de evitar armadilhas, identificando possíveis equívocos que contribuam para a construção do índio genérico, folclórico, estereotipado. Esses livros, sem dúvida, devem ser evitados ou analisados em sala de aula, a fim de que os alunos possam entender falsas representações em relação aos índios.

A literatura indígena também se destaca ao ser um instrumento adotado em sala de aula para ampliar o trabalho dos professores acerca da temática. A formação de leitores é um dos temas mais discutidos ao longo da formação escolar, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. Para formar o leitor são inúmeras as possibilidades de trabalho com as narrativas indígenas. Ao trabalhar com os contos indígenas, o professor estará trazendo para a sala de aula distintas visões de mundo que vão enriquecer o universo cultural dos alunos, instigando-lhes a curiosidade e ampliando seu espaço de ação/reflexão sobre a vida, a natureza, sobre nosso ser/estar no mundo.

A literatura infantil e juvenil, sem dúvida, consiste em uma oportunidade para educar as novas gerações sobre o índio. Busca fomentar o respeito entre as diversidades dos povos e suas culturas, imprimindo em cada livro a riqueza das culturas, tradições e histórias, parte do patrimônio que recebemos dos povos indígenas que habitaram e dos que ainda habitam o Brasil.

Visitar o tempo pretérito pela memória significa reelaborar aquilo que foi sentido, vivenciado. Essa reelaboração de experiências vai além da mera recordação. O ato de recordar, fragmentos vividos,

completa-se ao juntar-se às sensações do presente e, só então, torna-se passível de ser reconstruído pela voz da oralidade. Revelar fragmentos do passado, tendo como base as fontes orais, em especial, a narrativa indígena, significa experimentar um tratamento inédito ao que se quer eternizar pela escrita. O ato de rememorar é o ensejo de revisitar e, sobretudo, de refletir sobre um passado. Narrativas, teias instigantes dessa forma discursiva, caracterizam-se por ser fluxos de memória que revivem sentimentos, informam, esclarecem e até inventam para compor um novo desenho textual. Os livros analisados são uma importante trilha, com vozes polifônicas, para um projeto de formação de leitores plurais para ser adotada em sala de aula. Uma trilha de aventuras repleta de personagens verídicas, fantásticas e sobrenaturais.

“Irakisu: o menino criador”, de Renê Kithãulu, traz à tona um passado, um mundo vivido, usa a escrita para manter viva sua memória e a partir dela construir sua prática literária, a literatura da floresta. O Nambiquara, que pertence ao grupo “flor do marmelo”, reforça a identidade de seu povo com a literatura: esse é seu maior objetivo, quando tira suas histórias, cantos, mitos e poemas do âmbito da oralidade e eterniza no âmbito literário. Na literatura infanto-juvenil, o protagonismo indígena se faz presente em Kithãulu e outros autores, proporcionando outros olhares sobre Mato Grosso.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Inês e QUEIROZ, Sônia. *Na captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual*. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3. ed. Brasília: A Secretaria, 2001.
- CADEMARTORI, Ligia. *O que é literatura infantil*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CUPUDUNEPÁ, Maria Alice. *Arte indígena Umutina*. Projeto Tucum. Secretaria de Estado de Educação. Cuiabá, 2002.
- DUSSEL, Henrique. Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistelmogias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 341-395.
- FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. *A temática indígena na escola: subsídios para os professores*. São Paulo: Contexto, 2011.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Novos ensaios em antropologia interpretativa. 5a ed. Petrópolis: Vozes; 1997.

GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

KITHÁULU, Renê. *Irakísu: o menino criador*. São Paulo: Peirópolis, 2002 (Coleção Memórias Ancestrais, Povo Nambikwara).

MARTINS, Andréa Castelaci. *Olhar indígena e olhar indigenista: representações da temática indígena por Ciça Fittipaldi e Daniel Munduruku*. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo, 2013.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios da América do Sul**. Áreas etnográficas. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, 1997, v. II (digitado).

MINDLIN, Betty. *Mitos indígenas e narradores indígenas*. São Paulo: Ática, 2006.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei nº 11.645, de 10.03.2008*. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm) Acesso em 02.07.2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Clacso, set. 2005, p. 227-278 (Colección Sur Sur). Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>. Acesso em 05.11.2015.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

RICHE, Rosa Maria Cuba. *Literatura infantil e juvenil brasileira: os caminhos da produção e o resgate da memória*. Disponível em [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br). Acesso em 05.11.2015.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Introdução. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 15-27.

THIÉL, Janice. *Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.





# DANÇAS, BATUQUES E FESTEJOS SOB O OLHAR DOS MEMORIALISTAS

## DANCES, DRUMMING AND CELEBRATIONS UNDER THE LOOK OF MEMOIR

Adriane Pesovento

RESUMO: O presente estudo visa apresentar e problematizar algumas manifestações culturais em forma de dança praticadas por segmentos sociais distintos. O propósito é destacar como essas expressões foram expoentes de um modelo de educação e de sociedade específicos. Os festejos promovidos por autoridades, no caso do período colonial e provincial, muitos dos quais relacionados a comemorações religiosas intercaladas com interesses político-administrativos, tinham nos governantes seus apoiadores. Eram bailes, orquestras, danças europeizadas e saraus. Entre os indígenas, os relatos de memorialistas ou documentos oficiais pouco tratam o assunto, todavia, aqui e ali escapam fragmentos de como se davam as danças e seus propósitos frente aos modelos de sociedade tão distintos dos ocidentais. Já no que diz respeito aos batuques, as proibições, as censuras e o estranhamento das elites não impediram que acontecessem na capitania e na província de Mato Grosso. Foram consultados relatos de memorialistas, anais de Vila Bela da Santíssima Trindade e na obra de Joaquim José Moutinho intitulada *Notícias Sobre a Província de Mato Grosso*, datada de 1869. O estudo conta com a perspectiva analítica de Clifford Geertz (2001) e João Pacheco Oliveira Filho (1999), pois, ao cotejar as fontes documentais percebe-se que não existiram culturas “puras” ou indiferentes umas às outras e que foram acomodadas e ressignificadas ao sabor do tempo. As impressões de Moutinho, homem de seu tempo, revelam seu trânsito entre o local e o universo europeu, manifesto em seus escritos.

**Palavras-chave:** Mato Grosso. Festejos. Danças. Educação. Memorialistas.

**ABSTRACT:** This study aims to present and discuss some cultural manifestations in the form of dance practiced by different social segments. The purpose is to highlight how these expressions were exponents of a model of education and society. The festivities promoted by authorities in the case of colonial and provincial period, many of which related to religious celebrations interspersed with political and administrative interests were rulers in their supporters. Were dances, orchestras, Europeanized dances and evening parties. Among the Indians, the memoir accounts of little or official documents dealing with the matter, however, here and there escaped fragments of how to give the dances and their purposes against models such different societies to Western. In what concerns the drums, prohibitions, censorship and the strangeness of the elites who have left records did not prevent from happening in the Mato Grosso province. Memorialists reports were consulted, Vila Bela annals of the Holy Trinity and the work of Joaquim José Moutinho titled News About Mato Grosso Province dated 1869. The study has the analytical perspective of Clifford Geertz (2001) and John Pacheco Oliveira Filho (1999) as to collate the documentary sources it is perceived that there was no “pure” cultures or indifferent to each other and have been re-signified and rearrange themselves at the mercy of time. Impressions of Moutinho, man of his time to reveal your traffic and look between the local and the European universe manifest in his writings.

**Keywords:** Mato Grosso. Festivities. Dances. Education. Memoirist.

## INTRODUÇÃO

A manifestação corporal por meio da dança é significativa, tanto para aquele que a pratica quanto para os que a veem. Ela ensina aos dançantes e observadores algumas percepções de si e do outro que observa. A imaginação e a corporalidade unem-se por meio dos movimentos, o que significa dizer que, tanto para os memorialistas, que deixaram suas impressões registradas, quanto para os personagens apresentados, é possível que essa manifestação tivesse como elementos significativos os modos de ver, se relacionar, agir e reagir frente ao estabelecido, como foi o caso do batuque.

Para cada grupo social, as manifestações corpóreas por meio da dança e da musicalidade possuem sentidos próprios. No caso dos negros escravizados ou livres, dançantes de batuques, dos indígenas de grupos étnicos diversos, dos livres pobres e da elite, expoentes de

culturas distintas que se entrecruzam nos anos oitocentos, é possível que tenham ocorrido “empréstimos” imateriais, trocas simbólicas e a adoção de elementos diversos, afinal, não existem culturas puras, como já se imaginou.

Em Mato Grosso se dançava: festejos das elites, batuques e indígenas

No caso das elites, havia modelos de comportamento desejáveis, no período colonial mato-grossense, a exemplo dos bailes.

Mesmo em lugares mais distantes, como Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital de Mato Grosso, existem registros documentais que evidenciam representações, na espacialidade amazônica, de modos de laser com influência europeia, como é possível observar a partir das memórias do vereador Antônio Caetano Bragança, que relatou uma festividade de recepção a um coronel e um capitão das milícias de Santa Cruz, provavelmente comerciantes que, no ano de 1783, visitavam a Vila:

Demoraram-se nesta Vila até o dia 8 de setembro, sendo cumprimentados por sua Excelência na sua aposentadoria, e dando-lhes sempre mesa ao jantar no palácio, com toda a grandeza, sempre com a assistência dos ministros, ajudantes-de-ordens e mais oficiais militares, e mandando-lhes assistir com todo o necessário para almoços e ceias. Houve, em duas tardes, bailes, orquestras no palácio, com assistência das senhoras principais, ricas e gostosamente vestidas e troucadas, e havendo sempre ceia com grandeza e delicadeza. Todos esses obséquios recebeu, atento e agradecido, o coronel. (ANAIIS DE VILA BELA, AMADO; ANZAI, 2006, p. 242.).

Os momentos festivos tinham, em sua maioria, no caso das elites presentes na Capitania, estrita relação com o sagrado, ao que tudo indica, também os festejos mais restritos, como as de posses, afinavam-se aos modelos europeus, incluindo danças, óperas e orquestras de músicos fazendo uso de instrumentos da mesma origem.

Ao findar dezembro do referido ano, mais uma expressão da influência europeia na mesma localidade:

Á noite houve um baile no palácio, de máscaras e gostosas danças, na forma costumada, como também uma comédia. Depois, em várias salas, uma magnífica e grandiosa ceia, assistindo as senhoras

principais, e repetidas várias poesias pelo doutor provedor da fazenda Real, capitão Ricardo Franco de Almeida e pelo doutor Antonio Pires da Silva Pontes. Já no ano passado, primeiro da sua chegada mostraram estes o seu talento e erudição fecunda nesse dia. (AMADO; ANZAI, 2006, p. 244.).

A dança e o canto são expressões culturais da humanidade e também momento de descontração, arte, diversão e fruição. A dança pode ser definida como:

Produzida pelo homem e por ele (re) apropriada cotidianamente, objeto multifacetado e polissêmico, é elemento importante na constituição da cultura histórica dos sujeitos. Construtora e veiculadora de representações sociais, apresenta um rol enorme de usos e interpretações. (HERMETO, 2012, p. 12.).

Ao expressar a vida em sua diversidade, tanto em termos de movimentos corporais quanto em sentimentos que provoca, relacionando corpo e mente, o que comprova que as pessoas se tornam mais livres e autênticas, a partir dela: “[...] o corpo expressa uma determinada vida social cujas ações se constituem segundo códigos e convenções simbólicas definidas pela cultura do grupo social a que pertence.” (GRANDO, 2005, p. 16).

Em meio a isso, enquanto manifestação de saberes descoloniais significa outras aprendizagens que transcendem os espaços escolares e/ou oficiais dedicados à transmissão de conhecimento.

Na dinâmica própria dos movimentos culturais, que não são estáticos, aprende-se sobre o saber-pensar, o saber-fazer e o saber-ser de cada povo. No caso da província de Mato Grosso, dedicamos uma breve atenção a dois exemplos de dança e música que são próprios do local, registrando sua presença no século XIX, no caso os Batuques e os Cururus. A intenção não é esgotar o assunto e sim reconhecer tais expressões enquanto indiciários de saberes locais, que têm em sua conformação elementos de base indígena e afrodescendente.

Ainda que haja controvérsias a respeito de suas origens, o Cururu, quer seja genuinamente mato-grossense ou, como aponta estudo recente, paulista (CASARES apud GRANDO, 2005), transmigrado e ressignificado localmente, o que interessa é perceber a presença dos saberes tradicionais locais indígenas nessas expressões culturais, devendo o local ser entendido como a espacialidade e a percepção cultural de base não eurocentrada. Importa aqui a presença de elementos de matriz cultural próprios da América.

O Cururu, ao que se sabe, foi sendo transmitido de pai para filho. De acordo com Ferraz (1991), é possível que sua origem esteja relacionada ao povo Bororo, pois entre eles existe uma dança denominada Bacururu, sendo que a aldeia em que dançavam ficava à beira do rio São Lourenço: “[...] na dança do Bacururu, os índios se dispõem em roda, sendo o ritmo diferente do Cururu [...]” (GRANDO, 2005, p. 25).

Entre as características dessa dança na atualidade, destaca-se a dança e o canto em duplas, em que a “moda”, ou letra da canção é inventada na hora. No momento em que uma dupla canta e os demais dançam em círculo “[...] para mudar de dupla, um deles pula na frente do outro e grita, como se estivesse desafiando para uma luta [...] e assim vai até que chegue o último da fila” (GRANDO, 2005, p. 27).

Os instrumentos utilizados e conhecidos para essa dança são a viola de cocho, o adufe (uma espécie de pandeiro de couro), o ganzá (espécie de reco-reco). Joaquim Ferreira Moutinho (1869) narra o Cururu oferecendo alguns detalhes históricos adicionados a sua percepção, dentre as quais a presença feminina, que ocorria algumas vezes, apesar de ser conhecida como uma dança tipicamente masculina. De acordo com Moutinho (1869, p. 18):

Ao som d’estes instrumentos dançam o “cururu”, o mais insípido e extravagante divertimento a que temos assistido, depois das danças dos bugres. Formão uma roda composta de homens, um dos quaes toca o afamado “côcho”, que não é mais do que uma viola grosseira, do adufo e do tambor que é feito de um pedaço de pau ôco: coro de boi afinado ao calor do fogo.

O lusitano destaca, admirado, a disposição para o canto e a dança em que a bebida utilizada era o “aluá”, obtido da fermentação do milho ou do arroz, a primeira de origem indígena, obviamente e amplamente utilizada entre as culturas indígenas até os dias atuais:

É admirável a força dos pulmões d’esses cantores ‘sui generis’, que, começando a cantar ao descambar do dia, vêem a despontar da aurora sempre cantando, e prosseguem até á noute seguinte sem descanso de um só momento. Finalisão o folguedo sempre no estado da mais completa embriaguez. Dous ou três dias depois estão dispostos a tripudiar de novo, e assim levam a vida folgada e sem cuidados, entregues a esses prazeres brutaes que julgão superiores a todas as distracções da alta sociedade. (MOUTINHO, 1869, p. 19).

Escapa nas palavras de Moutinho a dança dos “bugres”, denominação recorrente para se fazer referência aos indígenas, no período. Na sua observação quanto ao ânimo do Cururu, que só perde para a dança dos “bugres”, não menciona a etnia, todavia faz crer que entre os povos indígenas do período havia danças semelhantes, tanto em termos de tempo dedicado a determinada festividade quanto da alegria promovida.

Nos passos, na cantoria e nos instrumentos utilizados no Cururu percebe-se a presença de elementos indígenas, na confluência com os povos não índios locais, ou seja, portugueses, descendentes de portugueses e mesmo afrodescendentes.

Esses saberes, que possivelmente têm uma base do conhecimento indígena, dão relevo ao conhecimento não ocidentalizado, transmitido e ao mesmo tempo reconstruído à medida que o tempo passa e que a tradição oral se faz metodologia de aprendizagem.

Cabe notar que, apesar do olhar de Moutinho estar filtrado pelas lentes de beleza, graciosidade e harmonia ocidentais e europeizadas, não deixa de fornecer características peculiares da dança.

Essas informações trazem em seu bojo os saberes locais e descoloniais presentes e recorrentes na aprendizagem, na educação e no conhecimento não ocidentalizado. Ainda que o parâmetro fosse outro, percebe-se a força e o sentido dado pelas populações do século XIX aos saberes próprios do povo, que fugiam ao modelo das elites e que, por isso mesmo, foram rejeitados por essa elite local, por longa data.

A Dança do Pau, que encontra espaço entre outras etnias, é realizada, até os dias atuais, em que figuram homens, mulheres e crianças Kinikináo. Nessa expressão cultural valem-se de instrumentos, como flauta e tambor, além da confecção de ornamentos e vestimentas para a realização da festa e para a dança ritual que, segundo o Instituto Socioambiental (2013), é encenada no Dia do Índio e em outras comemorações. Uma das características da dança corresponde ao fato de que:

[...] os homens e as mulheres carregam longas taquaras nas mãos e com elas desenvolvem uma coreografia, ora batendo as taquaras com as de outro dançarinos, ora batendo-as no chão. O final da dança é marcado pela reunião dos dançarinos em círculo e a união das taquaras, sobre as quais é colocado um guerreiro, que é então erguido e ovacionado [...]. (ISA, 2013).

Outro estudo aumenta a amplitude da dança, não a restringindo apenas ao Dia do Índio, ou a uma festividade relacionada à Guerra do

Paraguai. A partir desse estudo, que dedica atenção aos Terena e aos Kinikináo, já que muitos deles convivem com os Terena, resguardadas as particularidades de cada etnia, é possível aventar que a Dança do Pau é própria da cultura Aruak, especificamente do povo que recebia a denominação Guaná, no século XIX, ou seja os Kinikináo que assim como os Terena praticam a dança (CARDOSO, 2011).

Eram também “incorporados” à denominação Guaná os Exoloade e Laiana, além de Terena. Só para destacar a importância Terena, que em algumas fontes estão incluídos como Kinikináo, cabe citar que:

O Terena é a segunda maior população indígena de Mato Grosso do Sul contando atualmente com aproximadamente 21.742 indivíduos, segundo dados da FUNASA, localizados em nove Terras Indígenas, conforme a nomenclatura usada pela FUNAI, tal como segue: Aldeinha, no município de Anastácio; Limão Verde e Taunay/Ipegue, no município de Aquidauana; Buriti, no município de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, Pílad Rebuá, Cachoeirinha e Lalima, no município de Miranda; Nioaque em Nioaque; Bálsamo, no município de Rochedo. Há, ainda, a presença de significativo contingente desse Povo na Área Indígena de Dourados, pertencente aos índios Guarani/Kaiowá e, em Araribá, uma área indígena no Estado de São Paulo, no município de Avaí, na qual os Terena também dividem espaço com os povos Guarani, Kaingang e Krenak. (CARDOSO, 2011, p. 22).

Os Batuques, também presentes na narrativa de Moutinho (1869), aguçam a curiosidade de qualquer leitor pelo ânimo que evocam. Não são expressões exclusivas de Mato Grosso, longe disso, mas na Província também encontraram espaço e se fizeram presentes.

Hercules Florence, em viagem a Mato Grosso na década de 20 dos anos oitocentos, menciona o Batuque nas imediações de Cubatão (SP); na saída para a expedição, passou oito dias naquela localidade e destacou essa manifestação cultural sem oferecer maiores detalhes sobre os participantes, se eram de origem afrodescendente ou não. Quando os tropeiros e camaradas que se dedicavam ao transporte de açúcar bruto, toucinho e aguardente, à noite reuniam-se para fazer batuques, provavelmente variações dessa dança presente em outras espacialidades:

Acontece que quando muitas delas ali se reúnem (tropas), os camaradas se congregam todos para dançarem e cantarem a noite

inteira o *batuque*. Gritam a valer e com as mãos batem cadenciadamente nos bancos em que estão sentados. Assim se divertem. (FLORENCE, 1825, p. 4).

Entre os estudiosos de cultura africana e linguística, entendem-se os batuques como um termo genérico aplicado aos ritmos produzidos à base da percussão e utilizados por frequentadores de cultos cujos elementos mitológicos, axiológicos, linguísticos e ritualísticos são de origem africana:

Em termo linguístico, o vocábulo Batuque teria duas possibilidades de origem:

Origem latina - A palavra batuque vem do verbo bater que, por sua vez, prende-se ao verbo latino “*battuere*”, “\**battere*” (forma hipotética).

Origem bantuística - a palavra batuque teria uma origem ligada a um termo de uma das 500 línguas da família bantu da região centro-sul da África. Batuque - culto religioso afro-gaúcho; Batuque - dança de negros, com sapateados, palmas, cantigas e toque de tambor. (LINS *apud* NASCENTES, 1966).

Tendo em vista que os Batuques por diversas vezes foram censurados e mesmo proibidos em Mato Grosso, especialmente em Cuiabá, por incluir a participação de negros entre os participantes e pela movimentação e falta de controle que impunham às elites locais, pode-se compreendê-lo também como manifestação cultural que possivelmente agregava elementos indígenas.

Os conceitos de “pureza” cultural já há muito tempo têm sido questionados pela Antropologia:

Em seus círculos antropológicos parece haver, no momento, um estranho punhado de gente que pensa assim. Por toda parte se ouvem lamentos e lamúrias sobre a unidade perdida, o pouco respeito pelos mais velhos da tribo, a falta de uma agenda consensual, de uma identidade própria e um objetivo comum, e sobre o que a moda e a controvérsia estão fazendo com o discurso bem-educado [...] Para começo de conversa, unidade, identidade e consenso nunca existiram e a ideia de que existiram é o tipo de crença folclórica a que, sobretudo os antropólogos, deveriam opor resistência [...]. (GEERTZ, 2001, p. 28).

À luz dos conhecimentos em história da educação, pode-se perceber que, em determinados momentos, os saberes e a cultura



se entrecruzam, o que não significa dizer que elementos próprios de um povo “tenham se perdido”. Para além do saudosismo e de uma visão romântica, o que se deve observar e interpretar são os entrecruzamentos de elementos próprios aos saberes-fazer de cada grupo humano.

No caso dos Batuques praticados e censurados em Mato Grosso, nos anos oitocentos, sua matriz é bem provável que seja africana, sendo que o modo como se praticou naquele período pode ter agregado elementos de origem portuguesa, ou mesmo indígena. Isso em nada diminui sua importância enquanto manifestação de expressão lúdica, reflexiva e identitária de um povo.

Como a população pobre “[...] não frequentava os bailes em Palácio, tampouco festas promovidas pelas elites, onde os pianos, violinos e orquestras abrilhantavam os saraus lítero-musicais [...]” (SIQUEIRA, 1999, p. 78), criavam-se e recriavam-se formas próprias para diversão, liberdade e mesmo transgressão frente ao estabelecido.

No caso das elites, os festejos remontam ao período colonial, não sendo raras as fontes que os mencionam, como é o caso de Vila Bela da Santíssima Trindade que realizava muitos, em sua maioria com vinculação religiosa ou tríduo (festa que dura três dias, algumas das quais com composição religiosa católica), algo que possivelmente não impedia o profano de se apresentar. No ano de 1754, no mês de novembro, uma dessas festas ocorreu:

A 21 de novembro se benzeu a capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, que nesta Vila fabricou o juiz-de-fora, concorrendo alguns dos moradores destas minas com esmolos para ela, e sendo Sua Excelência o que o primeiro fez. E no seguinte dia da bênção se deu princípio à solenidade de um tríduo, e depois continuando, uma novena se findou com outro dia de festividade. (AMADO; ANZAI, 2006, p. 55.).

Apesar das proibições, essa prática se manteve por longa data. De acordo com Siqueira (1999), a proibição a esse festejo já estava prevista nos códigos de postura municipais, no caso de Cuiabá, desde 1834, mas, ainda assim, ele era recorrente e praticado na cuiabania, ou seja, em localidades ao redor de Cuiabá. No caso do Batuque, Moutinho destaca que:

A música por si provoca o desejo da folgança, tanto a sua toada é agradável e excitante. Esta dança produz mais que sensações aprazíveis, mais que delírio, mais que frenesi [...] Cada cavalheiro

com passos engraçados e trejeitos vae tirar uma dama que, se aceita o convite, começa com o seu par uma espécie de chula que termina, depois de muitos requebros e meneios de corpo, por uma forte ‘umbigada’ que produz um estalo, quando dançantes são ágeis e destros [...] Temos visto muitos homens sérios e de avançada idade tomarem parte no brinquedo, arrastados pelo entusiasmo que se apodera sempre dos expectadores. (MOUTINHO, 1869, p. 20).

Tanto uma quanto outra manifestação da cultura local são exemplos dos saberes que se fazem e se refazem no chão de outra espacialidade que não o estabelecido pelo modelo europeu, quando os saberes não apenas deixam de reproduzir o “desejado” e o “estabelecido”, mas que, ao continuar e resistir, demonstram a capacidade das populações menos abastadas de conhecer e fazer-se conhecer por interpretações próprias de determinado contexto histórico ao qual estão inseridas, sem com isso tornarem-se meros objetos de reprodução de determinada cultura.

Seus palcos eram a terra, o chão, a poeira de Mato Grosso oitocentista. Seus sons e vozes traziam elementos fonéticos e de rima da cultura popular, do saber das pessoas tidas como simples e de suas experiências cotidianas. Nesse universo peculiar, a colonialidade do saber e do poder não tinham força, por isso não conseguiam se impor.

A rebeldia dos Batuques representava “[...] uma virtude superestimada; é importante dizer algo e não simplesmente ameaçar dizê-lo [...]” (GEERTZ, 2001, p. 28). E a educação que emanava dessa expressão cultural não era a escolar, institucional ou formal, mas voltada para a transmissão dos conhecimentos locais, e também para aqueles que ganhavam significado no decorrer do dia a dia, na inventividade dos “subalternizados” olhares e atitudes em que eram engendrados.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli (Orgs.). *Anais de Vila Bela*. Cuiabá: (MT): Carlini&Carlini; EdUFMT, 2006.
- CARDOSO, Wanderley Dias. *A história da educação escolar para o Terena: origem e desenvolvimento do ensino médio na aldeia limão verde*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <[http://tede.pucrs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=3671](http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3671)>. Acesso em: 10 fev. 2013.
- GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Trad. Vera Joscelyne. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- HERMETO, Mirian. *Canção popular brasileira e ensino de história: palavras, sons e tantos sentidos*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2012. (Coleção Práticas Docentes).
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Repercussões da Revolução: delineamento do império do Brasil, 1808-1831. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009. v. 1.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícias sobre a Província de Matto Grosso**. São Paulo: Typografia de Henrique Schroeder. 1869.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação e Revista*. Belo Horizonte, MG, v. 26, n. 1, p. 15-40, 2010.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro, EdUFRJ, 1999.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1890)*. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, MT: EdUFMT, 1990.



# A INVENÇÃO DA CAPITAL ETERNA: OS DESEJOS DE CUIABÁ PÓS-DIVISÃO DE MATO GROSSO (1977-1985)

THE CAPITAL OF THE INVENTION ETERNAL:  
THE WISHES OF CUIABÁ POST DIVISION FROM  
MATO GROSSO STATE (1977-1985)

Fernando Tadeu de Miranda Borges  
Nathália da Costa Amedi

**RESUMO:** Este artigo é parte da dissertação “A invenção da capital eterna: discursos sensíveis de modernização de Cuiabá no pós-divisão de Mato Grosso (1977-1985)”. Com a divisão do estado de Mato Grosso e o desmembramento da parte sul do seu território, Cuiabá se viu diante de um grande desafio: encontrar a sua vocação. O objetivo, naquele momento, era abrir caminhos para sair da “estagnação”, do “atraso” e do “isolamento” que parecia viver Mato Grosso e sua capital. Assim sendo, no presente artigo analisaremos as interpretações sobre as obras de modernização da cidade como a superação da condição de “espera”, “isolamento”, “atraso” e “estagnação” – a configuração da capital como símbolo de um Mato Grosso grande e moderno – um lugar a ser feito ou (re)inventado. Nesse sentido, tomaremos por referência os discursos e propagandas forjados no contexto do pós-divisão (1979-1985) com o objetivo de demonstrar as contradições dessa modernização à brasileira além dos seus efeitos para a cidade e sua população.

**Palavras-Chave:** Cuiabá-MT - Discursos – Modernização.

**ABSTRACT:** This article is part of the dissertation “The invention of eternal capital: sensitive discourses of modernization Cuiabá in Mato Grosso post-division (1977-1985). With the division of the state of Mato Grosso and the dismemberment of the southern part of its territory, Cuiabá was faced with a major challenge: to find his vocation. The objective at that time was to open pathways out of

“stagnation”, the “delay” and “isolation” that seemed to live Mato Grosso and its capital. Therefore, in this article we will examine the interpretations of the city’s modernization works as overcoming the condition “expects”, “isolation”, “delay” and “stagnation” - the setting of capital as a symbol of a great Mato Grosso and modern - a place to be made or (re) invented. In this sense, we will take as reference the discourses and advertisements forged in the context of post-division (1979-1985). With the objective of demonstrate the contradictions of this modernization to Brazilian and the effects on the city and its population.

**Keywords:** Cuiaba-MT - Discourses – Modernization.

*Repentinamente dissociada de suas ligações com o sul do país, Cuiabá vê-se num momento em que, como reflexo imediato da divisão do Estado de Mato Grosso, ficou numa grave encruzilhada: conhecer a sua vocação. Envolvida em problemas urbanos da atualidade, é uma cidade que contempla a tão próxima e ao mesmo tempo longínqua Amazônia, que teima em não ser conquistada por outro caminho que não seja o mais natural: através de Cuiabá. (Cuiabá 260: início, meio ou fim?, 1979, p. 5).*

*Quem regressar a Cuiabá hoje, depois de um certo período de ausência, se surpreenderá. É frequente ouvir-se de cuiabanos ausentes ou de pessoas de outros Estados que estiveram aqui há alguns anos atrás e que à terra retornaram expressões de certo espanto pelo progresso constatado. (BARROS, 1984, p. 136).*

## SONHOS E PESADELOS CUIABANOS PÓS-DIVISÃO

Com a divisão do estado de Mato Grosso e o desmembramento da parte sul do seu território, Cuiabá se viu diante de um grande desafio: encontrar a sua vocação. O objetivo, naquele momento, era abrir caminhos para sair da “estagnação”, do “atraso” e do “isolamento” que parecia viver Mato Grosso e sua capital. Este fato serviu para o reordenamento do discurso sobre a cidade que pareceu inquietar-se, a fim de manter-se com forças para poder continuar desempenhando o papel de capital e enfrentar novos desafios.

Era urgente, naquele contexto, a definição de uma “nova capital”, cidade-símbolo do “novo Mato Grosso”, e quebrar a sua condição contemplativa, de uma cidade que, por 260 anos, esperou que alguma coisa acontecesse. Sendo Cuiabá considerada a porta de entrada para a ocupação da Amazônia, havia chegado o momento da criação de

uma nova cidade para fazer frente a sua inimiga histórica – Campo Grande, capital do recém-criado estado do Mato Grosso do Sul, uma cidade que se intitulava “moderna”, “limpa”, “industrializada”, “nova” e que se apresentava como o contraponto de Cuiabá: rotulada de “suja”, “velha”, “atrasada” – uma cidade com fortes marcas coloniais. O discurso adotado no período era modernizar para não estagnar.

Poderíamos afirmar que essa vocação que a cidade buscava passava por um ideal de desenvolvimento e de progresso, o que fatalmente incidiria sobre a revitalização/restauração da sua materialidade (obras de modernização, verticalização, abertura de avenidas e construção de viadutos etc.).

Assim sendo, no presente artigo analisaremos as interpretações sobre as obras de modernização da cidade como a superação da condição de “espera”, “isolamento”, “atraso” e “estagnação” – a configuração da capital como símbolo de um Mato Grosso grande e moderno – um lugar a ser feito ou (re)inventado. Nesse sentido, tomaremos por referência os discursos e propagandas forjados no contexto do pós-divisão (1979-1985) com o objetivo de demonstrar as contradições dessa modernização à brasileira além dos seus efeitos para a cidade e sua população.

### CUIABÁ COMO OBJETO “DESEJADO” (OU “INDESEJADO”) – RETOMANDO O PERCURSO E SOLAVANCOS DA MODERNIZAÇÃO

A cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso, tem sua origem na colonização da região Centro-Oeste, através do movimento implementado pelas bandeiras ou monções paulistas. Sua fundação se deu, basicamente, em razão da descoberta de ouro na região. Dos tempos da mineração no século XVIII, a Cuiabá atual pouco lembra o arraial, que teve seu início na exploração do metal precioso, a não ser pelo traçado de suas ruas tortuosas na região central e do Porto, devido ao processo espontâneo de sua constituição como núcleo urbano, característica das cidades coloniais portuguesas mineradoras.

No começo do século XX, a comemoração do bicentenário da cidade (1919) foi um evento importante no processo de modernização da cidade. A esperança da chegada “da civilização e do desenvolvimento econômico” a ser trazido pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e sua extensão até Cuiabá, marcou aquele novo momento da história da capital de Mato Grosso (BEZERRA, 2008, p. 4).

A passagem do bicentenário foi propício para acrescentar mais alguns elementos e símbolos ao ideário da tradição, tão caros aos mato-grossenses “legítimos”. Dessa forma, segundo Lylia Galetti, datam desse momento a composição do Hino do Estado de Mato Grosso e a criação do seu Brasão de Armas, utilizados de forma recorrente, após os eventos do bicentenário, nas festas cívicas, nas publicações oficiais ou não, nas representações do Estado, nas exposições dentro e fora do país ou em atos públicos (GALETTI, 2012, p. 321).

Nas décadas seguintes, durante governo de Getúlio Vargas – principalmente durante o Estado Novo, as políticas nacionais de expansão da fronteira agrícola nas regiões Norte e Centro-Oeste tiveram início e transformaram a paisagem desses espaços, com a formação de novos núcleos urbanos (cf. SIQUEIRA, 2002, p. 229).

O primeiro movimento promovido para a ocupação e colonização das terras mato-grossenses ficou conhecido como *Marcha para o Oeste*, desfechada durante o governo Vargas, a partir de 1937 (cf. MAIA, 2012). O objetivo era fazer com que as fronteiras econômicas e políticas convergissem, povoando os chamados “espaços vazios”, integrando territorialmente essa região à nação. A meta era incentivar a migração de pessoas do centro-sul do país, o que vai ocorrer de forma mais acentuada no regime militar (1964-1985).

Neste contexto, Cuiabá começou a passar por reformas urbanas e a vivenciar “o sonho de modernidade” (CONTE; FREIRE, 2005, p. 24). As primeiras obras de modernização da cidade irão ocorrer no século XX, a partir do final dos anos 1930 e início dos anos 1940. Podemos citar, dessa época, a abertura da Avenida Getúlio Vargas e as chamadas “Obras Oficiais”: A construção da Residência dos Governadores, o Hotel Central, o Cine Teatro Cuiabá e outros prédios da administração estadual. Essas obras de expansão da cidade ocorreram majoritariamente no governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945).

A intensificação da política governamental de ocupação da Amazônia, a partir dos anos 1960 e 1970, além do avanço da fronteira agrícola para o norte do Estado, implicou no crescimento populacional acelerado da capital de Mato Grosso, praticamente dobrando seu número a cada década, provocando a “degradação dos serviços públicos e da qualidade de vida” (CONTE; FREIRE, 2005, p. 25). A cidade buscava crescer e se adequar à nova realidade migratória. A velha cidade, de características coloniais, precisava ceder espaço para uma nova cidade moderna, que atendessem aos interesses da expansão capitalista.



Cuiabá hoje, uma cidade vislumbrando o seu tricentenário, emerge como capital de um Estado considerado grande expoente do agronegócio brasileiro. Nos últimos trinta anos, Mato Grosso tem se posicionado no *ranking* nacional como o maior produtor de grãos. Esse cenário começou a se constituir a partir dos anos 1970 e 1980, em grande parte por conta do processo migratório incentivado pelo PIN e elaborado pelo governo militar brasileiro.

A partir da década de 1980, Cuiabá conheceu as mais altas taxas de crescimento populacional de sua história, de 136,25%, perceptível pela expansão do seu sítio urbano sobre as áreas periféricas, além do rápido crescimento vertical, que vem modificando radicalmente a sua paisagem urbana (MORENO; HIGA, 2005; MURTINHO, 2009).

### A CIDADE DE CUIABÁ E SEU “SONHO DE MODERNIDADE”: A PRODUÇÃO DE UM DESEJO EM MEIO AO IMPASSE DA “DIVISÃO”

Se, anteriormente à divisão do Estado, o objetivo de Cuiabá era manter sua condição de capital, passada essa fase, o desafio era transformar a cidade de passado colonial numa “nova capital”, moderna e digna de representar um “novo Estado”. Mas, para lançar mão desse desiderato e fazer as modificações na materialidade da cidade, seria necessário produzir nas pessoas uma necessidade, que seria transformada em desejo e que, com o passar do tempo, se confundiria com um anseio popular, levando à ação.

Segundo Terry Eagleton, em *A ideia de cultura* (2011, p. 76), nenhum poder poderia se manter satisfatoriamente por meio de simples e pura coerção. Para assegurar o consentimento daqueles que governa seria necessário

[...] conhecê-los mais intimamente do que sob a forma de um conjunto de gráficos ou tabelas estatísticas. Já que verdadeira autoridade envolve a internalização da lei, é na própria subjetividade humana, em toda a sua aparente liberdade e privacidade, que o poder procura se incutir. Para governar com sucesso, portanto, precisa compreender os homens e mulheres no que diz respeito a seus desejos e aversões secretos [...]. Se pretende regulá-los a partir de dentro, precisa também imaginá-los a partir de dentro. E nenhuma forma cognitiva é mais apta em mapear as complexidades do coração do que a cultura.

A hegemonia da classe média é o projeto que move a estética. E nada melhor do que a cultura, essa esfera social ativa e íntima do indivíduo, para o poder lançar seus apelos internalizando a lei na subjetividade humana.

Para tentar dar um exemplo de como o poder atua no sentido de produzir uma necessidade, que se transformaria em desejo popular, analisaremos o processo de modernização da cidade no pós-divisão, ou seja, de reordenamento dos discursos sobre o papel e a vocação da capital de Mato Grosso. O que não significa uma relação de cima para baixo, mas uma relação dialética de interação entre grupos.

Nesse sentido, observamos o que afirmou o editorial da revista *Cuiabá 259*, publicação comemorativa do aniversário da cidade, no ano de 1978:

Completando agora 259 anos de existência, [Cuiabá] está no último ano como capital de Mato Grosso, uma vez que no próximo ano o Estado estará definitivamente dividido e terá surgido mais uma unidade da federação na parte sul. [...] Tudo isto nos levou a este empreendimento jornalístico visando documentar o grau de desenvolvimento da “eterna capital”. (...) Esperamos que nossa pretensão de mostrar, numa linguagem clara e objetiva o sentido e o significado da existência de uma cidade, com suas realizações, seu progresso e seus obstáculos, principalmente aqueles causados pelo repentino surto desenvolvimentista, seja entendida por todos (*CULABÁ 259*, 1978, p. 1).

A partir dessa citação, poderíamos fazer as seguintes perguntas: Por que o poder tem necessidade de dar inteligibilidade ao significado de existência de uma cidade? A quem eles estão se dirigindo? Documentar o grau de desenvolvimento da cidade, fazendo um balanço das ações e dos desafios, poderia não chamar muito a atenção, pois, qual o motivo do poder ter que justificar suas ações ou explicá-las?

O poder, para se tornar hegemônico sem um alvo a quem lançar seus apelos, não seria eficaz. E a educação, a pedagogização, é uma estratégia importante neste sentido.

Podemos considerar que a imprensa e a academia tinham um papel primordial naquele momento pelo qual a cidade estava passando. Primeiro, pela necessidade de incutir nas pessoas aquilo que a cidade queria se transformar: num centro polarizador econômico, cultural e científico da região. Segundo, o fato que receber um grande número de migrantes, é algo que a cidade teria que lidar no sentido dos “choques culturais” que estavam acontecendo, mas que particularmente nessa fonte não ficou tão evidente.

Preparar os cuiabanos, assim como aqueles que aqui chegavam, vindos de fora, a partir de um discurso que homogeneiza os conflitos,

era o que a ideologia pretendia fazer, demonstrando que o preço pago pelas mudanças na cidade valeria a pena em prol de um coletivo e da própria nação.

O preço pago pela transformação tinha que ter alguma recompensa para os sujeitos que viam a cidade e seus “lugares de memória” sendo destruídos ou modificados. Outros, precisavam ser colocados no lugar e substituídos. Algo tinha que compensar a fragmentação da sua identidade com a cidade, tanto em termos de materialidade como de sua sensibilidade, para dar uma coesão. A sua tradição e cultura não poderiam ser totalmente perdidas, mas tinham de ser ressignificadas, para a modernidade adentrar no espaço. Somente a estética, fonte de toda coesão humana, poderia cumprir esse papel.

Como observou Terry Eagleton (1993), se a estética chegou a ter o poder que tem no século XVIII era porque a palavra sintetizava um projeto de hegemonia, a introjeção massiva da razão abstrata na vida dos sentidos. O que interessava não era a arte, primeiramente, mas um processo de reforma do sujeito a partir de dentro, informando seus mais sutis afetos e respostas corporais com esta lei que não era uma lei. Se a política e a estética, a virtude e a beleza achavam-se unidas, a conduta prazerosa seria a indicação do sucesso da hegemonia.

Com o título *O despertar de uma cidade*, como se Cuiabá fosse um indivíduo que acordou de um sono profundo, o artigo na revista teceu considerações sobre o processo em curso de modernização na capital:

[...] a Cuiabá de hoje, mercê de sua estratégica posição de portão de entrada para toda a Amazônia ocidental, apesar de guardar no seu conjunto aspectos ainda marcantes de uma arquitetura barroca que lembra o apogeu do ouro, possui já arrojados edifícios, avenidas largas que, num caldeamento típico de uma aglomeração urbana em ritmo intenso de transformação, se fundem com as estreitas vielas antigas, algumas delas transformadas hoje em tranquilos calçadões. [...] Cuiabá beneficiou-se, especialmente nos últimos dez anos, de uma gama de incrementos que o Governo Federal destinou à ocupação da rica região. Assim é que das tortuosas ruas, dos velhos edifícios, das cadeiras nas calçadas que já se perderam no tempo, Cuiabá passou a ter vias movimentadíssimas, ocupadas hoje por mais de 36 mil veículos que contrastam com os pouco mais de 5 mil de poucos anos atrás, além de um exuberante e variado comércio que oferece toda a gama de produtos, utensílios e equipamentos, que dão ao moderno conquistador da Amazônia os instrumentos ne-

cessários para as novas “bandeiras”. [...] De “Eterna Capital de Mato Grosso”, denominação que sustenta ainda com orgulho, Cuiabá passou a ser, repentinamente como se está processando a ocupação da Amazônia, uma jovem capital, com o desenvolvimento palpável, flagrante e, com este, todos os problemas a ele inerentes. De um quase torpor que a dominou por alguns longos anos, a hoje exuberante capital mato-grossense despertou rapidamente e este surto de desenvolvimento certamente se prolongará ao longo das décadas em que se for caldeando a ocupação amazônica. Vista de um de seus hoje inúmeros altos edifícios, a Cuiabá atual tem todas as características de uma cidade jovem, embora não tenha perdido certas características arquitetônicas e urbanísticas que lhe são peculiares. Mas a “roupa nova” está custando e haverá de custar altos preços às administrações (*CUIABÁ* 259, 1978, p. 15).

Nesta citação se identifica novamente a ideia de Cuiabá como “Portal da Amazônia”, de “eterna capital de Mato Grosso”. A cidade se tornou repentinamente uma jovem capital, revitalizada, por causa do desenvolvimento flagrante. Interessante destacar no texto a ideia de um caldeamento (fusão) da velha cidade, do período colonial, com a nova, que estava se modernizando, como se fosse um amálgama. O aumento no volume de carros, os prédios e as ruas largas, o comércio de utensílios e equipamentos comprovariam, por meio do material de propaganda, a disposição para o moderno conquistador da Amazônia. Algumas palavras utilizadas como “torpor”, um estado de sensibilidade reduzida, marasmo de longos anos, estaria vinculada ao discurso do isolamento da cidade. E por meio de “surto”, irrupção, impulso, a nova fase da cidade que se modernizava e se transformava.

Esse discurso pretendia produzir um efeito nas pessoas. Evidenciamos que o desenvolvimento e a modernização estavam sempre ligados a algo novo (“jovem capital”, “roupa nova”, “cidade jovem”) e a beleza (“exuberante capital”). A cidade seria como um corpo e, para que ela se tornasse moderna, ela teria que passar por uma mudança estética. Esse discurso geraria o efeito ideológico de veicular e difundir o novo, mas não um novo em detrimento do velho. O que fez Cuiabá ser a “Eterna capital” era justamente a sua tradição, a sua história que deu origem a Mato Grosso. Ela era a cidade mãe, símbolo do Estado e da identidade mato-grossense.

É marcante, nas fontes analisadas, tanto em jornais como em revistas, a ideia de Cuiabá como portal de entrada para a Amazônia

Ocidental. No fragmento citado, não seria diferente. Esse discurso foi fortemente vinculado na década de 1970, durante o governo militar, uma vez que caberia a Mato Grosso a responsabilidade de integração da Amazônia, como o caminho natural das grandes correntes de povoamento. E Cuiabá, a bicentenária capital, seria a base econômica e cultural para essa integração. Esse ideário fazia parte da geopolítica do governo militar de 1964, muito vinculado ao General Golbery do Couto e Silva, em sua obra *Geopolítica do Brasil (Relatório sobre a situação do Estado de Mato Grosso entregue pelo Governador Cássio Leite de Campos ao Presidente João Baptista Figueiredo, 1979)*.

O discurso da integração nacional foi amplamente difundido e propagandeado pelo poder. Era uma forma de demonstrar que o esforço de modernização da cidade e a vinda de migrantes buscavam integrar não somente Mato Grosso à nação, por meio dos chamados “espaços vazios”, mas, também integrar a nação ao capitalismo de produção. E Cuiabá precisava traduzir esse espírito para se transformar em uma “metrópole”.

#### A CIDADE (RE)INVENTADA: AS OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DE CUIABÁ

Havíamos comentado que boa parte das obras de modernização da cidade de Cuiabá tinha por objetivo manter a sua condição de capital. Para demonstrar como esse era um dos fatores que movia a realização dessas obras, tomamos por base uma fala do memorialista João Moreira de Barros, em seu livro *Cuiabá de hoje*, que nos esclarece, ao se referir às obras no governo do interventor Júlio Müller, “vimos que [este] realizou uma série de obras em Cuiabá que a tornaram capaz de responder pela sua condição de Capital. É por isso que se diz que essas obras frearam o desejo mudancista ou divisionista sempre existente por parte dos sulistas.” (BARROS, 1984, p. 21).

A partir do final dos anos 1970, a capital mato-grossense recebeu um grande fluxo migratório de pessoas migrantes que integraram, num primeiro momento, as novas frentes de expansão agrícola no interior do Estado, e que não foram bem sucedidas. Daí a necessidade de construção de núcleos habitacionais, como por exemplo, o Centro Político Administrativo (CPA) I, construído entre 1977 e 1978, que no seu Setor I assentou, majoritariamente, a população envolvida em projetos migratórios.

No caso do CPA, o memorialista Lenine Póvoas, em sua obra *Mato Grosso um convite à fortuna*, esclarece que a obra foi projetada no Governo de José Fragelli (1971-1975) para abrigar as repartições

públicas do Estado, oneradas com o preço dos imóveis alugados. O CPA de Mato Grosso, diferente de outras capitais do país,

[...] foi concebido com ambições mais largas, quais sejam a de se constituir numa nova cidade, com áreas destinadas a prédios públicos, áreas destinadas a bairros residenciais de alto nível a popular, parque zoobotânico, aeroporto privativo do Governo, zona para Departamentos governamentais que exigem grandes áreas para grandes instalações, tudo separado por largos e interligados pelos eixos rodoviários. (PÓVOAS, 1977, p. 71).

O CPA, segundo o autor, seria uma perfeita réplica de Brasília, que surgiu ao lado da velha Cuiabá, construída no sistema de módulos, podendo ser aumentados quantas vezes fossem necessárias. O seu conjunto arquitetônico e paisagístico foi concebido para atender também à expansão urbana de Cuiabá, consolidando a administração estadual. Os prédios foram construídos, nas palavras de Lenine Póvoas, visando o futuro de uma administração que se multiplicaria num Estado que crescia a cada hora que passava (PÓVOAS, 1977, p. 73). E prosseguia,

[...] será o CPA, a Cuiabá do futuro. Vários Governos estaduais se sucederão, construindo-a paulatinamente. [...] Mas o absolutamente certo, é que num futuro muito mais próximo do que se possa supor, haverá uma Cuiabá moderníssima, uma Cuiabá do século XXI, ao lado da velha e tradicional cidade, cantada nos versos do imortal Dom Aquino Corrêa. (POVOAS, 1977, p. 74).

Os discursos presentes nessas fontes são sempre em tom de exaltação da modernidade, tradição e cultura cuiabana. O velho e o novo que se misturavam e se harmonizavam no corpo da cidade, sem perder sua identidade. O tom ufanista nunca foi desinteressado, ambiciona surtir efeito naquele que o lia: a certeza e confiança de que a cidade estava no rumo certo – a Cuiabá do século XXI. Só mesmo o tempo iria dizer o que seria dessa cidade...

A cidade do século XXI ainda não existia, mas esse tipo de discurso criava uma necessidade em seus sujeitos que naquele momento desejavam, mais do que nunca, essa cidade em ritmo de desenvolvimento, levando a uma expectativa sobre o seu futuro. Como observou Terry Eagleton (1993, p. 22-25), o sujeito que se doava, a partir de si mesmo, por uma vontade geral, que encontrava a sua liberdade na necessidade - era modelado no objeto estético. O cidadão que renegasse o seu particularismo “mau” – seus desejos estreitamente

egoístas – e através de uma “vontade geral”, identificar-se-ia com o bem de todos; ele manteria a sua identidade singular, mas num compromisso desinteressado com o bem comum.

As transformações da paisagem urbana de Cuiabá – visando a sua modernização, por meio de obras, como a construção de prédios públicos, edifícios residenciais e empresariais e novos bairros, a abertura de avenidas e viadutos – alterou o traçado das ruas, a canalização de córregos e a reforma das praças, provocando mudança nas maneiras da população viver, trabalhar e transitar pela cidade. Os antigos espaços de sociabilidade eram destruídos ou revitalizados, ganhando novos contornos e usos. Outros lugares eram criados, abrindo frentes de expansão (des)ordenada da cidade.

O início da década de 1980 trouxe a produção de uma “nova” sensibilidade urbana, intimamente ligada à produção de identidades, o que confirma o forte caráter identitário da política moderna (GUIMARÃES, 2007, p. 137). Os administradores da cultura cuiabana passaram a ser influenciados pelo dispositivo das nacionalidades e do discurso nacional-popular.

Segundo Suzana Guimarães (2007, p. 138), com um discurso articulado sobre o direito às raízes e à identidade (via tradição, folclore, letras, educação e artes), mas essas raízes ficaram apenas na arte ao longo das vias públicas:

[...] os promotores da *cuiabania* (referimo-nos aqui a todas as pessoas: artistas, diretores, secretários, professores etc. que, de alguma forma, estiveram envolvidas na construção dessa ideia) conseguiram executar um plano de ação cultural bastante eficiente e que resultou na consagração da pintura como o veículo mais perfeito da cultura cuiabana. Ao tomar o povo cuiabano como tema privilegiado, seu cotidiano, os trabalhos, a religiosidade e as formas de divertimentos.

A preocupação com a perda de uma “identidade cuiabana” fez com que emergissem alguns movimentos de valorização da cultura local, principalmente, por conta da vinda dos novos migrantes e da crítica destes aos costumes locais. A sensação de perda de identidade fez com que os intelectuais, artistas e políticos se lançassem na busca de um “resgate” dessa cultura. Havia uma luta a ser travada contra a velocidade das destruições dos lugares de memória da cidade de outrora:

Como tudo parecia fora do lugar, desfigurado, fica claro que, de um modo geral, a sensação de estar perdido no tempo e no espaço afetava não apenas uma coletividade, mas também toda uma classe social que se via em crise pelo medo de não conseguir manter mais os privilégios e lugares sociais conquistados, de ter a memória estilhaçada e a vida prestes a ruir, sentido que tudo que construía um dia estava acabando-se, esvaindo-se, fugindo do controle.

A necessidade de juntar os cacos que o movimento de ocupação separou fez vir à tona a invenção de um outro recorte para a cidade. Mais do que geográfico – natural –, econômico ou político, o surgimento de Cuiabá como um novo recorte estético para o país nas décadas de [19]70-[19]90 nasceu da tentativa de construção de uma totalidade político-cultural, como reação à sensação de perda das referências espaciais ou temporais. (GUIMARÃES, 2007, p. 31-32).

É esse contexto, por exemplo, que teria motivado a criação da Fundação Cultural de Mato Grosso, cuja finalidade seria salvaguardar, defender e divulgar a cultura de mato-grossense, restituindo a identidade autêntica do povo e de sua cultura. De acordo com Raphaela Rezzieri,

Em Cuiabá, as políticas culturais repercutiram com a criação da Fundação Cultural, em 1975, durante o Governo de José Garcia Neto, por meio do Decreto Estadual nº. 126, do mesmo ano. A nova instituição tinha como missão preservar e difundir o patrimônio cultural de Mato Grosso e foi instalada no antigo “Palácio da Instrução”, onde passou a funcionar como sede administrativa, Biblioteca Pública do Estado e “Atelier Livre”, onde aconteciam oficinas de artes plásticas.

Dentro de seu plano de ações, fundou o “Museu Histórico de Mato Grosso”, “Museu de Arte Sacra” e o “Museu de História Natural e Antropologia”, além de organizar uma Pinacoteca com os trabalhos dos artistas matogrossenses. Uma das providências considerada mais importante de sua atuação foi a elaboração da legislação de proteção ao patrimônio histórico e artístico estadual, Lei nº. 3.774, de 20 de setembro de 1976, com base na qual foram tombados o Seminário da Conceição, Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho e o “Chafariz do Mundéo”, entre outros. (REZZIERI, 2014, p. 26-27).



De acordo com Laura Antunes Maciel (1992, p. 151), esse tipo de “campanha”, que se convencionou chamar de *cuiabania*, foi

Apresentada como uma reação ao fluxo migratório intenso e aos seus efeitos no esfacelamento da “identidade cultural” do cuiabano, cresce atualmente, em Cuiabá, uma campanha bem orquestrada que procura retomar os valores básicos de seu “modo de ser” tradicional ou do que se convencionou chamar **a cuiabania [grifo do autor]**. Os seus defensores procuram incentivar o cuiabano a redescobrir suas origens e tradições, algumas delas, [...] enfaticamente perseguidas ao longo das décadas iniciais do nosso século, como forma de enfrentar e se contrapor à “invasão de outras experiências culturais mais “fortes”.

As festas de São Benedito e do Divino, as danças típicas do cururu e do siriri, a viola de cocho eram “resgatadas” e redimensionadas com vista à produção dessa identidade. Na revista *Cuiabá 259* (1978, p. 43), destacamos posições de defesa acerca das tradições locais:

[...] todo esse conjunto de manifestações dos sentimentos populares, assimilados e somados ao longo de dois séculos e meio, preservados até agora graças aos esforços desse mesmo povo, está a merecer, entretanto, maior divulgação, para que os migrantes que dia-dia chegam a Cuiabá de hoje, vivendo de perto estas tradições e esses valores, ao contrário de contribuir para a perda da identidade que a cidade criou nesses dois séculos e meio, possam ajudar a manter a memória comum, fundamentada exatamente na preservação da cultura popular.

Assistíamos em Cuiabá, nesse período, o surgimento de vários movimentos sociais, intitulados preservacionistas dos bens e valores cuiabanos, considerados ameaçados diante dos impactos produzidos pelo processo de modernização. Essa dinâmica privilegiava o impacto sobre a cultura e tentava defender uma identidade cuiabana.

Os conflitos e impasses no processo de busca de afirmação da cultura cuiabana nesse período reverberavam na fala dos moradores da cidade, conforme se pode perceber na entrevista de um dos depoentes do livro *Parahyso Incoberto*:

[...] realmente, esse negócio de festa de São Benedito, no pé em que a coisa anda, é folclore no mau sentido. Isso é uma badalação tremenda de meia dúzia de pessoas que querem aparecer aí em sociedade, manter-se na crista da onda, não tem nada de

preservação, não há sentido nenhum de preservação de tradições cuiabanas, de cultura de coisa nenhuma. Eu vejo isso como uma tremenda babaquice, sabe? Babaquice de uma sociedade decadente, de uma burguesia decadente [...] estão matando São Benedito, estão aburguesando São Benedito. [...] As coisas eram assim mais difusas, não tinham esse caráter institucionalizado de hoje, como está a festa de São Benedito, em que a coisa se transforma assim, vamos dizer, em algo institucional, legal, em que se tem que sair por aí matando bois, comprando coisas, fazendo vestidos, roupas novas pra ir no São Benedito... No meu tempo era uma coisa mais espontânea, que a gente participava assim espontaneamente, sabe? [...] (DEP. n° 074, *apud* PAREDES, 2008, p. 168-169).

Além das obras de modernização, nos anos 1980, temos o tombamento do centro histórico, dando um novo sentido para o espaço do poder político esvaziado com a transferência do governo estadual para a região do CPA (cf. BRANDÃO, 1997; LACERDA, 2014). Além disso, desenvolveu-se uma série de ações voltadas para a construção de museus e de centros de memória. Há também a proliferação de discursos sobre a memória – a Cuiabá de outrora em verso e prosa.

A obsessão pela busca das identidades passadas foi marcante nesse período. O consumo dos espaços estéticos pela população e pelos turistas passou a ser empreendido pelos agentes culturais, vinculados ao Estado e município. Emergia uma Cuiabá transformada em objeto de consumo, e desejo.

A busca da identidade perdida por intermédio da estética, enquanto uma ideologia da classe dominante, vai ser acionada para dar coesão a essa sociedade. Um jeito de ser cuiabano seria produzido, difundido e comercializado nas mais diversas formas, comerciais e materiais, como bens de consumo com a chancela cultural “regional”. Verdadeiras jornadas de conscientização, como destacou Suzana Guimarães, vão ser desenvolvidas. Ideias, como folclore, memória, turismo, patrimônio, afirmavam-se vinculadas a uma nacionalidade e legitimação de Cuiabá como o centro da produção cultural regional mato-grossense (GUIMARÃES, 2007, p. 24-25).

## SONHOS E PESADELOS DE CUIABÁ: O “GÊNIO DA LÂMPADA” DA MODERNIZAÇÃO E OS DESEJOS DA CAPITAL “ETERNA” DE MATO GROSSO

O final dos anos 1970 parece não ter deixado muita saudade em Cuiabá. É o que foi possível apreender dos jornais da época, em especial no *Diário de Cuiabá*.

O preço pago pela modernização tão desejada tinha um alto custo: problemas de moradia, transporte, saúde pública, o verdadeiro “caos” generalizado tomava conta da cidade. Parece que o ano de 1979 não foi “problemático” somente para Cuiabá, mas para o Brasil inteiro e suas grandes capitais.

Crise de energia, inflação “galopante” e violência sem precedentes, segundo o jornal, atingiu a família brasileira (Até quando???. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, 10.1.1980, p. 2. Editorial). No caso de Mato Grosso, o problema fundiário gerava grande violência no campo que acabava atingindo os posseiros. Aqueles que não conseguiam se manter nas colônias fundadas na região norte do Estado, vinham para Cuiabá “tentar a vida”, dando início ao surgimento das primeiras favelas da cidade. Furtos, roubos, assaltos e latrocínios, além de violência das mais diversas espécies, passaram a ocorrer em Mato Grosso e em sua capital, com crimes escabrosos registrados nessa época.

As páginas policiais, em letras garrafais, noticiavam diariamente os crimes cometidos na cidade, inclusive com fotos - principalmente nos arredores de Cuiabá, no chamado “cinturão negro” das favelas. São matérias que “escorrem sangue”, e seu objetivo era chocar mesmo, impor medo, anestesiá-lo, enfim, um alto preço a ser pago pela cidade que agora vislumbrava ser, e era, considerada o “Portal da Amazônia”.

Mas o que tinha de bom nessa cidade que se modernizava e sonhava o novo? Qual era o outro lado da moeda da violência? Ah, o progresso! Quase uma palavra mágica na pena do editorialista, mas que nos idos de 1980 vinha embutida de certa crítica:

Dentro de pouco tempo dificilmente alguém reconhecerá aquela Cuiabá dos tempos em que era preciso contornar a América do Sul para se chegar até a civilização. Mais alguns meses e Cuiabá terá perdido por completo as tradicionais características de cidade pequena, para se transformar de fato e de direito numa metrópole. É lamentável que isso aconteça, mas impossível de impedir, pois o progresso hoje, representado por toda sorte de construções, indústrias, poluição e tudo o mais, chega e se impõe. Acaba

ficando por que aparentemente seus benefícios são maiores do que os males. (*DIÁRIO DE CUIABÁ*, 5.1.1980, p. 2. Editorial).

O editorialista abordou também a construção dos novos conjuntos habitacionais que naquele momento estavam em fase final de acabamento no bairro Cristo Rei, em Várzea Grande, e no São Gonçalo, no Coxipó, mas que a população que iria ocupa-lo, dentro em pouco, começaria “a sentir um dos problemas que mais perturbam: a tranquilidade da capital nos últimos tempos”:

Estamos falando das dificuldades enfrentadas com o precário transporte coletivo existente em Cuiabá, e que de nenhuma forma corresponde às necessidades do povo.

Ao lado da população do conjunto Nossa Senhora da Guia de Várzea Grande, e do conjunto CPA-I, pouco depois do Centro Político e Administrativo, os que forem se mudando para esses novos conjuntos por certo sentirão na carne as dificuldades de transporte, representadas pela concessão de monopólio à apenas uma empresa que opera em Cuiabá e Várzea Grande. (*DIÁRIO DE CUIABÁ*, 5.1.1980, p. 2. Editorial).

O problema com transporte público em Cuiabá aparecia constantemente no editorial dos jornais. Várias matérias abordaram esse problema da cidade que, pelo que parece, permaneceu por muito tempo sem solução, apesar das promessas do prefeito da época, o arquiteto Gustavo Arruda (1979-1983):

O prefeito, que tomou decisão louvável, ao decidir aprovar o processo de concessão de outra linha, à empresa diferente da atual, não obstante ter sido alvo de ameaças covardes feitas pelo telefone. Ele não se deixou intimidar, acentuando que de qualquer forma vai aprovar e sancionar o projeto, adiantando inclusive que a empresa Andorinha foi a ganhadora da concorrência, e que colocará ônibus novos na linha que vai explorar. (*DIÁRIO DE CUIABÁ*, 5.1.1980, p. 2. Editorial).

A questão do transporte público era algo que mudou muito pouco na cidade: poucas linhas, ônibus sucateados, alto custo da passagem e carros sem ar-condicionado, o que em Cuiabá não seria um luxo, em se tratando do elevado calor que predomina durante todo o ano. A insatisfação do usuário com o transporte público em Cuiabá ainda hoje é recorrente.

De acordo com Márcia Bomfim (2010, p. 27), em *As engrenagens da cidade*,

No discurso proferido na década de 1980 [sobre Cuiabá], admitia-se dificuldades no processo de desenvolvimento. Ainda assim, procurava-se positiva-las dizendo que elas dariam mais ânimo para lutar e progredir. Entre as dificuldades estavam a ocupação de terras urbanas e o aparecimento de enormes favelas em Cuiabá. Havia um clima de incerteza que já não parecia tão promissor. Os acusados de ocupação eram os migrantes, que chegavam em levadas à cidade e que vinham, sobretudo, dos projetos de colonização implementados pelo Governo no interior do estado.

Os grandes problemas na cidade, nesse período, pareciam ser os migrantes e as favelas. Onde alojar toda essa população numa cidade que carecia de habitação? Numa matéria em comemoração ao aniversário de Cuiabá, que corrobora com as observações de Márcia Bomfim, foi feita a seguinte afirmação:

De uns tempos para cá, o progresso não parou de chegar à Cuiabá. A cidade cresceu e continua desenvolvendo-se e seu futuro já é seguro. Cuiabá será uma grande capital, é o que todos esperam e acreditam piamente. Mas surgiram problemas difíceis e a cidade carece de uma infra-estrutura para suportá-los sem sofrer demasiadamente. As migrações estão cada vez mais intensas e os desempregados brevemente serão maioria.

As favelas já não são somente um terrível problema. Elas representam uma realidade negra, que preocupa a todos e têm contribuído para o aparecimento de inúmeros problemas relacionados com a posse de terras, desemprego, prostituição, marginalização, etc. A especulação imobiliária alcançou índices absurdos, a inflação sobe a cada momento e o número de empregos está cada vez mais desproporcional ao número de pessoas que deles necessitam. (*DIÁRIO DE CUIABÁ*. 08.04.1980, p. 9).

Esse desenvolvimento esperado por Cuiabá, seu progresso ou modernização, como queiram, esse “futuro seguro” que já era presente, mas que não se sabia muito bem o que era, estava marcado por contradições próprias do processo de modernização capitalista.

As contradições ficavam evidentes nas próprias publicações que procuravam divulgar a cidade para o Brasil, com a finalidade de atrair investimentos. Em 1984, o memorialista João Moreira de Barros, no livro *Cuiabá de hoje*, ao procurar mostrar o frenesi de obras de infraestrutura – a palavra do momento – pela cidade, não conseguia

disfarçar sua preocupação com aspectos problemáticos, como esgoto e fornecimento de energia elétrica, que afetavam o dia-a-dia dos moradores e das indústrias:

É irrisória a extensão da rede de esgoto. Esse parece ser um mal não só de Cuiabá, mas da maioria das cidades brasileiras. O pior para nós é que a rede de esgoto despeja os detritos no córrego da Prainha, que passa dentro da cidade, despejando este, por sua vez, suas águas pútridas no Rio Cuiabá, felizmente à jusante do ponto de captação das águas potáveis. Até há bem pouco tempo o Prainha era descoberto. Então, o mau cheiro e os mosquitos tomavam conta da cidade. Hoje está ele totalmente coberto por soberba pista asfaltada. [...]

Não temos energia elétrica em abundância. As três Usinas do Rio da Casca são absolutamente insuficientes para garantir um fornecimento adequado. Aliás, por isso mesmo compramos energia de Goiás. Mas se a transmissão do Rio da Casca não era fácil, imagine os leitores o que será a de Goiás, dada a distância, embora o tipo moderno de posteação e outros requisitos exigidos por uma técnica mais apurada. Daí os cortes constantes da corrente que ultimamente vêm-se acentuado. (BARROS, 1984, p. 88).

De acordo com Marcia Bomfim (2010, p. 27).

Cuiabá, como lugar de passagem, havia se tornado um entreposto de migrantes pobres, desempregados e famintos. Alguma coisa parecia ter saído errado, pois as correntes migratórias não eram tão controláveis como se esperava. Terras invadidas, mendigos pelas ruas, praças repletas de comerciantes, aumento da criminalidade, crianças infratoras eram situações produzidas por um processo de modernização, mas que não eram aceitas como modernas.

Esse tipo de prática, como bem lembrou a autora, era vista como uma ameaça à imagem de modernidade que estava sendo projetada para a cidade. Essa ideia de ameaça contribuía para que práticas de controle fossem implementadas sem contestação. Era necessário, então, reestabelecer a ordem, mesmo que ficticiamente para garantir a continuidade de um projeto criado para beneficiar os grandes investidores – empresários, proprietários de terras e imóveis urbanos, além dos especuladores do mercado imobiliário (BOMFIM, 2010, p. 27).

Sobre esse tema, o *Diário de Cuiabá* (11.01.1980, p. 2), ao abordar a questão dos mendigos que tinham tomado conta da cidade, no editorial do dia 11 de janeiro de 1980, observou que:

A mendicância está crescendo incontrolavelmente em Cuiabá. Há cerca de dois anos, não se via moleque pedindo esmola pelas ruas. Esta era uma das características cuiabanas que mais interessavam os visitantes [...] infelizmente, o quadro de dois anos para cá foi reformado, e hoje, encontra-se nas ruas principais da cidade mendigos de todas as idades.

Descendo a Treze de Junho, passando em frente aos bancos, ou descendo as praças, os transeuntes se encontram constantemente com mendigos de todas as espécies [...] E as favelas crescendo, mesmo com os esforços da Prefeitura Municipal com a finalidade de controlar a situação. [...] Portanto urge que se tomem medidas mais rígidas contra a mendicância.

Por intermédio dos editoriais, percebemos que o jornal cumpria o papel de cobrar do poder público o controle urgente da situação que passava a Capital. O reestabelecimento da ordem, como bem observou Márcia Bomfim, era necessário para que a cidade continuasse trilhando o caminho da modernização. Neste cenário, pobres e indigentes (não) teriam um lugar definidos: as margens, a periferia.

É importante observar que o jornal, por ser um veículo de comunicação que estabelecia um vínculo direto com o leitor, pretendia não só convencer esse mesmo leitor que a cidade caminhava para a modernização e já a vivenciava, como também fazia o papel pedagógico de demonstrar as contradições dessa modernização, que, apesar de todos os problemas enfrentados nesse processo, valeria a pena aguardar o futuro promissor.

Mesmo diante de todas essas mazelas presentes na cidade, o *Diário de Cuiabá* ainda tentava justificar que este era o preço a ser pago pelo progresso:

Mas o progresso ainda é benéfico e é a meta de todos. A medida que o tempo for passando, a cidade vai tentar controlar e amenizar as questões mais difíceis. A cidade precisa crescer, desenvolver-se. Os problemas representam os tributos pagos pelo desenvolvimento. (*DIÁRIO DE CUIABÁ*. 08.04.1980, p. 9).

A questão da moradia e da mobilidade urbana, atrelada à prestação de serviços básicos, seria o mantra das reclamações dos moradores da cidade Cuiabá e objeto das promessas de políticos em campanha. Cuiabá, a cada pleito, emergiria como uma cidade com potencialidade de crescimento e desenvolvimento. O futuro do Estado precisava se refletir na sua capital. O “novo” Mato Grosso, pós-divisão, demandava

uma capital moderna, mas que preservasse suas tradições. A tradição estaria registrada no seu centro histórico, com seus casarões coloniais e ruas tortas. A modernidade despontava na verticalização da cidade, na abertura de novas avenidas como a do CPA (Historiador Rubens de Mendonça), Perimetral (Miguel Sutil) e Fernando Corrêa da Costa e no seu Centro Político Administrativo, com prédios majestosos. O CPA era a cidade nova, a capital do capital.

Na luta contra os fantasmas internos da mudança da capital – Vila Bela, Corumbá e Campo Grande –, da história de transferências em outras unidades da federação – de Ouro Preto para Belo Horizonte, em Minas Gerais, de Vila Boa para Goiânia, em Goiás – e da emblemática perda da condição de sede política do país do Rio de Janeiro para Brasília, Cuiabá resistiu e prevaleceu. Campo Grande tornou-se capital, mas de um novo Estado – Mato Grosso do Sul.

Além da questão simbólica, o que significava ser uma capital para Cuiabá? Para Márcia Bomfim,

Lutar pelo posto de capital do estado significava lutar para que os recursos federais passassem primeiro por Cuiabá para depois serem distribuídos para as demais cidades do estado. Significava, também, ser sede dos principais órgãos públicos e, principalmente, concentrar os maiores investimentos da iniciativa privada arrecadando mais impostos. Assim, o discurso que colocava Cuiabá caminhando em direção ao futuro, no qual figuraria como centro, estava ligado a interesses econômicos e políticos. (BOMFIM, 2010, p. 22).

Nos anos 1980, Cuiabá verificou a potencialização do seu processo de crescimento, expandindo-se nas direções do CPA e da Avenida Fernando Corrêa da Costa, que demandava à UFMT. O intenso fluxo migratório, a mudança na centralidade do poder, os loteamentos irregulares e a favelização, a especulação imobiliária e a demanda por serviços públicos, como saneamento básico e transporte, compuseram um caldo de demandas e dilemas para a capital de Mato Grosso. Aquela cidade com traços coloniais já não era a mesma. A fotografia e os relatos apontavam para um espaço urbano em metamorfose: edifícios, avenidas largas e favelas mudavam drasticamente a feição da cidade.

O fetiche da metropolização de Cuiabá cobrava seu preço, quando o lema era crescer para não estagnar:



Em função desta modernização urbana de Cuiabá e dos processos paralelamente iniciados, transforma-se não somente o espaço urbano construído (abertura de novos bairros, verticalização de outros com processos concomitantes de expulsão da população tradicional), mas também a estrutura econômica e social, resultando em acelerados processos de diferenciação, e, finalmente, na fragmentação da sociedade urbana, assim como na segregação do espaço social urbano. Resulta ainda esta fase de modernização acelerada na transformação da ecologia urbana e, conseqüentemente, num aumento dos problemas ambientais em Cuiabá, antes desconhecidos. (COY, 1994, p. 146).

Em 1984, diante desses impasses e demandas do crescimento desordenado que feria a estética da cidade – o centro ocupado pelos “ambulantes e andarilhos” e a periferia pelos “sem-teto”, evidenciamos dois movimentos emblemáticos no sentido de pensar e planejar Cuiabá: o processo de tombamento do Centro Histórico e as discussões para a definição do seu Plano Diretor. É nesse cenário que emerge o olhar e o saber-poder do arquiteto Júlio De Lamônica Freire, na intersecção entre técnica e poética.

Nessa personagem do cotidiano congregaria testemunha e sujeito do processo de “revitalização” do espaço urbano de Cuiabá. A sensibilidade de saber, sentir e ser cidadão encontraria, nos seus textos, crônicas e livros, um horizonte de expectativa para a Cuiabá que precisava urgentemente ser “nosso bem coletivo”, diante do movimento das rodas dentadas das máquinas de fazer prédios, ruas, calçadas e gente:

Perplexos, os cuiabanos de chapa-e-cruz e de cruz-e-chapa se perguntam: mas, onde está a Cuiabá que eu conhecia? O semblante da cidade que vem refletido nas águas do rio é novo e indecifrável, mas com marcas e linhas indissimuladamente antigas e familiares.

[...]

Há quem, apressadamente saudosista, procure em todos os cantos os sinais da cuiabania e, aturdido, não os encontre. Há quem com pesar procure e também não encontre a tradicional festa de São Benedito (que já mudou tanto!), nem o São João adiantado ou atrasado de todos os anos, nem a festa do Divino que desapareceu.

[...]

Colocar as cadeiras na calçada e conversar com os conhecidos que passam, nem pensar! Já não passam os conhecidos e automóveis tomaram conta das calçadas.

Estamos vivendo uma incrível experiência, nestes tempos em que Cuiabá, após duzentos e tantos anos de crescimento vegetativo e lento, viu-se alcançada e invadida por um processo que estrangula e estraçalha e ao mesmo tempo redescobre seu destino. (FREIRE, 1992, p. 51).

E Cuiabá caminhava para mais um capítulo do seu processo de modernização à brasileira, com seus contrastes, demandas, desejos, sonhos e pesadelos. O contraste, entre as favelas e os arranha-céus. As demandas de moradia, segurança e serviços públicos, para as suas margens. Os desejos de ser metrópole, uma cidade interligada com o mundo – o centro geodésico da América do Sul, integrado por estradas e ferrovias. Os sonhos de ser uma capital à altura no “novo” Mato Grosso. E os pesadelos do esperar, do devir, do imprevisto e do inacabado.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, V. C. *Paz sob fogo cerrado (1945-2002)*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.
- BARROS, J. M. *Cuiabá de hoje*. Cuiabá: IHMT, 1984.
- BEZERRA, S. R. Contradições culturais do cortejo triunfante da modernidade em Cuiabá. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*. Uberlândia, v. 5, n. 3, 2008.
- BOMFIM, M. *As engrenagens da cidade: Centralidade e poder em Cuiabá na segunda metade do século XX*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2010.
- BRANDÃO, L. *A Catedral e a Cidade: uma abordagem da educação como prática social*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.
- CASTRO, R. S. Modernidade e primitivismo na arquitetura de Mato Grosso: confrontos da segunda metade do século 20. *Arquitextos*. São Paulo, n. 126.05, ano 11, nov. 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.126/3637>. Acesso em: 9.9.2014.
- CONTE, C. Q.; FREIRE, M. V. L. *Centro Histórico de Cuiabá: Patrimônio do Brasil*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- COY, M. Transformação socioambiental do espaço urbano e planejamento em Cuiabá/MT. *Cadernos do Nerr: ambiente – uma abordagem socioeconômica*. Cuiabá, n. 3, p. 131-174, set. 1994.

- DIÁRIO DE CUIABÁ. *Cuiabá 259*. Número Especial de Aniversário. Cuiabá, 1978.
- DIÁRIO DE CUIABÁ *Cuiabá 260*: início, meio ou fim? Número Especial de Aniversário. Cuiabá, 1979.
- DIÁRIO DE CUIABÁ. *Até quando???*. 10.01.1980, p. 2. Editorial.
- DIÁRIO DE CUIABÁ. *Cuiabá Ano 261*: bonita e com os seus velhos problemas. Cuiabá, 08.04.1980, p. 9.
- DIÁRIO DE CUIABÁ. *Solução Drástica, já*. Cuiabá, 5.1.1980, p. 2. Editorial.
- DUPAS, G. *O mito do progresso, ou o progresso como ideologia*. São Paulo: EdUNESP, 2006.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: EdUNESP, 2011.
- \_\_\_\_\_. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Por uma poética popular da Arquitetura*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.
- FREIRE, J. L. *Cuiabá: nosso bem coletivo*. Cuiabá: Edições UFMT, 1992.
- GALETTI, L. S. G. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: Ed. UFMT; Entrelinhas, 2012.
- GARCIA, R. C. *Mato Grosso (1800-1840): crise e estagnação do projeto colonial*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- GUIMARÃES, Suzana. *Arte na rua: O imperativo da natureza*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2007.
- LACERDA, M. D. C. A. *O IPHAN e a invenção dos lugares de memória em Cuiabá: as demandas e políticas de preservação do patrimônio histórico (1958-2013)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.
- MACIEL, L. A. *A capital de Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.
- MAIA, J. M. E. *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro, EdFGV, 2012.
- MEIHY, J. C. S. B. Para sonhar uma outra história. In: BORGES, F. T. M.; PERARO, M. A. (Orgs.). *Sombos e pesadelos na história*. Cuiabá: EdUFMT, Carlini & Caniato, 2006, p. 331-346.
- MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Orgs.). *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- MURTINHO, M. N. *Análise econômica da divisão de Mato Grosso (1970-2000)*. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

- PAREDES, E. C. *Parabyso Incoberto*: percepções de mudanças nas condições de vida da cidade, por alguns habitantes de Cuiabá. Cuiabá: EdUFMT, 2008.
- PÓVOAS, L. C. *Mato Grosso um convite à fortuna*. Rio de Janeiro: Guaira, 1977.
- DIÁRIO DE CUIABÁ. *Problema Incontrolável*. Cuiabá, 11.1.1980, p. 2.
- REZZIERI, R. *A sedução estética em letras cuiabanas*: política culturais em Mato Grosso - o caso da Fundação Cultural. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.
- ROSSI, P. *Naufrágios sem espectador*: a ideia de progresso. São Paulo: EdUNESP, 2000.
- SIQUEIRA, E. M. *História de Mato Grosso*: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- SOUZA, A. M. *Relatos da cidade*: Nomadismo, territorialidades urbanas e imprensa – Cuiabá-MT segunda metade do século XX. Cuiabá: EdUFMT; Entrelinhas, 2007.

# GERVÁSIO LEITE E A PERSPECTIVA EDUCACIONAL

## GERVASIO LEITE Y LA PERSPECTIVA EDUCATIVA

Elizabeth Madureira Siqueira

**RESUMO:** A construção do panorama educacional de Mato Grosso, sob a ótica de Gervásio Leite, constitui um diferencial, se comparado a outros textos produzidos na primeira metade do século XX. Ao contrário dos demais, a ótica gervasiana tem como perspectiva, um contexto nacional e quase nunca regional. Os problemas de Mato Grosso são analisados enquanto representação das grandes questões nacionais. Esse olhar específico é analisado tendo por base duas de suas obras: *Um século de instrução pública*, escrito no ano de 1940, e *Aspecto Matogrossense do Ensino Rural*, datado de 1942.

**Palavras-chave:** Educação. Mato Grosso. Gervásio Leite.

**RESUMEN:** La construcción del panorama educativo de Mato Grosso, desde la perspectiva de Gervasio Leite, es una ventaja, en comparación con otros textos producidos en la primera mitad del siglo XX. A diferencia de los otros, la gervasiana óptica tiene la perspectiva, un contexto nacional y raramente regional. Problemas de Mato Grosso se analizan como la representación de los grandes temas nacionales. Esta mirada particular, se analiza en base a dos de sus obras: *Un siglo de la educación pública*, escrita en 1940, y *Mato Grosso aspecto de Educación Rural*, fechado en 1942.

**Palabras clave:** Educación. Mato Grosso. Gervasio Leite.

## APRESENTANDO GERVÁSIO LEITE

Para se compreender a escritura de Gervásio Leite, torna-se essencial conhecer essa personalidade, desde seu nascimento até o falecimento.

Cuiabano, nascido a 19 de junho de 1916, Gervásio Leite enobrecceu Mato Grosso pelos seus trabalhos profícuos e competentes na área jurídica. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, com apenas 22 anos de idade, regressou a sua terra natal onde fez brilhante carreira.

Além dos dotes na área jurídica, Gervásio Leite destacou-se nas letras, tendo representado, ao lado de Rubens de Mendonça e Euricles Mota, a vanguarda mato-grossense do movimento Graça Aranha, cujas produções foram veiculadas na Revista Pindorama.

De sua brilhante atuação intelectual e profissional, assim se expressou o Acadêmico Satyro Benedicto de Oliveira quando traçou sua biografia:

Causídico brilhante, de visível acuidade, seu escritório de advocacia era o mais movimentado, influente, no período 1940/1960, regular ponto de convergência para vantajosas tertúlias de gama calidoscópica. Presidiu a OAB regional: biênio frutífero (competente “batonnier). Professor da Escola Técnica de Comércio, da Faculdade de Direito de Cuiabá (um dos edificadores) e da UFMT, lídimo arquétipo na docência construtiva[...] Jornalista da Associação de Imprensa Mato-grossense Presidente, co-fundador, em 1939 (23 anos), de “O Estado de Mato Grosso”, um feito magno do indefesso pioneiro, Dr. Archimedes Pereira Lima. No diário versátil coluna manteve, de aspectos educativos[...] Desembargador, jurista exímio, articulou magníficos votos e ao píncaro ascendeu: Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça.

Sua carreira como professor e o entendimento do processo histórico de Mato Grosso levou-o a produzir um interessantíssimo livro que discute o percurso da escola primária de Mato Grosso, desde o século XIX, até a década de 1960: *Um século de instrução pública*. Cuiabá, s.ed., 1970.

Ingressou e chegou a presidir, por muitos anos, a Academia Mato-Grossense de Letras, onde deixou importante contribuição intelectual:

O Humorismo da obra de Machado de Assis. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, n. 13-14, 1939.

- Mocidade, liberdade e cultura. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, n.17-20, 1941-1942.
- Canto em louvor de Paris. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, n. 23/26, 1944-1945.
- Discurso de posse. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, n. 23/26, 1944-1945.
- O Lema da Academia. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, n. 27-28, 1946.
- Discurso em nome do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (no Jubileu de Prata da Academia Matogrossense de Letras). *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, n. 27-28, 1946.
- Discurso de recepção do acadêmico Archimedes Pereira Lima. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, n. 29-30, 1947.
- Alegro. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, n. 31-34, 1948-1949.
- Hamlet. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, n. 31-34, 1948-1949.
- Primeiro poema. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. n. 31-34, 1948-1949.
- Discurso de recepção ao acadêmico Gabriel Vandoni de Barros. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, n. 35-38, 1950-1951.
- Discurso em homenagem a Rui Barbosa. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, n. 35-38, 1950-1951.
- Discurso de recepção do acadêmico Antônio de Arruda. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, n. 39-42, 1952-1953.
- Discurso na festa da amizade. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, n. 43-46, 1954-1955.
- Discurso em homenagem a José de Mesquita (Sênior). *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, n. 43-46, 1954-1955.
- D. Aquino e a tradição. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*, n. 47-48, 1956.
- No fundo do silêncio. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, n. 40-52, 1957-1958.
- Palavra da imprensa. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, n. 53-54, 1959-1961.
- .Criação da capitania de Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá, n. 57-60, 1947/48.
- Caminho das monções. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá, n. 35-36, 1945-46. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1975.

*Cuiabá, terra agarrativa e linda.* Goiânia: Cinco de Março, 1969.

*Roteiro de uma personalidade.* Cuiabá: Escola Industrial, 1943.

Alocução pela Academia Mato-Grossense de Letras em homenagem a Joaquim Murтинho por ocasião de seu centenário. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.* Cuiabá, n. 57-60, 1947/48.

Generoso Ponce. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.* n. 59/62, 1953-54.

*O gado na economia mato-grossense.* Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1942.

Rondon e a mocidade. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.* Cuiabá, n. 43/44, 1940.

*Aspecto mato-grossense do ensino rural.* Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1942.

Gervásio Leite faleceu no Rio de Janeiro a 10 de abril de 1990, aos 74 anos incompletos.

Eduardo Mahon, assim o descreve em trecho do texto *Gervásio Leite: Um homem transfluvial* (Cuiabá: AML, 2015):

Gervásio Leite, esse homem alto, delgado, moreno, é uma alma transfluvial. Enquanto a província pastava na mesmice, assuntando a vida do parapeito das janelas, aboiando o rio manso que vai para o abatedouro marítimo, ele queria estar além dessas águas. Pertenceu a um seletto grupo intelectual imprensado entre o passado e o futuro, em plena transformação urbana. Para transcender a gravidade cuiabana, estudou fora e de fora trouxe uma cabeça renovada, cheia de ideias para enxergar a própria cidade além do buraco da fechadura. Dizia ele a Antônio de Arruda, seu futuro colega de letras: “*não mudei meu lema ou brasão d’armas: ou vai ou racha! Dele não saírem por motivo algum. Aos 22 anos, o que posso ser? Ou covarde ou revolucionário. Não há outra escolha. Vou para Cuiabá como D. Quixote, pois sei perfeitamente que ainda há moínhos de vento na idade da máquina. Nada de progresso a conta-gotas. Tem que ser furacão. E quem for fraco que fique pela estrada*”.

## A ÓTICA EDUCACIONAL

Gervásio Leite foi um dos mais importantes autores a escrever sobre a educação de Mato Grosso. Dois textos de sua autoria mereceram, neste artigo, ser referenciados: *Um século de instrução pública (História do ensino primário em Mato Grosso)*, escrita em 1940 e publicada somente no ano de 1970; e *Aspecto Matogrossense do Ensino Rural*, datado



de 1942, um breve, porém substancioso opúsculo cujo conteúdo foi veiculado durante sua participação no VIII Congresso Nacional de Educação.

Uma das marcas da escrita gervasiana é sua escrita que, mesmo tendo como objeto Mato Grosso, quase nunca deixava de cotejá-la com o cenário nacional e até mesmo europeu, emolduramento diferenciador de sua construção e um diferenciador importante. Nessa direção, o presente artigo vai ilustrar a escrita de Gervásio Leite através de duas obras.

## UM SÉCULO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA (HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO EM MATO GROSSO)

Em *Um século de instrução pública (História do ensino primário em Mato Grosso)*, Gervásio Leite percorre ligeiramente o período colonial, ilustrando com os principais cronistas e acrescentando alguma bibliografia de apoio, sempre de âmbito nacional, a exemplo de Cassiano Ricardo, em sua tradicional *Marcha para Oeste*, na qual disponibilizou dados sobre a então capitania de São Paulo, visto que a carência de livros se assemelhava muito à precária situação de Mato Grosso naquele período, cuja proximidade histórica ligará irremediavelmente essas duas unidades federativas. Mesmo considerando que São Paulo veio a merecer, em 1827, a instalação de um dos dois primeiros cursos jurídicos criados no Brasil, a situação educacional paulista se apresentou carente em toda primeira metade dos oitocentos, somente ganhando notoriedade na segunda metade e principalmente após a República.

Ao analisar o primeiro regulamento da instrução pública mato-grossense, de 1837, Leite, como homem voltado para a área do Direito, avançou o olhar na documentação já pesquisada e, além da legislação regional, utilizou seu amplo conhecimento e leitura da bibliografia da História da Educação brasileira, a exemplo da obra *Noções de História da Educação*, de autoria de Afrânio Peixoto, citando até mesmo trechos dos relatórios produzidos pelo Ministério do Império e exertos dos competentes discursos e pronunciamentos sobre o contexto político imperial, pronunciados pelo crítico Tavares Bastos, clássico de leitura clássica e obrigatória para todos aqueles que se aventuram a escrever sobre o contexto brasileiro nos oitocentos. Além dos Relatórios, Falas e Discursos pronunciados pelos Presidentes da Província de MT por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos, Gervásio Leite, ao analisar a educação no Império, privilegiou como base analítica os muitos relatórios produzidos pelos Inspectores/Diretores da Instrução Pública, incorporando mais um

filão documental até então pouco explorado. Esse fato pode ser comprovado quando ele abre um capítulo, o V, intitulado “*A ação de Ernesto Camilo Barreto*”, baiano de nascimento, foi, por muitos anos, não somente reitor do Seminário Episcopal da Conceição, mas, também, Inspetor Geral dos Estudos e da Instrução Pública, ficando notabilizado pela excelente qualidade de seus relatórios, qualificados por Gervásio Leite, como *notáveis* (p. 47). Ao analisar a década 70 do século XIX, além dos relatórios citados, o autor buscou incorporar algumas pesquisas e leituras, a fim de ampliar e tornar mais claras as assertivas de Camilo Barreto, o que fez ao citar o famoso pedagogo Abílio César Borges, o Visconde de Carnaúbas, autor de inúmeros compêndios didáticos, muitos deles utilizados fartamente nas escolas primárias mato-grossenses, e proprietário de estabelecimentos de ensino, instalados na Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A análise gervasiana prossegue trabalhando cronologicamente cada reforma de ensino. Como bom jurista e, conseqüentemente, admirador de Rui Barbosa, Gervásio Leite considerava que as suas ideias pedagógicas, apesar de brilhantes, foram pouco apropriadas pelos governantes de Mato Grosso: *Estudando minuciosamente a situação do país, assinalava Rui, no parlamento, “que somos um povo de analfabetos”, que a instrução popular, na Corte, como na província, não passa de um desideratum” (...). Qual a influência dessas novas ideias na província? Mesmo sendo otimista, conclui-se que nenhum ou quase nenhum interesse despertavam as ideias de Rui.* (p. 73). Gervásio Leite encerra o período imperial fazendo um balanço crítico interessante, pois atribuiu à rala população e às dificuldades financeiras da província as causas maiores do fracasso da instrução pública: *Não era só a escassez de mestres, de cuja falta ainda hoje nos ressentimos, nem a incompreensão dos pais que não mandavam seus filhos à escola. Havia acima de tudo falta de dinheiro nos cofres provinciais, para acudir às necessidades inadiáveis que assoberbavam o ensino. (...) nas vésperas da República, a província, com uma área idêntica à do Estado atual (1.477.041 Km<sup>2</sup>), estava praticamente despovoada, pois contava, quando muito, com uma população de 80.000 habitantes.* O discurso da Modernidade está fortemente presente no texto do autor que fechou o capítulo da educação imperial com a seguinte frase: *O Império, portanto, deixava à República um trabalho mal começado. É justo que se destaquem as dificuldades que impediram a ação de alguns homens de boa vontade, dificuldades que através dos anos deixaram Mato Grosso esquecido no fim do Brasil, sem braços e sem dinheiro, com os seus filhos bebendo aquele “leite da ignorância” de que falou o cronista colonial.* (p. 86)

A abertura da 2ª parte da obra, *Na República*, é inaugurada com o posicionamento de Leite sobre o contexto republicano, pensado em torno de três eixos fundamentais: liberalismo, analfabetismo e escolas: *A República trouxe a presunção de uma democracia num país em que o povo era uma figura retórica, aquele povo bestializado da expressão de Aristides Lobo, que não tinha consciência de si mesmo. (...) Ora, a realidade de 1890 apresentava 852 analfabetos em cada grupo de 1.000 brasileiros. (...) Esse Ministério da Instrução Pública, contudo, começou com a velha política de sempre – pela cumeieira, cuidando de reformar o ensino superior. (...) acabou deixando tudo para que os Estados cuidassem, como já o Ato Adicional comodamente fizera. Ora, era evidente que o fundamental era o ensino primário, a alfabetização, a direção consciente da massa para uma República que pretendia ser democrática.*

Para Gervásio Leite, cuja característica foi a crítica ferrenha e sagaz, além da lucidez, estava clara a postura adotada pelas elites quando a educação não atendia às expectativas, pois esse segmento, para dissimular o fracasso, adotava a postura de estar sempre reformando a educação para ver se conseguiam seu intento, porém, para o autor, a questão estava muito além do que pensavam os governantes: *O resultado não podia ser outro, senão o de sempre. Se o ensino não tem qualidade, se o mestre não tem competência, se os pais não mandam seus filhos à escola, se não há material escolar, prédios, métodos, programa, escolas, baixa-se uma nova lei, aprovando um novo regulamento e deita-se para dormir “à sombra das bananeiras, debaixo dos laranjais”.* (p. 92). Nessa medida, Gervásio Leite conseguiu fazer aclarar os viciosos mecanismos utilizados pela elite para encobrir as dificuldades sempre foram utilizados, pois driblar a expectativa popular com novas reformas funcionava, sem dúvida, enquanto demonstrativo de uma intenção de solucionar o problema, mesmo que os administradores soubessem que encarar esse problema de frente seria muito mais desgastante. Então, apresentar mecanismos de reforma colocava, sem dúvida, uma nova expectativa para a sociedade.

Assim, fica clara a abordagem que Leite implementou à República, enquanto um período regulado pela legislação de caráter antecipatório, deixando, nessa medida, de operar as necessárias transformações na realidade. Numa coisa o autor comungou com os princípios republicanos: o fato de que o ensino passou a ser leigo e obrigatório, fato que, no seu entender, não foi suficiente para operar as tão necessárias modificações para a época. Ao analisar a primeira reforma republicana, de 1891, ele atentou para o grave problema da falta de recursos, sanado parcialmente naquele momento pela instituição do Fundo Escolar. Como bom conhecedor da legislação, ampliou a explicação

da natureza desse imposto, explicando que o mesmo *recaía nos que exerciam indústria, profissão ou viviam de rendimentos próprios e destinava-se principalmente à aquisição de móveis para as escolas e fornecimento de vestuário e utensílios às crianças pobres.* (p. 97) Na análise da reforma seguinte, a de 1896, sob os auspícios de Antônio Corrêa da Costa, Leite centra a discussão na divisão do ensino primário em elementar e complementar e na utilização do método intuitivo, pela primeira vez aplicado no cenário escolar mato-grossense. Apesar de revolucionária para a época, essa metodologia não foi capaz de alavancar e transformar o ensino primário, entretanto, na opinião do autor, *em vez de uma escola contra o aluno, Antônio Corrêa tentava uma escola a favor do aluno, aquela que fosse um resumo vivo da sociedade, onde preparassem homens de acordo com suas tendências não “máquinas” que repetissem os compêndios de cor.* (p. 105)

Prossegue Gervásio cotejando os primeiros regulamentos republicanos buscando evidenciar o crescimento no número de alunos que chegou a dobrar entre 1899 e 1906. (p. 110). Ao iniciar a análise da Reforma regional de 1910, ele optou por discorrer sobre um aspecto que muito afetou o cenário social e educacional do período: o fenômeno do Coronelismo que, segundo Caetano de Albuquerque, governante mato-grossense (1915-1917) à época, *é o contágio da politicagem, fazendo do professor público o servidor de um partido, o galopim eleitoral que escreve a ata e é o agente da cabala eleitoral* (p. 115). Depois, Gervásio elenca as alterações e inovações do citado Regulamento, a exemplo da criação da Escola Normal, dos Grupos Escolares, do ensino livre (escolas particulares), da inovação do método intuitivo e prático e da proibição de ser o ensino ministrado, como antes, por decurções ou monitores, não deixando de apontar a proibição da utilização dos castigos físicos. Depois de expor minuciosamente esses aspectos, Gervásio Leite abre, na sequência, suas críticas a essa reforma. Mesmo elogiando seu caráter inovador, atribuiu os fracassos aos problemas históricos de Mato Grosso. Como que resvalando numa espécie de determinismo geográfico ou “lenda” geo-histórica, considerou que: *É um regulamento, infelizmente, não tem forças para de um golpe reformar tudo. Nem a questão fundamental gira em torno de um regulamento. (...) a questão não é só de métodos e de técnica. A questão primeira é a do meio. As condições excepcionais que a geografia mato-grossense criou devem ser maduramente analisadas. Por outro lado, a situação estagnada do professor mal remunerado e sem possibilidade de acesso não seduz ninguém ou seduz os menos aptos para outros misteres da vida* (p. 123). Nessa medida, mais uma vez a análise gervasiana condena as reformas enquanto mecanismos

salvadores, concebendo-as enquanto artifícios de negação do enfrentamento da realidade social.

Assim, na medida em que o processo educativo mato-grossense se aproximava da vivência do autor, nascido em 1916, suas análises críticas se intensificavam. Apaixonado pela estatística, técnica considerada apropriada para fornecer os parâmetros ao bom administrador, Gervásio Leite, ao final da obra, introduz um capítulo intitulado *Estatística Escolar*. Considerava ele que os fracassos escolares do passado poderiam, em grande parte, ser atribuídos à falta de dados estatísticos, capazes de direcionar e tornar melhor conhecida a realidade social: *Ora, sem um preciso levantamento regular e harmônico, impossíveis se tornam confrontos e estudos, não só do ponto de vista técnico, como do ponto de vista administrativo. Fenômeno de massa – lembra Lourenço Filho – a educação só apresenta os seus verdadeiros delineamentos, a sua marcha de execução e os seus resultados, pela estatística* (p. 129-130). Nessa medida, a estatística se mostrava enquanto mecanismo revelador da realidade, o que tornava mais difícil, para os administradores, ignorá-la.

Ao analisar a reforma de 1927, qualificou-a de *inadequada para um mundo em mudança*, isso porque, ao dividir as escolas primárias em isoladas rurais, isoladas urbanas, isoladas noturnas, reunidas e grupos escolares, a reforma de 27 não fazia qualquer distinção no âmbito dos conteúdos: *A que nas zonas rurais de fraca densidade demográfica ministrava mecanicamente as mesmas disciplinas que os mestres ensinavam nas zonas urbanas, densamente povoadas.* (p. 138). Suas críticas não pararam no currículo, mas atingiram ainda o método que, segundo Leite, preconizava, obsoletamente, o intuitivo, deixando de contemplar os modernos métodos de ensino, aqueles introduzidos pela Escola Nova. Por outro lado, na sua opinião, o Regulamento de 1927 se preocupou mais em transmitir conhecimento do que em educar: *A escola não é apenas um lugar onde se aprende a ler, a escrever e a contar. Deve, ao contrário, ser o ensino primário, como disse Gustavo Capanema, o verdadeiro instrumento de modelação do ser humano. Só a escola nova poderá atender a este alto objetivo do ensino primário* (p. 144).

O trabalho produzido por Gervásio Leite, em *Um século de Instrução Pública*, brinca o leitor com uma análise crítica do processo educacional mato-grossense, pautado em farto material empírico nas áreas jurídica, legislativa e administrativa, acrescentando muito ao já então produzido, seja pelo número mais avolumado de documentação, ou, sobretudo, pelos abalizados comentários, próprios de um homem culto e inserido no contexto político de Mato Grosso, mas, sobretudo, pelo seu intenso desejo de encontrar caminhos na solução dos impasses educacionais.

## ASPECTO MATOGROSSENSE DO ENSINO RURAL

Seu segundo trabalho concernente à Educação de Mato Grosso versa sobre um aspecto pontual: o ensino rural, tão pouco propalado naquela época e, infelizmente, ainda hoje. Sob o título de *Aspecto Matogrossense do Ensino Rural*, foi apresentado inicialmente sob a forma de comunicação junto ao VIII Congresso Brasileiro de Educação (1942), e posteriormente publicada em opúsculo. Sendo Mato Grosso um estado essencialmente rural, como, à época o eram muitos outros, Gervásio Leite fez uma série de reflexões e propôs encaminhamentos para sanar o grave problema do ensino rural, refletido logo no início: *Esta comunicação modesta visa um elevado objetivo: a reforma de nosso ensino rural. Com isso penso que sirvo minha pátria, servindo meu Estado.* Na ótica gervasiana, Mato Grosso não era visto enquanto um território folclórico e distante, como muitos o colocavam, mas, contrariamente, deveria servir de exemplo, em pé de igualdade, com as demais unidades da federação. Essa postura horizontalizante, fez com que ele sempre tratasse os problemas nacionais tendo Mato Grosso como exemplar. No caso de sua análise sobre a escola rural, a escola da roça, não era um problema pontual de Mato Grosso, mas um dilema nacional: *Urge, por isso, atacar o problema de frente que, não é apenas regional, como pensam espíritos superficiais. É um grave e angustiante problema nacional.* Assim, sua comunicação no VIII Congresso foi uma demonstração clara dessa postura engajada.

O embasamento crítico de Gervásio Leite, no que concerne à educação rural, teve por base argumentativa a impropriedade dos conteúdos e métodos aplicados nas escolas urbanas e transpostos *ipsis literis* para as rurais, ocasionando total desinteresse dos alunos do campo frente a conteúdos que pouco ou quase nada diziam respeito à sua realidade: [...] *o ensino rural ficou por muito tempo entregue ao acaso das medidas artificiais, à indiferença do professor e a um método e programa de ensino eminentemente urbanos, levando à zona rural a indiferença e o desinteresse pelos problemas fundamentais do meio ao qual a escola servia.* Aprofundando o raciocínio, prossegue [...] *A escola rural precisa ser diferente da urbana. E diferentes precisam ser, também, o professor, o programa, o método, o prédio.* Sem utilizar qualquer juízo de valor entre a escola urbana e a rural, a análise gervasiana evidenciou a dupla realidade estampada em praticamente todas as unidades federativas, tratadas de forma igualitária e sem enfrentamentos de que necessitava.

Para iniciar sua comunicação, Gervásio Leite fez uma interessantíssima comparação entre o universo urbano e o rural, visando

embasar suas proposituras para uma eficiente reforma de ensino rural, tomando Mato Grosso como exemplo e modelo aplicável a todo Brasil: *A cidade oferece possibilidades para uma política de educação mais larga, mais generosa. Densamente povoada, com um nível social alto, com vida coletiva concentrada em alto grau, de intenso intercâmbio econômico e de trocas culturais, cívicas, morais e políticas bem desenvolvidas, com grupos sociais bem definidos tem possibilidades outras que a zona rural, de população dispersa, agrupada em núcleos temporários, desligada das realidades ambientes, esmagada pelo fatalismo das distâncias e pelas imposições mesológicas. A cidade une, aproxima, identifica os grupos populacionais. O campo desune! Espaço demograficamente passivo, como são as zonas rurais brasileiras e, especialmente a mato-grossense, em consequência da má distribuição da população, da falta de comunicação e transportes não pode apresentar-se com aquela “quantidade numérica dos grupos” que é “fator causal da riqueza do Estado”.* Com semelhante análise, Gervásio Leite evidenciou que o cenário educacional brasileiro privilegiava majoritariamente as camadas mais abastadas da sociedade e que residiam nas cidades.

Leite foi um dos mais ferrenhos críticos do Regulamento da Instrução Pública de 1927, que distribuiu as escolas por categoria, colocando as do campo como isoladas rurais. Para ele, essa normativa foi de natureza muito superficial, pois, no seu entender, a legislação somente contemplou o escalonamento das escolas por graduação, porém, deixou de implementar ações concretas e específicas para cada uma delas. Esse descompasso entre teoria e realidade contribuiu para aceleração do êxodo rural, visto as escolas não conseguirem segurar as populações rurais: *Como está organizado o ensino rural mato-grossense que, até agora, de rural só tem o nome, nenhum bom resultado poderá oferecer. O período muito breve de ensino (2 períodos); a instabilidade do professor, que não tendo preparo especializado para ‘ensinar’ na zona rural desconhece as possibilidades da região e as reações humanas típicas, não podendo sentir as necessidades do meio; a incompreensão paterna que pensa fazer favor ao Estado mandando seu filho à escola, que lhe inspira profunda indiferença, de lá retirando-o para os indispensáveis trabalhos de campo, onde são escassos braços para a lavoura; o programa inadequado e incompreensível; a falta de instalações adequadas à aprendizagem de atividades que interessam diretamente à vida da população, são circunstâncias que infelicitam e emperram o ensino rural mato-grossense.*

Para solução desse grave problema, ele propôs três diretrizes: a primeira impedia a criação de novas escolas nos moldes anteriores, capacitando os novos professores rurais, tanto no que dizia respeito ao conteúdo como ao método; a segunda era relativa à precária inspeção das escolas rurais, visto as distâncias que se impunham às escolas

no cenário geográfico das zonas rurais brasileiras. O problema da dispersão da população seria solucionado com a criação de colônias agrícolas, concentrando maior número de trabalhadores rurais; a terceira questão dizia respeito à imperiosa necessidade de adequação dos conteúdos aos interesses da população campesina, auxiliando-a na solução dos impasses.

Esses três encaminhamentos foram repassados aos congressistas, a fim de que, com a força política do evento, fosse possível estabelecer políticas nacionais, estaduais e municipais, numa união de forças para alterar a sofrível situação do ensino rural. Naquele momento, década de 1940, estudos e reflexões sobre educação no campo passaram a ser uma das preocupações, sendo que a comunicação de Gervásio Leite foi, sem dúvida alguma, um pontapé inicial nessa direção.

O que diferenciou Gervásio Leite de outros historiadores da educação da primeira metade do século XX foi seu posicionamento crítico em relação aos eventos nesse campo específico do social. Ao invés de meramente costurar o percurso educacional, ele teceu críticas, positivas e negativas, em relação às reformas e à condução política, tendo por base o cenário escolar mato-grossense. Conhecedor profundo da realidade de Mato Grosso, especialmente a do século XX, que vivenciou, ele apontou caminhos, sugeriu procedimentos e combateu ferrenhamente a distribuição não equitativa dos conteúdos educacionais, ou, nas últimas análises, reprovou a forma autoritária com que as escolas, mesmo sendo discriminadas por categorias, não o eram em conteúdo e método, o que redundou em desestímulo de grande parte da clientela que estudava nas escolas rurais e reunidas.

Concluindo, Gervásio Leite foi um intelectual que tratou sempre Mato Grosso tendo pela baliza do cenário brasileiro, a educação enquanto um movimento nacional e os problemas mato-grossenses enquanto parte integrante das problemáticas do Brasil. Por isso ele foi *transregional*, ou, como bem disse Eduardo Mahon, *transfluvial*.

## REFERÊNCIAS

- LEITE, Gervásio. *Números educacionais de Mato Grosso: 1939-1945*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- \_\_\_\_\_. *Aspecto matogrossense do ensino rural*. Cuiabá: s/ed, 1942.
- \_\_\_\_\_. *Terra agarrativa e linda*. Cuiabá: s/ed, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Um século de instrução pública*, Cuiabá: s/ed., 1970.



# ARTIGOS



# NOTÍCIAS SOBRE O NEGRO NA IMPRENSA ESCRITA DE MATO GROSSO ENTRE OS SÉCULOS XIX E AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO XX

NEWS ABOUT THE BLACK IN THE PRESS OF  
MATO GROSSO BETWEEN THE NINETEENTH  
AND THE EARLY TWENTIETH CENTURY

Maria de Lourdes Fanaia

**RESUMO:** O objetivo do estudo é dar visibilidade às questões raciais propagadas na imprensa escrita no século XIX e início do século XX, no território mato-grossense. É possível verificar o tratamento dado ao negro nas suas relações cotidianas através da notícia, da propaganda ou sessões dos jornais nos quais circulavam concepções raciais, biológicas ou culturais. Havia jornais que se posicionavam contra a discriminação uma forma de propor alternativas para a superação do racismo e a formação da identidade afro brasileira longe dos aspectos negativos. As pesquisas sobre a defesa pelas questões raciais que retratam a identidade do negro na imprensa escrita no período mencionado na história mato-grossense são quase que inexistentes. Para tanto, o olhar para essa documentação ainda é inédito, e desmistificar as objetividades é também uma das razões deste estudo, pois sabemos que a construção da identidade estereotipada desse segmento social no século XIX fez parte de uma ideologia política e científica. **Palavras-chave:** Imprensa. Negros. Mato Grosso.

**ABSTRACT:** The objective is to give visibility to racial issues propagated in print in the nineteenth and early twentieth century in Mato Grosso territory. It can check the treatment of black in their everyday relationships through the news, advertising or sessions of newspapers in which circulated racial, biological or cultural conceptions. There were papers that were standing against discrimination a

way to propose alternatives to overcome racism and the formation of Brazilian african identity away from the negative aspects. Research on the defense by racial issues that depict the identity of the black in the written press in the period mentioned in Mato Grosso history are almost nonexistent. For this, look at this documentation is unpublished, and demystify the objectivity is also one of the reasons this study because we know that the construction of the stereotypical identity of this social segment in the nineteenth century was part of a political and scientific ideology.

**Keywords:** Press. Negros. Mato Grosso.

*Quantos podem afirmar em consciência a virgindade do seu sangue da mescla do sangue negro? Numa terra de mestiços, mais ou menos disfarçados, mais ou menos esbranquiçados, mais ou menos alvejados ou branquejados, quantos poderão fazer da limpeza de raça padrão de glória ou título de superioridade?*  
Jornal *A Tarde*. 08/10/1921, p. 1

Este estudo enfatiza abordagens sobre a defesa pelas questões raciais, publicadas em jornais escritos para negros entre os séculos XIX e XX. No entanto, essa abordagem na história da imprensa brasileira no período em estudo parece ser escassa. Antes da década de 1980, a imprensa escrita, enquanto veículo de comunicação, era pouco relevante como objeto de estudo e fonte de pesquisa, muitas vezes o documento produzido pela imprensa escrita foi utilizado como fonte secundária como meras informações, gerando, dessa forma, a falta de credibilidade. Uma importante observação é que após a revolução historiográfica os jornais servem como materiais didáticos e fontes de pesquisa no ensino da história e de outras ciências sociais. Para a autora, Meire Lucia Reis, no campo da história pouco se tem escrito sobre a imprensa e muito menos sobre a relação entre esta e as concepções raciais no pós-abolição no Brasil.

Desse modo, justifica-se que a razão maior desta pesquisa é desmistificar as objetividades sobre a identidade afro-brasileira marcada pelos ideais do Darwinismo social e o desafio maior é o silêncio historiográfico sobre o tema nas edições jornalísticas do século XIX e início do século XX, e ainda são inexistentes trabalhos que focalizem os referidos questionamentos na história de Mato Grosso. Para tanto, o estudo aponta algumas reflexões: Que assuntos sobressaíam pelas defesas raciais em fins do século XIX e início do século XX, de que

modo isso foi possível, e que interesses havia para que esse segmento social ganhasse destaques nas páginas jornalísticas, uma vez que no período em estudo a defesa pelas teorias racistas era objetivada com naturalizações?

O papel da imprensa escrita na história brasileira já existe há dois séculos, e na história de Mato Grosso remonta o século XIX. Vale lembrar que, os jornais na história brasileira sempre tiveram funções variadas especialmente no campo político, social e cultural. No período colonial no Brasil não houve incentivo da imprensa por parte das autoridades políticas. Na época colonial, qualquer texto que circulasse no Brasil era impresso na Europa. Segundo Nelson Werneck Sodré, manter a colônia brasileira longe da circulação da informação e do conhecimento era característica bem proposital da dominação portuguesa.

A expansão da imprensa escrita ocorre somente no século XIX, fundamental para a formação cultural, novos conceitos e informações sociais e culturais. O primeiro jornal a ser impresso e editado no Brasil foi em 1808, cuja denominação foi *A Gazeta*. Foram inúmeros os jornais publicados no período em estudo, e os assuntos eram notícias sobre a política, tanto da oposição quanto da situação, a moda, a economia, os produtos que chegavam da Europa, a defesa e crítica sobre a escravidão e a abolição, a cultura, literatura e poemas. Os anúncios diversos sobre os escravos foram sempre retratados de maneira negativa, como as fugas e a existência dos quilombos, enfim, uma infinidade de ideias capazes de conduzir a mentalidade e a formação de valores racistas da sociedade brasileira.

Da mesma forma que os jornais foram desconsiderados como fonte segura para pesquisas, a população negra foi um tema de pesquisa cujas as abordagens anterior a revolução historiográfica, não ultrapassavam as discussões com estereótipos negativos sobre a escravidão/abolição com naturalizações do sistema capitalista. Fernando Henrique ao desenvolver uma das suas pesquisas em 1977, aponta o negro sob duas condições; ou seja no processo pós abolição, ou ele tinha um trabalho desqualificado, ou passava a viver sob a ociosidade. Dificuldades essas geradas pelos estereótipos atribuídos pela sociedade.

Para Ana Flávia Magalhães, a população negra foi descrita em meio à construção ideológica e disputas em que o escravo foi circunscrito como o “outro” por esse ou aquele grupo, daí a análise das construções discursivas forjadas, cujas estratégias de menosprezo foram diversas e muito difundidas nas páginas da imprensa. O discurso sobre o branqueamento e melhoramento das “raças” avaliou

a questão negra como o malefício da sociedade, quando se tratava da população brasileira.

Entretanto, é importante ressaltar que, além dos jornais, os documentos oficiais do governo Brasileiro do século XIX e início do século XX, como os relatórios dos presidentes de província e os relatórios policiais retratavam os assuntos sobre negros tais como: compras, vendas ou aluguéis de escravos, ou ainda as “transgressões” dos escravos que significavam fugas, crimes, brigas, assassinatos, ficando, dessa forma, invisível a circulação de notícias pela valorização das questões raciais, com exceção de alguns jornais da década de 1870, momento em que era discutido o processo da abolição.

Segundo o autor Munanga Kabengele, a teoria científica serviu mais para justificar o sistema de dominação e exclusão do que para explicar a classificação humana. Diante das incessantes explicações científicas da época, o racismo acentuado impregnou naturalizações sobre a discriminação racial, desvalorizando a identidade desse segmento social. Vale destacar que, de acordo com a constituição de 1824, o homem de cor não era considerado “cidadão”.

Por outro lado, é imprescindível também lembrar que alguns homens negros que vivenciaram o período escravista no Brasil, e que atuaram nos jornais como defensores do abolicionismo, foram intelectuais, grandes escritores de obras literárias, geralmente usavam as páginas dos jornais para criticar, denunciar, questionar os rumos da sociedade brasileira.

Entre os referidos escritores estavam: José do Patrocínio, articulador político, escritor, defensor do abolicionismo, e como jornalista dirigiu *A Gazeta* do Rio em 1870. Luis Gama, filho de escrava, ironizava a aristocracia, redigiu o jornal *Radical Paulistano*, e o jornal *Correio Paulistano* em fins da década de 1860. Machado de Assis publicou inúmeros escritos como: crônicas, poemas, romances e entre eles, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, criticando a elite brasileira, evidenciado nos folhetins da revista brasileira na década de 1870 e 1880. Essa produção intelectual representava na época uma enorme difusão de ideais e idéias valorizando a cultura afro. Para o historiador Jose Murilo, os escritos desses personagens estavam nas páginas jornalísticas da *Gazeta da Tarde* de propriedade de um homem negro, Ferreira de Menezes (CARVALHO, 2003. p. 32.)

É ambíguo pensar o século XIX, época em que havia um intenso debate sobre a construção da identidade nacional somando-se aos estigmas científicos, num contexto que prevalecia o sistema escravocrata e na categoria social o negro e o índio eram desvalorizados e

inscritos de maneira denegrada. (MAGALHÃES, 2006. p. 38).

Para exemplificar um assunto muito frequente nos documentos oficiais e nos jornais foi sobre os quilombos, já que no Brasil, na época, havia muitos, porém sempre descritos como um território da transgressão, um espaço maléfico da marginalidade social, do perigo, em linhas gerais como em espaço geográfico negativo. Essa descrição do quilombo vista sempre de maneira natural, por parte das autoridades políticas. Por outro lado, assuntos relacionados com a democracia racial, preconceitos de cor, valorização do negro enquanto sujeito da nação também eram temas evidenciados nos jornais organizados para negros, embora na época não tenha adquirido visibilidades.

Aos jornais utilizados nesta pesquisa, denominados de “imprensa negra”, deve-se a organização de grupos sociais negros que se propagaram para leitores diversos e, no período posterior à abolição, destacaram-se tanto no sentido de combater o preconceito racial em suas múltiplas manifestações quanto para tentar afirmar socialmente os negros, seja pela instrução, seja pela luta contra o que, para alguns, era tido como apatia. (idem, p. 28). Segundo a autora Ana Flávia, as questões levantadas pela imprensa negra não foram geradas porque estavam interligadas com os jornais abolicionistas. No entanto, vários outros autores como Ângela Thalassa e José Antonio Santos observaram que os primórdios da imprensa para negros foram gerados pelas ideias do abolicionismo, pois algumas edições estiveram ligadas a políticos do partido republicano, depois se desvinculou, passando para as lideranças negras.

Segundo Ana Flávia, as referidas notícias jornalísticas tinham autores e leitores negros, organizados pela defesa do segmento social no século XIX, que se apresentavam com diversos nomes: no Rio de Janeiro (RJ), em 1833, lançaram *O Homem de Côr* ou *O Mulato*, Francisco de Paula de Brito, tipógrafo e jornalista negro, foi pioneiro com o primeiro jornal *Homem de Cor*.

Outros jornais, a exemplo de, *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito* e *O Lafuente*; de Recife (PE), em 1876, surgiu *O Homem*. Realidade Constitucional ou Dissolução Social; na São Paulo (SP) de 1889 circulou *A Pátria – Orgam dos Homens de Côr*; da capital gaúcha, Porto Alegre (RS), no ano de 1892, deu-se início a publicação de *O Exemplo*; e finalmente, também em São Paulo no ano de 1899 apareceu *O Progresso – Orgam dos Homens de Côr*. (MAGALHÃES. Ana Flávia, 2006.p. 27).

A existência desses jornais do século XIX e início do século XX desconstruem as naturalizações de que o escravo estava destinado sempre à aceitação do sistema.

Há informações que em São Paulo e no Rio Grande do Sul existiam pelo menos 43 jornais que retratam a defesa pelo negro entre 1889 e 1930. Ressalta-se que a princípio os jornais que evidenciavam a questão racial com muita veemência eram os abolicionistas, surgindo, logo depois, as edições feitas especialmente por negros e para negros.

A imprensa com características pela defesa negra foi pioneira na tarefa de propor alternativas concretas para a superação do racismo na sociedade brasileira, nesses jornais propagava-se sobre festividades, religião afro, costumes, mas especialmente havia incessante construção da figura dos heróis negros. Essa especificidade jornalística como já foi mencionado, no primeiro instante, para o cientista social José Antônio Santos, é gerada pelas ideias do abolicionismo. Para exemplificar, no jornal *O Correio Paulistano* de 1857, que esteve ligado ao partido liberal, consta a denúncia de um viajante anônimo, sobre a violência de uma escrava na cidade de Bragança Paulista:

Sr. Redator, rogo-lhe a publicação de um fato criminoso que se passou na estrada de campo novo próximo a Bragança uma lègua quando estes dias por ali passei de viagem. Em uma casinha na estrada onde mora João de Souza Dias Guimaraes castigava a mulher deste a uma escrava, e este estava na cidade de onde chegou espirituoso, e informado do caso passou a dar pancadas na dita escrava, com um pau que trazia, e dizem que ela estava amarrada em um bancopelo que quebraram alguns ossos e caiu-lhe a madre e como no regresso a minha residência passei na cidade de Bragança soube que a escrava ainda estava mal e estava tratando-se na casa de um irmão do mesmo Souza, e que este fato não tinha sido feito corpo de delito por não ter chegado ao conhecimento das autoridades policiais este crime de natureza brutal que ligeiramente fica narrado o fato. <<http://www.saopauloantiga.com.br/anuncios-eescravos/>> Acessado em 12-02-2014.

Esse jornal foi o primeiro diário de São Paulo e o terceiro do Brasil, fundado por Joaquim Roberto de Azeredo e circulou até a década de 1960. Nessa edição constam diversos anúncios de aluguéis, compras e vendas de escravos e escravas. Segundo a pesquisadora Ângela Thalassa, inicialmente esse jornal não estava atrelado a partidos políticos, mas com o decorrer do tempo ora esteve associado aos monarquistas, ora aos liberais, porém desempenhava o papel de vanguarda para o seu tempo (THALASSA, Ângela, p. 13-15).

Nesses jornais era comum propagar notícias sobre a importância da educação escolar para a sociedade brasileira. No jornal acadêmico



do sul, de 1857 do escritor Antonio Louzada Antunes, o redator Daniel Dias Ribeiro comenta sobre o papel da imprensa e o governante dizendo: que o povo brasileiro “em sua generalidade é ignorante”, porque não tem educação escolar e é obrigação do governo dar educação, mas isso faz quem for patriota.

[...] qualquer governo que seja por mais moderado que seja, se não reconhecer o papel da imprensa a soberana rainha, é tirano, se for tirano, cada governo por todos o meios deve favorecer e reconhecer a opinião publica, por sua vez ele receberá benefícios da imprensa que será um beneficio e será um remédio para seus males, o governo que dela não se tratar falecerá e se arruinará. Na Europa seu influxo é poderoso, França é soberana e no Brasil? [...]

No jornal *O Baluarte*, do centro “literário dos homens de cor” evidenciam-se diversos assuntos, entre eles a miséria da população brasileira, os problemas sociais e a defesa pelos negros da seguinte forma: “turbilhões de mendigos assaltam a toda hora as praças ...] esses míseros são os veteranos da guerra do Paraguai, voluntários de ontem, desgraçados de hoje, pretos alquebrados sobre mil sofrimentos pelos castigos físicos” (*O Baluarte*. Ano 1. Numero 3. P.1) *O Baluarte* era um jornal que se anunciava como “órgão oficial do Centro Literário dos Homens de Cor e dedicado à defesa da classe”. Esse era um jornal que aparecia no Brasil, início do século XX com edição especial, dedicado à população negra, na época habitualmente chamada de “classe dos homens de cor”.

Para Pedro S. Santos, além do público específico, diversos leitores tiveram acesso para leitores o que pode ter contribuído para uma nova formação de valores e de aceitação da luta social. Nesse sentido, diz o autor: os periódicos da imprensa negra foram um instrumento para a maior integração deste grupo nas primeiras décadas do século XX, que nos revelam as desnaturalizações. (SANTOS, Pedro S.2007. p. 1)

Para ter acesso à informação sobre os jornais, as pessoas sem estudos reuniam para ouvir as notícias por meio das leituras, os alfabetizados liam para os que ainda não tinham adquirido essa habilidade. Os artigos desses jornais procuravam de modo geral incentivar a identidade afro como tentativa de poder superar as exclusões, estigmas, incentivando a educação escolar. Assim, um dos jornais da época dizia: “Nós, homens de côr, conscientes dos nossos deveres, para com a nossa muito amada pátria, desejamos que os homens, mulheres e crianças da nossa raça aprendam a ler para obterem um lugar digno no seio da sociedade brasileira.” (*O ALFINETE*. p

1,1919. In: SANTOS, 2007, p. 2). A essência dessa abordagem na imprensa escrita era dar visibilidade ao negro e ao mesmo tempo desnaturalizar os conceitos estereotipados, pois que até então esse segmento social havia sido desclassificado como cidadão no seio da sociedade brasileira.

Segundo os estudos de Pedro S. Santos, o fator econômico dificultava o acesso e a circulação desses jornais entre grande parte da população negra, embora não os impedisse de modo definitivo, havia exemplares que eram doados. O jornal *O Alfinete*, de 1921, publicava notas com os seguintes dizeres.

Devemos nos preocupar menos com o passado da raça, tratando agora de educá-la, preparando-a para as formidáveis lutas de amanhã. O passado foi horrível e o presente péssimo; que devemos esperar do futuro? Tudo, se Devemos nos preocupar menos com o passado da raça, tratando agora de educá-la, preparando-a para as formidáveis lutas de amanhã. (*O ALFINETE*).

Para Pedro S. Santos, um assunto importante editados nesses referidos jornais foi sobre as histórias de vida de negros, uma forma de mostrar as possibilidades ou exemplificar os caminhos que o segmento social poderia percorrer para vencer obstáculos dos estigmas racistas.

## ABORDAGENS RACIAIS NA IMPRENSA DE MATO GROSSO

Nas primeiras décadas do século XIX, Mato Grosso passou a ser província, até então era uma das capitanias do Brasil. A partir disso, a imprensa passou a fazer presença no cenário mato-grossense. Antes de existir a tipografia na província de Mato Grosso as notícias circulavam em jornais de Goiás.

A primeira imprensa foi inaugurada em 1839, denominada de “Themis Mato-grossense”. Segundo a Associação Mato-Grossense dos municípios (AMM), esse jornal teve pouca durabilidade, em razão das divergências políticas da época que configuram o momento histórico denominado de regências. Para o Jornalista Jucá; [...] A Tipografia Provincial trouxe não apenas o primeiro jornal de Mato Grosso, mas também a primeira profissão [...] foi uma espécie de revolução profissional. (JUCÁ. Rocha,1986. p. 17)

Mediante a conjuntura política e econômica do período em estudo, a presença do jornal na capital da província de Mato Grosso representava não somente a facilidade da comunicação, mas um avanço da modernidade. Na época, o território mato-grossense era

considerado pelos viajantes e políticos de outras províncias como uma área atrasada, por estar distante do litoral, longe das vias de comunicações fluviais com o comércio exportador e importador, lembrando que a comunicação fluvial em Mato Grosso teve destaque a partir da década de 1850. A conjuntura política e econômica do período em estudo, ela transpunha as fronteiras geográficas, numa época em que não havia rádio nem revistas, a imprensa escrita era então um símbolo da tecnologia mais avançada daquele momento.

Por meio da imprensa, Mato Grosso estava em contato com o mundo, notícia da moda europeia eram divulgadas, notícias da Corte do Rio de Janeiro e da família real, notícias difusas dos atos oficiais do governo local, da economia, das poesias, dos avisos e anúncios, das dicas sobre a saúde e críticas da política e dos políticos da época e principalmente as notícias sobre a escravidão.

Como já foi dito, assim como em todas as províncias do Brasil, em diversos anúncios publicados e nos jornais mato-grossenses do século XIX e início do século XX, os escravos aparecem da seguinte forma: “Procura-se um escravo João.” ou “vende-se uma escrava de cor preta com ótimas qualidades”, esses referidos anúncios entre tantos outros, evidenciavam não somente a obviedade do regime escravista e a inscrição do negro enquanto uma mercadoria, e a sua desclassificação na sociedade imperial.

Sobre o processo da abolição, pode ser observado no jornal “*Expectador: órgão dos interesses sociais*” de 1884, de Cuiabá, que conforme os dizeres, não há indicação de que fosse um jornal do partido conservador/monarquista ou que prenunciasse ideias do partido liberal, por criticar com veemência a condição social do negro no pós-abolição. Segundo Pedro S. Santos, geralmente no título ou subtítulo em seu cabeçalho aparecia: Órgão dedicado à classe de cor, crítico, literário e noticioso; ou ainda, Órgão crítico, literário e noticioso, o próprio nome já dizia, o jornal era um órgão dedicado ao negro. No Brasil, alguns desses jornais pertenciam às associações recreativas e culturais, outros a grupos independentes formados por trabalhadores assalariados e outros ligados a determinados grupos políticos (SANTOS, 2007. p. 32). As notícias de O Expectador se apresentavam da seguinte forma: “o abolicionismo é opinião em que o domínio sobre humanos são crimes.”

O mesmo jornal ainda dizia: “O abolicionismo não é só isso nem se contenta em ser o advogado da porção da raça negra ainda escravizada, não se reduz a missão em promover e conseguir o mais breve prazo possível do resgate dos escravos e ingênuos.” Nesses

fragmentos, observa-se a denúncia sobre a discriminação racial cuja abordagem é um fenômeno social discutido no passado e no presente. Na mesma nota jornalística também consta:

[...] Essa obra de reparar vergonhosamente é tarefa imediata do abolicionismo, além dessa há outra maior a de propagar todos os efeitos de um regime que é uma escola de desmoralização depois que os últimos escravos haverem sido arrancados ao poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor será preciso desbastar o despotismo e a ignorância...” (*O EXPECTADOR*. n. 15)

Nesse mesmo jornal também pode ser observada outra crítica sobre a condição do negro:

O Brasil precisa progredir, mas antes de tudo convém educar e instruir o povo – o povo é ignorante e continuara a ser por muito tempo ainda. A idéia de liberdade é fascinadora! Dizei ao escravo que amanhã ele entrará na plenitude da liberdade. Dizei que ele pulará de prazer muito embora tenha de deixar a casa da comunidade pela pocilga, morada onde a miséria será o seu quinhão. Devemos desenvolver educação na massa populacional e não iludir com falsas idéias de liberdade e do progresso. (*O EXPECTADOR*, 1884)

Esse jornal surgiu na província em 1883 e o editor e proprietário era Pedro Moseler, inicialmente as edições eram impressas na tipografia do jornal *O Povo* cujo proprietário era José Maria Velasco, abolicionista e republicano. Desse modo, o jornal *O Expectador* tinha as mesmas características do jornal *O Povo*. Como já foi mencionado anteriormente, esse referido jornal *O Expectador* poderia estar associado ao partido republicano, uma vez que nessa época os jornais que editavam matérias jornalísticas pela defesa do negro tinham proximidades com a formação de variadas associações e agremiações concomitantemente aproximava com os ideais do partido republicano.

Em relação aos partidos políticos no Brasil e em Mato Grosso, no final do século XIX havia dois; conservador e liberal, monarquistas pertenciam ao partido conservador e republicanos surgem do partido liberal e na década de 1870, com as várias crises, seja econômica e política, o partido republicano ganhava espaço. Um dos discursos do partido republicano estava associado ao discurso do “progresso”, que na época compreendia a ideologia do trabalho assalariado e o fim do sistema escravista. A alforria que o escravo havia adquirido,

conforme disse o redator do referido jornal destinava-se muitas vezes à falsa “liberdade”, pois o escravo destituído do acesso escolar não era considerado “cidadão”. Essas pistas contidas nesse jornal revelam indícios de proximidades com os ideais do partido republicano, devido à defesa pela abolição, o que não significa afirmar que o proprietário e redator dessa imprensa fosse um político atuante.

De modo geral, e de acordo com as pesquisas, a imprensa escrita para negros era mantida pelos próprios integrantes ou colaboradores, esses eram trabalhadores assalariados e muitos exemplares eram distribuídos para aqueles que não podiam adquirir. Como geralmente nem todos os jornais estavam vinculados aos partidos políticos, para a manutenção de despesas muitas vezes eram realizadas festividades como: bailes, leilões doados pelos colaboradores para manutenção do periódico. Muitas edições jornalísticas eram publicadas de quinze em quinze dias, outros uma vez ao mês e como disse o pesquisador Pedro S. Santos, não editavam assuntos sobre a política brasileira ou mundial, a principal intenção era dar visibilidade ao negro, evidenciar as ações desses sujeitos históricos que, apesar disso, estão ainda silenciadas na historiografia mato-grossense. A direção do jornal e seus colaboradores compunham-se de vários militantes operários, que (SANTOS, 2003) chama de intelectuais negros, pois tinham uma proposta de integração da etnia dentro da classe operária.

Segundo a pesquisadora Fernanda O. Silva, (2011, p. 91-93), os negros participaram de várias organizações, primeiro as confrarias, as irmandades, e em fins do século XIX e início do século XX, os ex-escravos se organizavam por meio de associações e clubes recreativos, esportivos, em que realizavam festividades, carnavais, bailes, desfiles de modas, entre outros. Essas medidas de organizações também englobavam os jornais, e nas matérias jornalísticas procuravam sempre valorizar a cor reafirmando a identidade étnica. As associações ajudaram a inserir o negro no meio social no pós-abolição na tentativa de reverter: “a marginalização social, o preconceito, essa luta serviu para afirmarem a reconstrução da identidade” do segmento social. (SILVA, 2011.p. 92).

As formas de organizações negras mostram a efervescência cultural, as invenções dos grupos sociais, negando o paradigma historiográfico generalizante de que os escravos alforriados no processo abolicionista geralmente ficaram como sujeitos passivos restritos à marginalização social.

Em suma, é impreterível considerar também, de modo particular, que a imprensa escrita não era somente o meio de comunicação

mais acessível da época, mas também responsável pela afirmação da identidade afro e no combate ao preconceito, bem como constituiu a documentação como jornais, revistas e a literatura. No período em estudo, a própria condição inferior do negro era como um requisito pois, o negro deveria ter comportamentos humildes além de ser negada a participação política ou seja, parecia inconcebível imaginar que um negro fosse reclamar sobre os direitos iguais.

Segundo a autora Meire Lucia dos Reis, (REIS. Meire L.2000,p 45) de modo geral, a imprensa reproduzia valores sem senso crítico, claros interesses do imperialismo e do colonialismo contemporâneo. A própria condição inferior do negro era como um requisito que facilitava a reprodução dos valores racistas, uma vez que, a esse segmento social era negado a participação política. Além disso, as fontes produzidas pela imprensa escrita geralmente compreendem informações como: noticiários, propagandas, charges, imagens, desenhos, reportagens, entrevistas, avisos, fotografias entre outros. O jornal foi espaço de debate e divulgação científica, extrapolando os centros comuns de “fazer” ciência, como a Academia de Letras, o Instituto Geográfico e Histórico posse desta ou daquela província do Brasil (REIS, 2000.p. 37). Desse modo, a imprensa escrita, além de ter visibilidades nos diversos campos de pesquisa, para outras áreas das ciências sociais e humanas em nível de graduação e pós-graduação, também pode transformar-se, no ensino fundamental e médio, de forma crescente em suporte didático-pedagógico na sala de aula.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

Jornal *O Expectador*. “Órgam dos interesses sociais” de 1884, n. 15.Cuiabá.MT  
 Jornal *O Alfinete*. 1929. São Paulo.

### Bibliografia

ASSIS, Machado, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

JUCÁ, Pedro Rocha. *A imprensa Oficial em Mato Grosso*. Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado, 1986.

MAGALHÃES. Ana Flávia. *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília, 2006.

- MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital social da notícia – jornalismo como produção de segunda natureza*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1998.
- MENDONÇA, Rubens de. *História do Jornalismo em Mato Grosso*. Cuiabá: s/ed., 1963.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Ação Educativa, 2004.
- PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: Família e Sociedade em Mato Grosso no século XIX*, São Paulo: Contexto, 2001.
- REIS, Meire Lúcia Alves dos. *À Corda Notícia: discursos sobre o negro na imprensa Baiana 1888-1937*. Dissertação de mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas Universidade Federal da Bahia. Salvador-Ba, 2000.
- SANTOS, José A. *Prisioneiros da história. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. Tese (Doutorado em História) – PUC-RS, 2011.
- SANTOS, Pedro de Souza. *Cidadania e educação dos negros através da imprensa negra em São Paulo (1915-1937) / Dissertação Mestrado em Educação* – Universidade de São Francisco. Itatiba, 2007.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso*. Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1980)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Retrato em Branco e Negro*. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro. Mauad. 1999.
- THALASSA, Angela. *Correio paulistano*. O primeiro diário de São Paulo e a cobertura da semana de arte moderna. Dissertação programa de mestrado em Comunicação e Semiótica da Universidade Católica de São Paulo. PUC, São Paulo, 2007.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: EdUNB, 1992.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá – 1850 a 1888*. São Paulo; Cuiabá-MT; Marco Zero; EdUFMT, 1993.





# RETÁBULOS DA IGREJA MATRIZ DO SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ – UM PERCURSO NA MEMÓRIA DA CIDADE

ALTARPIECES THE GOOD LORD MOTHER CHURCH  
OF JESUS CUIABÁ - A JOURNEY IN THE CITY  
OF MEMORY

Ana Maria Marques\*

Felipe Honório Correia Ribeiro\*\*

**RESUMO:** Antes da demolição da Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá em 1968, os retábulos de seus altares foram inicialmente protegidos da destruição através do processo de tombamento instaurado em 1957. Todavia, o mau acondicionamento das peças e o pouco investimento sobre o assunto condenou os altares ao quase esquecimento e apagamento de uma memória. Este artigo investiga o contexto histórico que envolveu esses retábulos, questões políticas e relações de poder que decidiram sobre os rumos de uma memória da cidade.

**Palavras-Chave:** Patrimônio. Memória. Retábulos. Igreja Matriz de Cuiabá

**ABSTRACT:** Before the demolition of the Church of the Lord Matrix Bom Jesus de Cuiaba in 1968, the altarpieces of their altars were initially protected from destruction through the tipping process initiated in 1957. However, poor packaging of parts and the little investment on the subject condemned altars to almost forgetting and erasing a memory. This paper investigates the historical context which involved the altarpieces of these altars, political and power relations that decided on the directions of a city 's memory.

**Keywords:** Heritage. Memory. Altarpieces. Cuiaba Cathedra.

Sendo palco de diversas transformações em sua fisionomia, desde que fora erguida em 1722, a mando do capitão-mor Jacinto Barbosa Lopes, a Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá abrigou em seu interior por quase dois séculos e meio, retábulos que refletiam toda a exuberância e requinte dos estilos arquitetônicos do período colonial. Com a demolição da Matriz, em 1968, os retábulos foram desmontados e retirados do templo, sendo armazenados de forma inapropriada, o que, somado a ação do tempo (décadas) acabou por danificar parte das peças.

A análise trazida neste artigo visa apresentar uma investigação a cerca da produção escrita sobre esses retábulos, acompanhando seu tortuoso processo de tombamento, tomando-os como documentos que revelam vestígios da vida cotidiana e do imaginário da época, destacando questões políticas envolvendo relações de poder, que em seus múltiplos desfechos alterou significativamente a memória cuiabana, como já anunciava a historiadora Ludmila Brandão (1997). Portanto estudar estes retábulos nos leva a problematizar questões do passado, fornecendo a pesquisadores e professores instrumentos que possibilitam diferentes interpretações do tempo presente.

## TRAJETÓRIAS DOS RETÁBULOS

A Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá foi originalmente erguida em pau-a-pique e coberta de palha, em 1722, por ordem do capitão-mor Jacinto Barbosa Lopes (MOURA, 1976, p. 23). Ao longo de sua existência sofreu diversas alterações arquitetônicas. Diversos foram os motivos de suas reformas, todas fundamentalmente atribuídas à fé e aos tempos áureos (da mineração) da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Depois de dois séculos de existência, a antiga matriz foi demolida em 1968, dinamitada, para dar lugar à outra, moderna, fruto de diferente concepção de tempo. Isso não é novidade. A historiografia já dera conta de tal assunto. O foco desta pesquisa está nos bens integrados desta igreja, os que foram tombados, mais especificamente: os altares laterais e colaterais.

Por conta do processo que findou com a demolição da igreja, os retábulos foram desmontados e acondicionados sob a guarda da Fundação de Cultura e Turismo de Mato Grosso. Antes de a igreja ser demolida, o chefe da Seção de Arte, Dr. Edgard Jacinto da Silva iniciou, na segunda metade da década de 1950, uma corrida para garantir o tombamento dos retábulos e demais itens que integravam os altares. Tal campanha não obteve a devida atenção e culminou com a demolição da igreja, para se erguer outra no mesmo lugar, e os

retábulos foram armazenados de forma inadequada, conforme atenta, mais tarde, o então Diretor da 18º Sub-Regional Sr. Claudio Quoos Conte para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1995, no parecer de revisão do processo de tombamento . Aliás, foi o Sr. Claudio Conte que deu continuidade à luta de Edgard Jacinto pelo tombamento dos altares, registrado em 1957 . Em 24 de novembro de 1994, Conte encaminhou para a coordenadora da 14º CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Celia Corsino, em caráter de memorando, a solicitação da revisão do processo de tombamento N. 553-T-57-A, que se referia aos altares e demais itens. Não se tem registro de resposta do Arcebispo Dom Orlando Chaves, sucessor de Dom Aquino Corrêa, às determinações proposta pelo processo referido. O documento assinado pelo então diretor do IPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade, em 1957, confirmava a inscrição no Livro Tombo de “Altares, imagens antigas e peças de prata da Catedral Metropolitana do Sr. Bom Jesus e da igreja de N. Sª do Rosário, ambas em Cuiabá, Estado de Mato Grosso”. Anos mais tarde, Claudio Conte reforçava: “Efetivar o tombamento destes altares será uma medida de grande impacto na sociedade cuiabana e mato-grossense, possibilitando com isto uma mobilização para sua remontagem” . Mesmo com os esforços de Claudio Quoos Conte, o processo correu sem resultados imediatos até que, em 2000, foi encaminhado ao então Superintendente Regional 14º SR-IPHAN, Salma Saddi Wares de Paiva, o relatório redigido pelo historiador Prof. Dr. Pablo Diener, referente à análise dos quatro retábulos remanescentes da antiga catedral de Cuiabá - mais um passo de vital importância para o desenrolar positivo do processo de tombamento, enfim finalizado em 30 de novembro 2011. Inicialmente protegidos e reconhecidos por decreto do tombamento, os retábulos, por fim passaram por processo de conferência, restauração e montagem que permitiu a preparação de exposição no Museu de Arte Sacra, onde antes era o Seminário da Conceição, anexo a Igreja de Nossa Senhora do Bom Despacho, centro da cidade. A exposição de dois dos altares está prevista para abrir até o fim do corrente ano.

Como dito anteriormente, a Catedral foi demolida em 1968. Pouco antes, os retábulos foram retirados ficando apenas na memória daqueles que conheceram e frequentaram a antiga igreja. Na nova igreja construída não houve espaço e nem interesse para instalá-los – provavelmente porque já não combinavam com o novo estilo moderno. Daí para frente pouco ou nada se falou acerca destes retábulos, privando a população do contato com vestígios que

levassem a um itinerário de reencontro com uma memória e com a arte do barroco rococó brasileiro. Os retábulos nos levam a uma rota que passa por Goiás, São Paulo, fazem-nos conhecer os estilos artísticos de uma época, cujo diálogo é também intenso com a arte e arquitetura europeia. Vestígios, porque por outros interesses não nos foi dada a oportunidade de habitar nossa memória. Pierre Nora (1993, p. 8-9) diz:

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da memória, mas dentro da história.

E dentro da história lidamos com a escassez de documentos a respeito dos retábulos. Todavia, estes não passaram tão despercebidos, descrições destes altares já haviam sido feitas antes. Na ausência de fontes “oficiais”, as crônicas, sonetos e outros signos, apresentam seus modos de falar, quebrando um silêncio da História. Como Lucien Febvre (1985, p. 249) diz:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem, mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, [...] Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta de flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos.

## DAS ORIGENS

A primeira igreja era simples, construída com menos requinte que as suas sucessoras, através das reconstruções e reformas. O pesquisador Carlos Francisco Moura (1976, p. 23) diz em sua obra sobre as artes plásticas em Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX, o seguinte:

A matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá teve origem no tosco rancho pau-a-pique coberto de palha, construído em 1722 pelo capitão-mor Jacinto Barbosa Lopes. Em 1739, por iniciativa do vigário João Caetano Leite, a população contribuiu para elevar “uma formosa capela-mor” de paredes de taipa que envolviam a primitiva [...] Em 1740 foi reconstruída, contribuindo para isso com 12 vinténs cada habitante.

Dom Aquino (*apud* MENDONÇA, 1978, p.7) conta da reforma necessário no século XVII:

Em 1739 o zelo do vigário, Padre João Caetano, dava início a construção da capela-mor, apelando, para os sentimentos religiosos do povo, ressaltando a necessidade da construção de outra igreja mais condizente com a prosperidade do lugar.

Ainda, segundo Dom Aquino, a capela-mor: “depois de coberta ameaçava ruir toda edificação, salvando-se, às pressas, as madeiras e talhas”. Então, o madeiramento e os retábulos foram reaproveitados na montagem dos altares da catedral que se fez construir em 1740, sob a direção do Pe. Dr. José Pereira de Aranda.

Tais vestígios não param por aí. Com base em análise de crônicas e outras fontes, como fotografias, é possível vislumbrar o extrato visual da obra. A foto anexada a esse artigo oferece um panorama do interior da antiga catedral com os cinco altares.

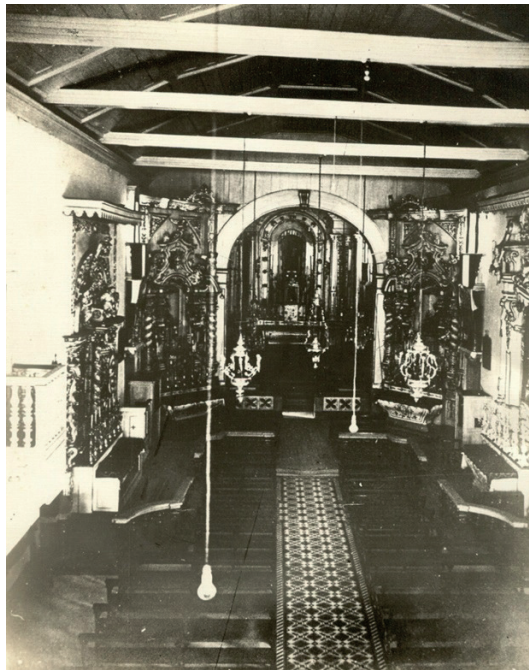


Foto de Edgard Jacinto da Silva (1956). Originalmente P&B, 18X12cm. Acervo Museu Histórico de Mato Grosso. Arquivo digital cedido por João Antônio Botelho Lucídio.

O pesquisador Eduardo Etzel (1974, p. 230) descreveu o interior da Catedral com seus altares: “A igreja era simples mas completa (...)”

Dos cinco altares, o da capela-mor e o altar lateral direito eram de estilo neoclássico; os demais de estilo barroco-rococó”. Em seguida, passamos a resumir a descrição de Etzel (1974, p. 231-233). O altar-mor tinha colunas estriadas, sem volutas e com ornatos verticais. Os dois altares do cruzeiro eram considerados gêmeos, sendo tipicamente barrocos. O frontão retangular era encimado por um amplo sobrecéu, e este frontão tinha, embaixo, uma arquivolta que dava acabamento ao nicho central. Elevavam-se de ambos os lados do retábulo, em duas colunas salomônicas externas estriadas no terço inferior de seu fuste e ornamentação fitomórfica nos dois terços inferiores. Seu nicho central era de considerável altura e continha um trono com dois degraus. Já o altar colateral direito, de estilo neoclássico, possuía uma grande tribuna central, com dois degraus que compunham o chamado Trono da Tribuna. A tribuna central era flanqueada por duas colunas compostas, constituída de três pilastras, postas em posição oblíqua. A base da tribuna era formada por um painel arqueado, reconhecido como Frontão do Trono e decorado com uma concha, volutas e borlas em relevo, tudo de forma harmoniosa e simétrica. Seus contornos repetem a linha do baldaquim acima da tribuna, perfeitamente harmônicos. Quanto ao altar colateral esquerdo, o mesmo, de estilo rococó, era composto por duas colunas salomônicas junto ao nicho central e dois coartelões laterais; entre estes elementos, duas peanhas com dossel, para imagens. O frontão retangular era encimado por dossel. E molduras com ornados enquadrando uma arquivolta elaborada em talha barroco-rococó e baldaquim sobre o nicho.

Uma descrição dos retábulos foi publicado como resultado do projeto de extensão (PROEXT), coordenado pelos professores Cândido Rodrigues e Leandro Rust, do Departamento de História da UFMT, sob o título *Guia de Pesquisa - Organização e Disponibilização do Acervo do Museu de Arte Sacra de Mato Grosso*. O trabalho envolveu 14 bolsistas (estudantes de graduação em História da UFMT, dentre os quais o coautor desse artigo) e a então diretora do Museu de Arte Sacra, como supervisora, Vivene Lozi, entre os anos de 2011 e 2013.

## DO EXERCÍCIO DE CRIAÇÃO

Antes de prosseguir é preciso se ater ao fato de que nesta igreja atuavam três confrarias: a do Santíssimo, a qual tinha o altar-mor, a do Senhor Bom Jesus, com o altar do cruzeiro, que ficava à esquerda e a de São Miguel e Almas, com o altar colateral direito; e que apesar de a igreja ser dedicada ao Senhor Bom Jesus, sua imagem em tamanho natural estava no altar do cruzeiro, e a imagem do Santíssimo é que

estava no altar-mor, o de sua respectiva confraria (ETZEL, 1974, p. 230). Ainda sobre as confrarias, Etzel diz que elas tinham seus mortos enterrados em frente de seus respectivos altares. A importância destes altares se torna inquestionável. São instrumentos do templo e “é graças ao templo que o Mundo é ressanctificado na sua totalidade” (ELIADE, 1992, p. 56).

Mas, quem foi responsável pela talha dos altares? A documentação não se ocupa de responder tal questão. No decorrer da pesquisa não foi encontrado nada que mencionasse em específico, quem de fato talhou as obras, e é provável que não exista mesmo esses registros, tendo em vista que não existe aquele que remaneja o plano discursivo ou cria um campo discursivo, na noção de autoria de Michel Foucault (2001, p. 297). Para saber então quem esteve envolvido nos processos de feitura e composição, valemo-nos de conjecturas aproximativas da resposta.

O primeiro passo foi buscar vestígios de época, perseguindo uma espécie de “paradigma indiciário”, como sugere Ginzburg ao defender o “método morelliano” de atribuir autoria às artes plásticas, no século XIX. Morelli, segundo Ginzburg (2002, p. 145) atribuía autoria às pinturas italianas não assinadas considerando detalhes por vezes negligenciados como lóbulos das orelhas, unhas, formas dos dedos e dos pés.

Perseguindo os sinais, encontramos uma referência, em 1913, feita por Estevão de Mendonça: “O Altar-mor recebeu em 1727 pintura-douramento, obra de certo Antonio Candido de Borba e Sá, natural de Sorocaba”. Talvez por ser o altar principal, foi citado, porém ele também foi modificado após a reconstrução da igreja a partir de 1739, como já mencionado, sob a direção do Padre Dr. José Pereira de Aranda. Sabe-se também que cada confraria fora responsável pela construção de seus respectivos altares. Fica evidente que os primeiros altares a serem construídos/finalizados, foram os do cruzeiro e o colateral esquerdo, de estilos barroco-rococó, como mencionado antes, e que o altar colateral direito, dedicado a São Miguel e Almas de estilo neoclássico, assim como o altar-mor, foram finalizados depois, tendo em vista que a confraria mais nova dentre as três é justamente a de São Miguel e Almas, e que os estilos barroco e rococó são anteriores ao neoclássico. Portanto, a documentação nos elucida que os altares pertencem a segunda metade século XVIII, a dúvida seria a respeito do altar dedicado a São Miguel e Almas que pelo seu estilo seria mais certo especular que fosse do início do século XIX.

Tendo em vista isso, percebemos que Antonio Candido de Borba e Sá seria apenas o primeiro personagem encontrado que teria

alguma relação com a construção dos altares, porém temos um vazio de quatro décadas, quando nada mais é mencionado a respeito da construção destes retábulos, até a década de 1780, como conta Carlos Francisco Moura (1976, p. 23):

Até o presente momento é desconhecido a documentação referente a construção dos retábulos da matriz. Entretanto uma passagem da crônica da cidade revela que o mestre pintor e dourador João Marcos Ferreira foi contratado nas minas de Goiás pelo capitão-mor José Pereira Nunes para dourar o retábulo da capela-mor, em cuja obras, em 1781, ele “se achava trabalhando”.

João Marcos Ferreira, mestre pintor e dourador é também citado por Etzel (1974, p. 230) como o grande responsável pela finalização das obras. Ele já era referência em Goiás nesse período e talvez a semelhança constatada por Etzel não seja meramente especulativa. Segundo ele, no retábulo neoclássico da Igreja Matriz de Cuiabá havia “[...] sobre as cornijas, no frontão dois anjos sem asas, eruditos, lembrando os anjos do altar do Senhor dos Passos (...), em Goiás” (ETZEL, 1974, p. 230). As manifestações artísticas trazem consigo um sentido que não pode ser dissociado da cultura na qual o autor da obra está inserido e a participação de João Marcos na construção da Catedral vai além dos ofícios de dourador e pintor. Os fragmentos do soneto de José de Mesquita, *A Velha Catedral*, fala de João Marcos, na íntegra foi citado por Mendonça (1978, p. 13):

#### A VELHA CATEDRAL

(...)

II

João Marcos, dourador, a te compor a pura  
 linha do altar e a dos retábulos suaves;  
 Padre Aranda dirige a obra de arquitetura,  
 e Padre Duarte te ergue a torre, em linhas graves

Notável a referência de Mesquita aos obreiros da catedral. É no mínimo curioso ele atribuir ao ofício de João Marcos, este caráter de composição de linhas puras do altar e dos retábulos suaves. João Marcos então é o autor de tal arte sacra? Tal título não pode ser atribuído a ninguém ainda, a resposta não pode ser definitiva, mas podemos afirmar que o mestre dourador esteve diretamente envolvido nas composições finais de tais retábulos. Porém as mudanças não parariam aí.



Carlos Francisco Moura, utilizando-se das crônicas de Joaquim Ferreira Moutinho, de 1869, conta:

Por ocasião dos festejos de aclamação a D. João VI (1817), a matriz de Cuiabá, que “estava bastante arruinada”, sofreu uma grande reforma. “Desnudaram-se os altares, saíram deles as sagradas imagens, e todos os ornatos dedicados ao culto do Senhor, para ser entregue este respeitável templo aos artífices. Trabalharam eles com muita ativa diligência nesta não pequena tarefa, porque tudo se boliu, desde o teto até o pavimento, e tudo se aprontou como desejava, de maneira que tanto interna como externamente ficou parecendo um templo novo. (MOURA, 1976, p. 24)

Não há detalhes pormenorizados pelo cronista dos trabalhos ou reforma executados nesses altares, conclui Moura. Ele afirma que tudo fora modificado, inclusive, especula que os altares podem ter sido ou alterados em sua totalidade, ou apenas redecorados. É bem provável que fora nesse período que a tinta látex branco tenha sido inserida sobre as talhas, padronizando todos os retábulos com a cor branca e os detalhes em dourado. Porém, não temos como precisar tal fato. Tem-se a informação que o mestre artesão Henrique Veiga Valle refez o douramento e pintura dos retábulos, em 1881 (ETZEL, 1974, p. 234), e assim ficou.

Esses foram alguns dos personagens encontrados na história destes altares. Todos tiveram a sua importância na construção e preservação destes retábulos que são vestígios fundamentais da exuberância e requinte da arte barroca aqui no estado do Mato Grosso. Segundo Carlos Francisco Moura (1976, p. 23): “o ouro descoberto em Minas, Goiás e Mato Grosso forneceu não só recursos para a construção de igrejas como a própria matéria prima para o douramento da talha” desses altares.

A importância destes retábulos não está só em seu valor artístico. Eles, enquanto patrimônio histórico revelam-nos vestígios do jogo político, cujo discurso de transformação modernizante protagonizou o cenário político e econômico da capital do Estado do Mato Grosso a partir da década de 1960, uma vez que parte da elite da capital mato-grossense encontrava-se preocupada com o crescimento do poder econômico e sociopolítico da região sul do estado – em seguida concretizada na separação e criação do Estado de Mato Grosso do Sul.

O grupo político dirigente do Estado de Mato Grosso se sente abalado, não só pelo crescimento da cidade de Campo Grande,

candidata a ser a nova Capital do Estado, como também pelas mudanças ocorridas anteriormente em Goiás e em Minas Gerais, onde as capitais coloniais perderam o status de capital. A partir disso, incorpora em seus discursos a afirmação de que tudo o que fosse diferente do velho, independentemente da sua qualidade, firmava-se como expressão do novo, do moderno. (LACERDA, 2005, p. 42)

Aventava-se o “progresso do sul-mato-grossense (...) trombetear a decadência de Cuiabá e, conseqüentemente, a perda de seu status de Capital”. As transformações decorrentes deste período até hoje se fazem sentir na capital de Mato Grosso, pois com o discurso de modernização, ocorreu uma série de demolições a fim de dar à cidade cuiabana um cenário urbano moderno. “Dava-se início aos atos drásticos de desrespeito ao passado. Entre os mais lamentáveis, (...) a demolição da Catedral em 1968” (LACERDA, 2005, p. 43), a mesma, do período colônia, que abrigava os retábulos, objetos de análise desta pesquisa.

A pesquisadora Ludmila Brandão em sua obra, *A Catedral e a Cidade*, chama a atenção para o processo de modernização de Cuiabá que teve como marco a derrubada da Catedral em 1968. O decurso dos acontecimentos fez emergir conflitos e problemas de identidade cultural (BRANDÃO, 1997, p. 90). Conforme atenta a pesquisadora, deu-se início a um cabo de guerra, onde quem vencesse - convencendo a população cuiabana da época - faria prevalecer seus interesses. Lamentavelmente foi a elite capitalista quem conseguiu convencer a população de que o antigo era sinônimo de atrasado; e o novo representava o moderno, funcional, ou seja, uma mola propulsora para o progresso. O colonial, o antigo, já não satisfazia mais as exigências dessa sociedade moderna em ascensão, portanto a Igreja Matriz, símbolo e espaço de poder, responsável por “reunir todos os ramos da igreja, todos os eixos da sociedade” (LACERDA, 2005, p. 96), logo não ficaria fora desta onda modernizante, ou como muito se foi dito na época, não podia, visto o seu poder simbólico.

Na obra *A Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: um olhar sobre sua demolição*, a pesquisadora Leila Borges de Lacerda ilustra esse processo através de uma rica documentação, envolvendo jornais, folhetins e entrevistas. Com essas fontes ela evidencia o discurso modernizante protagonizado por figuras de diversos setores e instituições de poder da sociedade da época, como salientou Carlos Rosa na apresentação da obra de Leila Lacerda (2005, p. IV):

As propostas de modernização do ambiente urbano de Cuiabá eram compartilhadas pelos governos estadual e municipal, por entidades da classe empresarial local e pelo acerbispado cuiabano, em sintonia, com as estratégias e táticas similares, do governo federal militarizado.

Foram muitos os atores que deram sustentação a esse discurso. Os argumentos seguiam no sentido do pragmatismo arquitetônico ao dito progresso modernista, como podemos observar através de declarações como a de Luis Philippe Pereira Freire ao jornal *A Gazeta*, em 22 de maio de 1998: “O argumento para o lamentável fato é um só. As paredes feitas de adobe, com um metro e quarenta centímetros, não agüentavam mais e ruiriam de qualquer forma”. O mesmo discurso que há muito já vinha sendo disseminado pelo Arcebispo Dom Orlando Chaves na comunidade católica. O clérigo se apropria de parecer de engenheiros e técnicos, que atestavam e davam força ao argumento de que a construção iria de fato ruir, precisando então de intervenções drásticas. “O representante do poder eclesiástico se apropria do discurso de modernização e propõe a construção da catedral que se adequava a esse discurso” (LACERDA, 2005, p. 48), reforçando a ideia de que a demolição seria a retirada do antigo, como sinônimo de ultrapassado, para dar lugar a uma edificação nova, dita moderna. Paralelo a esse discurso a elite letrada cada vez mais dava declarações no sentido de que a Catedral não existia mais, que fora muito transformada, portanto não tinha em si mais a identidade que remetia aos anos de prosperidade das minas do século XVIII. Virgílio Corrêa Filho (1932. p. 401), bem antes da demolição da Catedral, já disseminava este discurso para a sociedade cuiabana: “Reformada mais de uma vez, perdeu recentemente, a fisionomia que trazia das eras passadas, com a substituição da fachada, que uma torre ladeava, à direita, pela atual, em que se ergueram duas simetricamente colocadas”.

Declarações deste cunho ajudaram a anestésiar a população acerca dos interesses puramente capitalistas envolvidos por trás desta trama rumo ao progresso, como se de fato essa onda modernizante viesse favorecer a todos e não a uma pequena parcela da elite. Com a “demolição da matriz, ‘tudo era permitido’, sob a justificativa da modernização” (ROSA, 1995, p. 105), e com tantos setores, instituições e ícones de poder, unidos sobre o mesmo discurso: o de que era preciso transformar a capital, e deixá-la em sintonia com as aspirações do mundo capitalista moderno; grande parte da população cuiabana foi

ludibriada acerca do próprio processo que culminou com a demolição da igreja matriz, conseqüentemente inaugurando um novo capítulo na história da cidade, que veio a desencadear uma série de transformações em sua fisionomia, deixando-a cada vez mais sem características de seu período colonial. O processo de apagamento da memória da cidade colonial levou consigo os retábulos da antiga matriz.

Em meio esta trama, as atitudes do Arcebispo Dom Orlando passaram despercebidas, mas ao investigarmos a história destes retábulos somos encaminhados à análise do processo de tombamento Nº 553-T-57-A, iniciado na década de 1950, pelo já citado, Dr. Edgar Jacinto da Silva, e nos deparamos com os dois memorandos enviados pela DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) de n. 782, datado de 14 de janeiro de 1957; e o de n. 785, datado de 12 de março de 1957, sobre os quais o Arcebispo Dom Orlando não emitiu, oficialmente, resposta – o que comprometeu o segurança do tombamento definitivo – os documentos anteriores davam registro ao tombamento provisório. O tombamento assegurava uma ação protecionista tanto para as talhas, retábulos e demais bens integrados, quanto para a própria igreja de características arquitetônicas do período colonial, pois “quando um bem é tombado significa que foram reconhecida sua importância e valor histórico, sendo protegido de qualquer dano ou destruição” (LACERDA, 2005, p. 149). Mas, como elucidada a referida pesquisadora, as intenções do Arcebispo Dom Orlando não caminhavam no sentido da preservação da memória de uma Cuiabá do período colonial, mesmo que a importância de tais vestígios da cultura material da época já houvesse chegado ao seu conhecimento através das notificações a cerca da inscrição dos altares no Livro Tombo de Belas Artes Nacional.

Dom Orlando, sucessor da figura ilustre que fora Dom Aquino Corrêa, pensava em firmar e reafirmar sua identidade como figura de representação do poder eclesiástico na capital de Mato Grosso, portanto ele “incorpora os discursos modernizantes que são tecidos pela intelectualidade local e adota a posição de construir um Templo moderno, no mesmo espaço da antiga catedral” (LACERDA, 2005, p. 76) marcando assim sua passagem pelo território cuiabano durante seu arcebispado, reforça Lacerda (2005, p. 78). E por consequência destes atos, o processo de tombamento dos altares não foi levado a cabo. A catedral foi dinamitada em 1968, para ser reconstruída na forma com que se encontra até os dias atuais, e a sociedade cuiabana ficou privada do contato visual com esses símbolos religiosos, artísticos e culturais de mais de três séculos de existência, cujos vestígios se apresentam

como significativos e únicos de uma Cuiabá de traços coloniais e monumentais do barroco que nos remetem ao século XVIII.

Portanto, estudar estes retábulos nos leva a problematizar questões do passado fornecendo pistas aos pesquisadores e instrumentos aos professores de História. Investigar os retábulos possibilita “enxerga o passado como fonte de reflexão acerca do presente, indagando as inúmeras tensões e conflitos que se fazem em mudanças e permanências” (RAMOS, 2004, p. 5). Nesse sentido, ao voltarmos os olhos para a historicidade destes altares, nos é revelado vestígios da vida cotidiana, do imaginário da época, e questões políticas envolvendo relações de poder, que em seus múltiplos desfechos alteraram a memória cuiabana. Entendendo que a memória faz parte de lutas políticas, “torna-se tarefa da história interrogar sobre as relações de poder que residem nas produções de sentido para o pretérito, destacando conexões entre casos mais particulares com situações mais gerais” (RAMOS, 2010, p. 409).

Logo, cabe agora problematizar o patrimônio histórico e “não mais defendê-lo como coisa em si, essencialmente pura e boa, mas na qualidade de apropriação do presente envolvido em disputas variadas, que vão da fé de cada um ao bolso de todos” (RAMOS, 2010, p. 398). Na condição de obras de arte, os altares da antiga Catedral, demolida em 1968, servem “como instrumento de escolha para descobrir as molas ocultas da sociedade” (FRANCASTEL, 1993, p. 41); como em determinado tempo eles se suggestionaram e criaram para si necessidades e significados. Basta tomarmos de fato estes altares como documentos, indissociáveis de seu contexto histórico, que tais “obras de arte trazem consigo um material de informação tão preciso quanto qualquer outro quando se trata de saber como os homens agiam e julgaram num momento preciso” (FRANCASTEL, 1993, p. 78).

Isto nos leva diretamente às atitudes do Arcebispo Dom Orlando, que ignorou as medidas preservacionista que recaiam sobre os altares e a Igreja, em decorrência de suas aspirações “modernas”. Ele também foi levado por pressões dos setores empresariais a cerca da modernização que se julgava necessária; ele era parte da elite letrada, que disseminava o discurso modernizante por entre a “cuiabania” - de vital importância para o desfecho favorável à elite, esta não só de nomes e tradição, mas de bens e poder aquisitivo. Juntos, condenaram tanto a antiga catedral quanto seus altares ao quase esquecimento. A memória de uma Cuiabá antiga, dos tempos coloniais foi preterida à sedução da modernidade. Seus patrimônios históricos ficaram relegados ao tempo.

## CONCLUSÃO

Buscando os indícios sobre os retábulos da antiga Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, e conseqüentemente da própria igreja, nos foi possível perceber as tensões políticas que transformaram o cenário urbano da capital mato-grossense e permitiram eleger quais monumentos se constituiriam como “lugares de memória”, na célebre referência a Pierre Nora (1993), também quais já não condiziam com as novas aspirações de uma determinada parcela da elite cuiabana da década de 1960, que aspiravam uma cidade nos moldes modernos, acompanhando, a cada vez mais marcante presença capitalista no interior do estado. Dentro deste contexto, a figura do Arcebispo Dom Orlando Chaves, sucessor de Dom Aquino, surge como uma nova liderança de uma cuiabania tradicionalmente católica. E se afirmava como representante do poder eclesiástico na capital de Mato Grosso. Dom Orlando, em seguida assumiu, em sincronia com alguns pensadores e figuras públicas da capital, o propósito de transformar o templo da cidade, marcando assim a passagem pelo arcebispado cuiabano e pela história da capital. Junto com a transformação do templo, veio conseqüentemente o desmonte dos retábulos, que de obras exuberantes do requinte artístico mato grossense passaram a pedaços quase esquecidos.

Inicialmente protegidos pelo processo que iniciou em 1957, revisado em 1995, enfim, em 2011 foi dado “ciência do tombamento dos Retábulos dos Altares da Catedral de Nosso Senhor Bom Jesus - Fragmentos, Cuiabá, Estado do Mato Grosso, a saber: 1) Altar do Bom Jesus, depois de N.S. da Conceição; 2) Altar de Sant’Anna; 3) Altar de Santa Tereza e 4) Altar de São Miguel” (DOU, 30/11/2011). A partir daí foram tomadas providências para os trabalhos de restauro e recuperação parcial dos retábulos, cuja exposição ao público será aberta em breve no Museu de Arte Sacra de Mato Grosso, em Cuiabá.

Ramos (2010) alerta que os monumentos estão sempre sujeitos às ações do tempo. É preciso, pois, fazer-lhes sempre novas perguntas, caberia duvidar não só dos monumentos autoritários, mas da própria ação de dar a algo, a qualquer coisa, o sentido de materialidade memorável. Os trabalhos acadêmicos, livros e artigos e o corolário que se concretiza na exposição dos altares ora tombados, mas outrora esquecidos, traduzem o sentido de materialidade memorável. A memória, sempre viva, tem esse poder de fomentar novas histórias.

## REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Ludmila. *A Catedral e a Cidade: uma abordagem da educação como prática social*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. Considerações acerca dos monumentos históricos mato-grossense. In: *Anuário do Ministério da Educação*. Rio de Janeiro: MEC, 1932.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ETZEL, Eduardo. *O barroco no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1974.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1985.
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? (1969). In: *Ditos e Escritos*. Vol. III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- FRANCASTEL, Pierre. *A realidade figurativa*. São Paulo: Perspectiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. Morfologia e História. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- LACERDA, Leila Borges de. *Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: um olhar sobre sua demolição*. Cuiabá: KCM, 2005.
- LUCIDIO, João Antonio Botelho. *Ofício e arte: fotógrafos e fotografias em Mato Grosso 1860 -1900*. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato: EdUFMT. 2008.
- MENDONÇA, Rubens de. *Igrejas e Sobrados de Cuiabá*. Cuiabá: SEC-MT, 1978.
- MOURA, Carlos Francisco. *As artes plásticas em Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX*. Mato Grosso. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1976.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004.
- \_\_\_\_\_. Uma questão de tempo: os usos da memória na aulas de história. In: *Cadernos Cedex*. Campinas, V. 30, n. 8, 2010.
- RODRIGUES, Cândido Moreira; RUST, Leandro Duarte; LOZI, Viviene. *Guia de pesquisa: organização e disponibilização do acervo do Museu de Arte Sacra de Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 2013.
- ROSA, Carlos Alberto. Evolução urbana de Cuiabá: notas históricas. Rio de Janeiro: SPHAN, 1995. *Cadernos de Documentos 2: Estudos de tombamentos*.





# HERMÍNIA TORQUATO DA SILVA: LUTA E PERSISTÊNCIA NO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO

HERMINIA TORQUATO DA SILVA: FIGHT AND PERSISTENCE IN TEACHING THE YEAR

Nilma da Cunha Godoi  
Maria Lúcia Rodrigues Müller

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar a discussão que a pesquisa intitulada “Professora Hermínia Torquato da Silva: inserção e percurso profissional (1918/1956)” possibilitaram. Trata-se da reconstituição da trajetória de vida da professora Hermínia Torquato da Silva. A biografia é utilizada enquanto método de investigação na perspectiva de captar a história de vida, considerando as ações de um indivíduo ou de um grupo no espaço social, como um testemunho vivo de épocas e períodos históricos. O objetivo principal da pesquisa foi o de constatar se questões raciais e de gênero interferiram na carreira profissional da professora primária Hermínia Torquato da Silva (1918/1956). Ao descrever sua trajetória de vida, o suporte teórico teve por base a História Cultural tendo por base seu perfil biográfico. Os anseios de modernidade, progresso e civilização que se buscava, não comportava enxergar o pobre, sobretudo o pobre negro. Busca-se, pois, reconstruir sua trajetória à luz dos ideais da época, no intuito de compreender o percurso e a figura da professora, moldada pela Escola Normal, ou seja, aquela que espelharia disciplina e civilidade, educando e formando o futuro cidadão. A história de vida de Hermínia se destaca pelo embate que se desencadeou diante dos entraves enfrentados por ela no exercício do magistério, sem se abater. Ela requereu, questionou, protestou, recorreu e persistiu no direito de exercer sua carreira como professora efetiva. A origem familiar e suas características fenotípicas possibilitaram discutir a questão racial do Brasil.

**Palavras-chave:** Mato Grosso. Educação. Relações Raciais. Hermínia Torquato da Silva.

**ABSTRACT:** The objective of this paper is to present the argument that research entitled “Herminia Professor Torquato da Silva: insertion and career (1918/1956)” enabled, it is the reconstitution of the life story of Professor Herminia Torquato da Silva. The biography is used as a research method with a view to capture the story of life, considering the actions of an individual or a group in the social space as a living testimony of epochs and historical periods. The main objective of the research was to see if racial and gender issues interfered in the professional career of the schoolteacher Herminia Torquato da Silva (1918/1956). In describing his life story through his biographical profile, I found support in the approaches of the framework of cultural history. The modernity of desires, progress and civilization that sought did not include seeing the poor, especially poor black. Seek therefore to rebuild his career in the light of the ideals of the time, in order to understand the background and the figure of the teacher, shaped by the Normal School, that is, one that would mirror discipline and civility, educating and training the future citizen. The Herminia’s life story stands out for the clash that broke out on the obstacles faced by it in the teaching exercise, not kill. She requested questioned, protested, and appealed persisted the right to pursue his career as an effective teacher. I believe it is possible that their descent and their phenotypic features a discussion on racial issues in Brazil.

**Keywords:** Mato Grosso. Education. Race Relations. Hermínia Torquato da Silva.

Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa realizada no campo das Relações Raciais e Educação, tendo como personagem central a professora primária Hermínia Torquato da Silva e seu perfil biográfico, analisando sua inserção e trajetória na carreira do magistério. Pudemos revelar o percurso da mulher negra nessa profissão e constatar como se desenrolou sua história no interior da sociedade mato-grossense e cuiabana da primeira metade do século XX.

Foram analisadas as memórias e verificadas situações de entrave com que Hermínia se deparou, com o objetivo principal de constatar se a mulher negra, ou descendente, em busca de espaço profissional durante a Primeira República sofreu discriminação em sua atuação no magistério, quanto ao gênero e à raça. Para tanto, buscou-se respaldo em fontes documentais, produzidas pela Diretoria Geral da Instrução Pública, recorrendo também a fontes orais, resultantes das entrevistas realizadas com familiares e amigos.

A pesquisa se fundamentou na perspectiva teórico-metodológica da História Cultural (BURKE, 2008; DARTON, 1986; 1990), tendo como base empírica as fontes documentais relativas à instrução pública disponíveis no Arquivo Público de Mato Grosso - APMT e no Instituto Memória do Poder Legislativo – IMPL. Foi também embasado na história oral (AMADO, 2006; MONTENEGRO, 2013; FERREIRA, 2006), considerando diversas entrevistas foram também realizadas. Por outro, os familiares da professora Hermínia disponibilizaram alguns documentos e fotos pertencentes ao seu acervo.

Ao elaborar o perfil biográfico da professora Hermínia, tendo por base sua trajetória, ensejou-se a discussão das teorias racistas no cenário brasileiro, oriundas da Europa e dos Estados Unidos. A “ideologia do branqueamento” preconizava que o Brasil, após algumas gerações e por meio da miscigenação, teria condições de alçar o posto de nação moderna, visto que contaria com uma população de fenótipo branco, representativo da modernidade civilizada.

A construção do perfil biográfico da professora Hermínia Torquato da Silva teve por base os conceitos formulados por Pierre Bourdieu (1986), em “*A Ilusão biográfica*”, especialmente no que diz respeito ao entendimento sobre biografias e histórias de vida, quando o autor alerta sobre o perigo de se trabalhar essa questão em nível do senso comum, segundo o qual a vida é um todo coerente e orientado, demarcado por um início e um fim. Tal tarefa foi difícil, todavia, desafiadora.

Nos caminhos percorridos por Levi (2006, p. 169), ao desenvolver estudo na perspectiva biográfica, tornou-se indispensável reconstituir o contexto, dada a importância da “superfície social” em que age o indivíduo, “numa pluralidade de campos, a cada instante”, e ainda, ao levar em consideração o contexto, não se perdendo nas especificidades da biografia.

O esforço de se reconstituir um contexto histórico que retratasse a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX e início do século XX foi necessário para a compreensão de alguns acontecimentos que antecederam a instalação da República brasileira, instituída em 15 de novembro de 1889, assim como verificar as mudanças ocorridas no País. Voltando para as primeiras três décadas do período republicano, é possível perceber a centralização do poder em mãos das oligarquias regionais, uníssonas com o governo federal e marcada pela busca incansável pelo progresso, civilização e modernidade (CARVALHO, 2010).

Nesse contexto, não havia espaço para o pobre, sobretudo para o pobre negro. Foi essa a condição socioeconômica que restou à população negra após quase trezentos anos de escravidão, uma vez que, no Brasil, a sociedade tinha por base o princípio da disparidade entre os segmentos sociais. Primeiro, foi demarcada a inferioridade do africano e seus descendentes, e, em segundo lugar, impediu a discussão sobre cidadania, tornando o trabalho exclusivamente de natureza escrava (SCHWARCZ, 1998; MATTOS, 1998).

## OS CAMINHOS DA PESQUISA

Na busca por documentos sobre a população negra em Mato Grosso, foi localizado um processo, datado de 1927, disponível no APMT, referente à luta que a professora Hermínia Torquato da Silva empreendeu para exercer a profissão de docente. Esse documento revela uma mulher do início do século XX lutando pelo direito de exercer essa profissão, o que estimulou e fez nascer o desejo de conhecer mais profundamente a vida de Hermínia. Disso emergiram várias perguntas. Por que aquela professora se posicionou tão categoricamente naquele momento? Ela conhecia seus direitos? Pelos caminhos da Legislação sobre a instrução pública, ela procurou resguardar seus direitos como professora efetiva vitalícia do Estado, posicionamento aparentemente curioso para uma mulher daquela época. Será que o fato de ser mulher, não branca e não pertencente à elite local, possa ter lhe criado entraves profissionais?

Os longos seis anos decorrentes entre seu pedido de disponibilidade, no ano de 1924, até seu retorno definitivo ao magistério, em 1931, foram marcados por muitos embates e entraves institucionais, por ela enfrentados, porém, eles não a abateram. Naquele movimento, ela requereu, questionou, protestou, recorreu e persistiu no direito de exercer sua carreira como professora efetiva.

Talvez, a persistência de Hermínia no exercício do magistério como “missão” se deva à necessidade, ou, ainda, defesa da profissão na qual a mulher encontrava espaço, liberdade. De acordo com Müller (1999), a profissão possibilitava o simples ato de ir e vir para as mulheres daquela época.

Sua origem familiar e as características fenotípicas possibilitaram discutir a questão racial, pois, segundo seus familiares, a professora Hermínia era “saráá” que, de acordo com *Dicionário Aurélio*, “é como, no Brasil, são chamados os mestiços de brancos e negros, cuja principal característica é a presença de cabelos loiros ou ruivos, bem como aos filhos de negros que sofressem de albinismo”.

Considerando as relações raciais encontradas no Brasil e certamente na sociedade mato-grossense do início do século XX, as características fenotípicas podem ter interferido na carreira profissional da professora Hermínia. Foi com esse pensamento que foi iniciada a pesquisa.

A pesquisa e a elaboração do perfil biográfico da professora primária Hermínia Torquato da Silva, que faleceu em 1990, aos 91 anos de idade, contou com a memória de um casal de sobrinhos, que foram entrevistados e cederam documentos pessoais da pesquisada e fotos pertencentes ao acervo da família. Nessa medida, a documentação da instrução pública referente a sua carreira profissional encontrada no APMT – Arquivo Público de Mato Grosso, foi enriquecida com as fontes orais e documentos pessoais.

## A PROFESSORA HERMÍNIA TORQUATO DA SILVA

Hermínia nasceu no dia 20 de abril de 1899, final do século XIX, em Cuiabá, e faleceu na mesma Capital no ano de 1990, tendo sido a filha primogênita do primeiro casamento de seu pai, José Torquato da Silva, com Maria da Silva França. Sua mãe faleceu ao dar-lhe a luz. Sua gente era da terra, uma família cuiabana. O registro de nascimento da criança do sexo feminino é posterior à Lei do Registro Civil de 1889, que determinava a inclusão da ‘cor’ no referido documento, mas, no caso de Hermínia, esse campo não foi preenchido.

A professora Hermínia tinha uma família numerosa e simples. Aos 18 anos, recebeu o diploma de normalista e, à véspera de completar 19 anos de idade, ingressou na profissão como professora primária. Foi nomeada em 30 de março de 1918, dedicando-se, a partir dessa data, ao campo da educação em Mato Grosso, até 1956, quando se aposentou.

A Escola Normal e o magistério eram uma das poucas opções profissionais para as mulheres tinham como opção profissional:

A lógica, essencialmente social, do que chamamos de “vocação” tem por efeito produzir tais encontros harmoniosos entre as disposições e as posições, encontros que fazem com que as vítimas da dominação simbólica possam cumprir com felicidade (no duplo sentido do termo) as tarefas subordinadas ou subalternas que lhes são atribuídas por suas virtudes de submissão, de gentileza, de docilidade, de devotamento e de abnegação. (BOURDIEU, 2014, p. 85).

Hermínia revela a vocação e persistência em manter-se na profissão, a lógica da “vocação”, que nos revela o autor.

**Fotografia 1 – Profa. Hermínia Torquato da Silva, aos 23 anos**



Fonte: Acervo da Família Torquato da Silva

De acordo com Mauad (2013, p. 12), as imagens fotográficas devem ser vistas como um importante meio de representação social e suporte de memórias. Entende-se que, “por meio da análise de imagens fotográficas se acessam experiências históricas para as quais o uso da câmera fotográfica servia de garantia à memória futura”. Evidente que não foi adotado o conceito de fotografia como verdadeira testemunha ocular da história, “verdade fotográfica”, conforme adverte a autora (MAUAD, 2013, p. 15).

A partir dessas informações, foi feita a seguinte inferência: a fotografia n 1 traz Hermínia, como uma mulher jovem, vestida sem luxo, contudo, com recato e elegância; cabelos presos num penteado simples, evidenciando que não eram lisos. Como adereços, usava uma pulseira no braço esquerdo e uma corrente com uma medalha, provavelmente de algum santo católico, o que nos leva a deduzir, com base nas entrevistas, sua profunda religiosidade. Na pose de estúdio, tem os braços sobre uma mesa onde se percebe alguns papéis, indicando ser uma mulher letrada. O cenário se assemelha a um espaço de trabalho, aquele típico de uma professora. Nessa modalidade fotográfica, até o tom de pele podia ser alterado, o tipo de luz, a distância maior ou menor da câmera ou máquina fotográfica, e os retoques na fotografia poderiam retratar a imagem desejada pelo fotógrafo e/ou pela fotografada. Hermínia estava inserida numa sociedade onde ser branca era considerado belo, a partir do princípio do branqueamento racial.

Para entender a política de branqueamento é preciso olhar para o Brasil pós-abolição, quando os negros, na condição de livres, continuavam sendo taxados como seres inferiores, pois, o século XIX foi o período de consolidação da visão de cunho racista que tinham por base as teses de inferioridade biológica dos negros e o entendimento de que o progresso brasileiro aconteceria por meio do “branqueamento”. Naquele momento, registra-se o forte incentivo à imigração, ocasião em que tiveram início as políticas estimuladoras da vinda de europeus para o Brasil. A isso, pode-se acrescentar a inexistência de preocupação com a “formulação de políticas de incorporação dos libertos à sociedade brasileira, no sentido de dar-lhes instrução ou treinamento para aquisição de novos hábitos de trabalho livre” (MÜLLER, 1999, p. 44-45).

De acordo com Skidmore, a política de branqueamento foi pensada pela elite brasileira visando tornar o Brasil um país de brancos, datando seu ápice entre os anos 1889 e 1914, quando a concepção de miscigenação contava como certa a extinção dos pretos e mestiços,

uma vez que o negro “estava fadado ao desaparecimento” do País em algumas décadas. Dessa forma, acreditava-se que “[...] a miscigenação não produzia inevitavelmente ‘degenerados’, mas uma população mestiça sadia e capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente” (SKIDMORE, 1976, p. 81).

A menina Hermínia cresceu no interior de uma família de vários irmãos, seis ao todo, pois, do segundo casamento de seu pai nasceram mais duas irmãs e três irmãos, além do irmão – filho do primeiro casamento de sua madrasta –, que, com ela, veio crescer à segunda família. Todos residiam em Cuiabá, na Rua Senador Metello, “*antigo Beco do Sovaco*”, nº 478, bairro do Porto, próximo à Igreja de São Gonçalo, ou seja, no então Segundo Distrito da Capital (L.C.T.S - maio/2014).

Cuiabá foi o cenário onde se desenrolou parte significativa da história de vida da professora Hermínia, portanto, espaço privilegiado para se conhecer um pouco mais da sociedade na qual ela viveu.

Hermínia Torquato da Silva se encaixa no título de “mulher educada”, visto ter tido acesso à escola de primeiras letras e se formado pela a escola normal, o que lhe possibilitou ser professora efetiva do Estado de Mato Grosso. Seu apreço pela leitura fica evidente na satisfação ao receber de presente, em 1977, o livro *Roteiro histórico & sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá*, de autoria de Rubens de Mendonça, qualificado por ela como uma “dádiva”, anotação pessoal dela, anotada na contracapa da obra.

## A COR DA PROFESSORA HERMÍNIA TORQUATO DA SILVA

Diante da questão que norteou esta pesquisa, ou seja, constatar se questões raciais e de gênero interferiram na carreira profissional da professora Hermínia, foram necessárias informações sobre a “cor/raça” da família Torquato e, conseqüentemente, da biografada. Em alguns documentos pessoais da professora Hermínia, como certidão de nascimento, ficha funcional e carteira funcional da Diretoria de Instrução Pública e certidão de óbito, apesar da existência do campo para se declarar a cor, em nenhum desses documentos essa informação foi prestada.

Sabe-se que, desde 1889, a partir do período republicano, a lei do Registro Civil exigia que essa informação fosse prestada, porém, seu efeito foi mínimo. Assim, na Primeira República, conhecer a origem racial dos brasileiros tornou-se muito difícil, pois não se tem nos documentos registro de cor/raça dos indivíduos (MÜLLER, 1999).



Para entender “raça”, é necessário perceber que esse conceito não diverge de outros e precisa ser compreendido dentro de contextos históricos, pois “[...] tem seu campo semântico e uma dimensão temporal e espacial” (MUNANGA, 2003, p. 8-9). Portanto, há uma etimologia da palavra e de sua evolução conceitual em diversas épocas.

O termo “raça”, em italiano *razza*, em latim, *ratio*, tem como significado principal “espécie”. Registra-se seu uso inicial pela zoologia e pela botânica, a fim de organizar as espécies animais e vegetais por categorias.

Durante a Idade Média, o conceito era empregado para designar grupos humanos com a mesma descendência, linhagem e que, conseqüentemente, carregassem como herança genética características físicas comuns ao grupo. O francês François Berner, na segunda metade do século XVIII, foi responsável por utilizar o termo raça com a mesma acepção que se utiliza atualmente. A partir daquele momento, a diversidade fenotípica passou ser utilizada para classificar a diversidade aparente de cada indivíduo (MUNANGA, 2003).

De acordo com Munanga (1990, p. 52),

Uma raça, no sentido sociológico, é um conjunto de indivíduos sensatos que possuem características físicas hereditárias comuns. Seus membros podem manifestar preconceitos biológicos quando deduzem das características físicas as disposições intelectuais ou morais, deles ou dos integrantes de outros grupos, sendo estes últimos colocados numa posição inferior: racismo do branco contra os negros, racismo antijudeu [...].

No período que se estende dos séculos XVI e XVII, o conceito de “raça” se confundia com o de classe social, com a de origem franco-germânica que compunha a nobreza, opondo-se aos gauleses, representantes da plebe. Naquela época, esses dois grupos eram classificados como pertencentes a raças distintas, sendo que os francos se impunham aos demais por se considerarem de sangue puro e, dessa forma, intelectualmente superiores aos gauleses (MUNANGA, 2003).

Ainda conforme Munanga (2003), o século XVIII marcou o momento em que o racismo adquiriu “cor”, ocasião em que a classificação de superioridade e inferioridade passou a se basear no critério tonalidade da pele, e a questionar a humanidade daqueles considerados inferiores. As ciências naturais – biologia e antropologia física – são os campos onde se ampararam aqueles que se consideram superiores aos demais, criando a história natural da humanidade.

Munanga (1990, p. 53) considera que “[...] o racismo enquanto ideologia é instrumento de dominação e sem dúvida nenhuma, um produto da civilização ocidental remontando ao século XVIII”.

Na argumentação de Costa (2011, p. 83), tal classificação pode ser compreendida a complexidade das ideias vigentes no século XVIII:

O processo de classificação humana, porém, não se limitou à categorização dos seres humanos a partir de suas diferenças ou semelhanças, explicitadas pelas características físicas de cada grupo: vinculou-os a valores morais intelectuais, hierarquizando-os entre si, de modo que se atribuía a melhor posição hierárquica aos grupos que se enquadrassem em um conjunto determinado de características corporais, como por exemplo, menos índice de pigmentação, refletido na tonalidade clara da cor da pele dos olhos e espessura dos cabelos. Por outro lado, aos grupos que apresentassem maior concentração de pigmentação era destinada a posição inferior nessa hierarquia. Desse modo, pensadores da época posicionaram os negros no último nível de uma escala imaginária, estabelecendo-os como o mais inferior dentre os seres humanos.

Concluindo e reforçando o entendimento sobre o termo “raça”, apoiamo-nos na seguinte afirmação de Petrucelli (2013, p. 15):

Compreende-se, assim, a raça como categoria socialmente construída ao longo da história, a partir de um ou mais signos ou traços culturalmente destacados entre as características dos indivíduos: uma representação simbólica de identidades produzidas desde referentes físicos e culturais. Na utilização desta categoria de análise, não se trata do grupo social cujo fundamento seria biológico, mas de grupo social reconhecido por marcas inscritas no corpo dos indivíduos (cor da pele, tipo de cabelo, estatura, forma do crânio etc.)

A respeito da categoria cor, Petrucelli (2001, p. 30) assim define:

Mas as categorias de cor só parecem tornar-se significativas no contexto de uma ordem hierárquica, constituindo-se, de fato, numa marca de origem. Desta maneira, no âmbito brasileiro a questão da cor se encontra no entrecruzamento dos mitos fundadores da identidade nacional com as práticas sociais de discriminação e preconceito racial.

Dessa forma, entende-se que a população brasileira foi dividida em duas categorias, uma branca e outra não branca, sendo a segunda

composta por pretos e descendentes, principalmente os que traziam na pele e/ou no corpo as marcas da origem. Assim, é possível perceber as posições que a população de cor não branca ocupa na sociedade “[...] demonstrado o caráter estrutural das desigualdades raciais no Brasil, que se configura como uma sociedade de dupla clivagem, social e racial” (PETRUCCELLI, 2001, p. 3).

No Brasil do início do século XX, diferentemente do sistema birracial da América do Norte, havia uma classificação racial mais complexa, de caráter pluralista ou multirracial. Conclui Skidmore (1976, p. 55) que: “o Brasil não teve nunca, pelo menos desde o fim da colônia, um sistema birracial rígido”. Assim, nos Estados Unidos é possível perceber o preconceito racial vinculado à origem do indivíduo, sendo que no Brasil o preconceito praticado é de marca (NOGUEIRA, 2006).

Conforme Nogueira (2006), considera-se preconceito racial uma disposição, ou atitude desfavorável e culturalmente condicionada em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. O preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando se toma por pretexto, para as suas manifestações, os traços físicos do indivíduo – a fisionomia, os gestos, o sotaque – diz-se ser “marca”, quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, portanto, trata-se de “origem”.

Segundo Munanga (2005/2006, p. 46-57), no Brasil é comum o entendimento, tanto entre brancos como entre negros, de se acreditar sem ressalvas na “mistura racial”, o que demonstra como a “[...] triangulação étnica pela qual se arma geometricamente a fábula das três raças, tornou-se uma ideologia dominante, abrangente [...]” (DAMATTA, 1987, p. 63). Munanga (2005/2006, p. 46-47) prossegue, no mesmo trabalho, destacando que: “[...] conteúdo da raça é social e político. Se para o biólogo molecular ou o geneticista humano a raça não existe, ela existe na cabeça do racista e de suas vítimas”.

Durante as pesquisas documentais e entrevistas, procurou-se identificar a família materna da professora Hermínia, todavia, sem sucesso, uma vez que não foi possível obter informações sobre sua genitora, constando apenas seu nome no registro de nascimento, Maria da Silva França, já que ela havia falecido no parto da filha.

Todavia, a fim de compor o perfil biográfico da professora Hermínia foram levantadas informações sobre sua família ma-

terna, por entender que seriam valiosas. Na busca pela família de sua genitora, foram levantadas informações no Censo 1890, por meio das pesquisas realizadas por Peraro (2005). Esse censo visou identificar/revelar, por sobrenome, a “cor/raça” dos membros de sua família materna.

A pesquisa, apesar de revelar sobrenomes que coincidem com os da família da professora Hermínia, foi desconsiderada, uma vez que os dados, como endereço e idade, são divergentes, sendo necessário mais tempo para aprofundar e checar as informações.

Portanto, após as entrevistas com familiares e amigos, assim como por meio das imagens fotográficas da professora Hermínia, de seu irmão Estevão Torquato e de seu pai José Torquato da Silva, concluiu-se que a professora Hermínia Torquato da Silva era uma mulher não branca.

O que nos levou a essa conclusão? Primeiro, porque a família “Torquato” é relativamente conhecida em Cuiabá. Um de seus irmãos, que teve atuação profissional e política destacada, considerada personalidade conhecida por muitos que viviam na Capital, tinha pele com alta concentração de melanina e traços fenotípicos predominante da população negra. Além de buscar respaldo nas descrições realizadas pelos entrevistados sobre Hermínia e seu pai, José Torquato da Silva, ficando evidente que a “cor/raça” que lhes caracterizavam são fenotipicamente era a negra.

Na discussão que Petrucelli promove, ao falar da origem da denominação da cor, faz “um levantamento da gênese de alguns dos termos encontrados foi utilizada uma bibliografia composta basicamente por dicionários etimológicos das línguas portuguesa e espanhola, além de referências de trabalhos em francês”. Por meio dessa pesquisa lexicográfica e de datação, foi possível perceber “que a aparição dos qualificativos relativos à miscigenação se situa entre os séculos XIV e XVII” (PETRUCCELLI, 2001, p. 9). O autor explica, ainda, que alguns desses indicativos de cor utilizam como comparativos referenciais as “plantas, frutas ou produtos vegetais, por assimilação”, como, por exemplo, as palavras jambo, canela, chocolate, castanha. Ainda para Petrucelli, reforçando a definição do termo “sará”, encontrado em dicionário da língua portuguesa e já mencionado, corroboram com a definição de alguns adjetivos e substantivos, a exemplo: ‘sará’, definido como “nome comum aos insetos lepidópteros noturnos de cor fulva, mariposa, 1587; ext. indivíduo de cabelos muito crespos, característicos de certos mestiços, e de coloração fulva arruivada” (CUNHA, 1982 *apud* PETRUCCELLI,

2001, p. 9. Grifo meu). Destacando que, o termo “mestiço”, utilizado como adjetivo ou substantivo, define aquele que é “nascido de pais de raças diferentes” (CUNHA, 1982 *apud* PETRUCCELLI, 2001, p. 9).

Diante disso, classifico-a como não branca, porque, segundo (CARVALHO, 2008 *apud* PETRUCCELLI, 2013, p. 17), a classificação “branca” cabe àqueles que apresentam “[...] pele clara, olhos claros, cabelos lisos, lábios e nariz finos, que a partir deles definira-se um padrão de beleza para toda espécie humana”.

No início do século XX, havia a crença de que o Brasil se tornaria um país cada vez mais branco, visto a miscigenação de sua população com os imigrantes europeus, resultando uma população em sua maioria composta por brancos e mestiços, e que negros e índios deixariam de existir (SCHWARCZ, 1998).

Visto que Hermínia pertencia a uma família com forte predomínio da “mestiçagem”, assunto de destaque nas entrevistas com seus familiares, compreendeu-se que a discussão sobre mestiçagem e ideologia do branqueamento se fazia necessária.

Segundo Guimarães (1995, p. 36), “aqueles que apresentam graus variados de mestiçagem podem usufruir, de acordo com seu grau de brancura (tanto cromática quanto cultural, dado que ‘branco’ é um símbolo de ‘europeidade’), de alguns dos privilégios reservados aos brancos”.

De acordo com a definição apresentada por Skirmore (1976, p. 81),

A tese do branqueamento baseava-se presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças ‘mais adiantadas’ e ‘menos adiantadas’ e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia ‘naturalmente’ uma população mais clara, em parte porque o *gene* branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas.

Dessa maneira, as barreiras no caminho de uma família negra ou de um indivíduo que apresentasse as características fenotípicas negras evidentes, como “marcas corporais, tais como cabelo, formato do nariz e dos lábios [...]” (GUIMARÃES, 2012, p. 24), são sempre formas de seleção considerável, segundo a discussão sobre ideologias de embranquecimento. Para Guimarães (2012, p. 24), o sistema brasileiro se utiliza de uma diversidade de marcas físicas, o que amplia

consideravelmente a formação de vários grupos raciais entre o branco e o negro, em comparação ao sistema dos Estados Unidos, que, por ser fechado, cria limites aos grupos a partir da sua descendência.

Bourdieu (2014), em *A dominação masculina*, discute a questão de gênero, porém, também está presente em sua obra a reflexão sobre a questão racial dos negros. Ele possibilita que se perceba que o negro, assim como a mulher, recebe uma carga negativa sobre si e suas ações.

Então, uma mulher não branca poderia se deparar com uma dupla barreira em seu percurso, a discriminação de gênero e a racial. Quem sabe Hermínia pudesse, dentro da invisibilidade do universo de feminino das mulheres, em algum momento, se ver presa nessa lógica da dominação, conforme expõe Bourdieu (2014, p. 12. Grifo meu):

Essa relação extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante como pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele.

Sobre a questão racial, o mesmo autor faz ainda a seguinte consideração elucidativa:

[...] qualquer que seja sua posição social, as mulheres têm em comum o fato de estarem **separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo** que, tal como a cor da pele para os negros, ou qualquer outro sinal de pertencer a um grupo social estigmatizado, afeta negativamente tudo que elas são e fazem, e está na própria base de um conjunto sistemático de diferenças homólogas [...]. (BOURDIEU, 2014, p. 130. Grifo do autor)

A mulher está inserida em um mundo marcado pela distribuição de poderes e privilégios entre masculino e feminino e, mesmo no mundo feminino, elas se encontram separadas por diferenças econômicas e culturais, o que faz com que cada uma viva e sinta a “dominação masculina”, sem, contudo, tornar nulo o poder sobre sua feminilidade (BOURDIEU, 2014).

## OS TORQUATO: HISTÓRIA DE VIDA E ENTRELACEMENTO POLITICO

Tendo por objetivo principal contextualizar a trajetória profissional da professora primária Hermínia Torquato da Silva, foi privilegiado o período compreendido como Primeira República e em alguns acontecimentos que antecederam a instalação do sistema republicano, em 15 de novembro de 1889, a fim de verificar as possíveis mudanças no País e as ideologias sobre a população negra e seus descendentes.

Uma conjuntura social e política que propiciou, por meio das armas, a instauração do novo regime político, além de fatores externos, como as mudanças promovidas pela Revolução Industrial e a Francesa que influenciaram não somente o Brasil, mas todo o mundo ocidental. Porém, conforme Carvalho (2010, p. 41), “do ponto de vista da representação política, a Primeira República (1889-1930) não significou grande mudança”. Espelhando-se no modelo implantando nos Estados Unidos, foi instituído no Brasil o sistema federativo. Os presidentes dos estados passaram a assumir os cargos via eleição, visando uma aproximação com o povo. Todavia, a Constituição de 1891 eliminou apenas o entrave da exigência da renda de 200 mil-réis para os eleitores, ou seja, voto censitário, mantendo o principal mecanismo de exclusão, a proibição aos analfabetos, além de manter, também, a proibição do direito de votar das mulheres, mendigos, soldados e membros de ordens religiosas (CARVALHO, 2010, p. 40).

Data desse período a expressão “república dos coronéis”. Na hierarquia da Guarda Nacional, coronel era o mais alto posto ocupado pela pessoa que detinha maior poder local. O coronel exercia poder, uma vez que era ele quem escolhia o chefe político da localidade. De forma hierárquica, o coronel, nesse sistema, mantinha alianças com o presidente do estado e este com o presidente da República. Assim, se perpetuava o poder, por meio de eleições fraudulentas (CARVALHO, 2010, p. 42). Essa prática era sustentada, de acordo com Carvalho (2010, p. 43), pelos “grandes proprietários, os oficiais da Guarda Nacional, os chefes de polícia e seus delegados, os juizes, os presidentes das províncias ou estados, os chefes dos partidos nacionais ou estaduais”.

Mato Grosso, no início século XX, apresentava um cenário econômico em franco crescimento e sustentado pela exportação de bens da indústria extrativa e da pecuária bovina, sendo, a última, destaque das exportações. Mato Grosso se ligava ao mercado mundial por meio da bacia platina, quando a navegação ganhou importância. Registra-

-se, no início do século XX, considerável presença de empresas de capital estrangeiro, e ainda, a relevante instalação de usinas de açúcar, seguindo o curso dos Rio Cuiabá e Paraguai, com maior incidência no primeiro.

Todavia, o Estado adentrou ao século XX arrastando disputas políticas-econômicas impactantes para sua população. Cuiabá, por ser a capital, era o centro da ebulição. As disputas regionais eram marcadas pela forte presença das oligarquias representadas por várias famílias. Nas palavras de Siqueira (2002, p. 156), “quando muitos coronéis se reuniam em torno de um partido formavam as oligarquias, cujo poder e influência extrapolavam o âmbito municipal, constituindo um real poder dentro dos Estados”. A figura do coronel, no Brasil republicano, foi preponderante em diversas regiões; em Mato Grosso, eles eram grandes proprietários rurais ou detentores de relevante patrimônio urbano. De acordo com Corrêa (1981 *apud* SIQUEIRA, 2002, p. 156),

[...] coronéis pecuaristas, usineiros, agricultores, comerciantes grandes e pequenos, etc. exerciam o poder de decisão efetivamente a nível local ou estadual, mantendo o controle dos empregos públicos e outros privilégios econômicos e sociais, e dispunham também de uma grande capacidade de mobilização de forças, sob seu comando direto.

A manutenção do poder dependia das relações estabelecidas, visto que, por um lado, os coronéis, como detentores de poder econômico, político e social e com o consentimento do Estado, garantiam pelo mecanismo do voto a continuidade do grupo político que estivesse exercendo a administração do Estado, e este, por outro lado, afiançava o coronelismo. A sociedade mato-grossense registrou essas influências e disputas que, no entrelaçar das relações sociais, ajudaram ou dificultaram a vida da população mais pobre e, por certo, majoritariamente não branca. Essa relação de poder decorrente do coronelismo sustentado pelo voto de cabresto possibilitou o estabelecimento de uma rede de relações onde prevalecia a vontade dos mais fortes, fidelizando as relações de compadrio.

De modo sucinto, esse tipo cenário se manifestou em todo território brasileiro e se caracterizou por sobrepor as relações sociais desiguais, onde as diferenças podiam ser tanto etárias como sociais e econômicas.

Embates entre grupos que se formavam ou se rearranjavam, em sintonia com as vontades políticas e interesses na disputa ou manutenção do poder, levaram adiante o fenômeno do coronelismo no Estado.



E, por certo, tais embates afetaram a vida de muitos, como ocorreu na história da família “Torquato”, tendo em vista que José Torquato da Silva, após o assassinato de Totó Paes, teve que se refugiar, por alguns anos, na região de Cáceres, considerando que foi funcionário da Usina Itaiçi, de propriedade de Antônio Paes de Barros, onde exerceu o cargo de gerente, durante o afastamento do proprietário para exercer o governo de Mato Grosso.

Nesse ambiente de disputa de poder, violência, fraudes, coação, conchavos, compadrios e mercês, dentre outras formas de dominação inerentes ao coronelismo, intercalado de intervalos de calma, que convivia a população mato-grossense.

O início de século XX acirrou o desejo por modernização, nascida de um projeto político que visava a implantação da ordem, da moralização e disciplinarização da sociedade cuiabana.

Marcava a passagem para a modernidade a presença, em Cuiabá, de algumas novidades, como: “o telefone, a luz elétrica, o cinematógrafo e o automóvel” (LUCIDIO, 2008, p. 198). Além disso, no governo de Pedro Celestino (1908-1911) foi realizada a Reforma do Ensino, que culminou com a construção do ‘Palácio da Instrução’ e dos Grupos Escolares, local onde deveria se formar os cuiabanos integrados aos novos tempos.

A elite mato-grossense, especialmente a cuiabana, reproduzindo, muitas vezes, a história social e política de famílias tradicionais e letradas, ocupantes dos melhores cargos nos órgãos de governo e detentores de poder econômico e político (LUCIDIO, 2008; DELAMONICA, 2006; SIQUEIRA, 2002), precisava construir uma identidade que a representasse e que espelhasse civilidade, modernidade e progresso. Para isso, seguiam, principalmente, as tendências ditadas pelas maiores cidades, como a Capital Federal, naquela época o Rio de Janeiro, idealizando alçar uma vaga no contexto nacional.

Pode ser encontrado, ainda hoje, na literatura mato-grossense, registro da valorização ao bandeirante, branco, heroico, como elemento formador da identidade mato-grossense, em detrimento da desvalorização da população negra (MENDONÇA, 1975, p. 28-29).

Os aparatos para disciplinar e controlar a população cuiabana pobre foram logo implantados, tais como: os Inspectores de Higiene Pública, soldados do Exército, guardas do Arsenal de Guerra e praças da guarda municipal que prestavam serviços de vigilância e controle. A elite mato-grossense, por meio desses mecanismos, como organização, distribuição dos espaços, controle sobre “a malandragem,

vadiagem, vigilância sobre os becos, ruas e bairros periféricos”, objetivava construir uma identidade própria e positiva.

Ao se voltar o olhar para história mato-grossense, a partir de meados do século XIX e alvorecer do século XX, é impossível não se deparar com a maneira utilizada por brasileiros e estrangeiros para enxergar essa parte do Brasil. Estão presentes nessa maneira de olhar, as concepções de progresso e civilização vigentes no mundo ocidental, embasadas nas teorias evolucionistas e racistas em vigor.

Na luta travada por Hermínia, seu pai José Torquato da Silva tem presença atuante e fundamental, pois as mulheres se encontram, segundo Bourdieu (20014, p. 113), “Excluídas dos jogos de poder, elas são preparadas para dele participar por intermédio dos homens que neles estão envolvidos [...]”. Diante disto, se faz necessário apresentar José Torquato da Silva.

Nasceu em 1868, antes da Lei do Ventre Livre, e sua genitora, D. Florinda Torquato da Silva, já era libertam pois o menino nasceu livre. Pela memória herdada, a família ressalta que ele era neto de escravo, porém, não dispomos de informações mais precisas sobre seus genitores, possivelmente por meio dos registros de nascimento presentes nas fontes eclesiásticas. Nas entrevistas e documentos escritos sobre ele, repete-se o panegírico que o descreve como menino pobre que, em meio a toda dificuldade, galgou uma posição privilegiada e que poderia ser invejada por qualquer homem de sua época.

Tendo como fonte as entrevistas e os poucos documentos, foi possível saber apenas o nome da mãe de José Torquato da Silva, Florinda Torquato da Silva, descrita como uma mulher forte, persistente e que fora responsável pela criação do menino, o que fez sozinha. José Torquato, na sua juventude, trabalhou como aprendiz de marceneiro na oficina de obras brancas da Escola de Aprendizes Artífices do extinto Arsenal de Guerra.

Por sua trajetória e pelo fato de ser um homem não branco, acredita-se que encontrou obstáculos na sua trajetória, mas que, pela sua história, devem ter servido de degrau na luta pela sobrevivência. Segundo seus familiares, dentre as atividades profissionais que exerceu consta a escrituração mercantil, hoje contabilidade, o que foi conseguido graças aos *“próprios méritos e esforços”* (L.C.T.S. - maio/2014), desenvolvendo a atividade de contador junto à Usina Itaiçi, de propriedade do Cel. Antônio Paes de Barros, conforme afirma Souza (2001):

Os múltiplos afazeres que lhe impunham as responsabilidades da vida pública em que ingressara, não lhe permitiam mais continuar à frente da orientação de sua propriedade no Itaici, **que ficou entregue à direção de um gerente, José Torquato da Silva, que se mostrou digno da confiança do seu chefe.** (SOUZA, 2001, p. 56. Grifo meu).

Encontrasse aqui o entrelaçamento de duas histórias de vida. Além disso, percebe-se a importância do cargo recebido e a imensa responsabilidade que lhe foi confiada pelo Cel. Totó Paes, confiança que deve ter sido gerada pelo bom e aguerrido desempenho de funções anteriores, condições que garantiam-lhe capacidade para gerenciar um empreendimento considerado inovador em termos industriais, representante do progresso e da modernidade em Mato Grosso.

Torquato trabalhou também na Firma Lucas Borges e Cia, atuando na atividade de exportação de borracha. Os depoentes destacam que se tratava de um homem que, por seus próprios méritos, grande comprometimento, persistência e inteligência, pode ser considerado um autodidata, pois, mesmo não tendo frequentado os bancos escolares, adquiriu conhecimento e atuou profissionalmente como contador e advogado provisionado.

Seu registro recebeu a inscrição número 13, na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Mato Grosso (SIQUEIRA, 2003, s.p.). No referido registro constam 39 advogados inscritos, isso só no primeiro ano de existência da OAB-MT, por volta do ano de 1933. José Torquato da Silva exerceu a advocacia até o final de sua vida, o que lhe oportunizou exercer o cargo de Promotor Público em Santo Antônio do Rio Abaixo, atual município de Santo Antônio de Leverger.

Na sua vida profissional, ocupou também o cargo de Secretário de Repartição de Obras e Viação, na capital. José Torquato da Silva foi um homem que, por suas próprias qualidades mudou sua trajetória, através das escolhas acertadas, graças a tenacidade, uma vez que, às vésperas de completar meio século de existência, tornou-se um dos fundadores – sócio efetivo – do Instituto Histórico de Mato Grosso, admitido em 1º de janeiro 1919. Pelo que foi possível depreender, sua origem humilde e anônima não o impediu conquistar lugar privilegiado na sociedade cuiabana.

Nas entrevistas com seus netos e com o casal amigo da família, as memórias sobre José Torquato da Silva foram revestidas de orgulho e admiração pelo homem que venceu por seus próprios méritos, deixando como legado a predileção pelos estudos e o entendimento

que esse percurso possibilitou vitórias. O esforço pessoal era o único caminho, visto que não pertencia à elite, não era de família tradicional, não possuía herança, sendo que a via de acesso trilhada foi a do estudo e da qualificação.

Sua vida pessoal e pública pode-se presumir, foi intensa, o que lhe oportunizou ter voz e vez dentro de uma sociedade hierarquizada que, pela ideologia racial da época, negava-lhe os espaços que ocupou.

## O INGRESSO E O PERCURSO NO CENÁRIO EDUCACIONAL DE MATO GROSSO

Ao conhecer um pouco da história de vida do genitor de Hermínia é possível perceber a motivação de sua iniciativa e persistência ao lutar por seu espaço profissional. Aos 19 anos, a normalista recém-formada pela Escola Normal, Hermínia Torquato da Silva, é nomeada por meio do “[...] acto do Governo do Estado sob n.º. 141, de 30 de março de 1918, a exercer effectivamente o cargo de professora da 1ª Escola do sexo masculino da Villa de Santo Antônio do Rio Abaixo, [...]”. (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO. Livro de Registro dos Termos de Posse, 1918). Aos 5 dias de abril do mesmo ano, assumiu o cargo. De acordo com Art. 138 do Regulamento da “Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso”, caso fosse anunciado concurso e houvesse apenas um inscrito, “[...] e se o pretendente for normalista, será effectivamente nomeado independente de exame”. (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO. Regulamento da Instrução Pública de 1910).

Ao assumir o cargo de professora, em 1918, infere-se que a jovem normalista Hermínia Torquato da Silva se viu impossibilitada de residir e se manter na Vila de Santo Antônio do Rio Abaixo, pois, à época com 19 anos e solteira, morava com os pais em Cuiabá, no segundo distrito – Porto. Sua nomeação para a Villa de Santo Antônio do Rio Abaixo, que se tornou distrito de Cuiabá, em 26 de agosto de 1835, de acordo com a Lei nº 11, estava localizado distante da Capital, aproximadamente, a 35 km, o que na época, por falta de estradas, tornava-se difícil o acesso. Isso a impediu de fixar residência naquela localidade, visto não contar com a companhia de familiares.

Pode-se deduzir, a partir dessa situação, que Hermínia ou seu pai José Torquato da Silva, homem amante das letras e conhecedor das leis, no caso, do Regulamento da Instrução Pública, fazendo uso do direito que conferia o Art. 139, Capítulo I, protocolizou pedido de licença. Trata o referido artigo da nomeação ou remoção do professor público primário, que teria um prazo de 90 dias para assumir a

cadeira, considerando a distância da Escola, porém, ao final do prazo, se não atestasse problemas de saúde ou motivo de força maior, perderia o emprego.

Possivelmente, por meio de mercês, a partir dos relacionamentos de seu pai, conseguiu ser designada para prestar seus serviços na melhor escola do 2º Distrito, e ainda conseguiu se manter ali, até o segundo semestre do ano 1922.

Em agosto do citado ano, por meio da Portaria nº 42, obteve licença de seis meses para tratar de seus interesses. Em sua ficha funcional nº 111, aberta em 1918, consta que esteve afastada do cargo no período de 13 de fevereiro de 1923 a 24 de março de 1924. Por fim, após esgotar todas as possibilidades de se manter em Cuiabá, restou-lhe pedir disponibilidade, única maneira de não encerrar a carreira. Desta feita, solicitou sua disponibilidade, situação arrastada de 1924 até 1931.

Não foi localizada documentação com menção a sua cor ou raça, mas é sabido que em Mato Grosso esse aspecto era considerado. Desde meados do século XIX e primeiras décadas do século XX, ideias negativas sobre a população de cor e a preocupação com a miscigenação ganharam destaque na sociedade brasileira, pois viam na mestiçagem sinal de “degeneração”; em contrapartida, havia a busca pela “raça pura”, sinônimo de civilização e progresso.

Hermínia, por apresentar características fenotípicas que evidenciavam sua cor, pois membros de sua família a categorizaram como “sarárá”, passou por esses entraves com maior facilidade que Bernadina Rich, que, segundo Gomes (2009, p.17), “era mulher, era negra e possuía, segundo as entrevistas, poucas posses”. Todavia, no censo de 1890, Bernardina Rich foi assim descrita idade 18 anos, cor parda, estado civil solteira, religião católica, nacionalidade brasileira, o que Gomes (2009) confirmou, por meio de fotografias e entrevista, ter encontrado uma mulher fenotipicamente negra (cabelos, nariz, lábios e pele).

Ainda assim, mesmo podendo ser considerada “branca”, Hermínia não desanimou diante das negativas que recebeu. E, com certeza, conheceu vários outros casos de professoras que iam e vinham de cadeira em cadeira, de cidade em cidade, de acordo com as necessidades, em busca de melhoria profissional.

Hermínia, ao requerer seus direitos, não fazia nada diferente daquilo que outros professores praticavam. O que a diferiu dos demais foi o tratamento recebido e seu difícil percurso para conseguir algo que outros obtinham de forma mais tranquila. Deixando de lado a indisposição de seu genitor para com o Diretor da Instrução

Pública, e vice-versa, não pode ser descartada, em momento algum, a questão racial.

Hermínia recebia tratamento diferenciado daqueles encontrados no mesmo período de seus insucessos nas diversas tentativas de voltar à carreira do magistério? Porque os exemplos se somam. Notório observar a situação da normalista Célia Nunes de Barros, que requereu a cadeira nas Escolas Reunidas de Santo Antônio do Rio Abaixo, por ter ciência que a professora que a regia não era diplomada. Ou, melhor dizendo, não havia cursado a Escola Normal. E certo que se “dá preferência mesmo para as nomeações interinas, às pessoas formadas pelas Escolas Normas do Estado [...]” (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, Caixa 1931, APMT).

O retorno ao exercício da profissão, para conseguir permanecer junto aos seus familiares, só ocorreu quando a Direção da Instrução Pública passou a ser exercida por Franklin Cassiano da Silva, coincidência ou não, com a saída de Cesário Alves Corrêa. Registra-se ainda que a vaga em Corumbá, pela qual Hermínia tanto lutou, em 1931, foi reaberta, visto um requerimento, de 10 de fevereiro de 1931, endereçado ao Interventor Federal do Estado e de interesse da professora Albertina E. de Barros, do município de Miranda, pleiteando a vaga aberta com a transferência da professora Edith Curvo para a Capital.

Quanto à vida profissional da professora Hermínia, o que se depreende da documentação, seguiu com maior normalidade. Encontramos, em 25 de julho de 1934, o Ato nº 1964, concedendo à Hermínia gratificação adicional de 10%, por ter completado 10 anos de efetivo exercício, em 23 de março de 1934.

A professora Hermínia se aposentou no dia 26 de janeiro de 1956, após muitos embates e tensões. Pela fala do sobrinho, creio que também viveu alegrias durante o exercício do magistério, pois, além do forte desejo de contribuir com a instrução, também o fazia por necessidade.

Sua atitude de contestação certamente era uma ousadia para os padrões da época, em Cuiabá, pois Hermínia se ergueu contra a estrutura de poder, por meio de seus próprios esforços pessoais, contando apenas com a ajuda de seu pai, como revelaram as fontes. Ao apresentar a história de vida de Hermínia, é possível contribuir para a desconstrução do imaginário daquela época, ou, pelo menos, promover uma discussão a esse respeito.

Hermínia faleceu em 16 de novembro de 1990, aos 91 anos, em Cuiabá. Foi uma cuiabana de *chapa e cruz*.

Enfim, os dados da pesquisa permitem afirmar que Hermínia e sua família não integravam, originalmente, a elite mato-grossense do período chamado Primeira República. Mais tarde, com os esforços do pai, puderam integrar a ela, pois, por ilustrar a mestiçagem brasileira, vivenciaram as sinuosidades do racismo. Percebe-se, ainda, que ela encontrou nos passos do seu patriarca, amante das letras, convencido do poder dos estudos e cômico do valor das leis, o caminho para ultrapassar algumas barreiras do racismo e, assim, estabelecer conquistas como a ocupação de espaços que, à época, não pertenceriam à população de cor, e se elevar à categoria de intelectual letrado.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV. 2006.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica (1986). In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes, (Coord.) *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV. 2006, p. 183-191
- \_\_\_\_\_. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CAMARGO, A. de P. R. Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940). In: SENRA, N. de C.; CAMARGO, A. de P. R. (Org.). *Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 229-263. (Estudos e análises. Documentação e disseminação de informações, n. 2).
- \_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo: SP, 1985.
- COSTA, Cândida Soares da. *Educação para as relações étnico-raciais: Planejamento escola e literatura no Ensino Médio*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.
- CUNHA, Antônio Geraldo. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Nova Fronteira, 1982. In: PETRUCCELLI, José Luis. *A cor denominada: estudo das informações do suplemento da PME, Julho/98*. 2001.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Trad. de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DELAMÔNICA, Benedita Adiléa. O Album Graphico do Estado de Mato-Grosso e as representações sobre os trabalhadores negros (1914/1920). *Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP. v. 2, nº 1, 2006. Disponível em: <<http://uff.br/penesb/publicações/penesb>>. Acesso: 02 jun.2014.

GOMES, Nailza Barbosa. *Uma professora negra e Cuiabá na Primeira República: limites e possibilidades*. Dissertação (Mestrado em Educação). PPGE/UFMT, Cuiabá, 2009.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anto-racismo no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*. N.º 43, novembro 1995. p. 26-44. Disponível em: <[http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/77/20080626\\_racismo\\_e\\_anti\\_racismo.pdf](http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/77/20080626_racismo_e_anti_racismo.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2014.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes, (Coord.) *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV. 2006, p.167-182.

LUCIDIO, João Antônio Botelho. *Ofício e arte: fotógrafos e fotografias em Mato Grosso 1860-1960*. Cuiabá/MT: Carlini & Caniato: EdUFMT.2008.

MATOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MAUAD, Ana Maria. *Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica*. 2013. p. 11-19. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/rbhm/ed04/dossie/01.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

MENDONÇA, Rubens de. *Roteiro histórico e sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá*. 3. ed. comemorativa aos 250 anos de elevação do Arraial a categoria de Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá 1727-1977. Cuiabá: Edições Igrejinha, 1975.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Percursos Historiográficos e Metodológicos da Contemporaneidade*. UFPE. Disponível em: <http://www.trt6.jus.br/memoriaehistoria/site/docs/artigos/Percursos.pdf> (Este texto se encontra publicado como capítulo do livro Depois da Utopia: história oral em seu tempo. Ricardo Santhiago & Valéria Magalhães (Orgs.). São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2013. Pags. 55 à 70.)

MUNANGA. Kabenguele. Racismo da desigualdade à intolerância. *Revista da Fundação SEADE*. São Paulo em Perspectiva, 4(2): 51-54, abril /junho



1990. Disponível em: <[http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v04n02/v04n02\\_09.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v04n02/v04n02_09.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2014.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. *Revista USP*. São Paulo, n. 68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006.

MUNANGA, Kabengele. *Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação* – PENESB-RJ, 05/11/2003. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2014.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. *As construtoras da nação: professoras primárias na Primeira República*. Niterói: Intertexto, 1999.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 19, n.1, p. 287-308, nov. 2006.

PERARO, Maria Adenir. *A população Urbana de Cuiabá em 1890*. Cuiabá: EdUFMT, 2005. CD-ROOM.

PETRUCCELLI, José Luis. *A cor denominada: estudo das informações do suplemento da PME*, julho/98. 2001.

\_\_\_\_\_. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. In: PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lúcia (Org.). *Características Étnico-Raciais da População Classificações e Identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. p. 12-23.

SCHWAECZ, Lília Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. On: NOVAES, Fernando A. (Coord.); SCHWAECZ, Lília Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da Vida Privada no Brasil, 4). P. 173-244.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

\_\_\_\_\_, Elizabeth Madureira. *OAB-Seccional de Mato Grosso: 70 anos*. Cuiabá: 2003. (mimeo)

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Antonio Fernandes de. *Antônio Paes de Barros e a Política de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso. 2001.



# CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO ESTADO DE MATO GROSSO

## MUNICIPALITIES OF CREATION IN THE STATE OF MATO GROSSO

Cornélio Silvano Vilarinho Neto<sup>1</sup>

RESUMO: O presente artigo aborda a criação de municípios no estado de Mato Grosso, a criação de município é tema pouco estudado no Brasil. Com a elaboração da Nova Carta Constitucional de 1988, onde está defendida a reorganização do pacto federativo com a incontestável inclusão do município como entidade federada autônoma, nos termos do artigo 18 da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. É importante ressaltar que a Lei Complementar Federal n. 1, de 09/11/1967, estabelece o seguinte teor para a criação de novos municípios: a) a população mínima de 10 mil habitantes, ou não menos que cinco milésimos da população estadual; b) eleitorado não inferior a 10% da população do Município; c) centro urbano já constituído; d) número de casas superior a 200; e) arrecadação, no último exercício, de cinco milésimos da receita estadual de impostos. É importante ressaltar que no estado de Mato Grosso o Poder Legislativo, até o momento atual, nunca respeitou o item exposto acima. Já o Ato Complementar n. 46, de 07/02/1969, estabeleceu que nenhuma alteração no quadro territorial do Estado pudesse ser feita sem a prévia autorização do Presidente da República, ouvido o Ministério da Justiça. A proibição de criação de municípios no Brasil veio através da Emenda Constitucional n. 15/1996, tem a seguinte redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal: “A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, mas dependerão de consulta prévia, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação de estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei”. Apesar de que várias propostas apresentadas ao Congresso Nacional, nenhuma foi

---

<sup>1</sup> Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia do Departamento de Geografia do ICHS/UFMT. corneliovilarinho@yahoo.com.br

aprovada até o momento. A formação territorial do estado de Mato Grosso, hoje e bem menor do que a do período anterior, com área territorial era de 1.477.041km<sup>2</sup>. O Estado sofreu dois desmembramentos territoriais, o primeiro, para a formação do atual Estado de Rondônia (1943), e o segundo para a formação do atual estado de Mato Grosso do Sul (1977), sua área territorial no momento atual é de 906.069,41 km<sup>2</sup>. Mato Grosso possui atualmente 141 municípios instalados. A Emenda Constitucional - EC 15 estabelece que a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, de acordo com a lei complementar federal, mas, com consulta prévia, mediante plebiscito, e os resultados de viabilidade, ou não serão publicados na forma da lei. No entanto, a criação do Município se faz por lei estadual, aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governador de Estado. Essa Lei Estadual tem que obedecer os critérios: 1) existência da lei complementar federal; 2) divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei; e 3) consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos. Como a lei complementar federal ainda não foi aprovada, portanto, não pode ser criado nenhum município, desde 12 de setembro de 1996, quando foi aprovada a Emenda Constitucional n. 15. No estado de Mato Grosso existem 15 municípios criados ilegalmente, pois a criação dos mesmos foi posterior à aprovação EC 15. E permanecem como municípios. Os novos critérios para criação de municípios proposto para regulamentação da Lei Federal são rígidos, mas necessários. Só que já estamos com 18 anos sem Lei de criação de municípios. O que não podemos é permitir que não haja lei para a criação de municípios. Mas, mediante as circunstâncias, só nos resta esperar pela regulamentação da Lei.

**Palavras-Chave:** Criação. Município. Mato Grosso.

RESUMEN: El presente artículo aborda la creación de municipios en el estado de Mato Grosso, la creación de municipios es un tema poco estudiado en Brasil. Con la elaboración de la Nueva Carta Constitucional de 1988, donde se abogó por la reorganización del pacto federal con la inclusión indiscutible del municipio como entidad autónoma federada, conforme el artículo 18 de la Constitución Federal del 05 de octubre de 1988. Es importante resaltar que la Ley Complementar Federal n°1, del 09/11/1967 establece el siguiente contenido para la creación de nuevos municipios a) población mínima de 10 mil habitantes, o no menos de cinco milésimas de la población del estado; b) electorado no inferior al 10% de la población del Municipio c) centro urbano

ya constituido d) número de casas superior a 200; e) recaudación de cinco milésimos de los impuestos estaduais, en el último ejercicio. Es importante resaltar, que en el estado de Mato Grosso el Poder Legislativo hasta el momento actual nunca respetó los ítem expuestos anteriormente. La Ley Complementaria N° 46 del 02/07/1969 establece que ningún cambio en el marco territorial del Estado podría hacerse sin la aprobación previa del Presidente, oyendo al Ministerio de Justicia. La prohibición de la creación de municipios en Brasil vino a través de la Emenda Constitucional n° 15/1996 que tiene la siguiente redacción en el § 4° del art. 18 de la Constitución Federal: La creación, la incorporación, la fusión y el desmembramiento de Municipios se hará por ley estadual, dentro del periodo determinado por ley complementar federal, pero dependerán de consulta previa, a las poblaciones de los Municipios involucrados tras la comunicación de los estudios de viabilidad municipales, presentados y publicados de acuerdo a la ley. A pesar de que varias propuestas fueran presentadas en el Congreso Nacional, ninguna fue aprobada hasta el momento actual. La formación territorial del estado de Mato Grosso hoy es bien menor de que el periodo anterior, su área territorial era de 1.477.041 km<sup>2</sup>. El Estado sufrió dos desmembramientos, el 1° con la formación del actual Estado de Rondônia (1943) y el 2° con la formación actual del estado de Mato Grosso del Sur (1977), su área territorial en el momento actual es de 906.069,41 km<sup>2</sup>. Mato Grosso posee actualmente 141 municipios instalados. La Emenda Constitucional- EC 15 establece que la creación, la incorporación, la fusión y el desmembramiento de Municipios se harán por Ley estadual, de acuerdo con la ley complementar federal, pero, con consulta previa, mediante plebiscito, y con los resultados de viabilidad, o no serán publicados en forma de Ley. No obstante, la creación del Municipio se hace por Ley estadual, aprobada por la Asamblea Legislativa y sancionada por el Gobernador del Estado. Esa Ley Estadual tiene que obedecer los criterios: 1) existencia de Ley complementar federal 2) divulgación de los estudios de viabilidad municipal, presentados y publicados en la forma de Ley; y 3) consulta previa mediante plebiscito, a las poblaciones de los Municipios involucrados. Como la ley complementar federal todavía no fue aprobada, por lo tanto, no puede ser creado ningún municipio, desde el 12 de septiembre de 1996, cuando fue aprobada la Emenda Constitucional n° 15. En el estado de Mato Grosso existían 15 municipios creados ilegalmente, pues la creación de los mismos fue posterior a la aprobación EC 15. Y permanece como municipios. Los nuevos criterios para la creación de municipios para regulación de la Ley Federal son

rígidos, pero necesarios. Solo que ya estamos con 18 años in Ley para crear municipios. Lo que no podemos permitir es que no haya ley para la creación de municipios. Pero dadas las circunstancias solo podemos esperar por la reglamentación de la ley.

**Palabras-clave:** Creación. Municipio. Mato Grosso.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem a finalidade de abordar a criação de municípios em Mato Grosso, tema pouco estudado no Brasil, principalmente nas regiões Centro-Oeste e Norte, onde existe uma grande pressão política para a criação de novos municípios.

Um dos aspectos relevantes do processo de redefinição das estruturas político-administrativas do Brasil, que se verifica a partir de meados da década de 1980 e tem como momento emblemático a elaboração da Nova Carta Constitucional de 1988, é a reorganização do pacto federativo, que ocorre especialmente com a incontestável inclusão do município como entidade federada autônoma, nos termos do artigo 18 da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988.

É importante ressaltar que a Lei Complementar Federal n. 1, de 09/11/1967, estabelece para a criação de novos municípios: a) a população mínima de 10 mil habitantes, ou não menos que cinco milésimos da população estadual; b) eleitorado não inferior a 10% da população do Município; c) centro urbano já constituído; d) número de casas superior a 200; e) arrecadação, no último exercício, de cinco milésimos da receita estadual de impostos. Constata-se que no estado de Mato Grosso o Poder Legislativo até o momento atual nunca respeitou o item exposto acima. Mas, o Ato Complementar n.º 46 de 07/02/1969 estabelecia que nenhuma alteração no quadro territorial do Estado pudesse ser feita sem a prévia autorização do Presidente da República, ouvido o Ministério da Justiça.

As leis complementares n. 28, de 19/11/1975, 32 de 26/12/1977 e n. 39, de 10/12/1980 devolveram a criação de Municípios à situação anterior, alterando matéria sobre plebiscito, sobre ano de criação do Município, devolvendo aos Estados algumas atribuições na matéria e tornando obrigatória, pelas Câmaras Municipais, a aprovação da criação, ou supressão de Distritos, Subdistritos e Municípios, assim como o desmembramento do território municipal para anexação a outro Município. Aí a Constituição Federal de 1988 devolveu aos Estados a competência para fixar requisitos mínimos de população e renda pública, para usar a expressão do art. 14 da Constituição de

1967, mantendo a exigência de consulta prévia (plebiscito) às populações para a criação de Municípios. Ressalta-se que em janeiro de 1988 existiam 4.177 Municípios no Brasil. Em janeiro de 1990 foram instalados 315 novos Municípios. E em janeiro de 1993 foram instalados mais 493 municípios e, em janeiro de 1997 foram instalados mais 533 municípios, passando, então o Brasil a contar com 5.507 Municípios, segundo o IBGE.

A Emenda Constitucional nº 19/1996 tem a seguinte redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal: A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, mas dependerão de consulta prévia, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação de estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei. Apesar de que várias propostas foram apresentadas no Congresso Nacional, apenas o Projeto Lei 98/2002 foi aprovado, mas foi vetado integralmente pela Presidenta da República Dilma Rousseff.

Este artigo mostra a falta de um banco de dados que possibilitem análise e avaliação sobre a criação de municípios em Mato Grosso após o desmembramento do Estado em 1977, para a criação do estado de Mato Grosso do Sul, tanto no aspecto legal quanto socioeconômico. Tem também a finalidade de mostrar se a criação de municípios no Estado possibilitou ou não o desenvolvimento do próprio Estado. Para a sua elaboração foi realizado levantamento e organização dos dados e informações disponíveis na Assembleia Legislativa até o momento atual. Foram realizadas leituras referentes ao assunto que se fizeram necessárias.

## FORMAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO

A formação territorial do estado de Mato Grosso hoje é bem menor do que em período anterior. Mato Grosso teve origem da Província do mesmo nome, criada no período colonial, abrangendo uma área territorial de 1.477.041km<sup>2</sup>, sofrendo dois desmembramentos territoriais, o 1º para a formação do atual estado de Rondônia (1943) e o 2º para a formação do atual estado de Mato Grosso do Sul (1977).

Quanto a criação de municípios no estado de Mato Grosso, no período colonial foram criados no Estado apenas dois municípios. Veja Tabela 1:

**Tabela 1 – Municípios criados – século XVIII**

<b>Ordem</b>	<b>Municípios</b>	<b>Ano de Criação</b>
01	Cuiabá	1726
02	Vila Bela da Santíssima Trindade	1746

Fonte: João Carlos Vicente Ferreira/2001. Org. Cornélio Silvano Vilarinho Neto/2015.

Vila Bela da Santíssima Trindade (1746), 1ª Capital de Mato Grosso. No período Reino Unido a Portugal, Brasil e Algarves, 1º e 2º Reinados foram criados os municípios que estão expostos na Tabela 2:

**Tabela 2: Municípios criados no período: Reino Unido, 1º e 2º Reinados – 1808/1899**

<b>Ordem</b>	<b>Municípios</b>	<b>Ano de Criação</b>
01	Diamantino	1820
02	Poconé	1831
03	Cáceres	1859
04	Rosário Oeste	1833
05	Nossa Senhora do Livramento	1883
06	Santo Antônio de Leverger	1899
07	Barra do Garças	1914

Fonte: João Carlos Vicente Ferreira/2001. Org. Cornélio Silvano Vilarinho Neto

Na República, no período denominado de Primeira República, ou República Velha (Estado, 1889/1930), foi criado apenas o município de Barra do Garças (1914). No período denominado de Segunda República (1930/1946), foram criados cinco municípios. Veja Tabela 3:

**Tabela 3 – Municípios criados no período 1938/1943**

<b>Ordem</b>	<b>Municípios</b>	<b>Ano de Criação</b>
01	Alto Araguaia	1938
02	Guiratinga	1938
03	Poxoréu	1938
04	Aripuanã	1943
05	Barra do Bugres	1943

Fonte: João Carlos Vicente Ferreira/2001. Org. Cornélio Silvano Vilarinho Neto/2015

No período de 1946/1964 denominado de Terceira República foram criados dezenove municípios. Veja tabela 4 a seguir:



**Tabela 4 – Municípios criados de 1946 a 1964**

<b>Ordem</b>	<b>Municípios</b>	<b>Ano de Criação</b>
01	Várzea Grande	1948
02	Acorizal	1953
03	Alto Garças	1953
04	Alto Paraguai	1953
05	Arenópolis	1953
06	Barão de Melgaço	1953
07	Chapada dos Guimarães	1953
08	Itiquira	1953
09	Nortelândia	1953
10	Ponte Branca	1953
11	Rondonópolis	1953
12	Tesouro	1953
13	Torixoréu	1953
14	Jaciara	1958
15	Araguainha	1963
16	General Carneiro	1963
17	Luciara	1963
18	Nobres	1963
19	Porto dos Gaúchos	1963

Fonte: João Carlos Vicente Ferreira/2001. Org.: Cornélio Silvano Vilarinho Neto/2015

No período de 1964/1988 foram criados os seguintes municípios. Veja Tabela 5:

**Tabela 5 – Municípios criados – 1964/1988**

<b>Ordem</b>	<b>Municípios</b>	<b>Ano de Criação</b>
01	Mirassol D'Oeste	1976
02	Pedra Preta	1976
03	São Félix do Araguaia	1976
04	Sinop	1979
05	Tangará da Serra	1976
06	Água Boa	1979
07	Alta Floresta	1979
08	Araputanga	1979
09	Canarana	1979
10	Colíder	1979
11	Jauru	1979
12	Juscimeira	1979
13	Nova Brasilândia	1979
14	Paranatinga	1979

## ARTIGOS

15	Pontes e Lacerda	1979
16	Rio Branco	1979
17	Salto do Céu	1979
18	São José dos Quatro \ Marcos	1979
19	São Jose do Rio Claro	1979
20	Nova Xavantina	1980
21	Santa Terezinha	1980
22	Denise	1982
23	Juara	1981
24	Juína	1982
25	Alto Taquari	1986
26	Araguaiana	1986
27	Brasnorte	1986
28	Campinápolis	1986
29	Cocalinho	1986
30	Comodoro	1986
31	Figueirópolis D'Oeste	1986
32	Guarantã do Norte	1986
33	Indiavaí	1986
34	Itaúba	1986
35	Jangada	1986
36	Marcelândia	1986
37	Nova Canaã do Norte	1986
38	Nova Olímpia	1986
39	Nova Ubiratã	1986
40	Novo Horizonte do Norte	1986
41	Novo São Joaquim	1986
42	Paranaíta	1986
43	Peixoto de Azevedo	1986
44	Porto Alegre do Norte	1986
45	Porto Esperidião	1986
46	Primavera do Leste	1986
47	Reserva do Cabaçal	1986
48	Sorriso	1986
49	Terra Nova do Norte	1986
50	Vera	1986
51	Vila Rica	1986
52	Apiacás	1988
53	Campo Verde	1988
54	Campo Novo dos Parecis	1988
55	Castanheira	1988
56	Cláudia	1988

57	Juruena	1988
58	Lucas do Rio Verde	1988
59	Matupá	1988
60	Nova Mutum	1988
61	Nova Santa Helena	1988
62	Ribeirão Cascalheira	1988
63	Tapurah	1988

Fonte: João Carlos Vicente Ferreira/2001. Org.:Cornélio Silvano Vilarinho Neto/2015

Os municípios da Tabela 5, criados em 1988, são anteriores à Promulgação da Constituição Federal.

Os municípios que foram criados após a Promulgação da Constituição Federal em 05 de outubro de 1988. Veja Tabela 6:

**Tabela 6 – Criação de municípios após a promulgação da Constituição Federal até 2000**

<b>Ordem</b>	<b>Municípios</b>	<b>Ano de Criação</b>
01	São José do Povo	1989
02	Alto Boa Vista	1991
03	Canabrava do Norte	1991
04	Confresa	1991
05	Cotriguaçu	1991
06	Glória D'Oeste	1991
07	Lambari D'Oeste	1991
08	Nova Bandeirantes	1991
09	Nova Guarita	1991
10	Nova Marilândia	1991
11	Nova Maringá	1991
12	Nova Monte Verde	1991
13	Planalto da Serra	1991
14	Pontal do Araguaia	1991
15	Porto Estrela	1991
16	Querência	1991
17	Ribeirãozinho	1991
18	Santa Carmem	1991
19	Santo Afonso	1991
20	São José do Xingu	1991
21	São Pedro da Cipa	1991

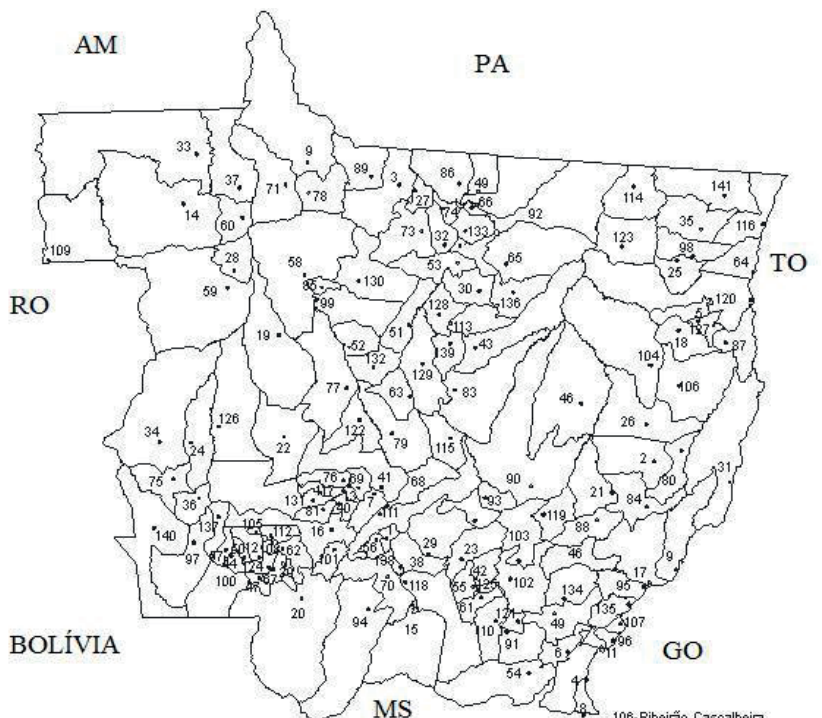
## ARTIGOS

22	Tabaporã	1991
23	Campos de Júlio	1994
24	Carlinda	1994
25	Feliz Natal	1995
26	Nova Lacerda	1994
27	Novo Mundo	1995
28	Sapezal	1994
29	União do Sul	1995
30	Gaúcha do Norte	1995
31	Colniza	1998
32	Curvelândia	1998
33	Rondolândia	1998
34	Santo Antônio do Leste	1998
35	Bom Jesus do Araguaia	1999
36	Conquista d'Oeste	1999
37	Nova Nazaré	1999
38	Nova Serra Dourada	1999
39	Novo Santo Antônio	1999
40	Santa Cruz do Xingu	1999
41	Santa Rita do Trivelato	1999
42	Vale de São Domingos	1999
43	Boa Esperança do Norte*	2000
44	Ipiranga do Norte	2000
45	Itanhangá	2000

Fonte: João Carlos Vicente Ferreira/2001. Org.: Cornélio Silvano Vilarinho Neto/2015

\*Criado, mas não foi instalado, devido a Ação Judicial impetrada pelo município de Nova Ubitatã, reivindicando a sua área territorial que foi retirada da área territorial do município sem o consentimento do mesmo e, a Justiça deu ganho de causa ao município de Nova Ubitatã, motivo que impediu a instalação do novo município até o momento atual.

Portanto, o estado de Mato Grosso possui atualmente 141 municípios instalados, conforme mostram as Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5 acima e o mapa do estado de Mato Grosso a seguir:



- |                          |                             |                            |                                 |
|--------------------------|-----------------------------|----------------------------|---------------------------------|
| 1-Acorizal               | 36-Conquista d'Oeste        | 71-Nova Bandeirantes       | 106-Ribeirão Cascalheira        |
| 2-Água Boa               | 37-Cotiguaçu                | 72-Nova Brasilândia        | 107-Ribeirãozinho               |
| 3-Alta Floresta          | 38-Cuiabá                   | 73-Nova Canaã do Norte     | 108-Rio Branco                  |
| 4-Alto Araguaia          | 39-Curvelândia              | 74-Nova Guarita            | 109-Rondolândia                 |
| 5-Alto Boa Vista         | 40-Denise                   | 75-Nova Lacerda            | 110-Rondonópolis                |
| 6-Alto Garças            | 41-Diamantino               | 76-Nova Marilândia         | 111-Rosário Oeste               |
| 7-Alto Paraguai          | 42-Dom Aquino               | 77-Nova Maringá            | 112-Salto do Céu                |
| 8-Alto Taquari           | 43-Feliz Natal              | 78-Nova Monte Verde        | 113-Santa Carmem                |
| 9-Apiacás                | 44-Figueirópolis d'Oeste    | 79-Nova Mutum              | 114-Santa Cruz do Xingú         |
| 10-Araguaiana            | 45-Gaúvha do Norte          | 80-Nova Nazaré             | 115-Santa Rita do Trivelato     |
| 11-Araguainha            | 46-General Carneiro         | 81-Nova Olímpia            | 116-Santa Terezinha             |
| 12-Araputanga            | 47-Glória d'Oeste           | 82-Nova Santa Helena       | 117-Santo Afonso                |
| 13-Arenópolis            | 48-Guarantã do Norte        | 83-Nova Ubatã              | 118-Santo Antonio de Leverger   |
| 14-Aripuanã              | 49-Guiratinga               | 84-Nova Xavantina          | 119-Santo Antonio do Leste      |
| 15-Barão de Melgaço      | 50-Indiavaí                 | 85-Novo Horizonte do Norte | 120-São Félix do Araguaia       |
| 16-Barra do Bugres       | 51-Ipiranga do Norte        | 86-Novo Mundo              | 121-São José do Povo            |
| 17-Barra do Garças       | 52-Itanhangá                | 87-Novo Santo Antonio      | 122-São José do Rio Claro       |
| 18-Bom Jesus do Araguaia | 53-Itaúba                   | 88-Novo São Joaquim        | 123-São José do Xingú           |
| 19-Brasnorte             | 54-Itiquira                 | 89-Paranaíta               | 124-São José dos Quatros Marcos |
| 20-Cáceres               | 55-Jaciara                  | 90-Paranatinga             | 125-São Pedro da Cipa           |
| 21-Campinápolis          | 56-Jangada                  | 91-Pedra Preta             | 126-Sapezal                     |
| 22-Campo Novo do Parecis | 57-Jauru                    | 92-Peixe de Azevedo        | 127-Serra Nova Dourada          |
| 23-Campo Verde           | 58-Juara                    | 93-Planalto da Serra       | 128-Sinop                       |
| 24-Campos de Júlio       | 59-Juina                    | 94-Poconé                  | 129-Sorriso                     |
| 25-Cana Brava do Norte   | 60-Juvenina                 | 95-Pontal do Araguaia      | 130-Tabaporã                    |
| 26-Canarana              | 61-Juscimeira               | 96-Ponte Branca            | 131-Tangará da Serra            |
| 27-Carindá               | 62-Lambari d'Oeste          | 97-Pontes e Lacerda        | 132-Tapurah                     |
| 28-Castanheira           | 63-Lucas do Rio Verde       | 98-Porto Alegre do Norte   | 133-Terra Nova do Norte         |
| 29-Chapada dos Guimarães | 64-Luciara                  | 99-Porto dos Gaúchos       | 134-Tesouro                     |
| 30-Claudia               | 65-Marcelândia              | 100-Porto Esplendão        | 135-Toixorôu                    |
| 31-Cocalinho             | 66-Matupá                   | 101-Porto Estrela          | 136-União do Sul                |
| 32-Colíder               | 67-Mirassol d'Oeste         | 102-Poxoróe                | 137-Val de São Domingos         |
| 33-Colniza               | 68-Nobres                   | 103-Primavera do Leste     | 138-Várzea Grande               |
| 34-Comodoro              | 69-Nortelândia              | 104-Querencia              | 139-Vera                        |
| 35-Confresa              | 70-Nossa Sra. do Livramento | 105-Reserva do Cabaçal     | 140-Mia Bela da Ss. Trindade    |
|                          |                             |                            | 141-Mia Rica                    |

Fonte: Charline Dossow – 2010. Org. Cornélio Silvano Vilarinho Neto - 2015

## O PROBLEMA PARA SE CRIAR MUNICÍPIOS NO MOMENTO ATUAL

A Emenda Constitucional - EC 15 estabelece que a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, de acordo com a lei complementar federal, mas, dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Extrai-se deste dispositivo que a criação do Município se faz por lei estadual, a qual deve ser aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governador de Estado. Para ser aprovada, a mesma tem que obedecer, o seguinte: 1) existência da lei complementar federal; 2) divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei; e 3) consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.

Como a lei complementar federal ainda não foi aprovada, não pode ser criado nenhum município, situação vem pendente desde 12 de setembro de 1996, quando foi aprovada a Emenda Constitucional n. 15.

Ocorre que muitos municípios foram criados por leis estaduais, as quais foram consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, a exemplo a ADI n. 2.240/BA:

ADI n. 2.240/BA. EMENTA: Ação direta de Inconstitucionalidade. Lei n. 7.619/00, do Estado da Bahia, que criou o município de Luís Eduardo Magalhães. Inconstitucionalidade de Lei Estadual posterior a EC 15. Ausência de Lei Complementar Federal prevista no Texto Constitucional, afronta ao disposto no artigo 18, § 4º da Constituição do Brasil. Omissão do Poder Legislativo. Existência de fato. Situação consolidada. Princípio da Segurança da Jurídica. Situação de exceção, Estado de Exceção. A exceção não se subtrai à norma, mas esta, suspendendo-se, dá lugar à exceção. Apenas, assim, ela se constitui como regra, mantendo-se em relação com a exceção. 1. O Município foi efetivamente criado e assumiu existência de fato, há mais de seis anos, como ente federativo. 2. Existência de fato do Município, decorrente da decisão política que importou na sua instalação como ente federativo dotado de autonomia. Situação excepcional consolidada, de caráter institucional, político. Hipótese que consubstancia reconhecimento e acolhimento da força normativa dos fatos. 3. Esta Corte não pode limitar-se à prática de mero exercício de

subsunção. A situação de exceção, situação consolidada - embora ainda não jurídica - não pode ser desconsiderada. 4. A exceção resulta de omissão do Poder Legislativo, visto que o impedimento de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, desde a promulgação da Emenda Constitucional n. 15 em 12 de setembro de 1996, deve-se à ausência de lei complementar federal. 5. Omissão do Congresso Nacional que inviabiliza o que a Constituição autoriza: a criação de Município. A não edição da lei complementar dentro de um prazo razoável consubstancia autêntica violação da ordem constitucional. 6. A criação do Município de Luís Eduardo Magalhães importa, tal como se deu uma situação excepcional não prevista pelo direito positivo. 7. O estado de exceção é uma zona de indiferença entre o caos e o estado da normalidade. Não é a exceção que se subtrai à norma, mas a norma que, suspendendo-se, dá lugar à exceção - apenas desse modo ela se constitui como regra, mantendo-se em relação com a exceção. 8. Ao Supremo Tribunal Federal incumbe decidir regulando também essas situações de exceção. Não se afasta do ordenamento, ao fazê-lo, eis que aplica a norma à exceção desapplicando-a, isto é, retirando-a da exceção. 9. Cumpre verificar o que menos compromete a força normativa futura da Constituição e sua função de estabilização. No aparente conflito de inconstitucionalidades impor-se-ia o reconhecimento da existência válida do Município, a fim de que se afaste a agressão à federação. 10. O princípio da segurança jurídica prospera em benefício da preservação do Município. 11. Princípio da continuidade do Estado. 12. Julgamento no qual foi considerada a decisão desta Corte no MI n. 725, quando determinado que o Congresso Nacional, no prazo de dezoito meses, ao editar a lei complementar federal referida no § 4º do artigo 18 da Constituição do Brasil, considere, reconhecendo-a, a existência consolidada do Município de Luís Eduardo Magalhães. Declaração de inconstitucionalidade da lei estadual sem pronúncia de sua nulidade. 13. “Ação direta julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade, mas não pronunciar a nulidade pelo prazo de 24 meses, da Lei n. 7.619, de 30 de março de 2000, do Estado da Bahia.

É importante ressaltar que Congresso Nacional, só depois de 10 anos, aprovou a Emenda Constitucional 57/2008, com seguintes termos: “Ficam convalidados os atos de criação, fusão, incorporação

e desmembramento de Municípios, cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006, atendidos os requisitos estabelecidos na legislação do respectivo Estado à época de sua criação”. (BRASIL, Emenda Constitucional n. 57/2008)

Somente em 2013o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei que regulamentou a Lei Complementar Federal para a criação de municípios. Ocorre que a Presidente Dilma vetou integralmente o Projeto já aprovado pelo Congresso Nacional, fundamentando seu ato no interesse público, dando a seguinte justificativa:

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1o do art. 66da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 98, de 2002 - Complementar (nº 416/08 Complementar na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4o do art. 18da Constituição Federal”. Ouvido, o Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto ao projeto de lei complementar conforme as seguintes razões: A medida permitirá a expansão expressiva do número de municípios no País, resultando em aumento de despesas com a manutenção de sua estrutura administrativa e representativa. Além disso, esse crescimento de despesas não será acompanhado por receitas equivalentes, o que impactará negativamente a sustentabilidade fiscal e a estabilidade macroeconômica. Por fim, haverá maior pulverização na repartição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, o que prejudicará os municípios menores que temas maiores dificuldades financeiras. Senhor Presidente, essas são as razões que me levaram vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional. (BRASIL. DOU de 13.11.2013 - Edição extra).

Concordo com o veto da Presidente, pois com relação ao estado de Mato Grosso, a Assembleia Legislativa nunca respeitou os critérios estabelecidos na legislação sobre a quantidade mínima de população para a criação de municípios. Portanto, esta foi uma decisão certa em relação à atual situação fiscal do nosso País. A criação de novos municípios será inviável no momento atual, pois, o primordial agora é a saúde, a educação pública de qualidade para todos os brasileiros, como também segurança e transporte público de ótima qualidade, que a população brasileira tanto reivindica. Defendo estes itens como prioridades e não a criação de municípios.



A maioria dos municípios no Brasil possui uma população tão limitada, que até bairros de cidades médias e grandes comportam mais pessoas. Infelizmente, a quantidade elevada de municípios no País gera um déficit no orçamento público, com repasses de verbas, pagamentos de salários de funcionários, dentre tantos outros, o que prejudica os investimentos públicos em outras áreas. Discordo das manifestações sociais para se criar novos municípios, pois acredito que o que precisamos é melhorar os já existentes, para que possam proporcionar os serviços básicos e necessários à população, tais como saúde, educação, segurança, saneamento básico, transporte de qualidade, ruas iluminadas o ano todo, melhor qualidade de vida para a população e um atendimento a contento do SUS.

Haja vista que a criação de um novo município e a sua serventia principal, geralmente, é para dar sustentação a grupos políticos partidários, com a finalidade de assegurar os conchavos políticos que fomentam a criação dos partidos políticos e a disputa de Poder. Sem contar que criando um novo município é necessário criar o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário na esfera municipal, gerando de início despesa pública para o novo município. E os Poderes: Executivo e Legislativo em vez de trabalharem em prol da população municipal fazem acordos para eleger, de forma desonesta, Prefeito e Vereadores, estes para aprovarem na Câmara projetos que, na maioria das vezes, só beneficiam a eles próprios. É importante frisar que o nosso sistema democrático é falho, portanto, precisamos nos organizar, enquanto sociedade civil, com a finalidade de torná-lo forte e transparente.

## OS NOVOS CRITÉRIOS PARA CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

Os novos critérios para criação de municípios, proposto para regulamentação da Lei Federal, são rígidos, mas necessários. Só que já estamos há 19 anos sem Lei para criar municípios, o que é inadmissível. É importante ressaltar que o Presidente Lula vetou o projeto, aprovado duas vezes. Resultado: municípios inviáveis foram criados com base em decisões judiciais, à revelia da lei, porque não havia regras para isso, como bem analisou Salim (ANO E PÁGINA): “Estamos sem lei há mais de 16 anos porque o Governo Federal queria barrar o aumento de municípios. Resultado: municípios inviáveis foram criados com base em decisões judiciais, ao arrepio da lei, porque não havia regras para isso”.

Atualmente, para a viabilização da proposta aprovada no Senado, no que toca à região Centro-Oeste, será necessário que a comunidade tenha, pelo menos, 5 mil moradores para pleitear a emancipação – número que sobe para 10 mil na região Sudeste.

De acordo com a contagem da população por município, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), em 2014 (estimativa), 36 municípios de Mato Grosso tinham menos de 5 mil habitantes. Veja Tabela 7:

**Tabela 7 – Municípios do estado de Mato Grosso com menos de cinco mil habitantes**

Ordem	Município	População
01	Nova Guarita	4.929
02	Curvelândia*	4.898
03	Canabrava do Norte	4.767
04	Nova Brasilândia	4.593
05	Itaúba	4.570
06	São Pedro da Cipa	4.142
07	Santa Carmem	4.075
08	Torixoréu	4.036
09	Salto do Céu	3.903
10	Figueirópolis d'Oeste	3.805
11	União do Sul	3.767
12	Santo Antônio do Leste*	3.757
13	Novo Horizonte do Norte	3.746
14	Porto Estrela	3.639
15	São José do Povo	3.601
16	Rondolândia*	3.538
17	Nova Santa Helena*	3.475
18	Tesouro	3.437
19	Conquista d'Oeste*	3.388
20	Araguaiana	3.221
21	Glória d'Oeste	3.125
22	Vale São Domingos*	3.058
23	Nova Nazaré*	3.021
24	Santo Afonso	2.974
25	Nova Marilândia	2.925
26	Planalto da Serra	2.726

27	Reserva do Cabaçal	2.578
28	Santa Rita do Trivelato*	2.466
29	Indiavaí	2.407
30	Luciara	2.229
31	Ribeirãozinho	2.199
32	Novo Santo Antônio*	2.005
33	Santa Cruz do Xingu	1.899
34	Ponte Branca	1.783
35	Serra Nova Dourada*	1.365
36	Araguainha	1.095

Fonte; IBGE/2014. Org. Cornélio Silvano Vilarinho Neto. Municípios criados ilegalmente

Dos 36 municípios, 10 foram criados nos últimos 19 anos, período em que a Lei Federal não fora regulamentada e, portanto, a criação desses novos municípios foi totalmente irregular. 15 distritos mato-grossenses foram emancipados ilegalmente nesse período. Observa-se que um desses novos municípios já está na fila para ser desmembrado novamente – o distrito de Guariba quer se emancipar de Colniza, tendo sido emancipado de Aripuanã em 1998.

O menor dos municípios do Estado em número de habitantes é Araguainha, que possui apenas 1.095 moradores. Ele foi criado em 1963, seguido por Serra Nova Dourada, com 1.365. Alguns desses pequenos municípios possuem população predominantemente rural, como Vale de São Domingos, onde apenas 713, dos 3.052 habitantes, moram na zona urbana, e Rondolândia, onde 950 dos 3.604 moradores residem na zona urbana.

É importante ressaltar que o texto que tramitava no Congresso Nacional, aprovado em 2013 e em seguida vetado integralmente pela Presidente da República, previa que os novos municípios tivessem viabilidade econômico-financeira, político-administrativa, socioambiental e urbana. Mas, ao ser emancipado, ele precisa instituir os Poderes: Executivo e Legislativo, criando a Câmara de Vereadores, a Prefeitura, e as secretarias municipais. A legislação prevê ainda que municípios com até 15 mil habitantes tenham até nove vereadores. Mas, para sustentar essa estrutura é preciso mais verba – que sairá dos outros municípios. Em 2012, os municípios de Mato Grosso receberam R\$ 2,2 bilhões em repasses da União: “Os gastos da União não aumentam com a criação de municípios. O que acontece é a redistribuição do bolo”, afirmou o assessor parlamentar Felipe Casaril, que auxilia no andamento dos processos da Amaea. Ele afirma ainda o seguinte:

O FPM (Fundo de Participação dos Municípios) tem um valor ‘x’ que é destinado a municípios com menos de 10 mil habitantes. Se hoje temos 3 mil municípios nessa condição, e criamos mais um, o bolo passa a ser dividido entre 3.001. O impacto não é significativo para os que vão perder, mas significa muito para a comunidade que vai ganhar [...] A instalação de um município para entrar na fila do FPM é algo que só acrescenta ao desequilíbrio crônico do Estado. (CASARIL, 27/08/2007).

Enquanto isso, Nelson Salim Abdala, Presidente da AMAEA, defende que o aumento de despesas é necessário para dar qualidade de vida à população, posição contrária à prática, pois vimos constantemente o aumento de despesa pública, sendo que a qualidade de vida da população fica cada vez mais precária, nesse caso, aumentam-se os gastos e não os benefícios, como defende Salim: “Aumentamos os gastos, mas também os benefícios”. Quem mora no distrito não recebe nada, não tem estrada, não tem asfalto: “Hoje, o cidadão de primeira categoria mora na sede, enquanto no distrito mora o cidadão de terceira categoria [...] Muitas pessoas criticam dizendo que, criando novos municípios, vamos criar mais cargos públicos e aumentar a corrupção. Mas na democracia, é o povo que escolhe seus representantes.” Nesse caso, concordo com o Presidente da AMAEA, os municípios têm que se organizar e escolher a pessoa honesta para dirigir, com transparência, o município.

Já o economista Paulo Rabelo de Castro, citado por Nelson Salim Abdala em (2013) afirma que a falta de autos suficiência na geração de receita é o grande problema na criação de novos municípios no Brasil. Ele defende afirmando que o ponto de honra na criação de município é a autos suficiência, pelo menos na previsão dos seus serviços básicos.

É importante frisar que na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso existem 20 processos de Distrito já analisados e à espera da Lei para serem emancipados, enquanto que os parlamentares que se intitulam de municipalista defendem a emancipação municipal, alegando que a mesma contribui para o desenvolvimento dessas comunidades. Afirmando ainda que todos os municípios criados no Estado, até o momento atual, registraram avanços (neste ponto de vista como fica Araguainha e outros municípios, já comentados anteriormente), e que a população é carente dos serviços básicos, como saúde, educação, segurança, entre outros, continuando sem assistência dos poderes Municipal, Estadual e Federal. Mas, os parlamentares municipalistas continuam defendendo a volta da autonomia para legislar sobre este assunto, com base nos critérios que asseguram a viabilidade econômica e atendem às aspirações das comunidades. Esse é o discurso dos

parlamentares municipalistas da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Veja na Tabela 8, a seguir, os 20 Distritos que estão à espera da Lei Complementar para se emanciparem:

**Tabela 8 = Distritos de Mato Grosso que esperam para ser emancipados**

<b>Ordem</b>	<b>Distrito</b>	<b>Munic. de Origem</b>	<b>Ano de criação</b>
01	Boa Esperança do Norte	N. Ubiratã/Sorriso	1986/1986
02	Brianorte	Nova Maringá	1991
03	Capão Verde	Alto Paraguai	1953
04	Cardoso do Oeste	Porto Esperidião	1986
05	Conselvan	Aripuanã	1943
06	Espigão do Leste,	São Félix do Araguaia	1976
07	Guariba	Colniza	1998
08	Japurana	Nova Bandeirantes	1991
09	Nova Fronteira	Tabaporã	1991
10	Nova União	Cotriguaçu	1991
11	Novo Paraíso	Ribeirão Cascalheira	1988
12	Ouro Branco do Sul	Itiquira	1953
13	Paranorte	Juara	1981
14	Rio Xingu	Querência	1991
15	Rondon do Parecis	Campo Novo do Parecis	1988
16	Salto da Alegria	Paranatinga	1979
17	Santa Clara do Monte Cristo	Vila Bela	1746
18	Santo Antônio da Fontoura	São José do Xingu	1991
19	União do Norte	Peixoto de Azevedo	1986
20	Veranópolis do Araguaia	Confresa	1991

Fonte: Assembleia Legislativa/2014. Org. Cornélio Silvano Vilarinho Neto/2015

Por outro lado, a mudança na legislação vai devolver às Assembleias Legislativas dos Estados o poder de deliberar sobre o tema – o que facilita a emancipação das áreas.

Após aprovada na Assembleia, a proposta de criação será alvo de um plebiscito nos municípios envolvidos. Para o presidente da AMAEA, Nelson Salim Abdala, terá que estabelecer critérios que permitam o “fim da farrá” da criação de municípios. Nesse ponto de vista, concordamos com Nelson Salim Abdala, porque a criação de municípios em Mato Grosso, a Assembleia Legislativa, geralmente,

não respeita os estudos técnicos do IBGE. Mas, o que não se admite é a falta de lei para a criação de municípios, pois, já faz 19 anos que os estados brasileiros estão à espera da regulamentação do artigo 18 da Constituição Federal. Isso porque, através da PEC 15, de 1996, o Governo Federal suspendeu a criação de municípios: “Resultado: municípios inviáveis foram criados com base em decisões judiciais, ao arrepio da lei, porque não havia regras para isso”, analisou Nelson Salim Abdala (02/06/2013) “Estamos sem lei há 19 anos porque o Governo Federal queria barrar o aumento de municípios. Resultado: municípios inviáveis foram criados com base em decisões judiciais, ao arrepio da lei, porque não havia regras para isso” (ibidem, 2013)

De acordo com o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), 36 municípios de Mato Grosso têm menos de 5 mil habitantes; desses, 10 foram criados nos últimos 16 anos, quando não havia regulamentação e, portanto, sua criação estava legalmente impossibilitada. No total, 15 distritos mato-grossenses foram emancipados às margens da legalidade nesse período. Veja a tabela 9 abaixo:

**Tabela 9: Municípios criados ilegalmente**

Ordem	Municípios	População	Ano de criação
01	Bom Jesus do Araguaia	5.314	1999
02	Colniza	26.381	1998
03	Conquista D'Oeste	3.385	1999
04	Curvelândia	4.866	1998
05	Ipiranga do Norte	5.123	2000
06	Itanhangá	5.276	2000
07	Nova Esperança do Norte*		2000
08	Nova Nazaré	3.029	1999
09	Nova Santa Helena	3.468	1998
10	Novo São Antônio	2.005	1999
11	Rondolândia	3.604	1998
12	Santa Cruz do Xingu	1.900	1999
13	Santa Rita do Trivelato	2.491	1999
14	Serra Nova Dourada	1.365	1999
15	Santo Antônio do Leste	3.754	1998
16	Vale de São Domingos	3.052	1999

Fonte: IBGE /2010. Org. Cornélio Silvano Vilarinho Neto / 2015. \*Criado, mas não instalado conforme já comentado anteriormente

Um desses novos municípios já está na fila para ser dividido novamente – o distrito de Guariba quer se emancipar de Colniza, que foi emancipada de Aripuanã em 1998.

O menor dos municípios do Estado em número de habitantes é Araguainha, que possui apenas 1.096 moradores, seguido por Serra Nova Dourada, com 1.365. Alguns desses pequenos municípios possuem população predominantemente rural, como Vale de São Domingos, onde apenas 713 dos 3.052 habitantes moram na zona urbana, e Rondolândia, onde 950, dos 3.604 moradores, residem na área urbana.

Portanto, para se criar novos municípios é necessário que os distritos que o pleiteiem, tenham viabilidade econômico-financeira, político-administrativa, socioambiental e urbana. Para atestar tudo isso, serão avaliados itens, como a receita fiscal da região no ano anterior, as receitas provenientes de transferências da União e do Estado, estimativa da despesa com pessoal e serviços públicos, dentre outros.

### VIABILIDADE DE CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

A criação de municípios está prevista expressamente no artigo 18, § 4º da Constituição Brasileira, segundo a qual somente serão criados mediante incorporação, fusão, subdivisão e desmembramento. Mas, para a criação, os mesmos têm que seguir as quatro fases obrigatórias: lei estadual, lei complementar federal, plebiscito e estudo de viabilidade. A Lei Complementar Federal estabelecerá o período limite para criação de novos municípios, respeitando o período do pleito municipal.

Não existindo a Lei Complementar Federal, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou procedente a ADI n. 3.682, formulada pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, declarando a omissão do Congresso Nacional e fixando prazo de 18 meses, a contar de 09/5/2007, para a aprovação da Lei Complementar Federal, conforme foi oficializado pelo Ministro Gilmar Mendes:

Não se trata de impor um prazo para a atuação legislativa do Congresso Nacional, mas apenas da fixação de um parâmetro temporal razoável, tendo em vista o prazo de 24 meses determinado pelo Supremo Tribunal Federal nas ADI n.ºs. 2.240, 3.316, 3.489 e 3.689 para que as leis estaduais que criam municípios ou alteram seus limites territoriais continuem vigendo, até que a lei complementar federal seja promulgada contemplando as realidades desses municípios. (25/10/2007).

Mas, o prazo não foi cumprido até o momento atual. Só que essa decisão deu autonomia a vários estados brasileiros de criarem municípios sem a aprovação da Lei Complementar Federal e sem observarem as disposições do artigo 18, §4º da Constituição Federal. Ao mesmo tempo, foram ajuizadas várias ADINs, as quais questionam a constitucionalidade das Leis criadoras desses municípios, pois essas Leis são inconstitucionais.

É importante ressaltar que os municípios que foram criados inconstitucionalmente gozam de autonomia, pois têm organização, legislação, governo e administração e, nem o Estado e nem a União poderão fazer ingerência na administração dos mesmos, porque são claras as determinações do artigo 35 da Constituição Federal de 1988. Para resolver este problema, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADIN nº 2.240, em 09/5/2007, declarou a inconstitucionalidade das leis estaduais, mas ressaltou que não foram declaradas suas nulidades.

O Congresso Nacional, para sair do impasse referente aos municípios criados ilegalmente, pela falta de aprovação de Lei Complementar Federal, atuou como Poder Constituinte, promulgando, em 18/12/2008, a Emenda Constitucional nº 57, a qual foi acrescentada aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, o artigo 96 que tem a seguinte redação: “ficam convalidados os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios, cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006, atendidos os requisitos estabelecidos na legislação do respectivo Estado à época de sua criação”. Com esta Emenda Constitucional, 57 municípios nos diversos estados brasileiros foram legalizados, transformando, assim, as práticas inconstitucionais em constitucionais pela própria Constituição Federal em vigor. Portanto, o que se vê normalmente no Congresso Nacional é congressista discursando contra a corrupção, sendo que um ato como este, que aprovou a Emenda Constitucional nº 57, não faz parte do processo corruptivo? Fica aqui a indagação.

Mas, após a demanda, o Senado Federal apresentou o projeto de lei nº 104/2014, que tem como teor o procedimento para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, destacando, no referido projeto de lei, as definições de procedimentos de criação, sendo incluso neles o período que deve ser criado o município, que compreende da data de posse dos prefeitos e vice-prefeitos, obedecendo ao artigo 29 da Constituição Federal Brasileira de 1988, que, em seu inciso III, que diz a posse do prefeito e vice-prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição. O projeto de lei acrescenta ainda que seja elaborado um requerimento dirigido à



Assembleia Legislativa, constando, no mínimo, de 20% dos eleitores, no caso de criação e de desmembramento, e 3% no caso de fusão, ou incorporação, condição de população mínima aos municípios que perderam população; serão realizados também estudos de viabilidade, abordando os aspectos econômico-financeiros, político-administrativos, socioambientais e urbanos, e a publicação desses estudos deverá ficar à disposição da população interessada, pelos menos, 120 dias, mas também que sejam disponibilizados na Internet, além da realização de plebiscito diretamente com a participação da população envolvida no processo de emancipação municipal. Mas, este foi mais um projeto vetado pela Presidente da República, na sua íntegra, tendo por base:

Embora se reconheça o esforço de construção de um texto mais criterioso, a proposta não afasta o problema da responsabilidade fiscal na federação. Depreende-se que haverá aumento de despesas com as novas estruturas municipais sem que haja a correspondente geração de novas receitas. Mantidos os atuais critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, o desmembramento de um Município causa desequilíbrio de recursos dentro do seu Estado, acarretando dificuldades financeiras não gerenciáveis para os Municípios já existentes. (Diário Oficial da União – DOU, 27/08/2014).

Ao ser emancipado, o município precisa instituir os Poderes: Executivo e Legislativo municipais, criando uma Câmara de Vereadores, uma prefeitura e secretarias municipais. A legislação prevê que municípios com até 15 mil habitantes tenham até nove vereadores – categoria em que se enquadram todos os distritos em processo de emancipação no Estado.

Para sustentar essa estrutura, é preciso mais verba – que sairá dos outros municípios. Em 2012, os municípios de Mato Grosso receberam R\$ 2,2 bilhões em repasses da União. “Os gastos da União não aumentam com a criação de municípios. O que acontece é a redistribuição do bolo”, afirmou o assessor parlamentar Felipe Casaril (2012) que auxilia no andamento dos processos da Amaea:

O FPM (Fundo de Participação dos Municípios) tem um valor ‘x’ que é destinado a municípios com menos de 10 mil habitantes. Se hoje temos 3 mil municípios nessa condição, e criamos mais um, o bolo passa a ser dividido entre 3.001. O impacto não é significativo para os que vão perder, mas significa muito para a comunidade que vai ganhar [...] A instalação de um município para entrar na fila do FPM é algo que só acrescenta ao desequilíbrio crônico do Estado. Quem não tem competência não se estabelece.

Salim defende que o aumento de despesas é necessário para dar qualidade de vida à população: “Aumentamos os gastos, mas também os benefícios. Quem mora no distrito não recebe nada, não tem estrada, não tem asfalto. Hoje, o cidadão de primeira categoria mora na sede, enquanto no distrito mora o cidadão de terceira categoria [...] Muitas pessoas criticam dizendo que, criando novos municípios, vamos criar mais cargos públicos e aumentar a corrupção. Mas na democracia, é o povo que escolhe seus representantes.

Já para o economista Paulo Rabello de Castro, citado por Nelson Salim Abdala em 02/06/2013 afirma que a falta de autos suficiência na geração de receita é o grande problema na criação de novos municípios no Brasil: “A instalação de um município para entrar na fila da transferência corrente através do FPM é algo que só acrescenta ao desequilíbrio crônico do Estado. Quem não tem competência não se estabelece. Deveria ser um ponto de honra na criação de município a sua auto-suficiência, pelo menos na provisão dos seus serviços básicos.”

É importante ressaltar que o veto da Presidente da República, em 2013, ao Projeto Lei de regulamentação da Lei Complementar Federal manteve sem legalidade a criação de municípios no Brasil. Frente a tal situação, o governo no estado de Mato Grosso firmou uma parceria com o Poder Legislativo para ser realizada uma revisão nos limites municipais do estado de Mato Grosso, na tentativa de sanar os problemas existentes. Portanto, foi instituída uma Comissão formada por técnicos dos dois Poderes, os quais elaboraram um projeto e deu início a sua execução em 2014, tendo como base de sustentação a Base Cartográfica Digital do Estado, homologada na escala de 1: 100.000, da 5ª DL/DSG, ficando, a cargo da Coordenação de Cartografia/SI/SEPLAN, o cumprimento de suas atribuições que é rever os limites municipais. Do Estado, os quais têm como parâmetros instrumentais legais, os memoriais descritivos e seus perímetros baseados nas coordenadas geográficas.

No desenvolver do projeto, os técnicos constataram uma série de inconsistências nos memoriais descritivos das Leis de criação dos municípios:

- Sobreposição de territórios municipais;
- Área sem jurisdição municipal ou isolada;
- Toponímia (nome) citada no memorial e não localizada nas cartas oficiais;
- Coordenadas de localização de elemento geográfico inconsistente;

- Limite que se desdobra sobre si mesmo;
- Limite por divisor de águas que atualmente se encontra descharacterizado pela atividade econômica;
- Limite por estrada de leito natural que atualmente se encontra descharacterizada, ou seja, pela atividade econômica da agricultura mecanizada, ou pela sua reimplantação.

Foram constatadas falhas nas Leis de criação dos municípios, pois a interpretação espacial apresenta dubiedade, fomentando, assim, a disputa territorial entre municípios. Mediante tal situação, o governo do Estado e a Assembleia Legislativa com a finalidade de solucionar os problemas de limites municipais baixou a Resolução n. 3.048, de 09/05/2013, a qual estabelece os procedimentos para elaborar projetos de Leis sobre a redefinição de limites municipais e, no término do trabalho, será enviado ao Poder Legislativo um Projeto de Lei, contendo os novos limites municipais, para ser votado naquela Casa de Leis, e, posteriormente, sancionado pelo governo estadual.

Para a execução do projeto, a equipe de técnicos elaborou o Plano de Ação, estabelecendo os procedimentos operacionais do Plano de Ação para a atualização das divisas municipais do estado de Mato Grosso, norteados pelos seguintes princípios:

- imparcialidade;
- respeito ao contraditório;
- compromisso com a solução;
- predomínio do interesse público;
- preocupação com a situação do município;
- responsabilidade técnica;
- pertencimento da população.

Essa atualização de divisas municipais conforme prevista em Lei será realizada nos 141 municípios do Estado, que ao finalizar os trabalhos, os municípios receberão uma publicação atualizada dos seus limites territoriais, contendo memoriais descritivos e mapas, constando ainda a solução das inconsistências territoriais.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Município é a célula territorial do Estado, pois “Como não há corpo sem células, não há Estado sem municipalidades” (GOUVÊA, 2014). No Brasil, não existe Estado membro sem municípios, portanto, comentou-se no decorrer deste artigo que, segundo a Constituição Brasileira de 1988, a criação de municípios passou a ser de competência das Assembleias Legislativas Estaduais, que aprovam as leis, e os governos estaduais, que as sancionam. Mas, ressalta-se que

essas leis estaduais têm que estar de acordo com a Lei Complementar Federal, ou seja, precisam divulgar os estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da Lei, realizar uma consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos.

Como a Lei Complementar Federal não foi aprovada, nenhum município no Brasil pode ser criado legalmente até o momento atual, situação em que se vive no País desde a aprovação da Emenda Constitucional n. 15, de 12/9/1996. Mesmo assim, foram criados alguns municípios no País através de leis estaduais, as quais foram consideradas inconstitucionais. 2015marca19 anos sem a Lei Complementar Federal. Mas, em 2006, através da Emenda Constitucional 57/2088, foram convalidados todos os municípios criados no País até aquela data.

Apenas em 2013 o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei que regulamentou a Lei Complementar Federal, mas o referido projeto de Lei foi vetado integralmente pela Presidente da República, alegando o aumento de despesa para o erário público com as instalações dos municípios aprovados, e que por esse motivo a Chefe do Executivo afirmou ser é inviável a criação de novos municípios.

Para o governo, neste momento, o primordial é a saúde, a educação pública e de qualidade para todos os brasileiros, segurança e transporte públicos também de ótima qualidade, que a população tanto reivindica. Essas que são as prioridades e não a criação de municípios. Vendo os interesses dos deputados e buscando a essência desses interesses, descobre-se que os Poderes: Executivo e Legislativo municipal não estão interessados em trabalhar para as melhorias do município, mas em fazer acordos para se elegerem de forma desonesta, tanto o Prefeito quanto os Vereadores, tendo como objetivos viabilizar projetos em benefício próprio, ficando à margem a população municipal menos favorecida economicamente, este é o motivo da minha discordância das manifestações sociais para criar mais municípios, o que necessita neste momento é dotar de melhor infraestrutura os municípios já existentes com serviços básicos, tais como: saúde, educação, segurança, saneamento básico, transporte público de qualidade, ruas iluminadas o ano todo e atendimento a contento do SUS para que a população de baixo poder aquisitivo tenha qualidade de vida. Portanto, para criar novos municípios, os distritos reivindicadores têm que ser autos suficiente em economia, finanças, política administrativa, política socioambiental e política urbana.

Como não foi aprovada a Lei Complementar Federal, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou procedente a ADI n. 3.682 que foi formulada pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do

Sul e fixou prazo de 18 meses, a contar de 09/5/2007 para a aprovação da Lei Complementar Federal, este prazo foi apenas um parâmetro temporal, não se tratava de impor prazo para que o Congresso Nacional aprovasse a referida Lei, mesmo assim este prazo não foi cumprido. Mas esta decisão fez com que vários estados brasileiros criassem municípios, sem a aprovação da Lei Complementar Federal e estes municípios ficaram irregulares, mas gozando de autonomia, pois os mesmos têm organização, legislação, governo e administração, portanto nem o Estado e nem a União poderão fazer ingerência na administração dos mesmos, porque são claras as determinações do artigo 35 da Constituição Federal de 1988. Para resolver este problema, o Supremo Tribunal Federal ao julgar a ADIN nº 2.240 em 09/5/2007 declarou a inconstitucionalidade das leis estaduais, mas não as declarou nulas.

Para sanar esse impasse o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional 57, acrescentando-a aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias e no seu artigo 96 ficam convalidados todos os atos irregulares de criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios até 31/12/2006. Através desta medida Constitucional, Mato Grosso hoje não tem municípios com criação irregular, porque os 15 existentes demonstrados anteriormente, no momento atual foram beneficiados pela Emenda Constitucional 57.

É importante ressaltar que ao ser emancipado e instalado, o município institui os Poderes: Executivo e Legislativo municipal como também cria a prefeitura, secretarias municipais e a Câmara de Vereadores. A legislação prevê que municípios com até 15 mil habitantes tenham até nove vereadores – categoria em que se enquadram todos os distritos em processo de emancipação no Estado. Mas para sustentar esta estrutura criada pelo novo município é preciso de mais dinheiro, que sairá do Fundo de Participação Municipal – FPM recursos federais liberados mensalmente para todos os municípios brasileiros. Só quer o governo federal não destina mais dinheiro ao FPM ao ser criado novos municípios, o montante de dinheiro do FPM continua o mesmo, que será redistribuído entre os municípios já existentes e os novos incluídos. Comentário já feito anteriormente.

Ressalta-se que após a Promulgação da Constituição Federal de 1988 houve uma proliferação de criação de municípios no Brasil, muitos desses municípios criados nessa época, o distrito não tinha a mínima condição de emancipado, esta situação foi a principal causa da promulgação da Emenda Constitucional 15/1996 que proibiu a criação de municípios em todo território nacional, questionando esta medida Pinto (2008) pontua na EC 15 as seguintes incorreções:

O 1º trecho da Emenda nº 15 – A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual – mantém a prerrogativa (autonomia) do Estado na criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. O 2º trecho da Emenda nº 15 – dentro do período determinado por Lei Complementar federal – determina que a Lei Complementar federal estabelecerá o período de criação de municípios, em legislação anteriores o período eleitoral era o parâmetro que era utilizado para se determinar qual o período que se poderia criar municípios. O 3º trecho da Emenda nº 15 – e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos – determina que as populações dos Municípios envolvidos na emancipação deverão ser consultadas no plebiscito. O 4º trecho da Emenda n. 15 – após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados NBA forma da lei – determina que os estudos sejam apresentados e publicados na forma da lei ordinária. Indagamos, se Lei Estadual ou Federal? O texto da Emenda não define se é lei federal ou estadual, vejamos os parágrafos 3º e 4º do artigo 24 para fazer uma comparação: Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: § 3º - Inexistindo **lei federal** sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência de legislativa plena, para atender a suas peculiaridades (grifo nosso). § 4º - A superveniência de **lei federal** sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário (grifo nosso). Podemos observar que nesse caso a Constituição estabelece que por lei federal, não fica a dúvida como no caso da Emenda n. 15.

Mas, observa-se que a proliferação de municípios após a Constituição Federal de 1988 deve-se ao longo período que os Estados brasileiros ficaram sem criar municípios, devido as dificuldades imposta pela Constituição de 1967 outorgada no regime ditatorial militar, a partir de 1988, o problema que ocorreu não foi a falta de critérios para a criação de municípios, mas, sim a manipulação de dados que ocorreu com a anuência dos poderes instituídos, incluindo aí o Ministério Público. Esta manipulação se dava da seguinte forma era incluída para fins de contagem, população residente fora da área que pleiteava a emancipação como também a inclusão de empresas situadas em outras localidades, simplesmente com a finalidade de aumentar a arrecadação do distrito que estava pleiteando a emancipação, ficando assim alterado os limites municipais.

Mediante tal situação levou o governo estadual juntamente com o Poder Legislativo firmarem uma parceria para realizarem

conjuntamente a revisão dos limites municipais dos 141 municípios do estado de Mato Grosso, trabalho que foi iniciado em 2014, pela Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, assunto comentado no corpo do texto.

Fica como sugestão que a criação dos próximos municípios seja obedecida os critérios estabelecidos em Leis.

## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. *Pacto Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da descentralização*. Determinantes da descentralização. Rio de Janeiro; São Paulo: Revan; FAPESP, 2000.

CARNEIRO, Levo. *Organização dos Municípios e do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, Ano 1953.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Curso der Direito Constitucional*. Rio de Janeiro. 3ª Edição. Lumen, Juris. 2011.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus Municípios*. Editora. Burity. Cuiabá. 2001.

FLEURY, Sabino Fortes. *Emancipação de municípios: um exame de indicadores*, Revista do Legislativon.º 37, julho/dezembro de 2003.

**BRASIL**. *Constituição Brasileira*, 1988.

**MATO GROSSO**. *Constituição do Estado de Mato Grosso*. 1989.

MOURA, Sandra. *A Produção do Espaço de Mato Grosso*. Texto datilografado: Cuiabá. 1984.

PAUPERIO, A. Machado. *Teoria Geral do Estado*. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense,1971.

MATO GROSSO. *Plano de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso*. Governo Júlio Campos: Cuiabá. 1983/1987.

PINTO, Salvador Santos. *O Processo de Criação de Municípios em Mato Grosso – Aspectos Populacionais, Econômicos e Legais*. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Departamento de Geografia ICHS/UFMT. Cuiabá. 2008.

SITE: JUS.COM.BR –E o Velho/Novo Problema da Criação de Municípios no Brasil.

[WWW.midianews.com.br/conteudo.php?sid=10/cid=161099](http://WWW.midianews.com.br/conteudo.php?sid=10/cid=161099)

[WWW.stf.jus.br/.../vertexto.asp?...jurisprudenciaOmissaoInconstitucional](http://WWW.stf.jus.br/.../vertexto.asp?...jurisprudenciaOmissaoInconstitucional)

[WWW.diariodecuiaba.com.br/comenta\\_detphp?cod=45776](http://WWW.diariodecuiaba.com.br/comenta_detphp?cod=45776)

[Jus.com.br/.../e-o-velho-novo-problema-de-criacao-de-municipios-n-br](http://Jus.com.br/.../e-o-velho-novo-problema-de-criacao-de-municipios-n-br)

[WWW.jornalvs.com.br/.../77954-vetado-projeto-de-lei - propoe-criacao](http://WWW.jornalvs.com.br/.../77954-vetado-projeto-de-lei - propoe-criacao)





# A MISSÃO SALESIANA DE MATO GROSSO ATRAVÉS DO BOLETIM SALESIANO (1902 A 1930): LEITURAS DE SI

THE MISSION OF THE SALESIAN MATO GROSSO  
THROUGH THE SALESIAN BULLETIN (1902-1930):  
FROM YOURSELF

João Antonio Botelho Lucidio<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo apresenta o conjunto de informações que os padres da Missão Salesiana de Mato Grosso deixaram de sua obra naquele Estado, entre os anos de 1902 a 1930, publicadas na Revista *Boletim Salesiano*.

**Palavras Chave:** Fontes. Revista. Salesianos. Mato Grosso.

**ABSTRACT:** The present article show a set of information that priests of *Missão Salesiano de Mato Grosso* lefts in they work in that State, between the years 1902 to 1930, published in magazine *Boletim Salesiano*.

**Keywords:** Fonts. Magazine. Salesians. Mato Grosso.

O artigo ora apresentado não propõe uma reflexão histórica sobre as ações dos padres da Missão Salesiana de Mato Grosso, fundada em 1894. O que vimos oferecer é um instrumento de pesquisa que visa subsidiar futuras reflexões históricas.

Nosso objeto de estudo é o periódico conhecido hoje como *Boletim Salesiano*, mas que na temporalidade recortada foi intitulado como: “*Boletim Salesiano – Revista das Obras de Dom Bosco*”; depois, entre 1927 e 1928, “*Boletim Salesiano – Revista das Obras Ilustradas de Dom Bosco*”; e, finalmente, em 1929, “*Boletim Salesiano – Órgão dos Cooperadores Salesianos*”.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso e Doutor em História pela Universidade Nova de Lisboa-Portugal. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

O Boletim Salesiano era editado em Turim, Itália. De fato, o Boletim é uma “variante” do Bollettino Salesiano. O Bollettino é uma publicação feita com o propósito de registrar e divulgar a obra catequética dos salesianos pelo mundo. Começou a ser editado em 1877 e continua nos dias atuais (2015), sendo a sua periodicidade mensal. Ao longo de todo esse tempo, não nos parece que tenha deixado de ser editado. Por exemplo, em 1915, apesar da I Guerra Mundial que assolava a Europa, o cito mensário era publicado em nove línguas, entre as quais: o italiano, o espanhol, o francês, o alemão, o inglês, o português e com uma tiragem de 300 mil exemplares. Tal estratégia centralizava as informações e facilitava a propaganda sobre os trabalhos missionários nas diversas partes do globo.

Por ser uma variante do Bollettino, o Boletim Salesiano, não trazia notícias apenas do Brasil. A sua concepção editorial primava por informar sobre as formas de se levar a cabo a obra salesiana em conjunto. Quem vivia no Mato Grosso tinha notícias do que ocorria na Itália, em Portugal, na China, na Índia, em São Paulo, em Minas Gerais, na Patagônia, no Peru etc. e vice-versa. Para que isso fosse assegurado, tanto no Bollettino, como no Boletim, mantinham-se na sua estrutura editorial algumas “Colunas” que eram fixas, independente da língua em que era publicado.

O Boletim Salesiano tinha, em média, 28 páginas distribuídas do modo como se segue. Em geral, as seis primeiras páginas, eram dedicadas a assuntos mais universais que reafirmavam os pilares da fé e da ação salesiana, reforçavam os laços de obediência para com o Vaticano, e temas sobre a boa conduta e moral cristã. Na sequência, vinham as partes que chamamos de “Colunas”, que eram fixas, e são as seguintes: Missões, Notícias de aquém e além mar, Graças de Maria Auxiliadora, e Chronica do Movimento Salesiano. Nesse artigo vamos acompanhar apenas a Coluna Missões.

A temporalidade que vamos tratar abrange 1902 a 1930, entretanto, podemos fazer referência a anos anteriores ou posteriores às datas-limite. Por exemplo, as primeiras notícias sobre a Missão Salesiana de Mato Grosso foram publicadas no Bollettino. Assim, alertamos que, para se saber mais sobre os anos iniciais dessa Missão (1894 a 1901) é necessário recuar, ao menos, até o ano de 1894.

O primeiro dos marcos indica o ano em que o *Boletim Salesiano* passou a existir e circular. Já o marco final refere-se às mudanças ocorridas na linha de ação da Missão Salesiana de Mato Grosso – quando os índios passam a segundo plano e o foco da catequese centrou-se na nova sociedade garimpeira em formação (FERREIRA, s/d, p. 167- 220).

A Congregação ou Sociedade Salesiana foi criada na Europa – Itália, no ano de 1859. Em linhas gerais, suas ações amparavam-se na catequese, educação e formação de jovens, filhos de operários que viviam na cidade de Turim. Atuando num espaço social potencialmente explosivo, os salesianos voltaram-se para os jovens em situação de risco. Com uma pedagogia em que o cotidiano dos educandos era preenchido com atividades contínuas, onde se mesclavam trabalho e lazer, buscava-se tirá-los das ruas, inculcá-los valores morais cristãos e qualificá-los para o trabalho (MONTERO, 2007, p. 50). Como o ideário que pregavam vinha ao encontro dos anseios de uma classe capitalista ascendente, que se fortalecia numa Itália em unificação, seu crescimento foi rápido.

Morto o fundador da ordem, Dom João Bosco, em 1888, que, segundo a crença de seus discípulos, havia vaticinado anos antes (1875) “quem sabe não seja esta leva de missionários uma como semente a esgalhar-se em gigantesca arvore” e que, em seu derradeiro alento, ao entregar sua alma ao Criador, teria dito: “Salvai, salvai muitas almas”, a jovem Sociedade Salesiana não arrefeceu. Assim, se propuseram a levar a cabo com mais afinco o desafio de conquistar para a SS. Eucaristia, o Sagrado Coração de Jesus, Maria Auxiliadora e Dom Bosco almas na América, Ásia, Oceania e África (CARLETTI, 1944, s/p.).

A literatura produzida pelos próprios salesianos está repleta de fatos e datas que remontam a sua epopeia da Itália ao Novo Mundo. Aqui, a ação se daria em dois espaços: no urbano, onde viviam os “civilizados”; e nas selvas, pampas, florestas e sertões *habitat* de numerosos povos indígenas ameaçados pelas sociedades envolventes, em seu existir físico. São as matérias publicadas no *Boletim Salesiano* sobre este segundo e novo campo de atuação dos salesianos que privilegiamos neste artigo.

A seguirmos a linha interpretativa segundo a qual os salesianos, em sua origem, atuavam na construção de modelos de civilidade para jovens em situação de risco, em cidades industriais, é instigante refletir sobre como seriam suas ações em países de passado colonial e/ou escravista, como o Brasil dos anos de 1880.

Quando os salesianos se instalaram no Brasil (Niterói – 1883 e São Paulo – 1885), a nossa sociedade vivia a crise definitiva do regime escravista e se preparava para a adoção trabalho livre assalariado. O regime político sustentado pelo império era questionado e, desde São Paulo, o Partido Republicano começava a se organizar. A expansão cafeeira pelo oeste paulista alcançava seu auge e o processo de imigração, principalmente de italianos, se intensificava a cada ano.

Ao mesmo tempo, desde Roma, ocorria um movimento para fortalecer a autoridade papal e de combate ao regime do padroado, ainda arraigado no Brasil. Alguns bispos reformistas entendiam que tal combate se daria através dos ideais presentes nas novas congregações religiosas. Assim, antes da instalação dos salesianos no Rio de Janeiro e em São Paulo, outros bispos, como os do Pará, Dom Macedo da Costa, e de Mato Grosso, Dom Carlos Luis D'Amour (1881), haviam solicitado a Dom Bosco a presença dos salesianos em suas respectivas províncias (AZZI, 2000, p. 69).

Nesse contexto, os salesianos, que fundaram o Colégio Santa Rosa de Niterói e o Liceu Coração de Jesus em São Paulo, se expandiram para diversas cidades do interior paulista, bem como para os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e cidades do então sul de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul). O sucesso dos seus primeiros empreendimentos foi tão grande que, já em 1895, despertava interesse e elogio do então Presidente da República Prudente de Moraes (MONTERO, 2007, p. 51).

O caminho para chegar até Mato Grosso (1894) foi um pouco distinto e está mais ligado às ações de D. Luis Lasagna, desde a cidade de Montevideu. Como também seria distinta sua ação, pois, pela primeira vez no Brasil, os salesianos, trabalhariam em duas frentes: no espaço urbano, com a formação da juventude pobre cuiabana, e, concomitante, receberam um povo indígena para catequizar (os Bororo).

Os salesianos chegaram a Cuiabá no dia 18 de junho de 1894, a convite do Bispo Dom Carlos D'Amour e do Presidente do Estado, Dr. Manuel J. Murtinho. Aqui, em pouco mais de dez anos, realizaram várias obras sociais junto à sociedade mato-grossense, como: a administração da Igreja São Gonçalo (1894), a abertura do Liceu de Artes e Ofícios (1894), da Escola Agrícola Santo Antônio (1897), e do Ginásio de Santa Tereza, em Corumbá (1899), com seus respectivos Oratórios Festivos (MALAN, 1908, p. 68).

A atuação da Missão Salesiana de Mato Grosso nos espaços urbanos em Cuiabá e Corumbá, aos poucos se ampliou. Assim, desde a década de 1910 passaram aos sertões, tanto no leste como no sul mato-grossense, onde civilizaram fazendeiros, garimpeiros e seus descendentes. Estabelecerem-se em pequenas cidades, fundadas por aqueles ditos pioneiros, ainda na primeira metade do século XX, e construíram igrejas, colégios, cinemas, asilos e hospitais.

Mas a ação dos salesianos não se deu apenas no meio urbano, visto que, ainda no final do século XIX os padres começaram a dedicar à

mais glorificadora das missões, que era salvar índios das artimanhas de Satanás. Assim, assumiram a direção da Colônia Militar de Tereza Christina, em 1895. Fracassados, em 1898, foram dali expulsos.

Seguindo a narrativa dos próprios salesianos, tal expulsão teria se dado por causas diversas, dentre elas se destacam três. A primeira atribui-se às intrigas políticas e interesses de soldados, oficiais e civis que lá viviam. A segunda causa deveu-se à proibição do consumo de pinga entre os índios e a restrição dos favores sexuais das índias para com os civis – que gerava um pequeno comércio. Finalmente, ao fato de os padres quererem impor aos índios um regime de trabalho semelhante ao dos ditos “civilizados” (ALBISETTI & VENTURELLI, 1962).

Enquanto isso, na parte leste de Mato Grosso, estava em curso, desde 1880, uma nova ação invasora sobre os territórios dos Bororo. A partir de então, os campos de criar gado, situados na bacia dos rios das Garças, Araguaia e do alto São Lourenço, foram ocupados por fazendeiros oriundos de Minas Gerais e Goiás. Concomitante, ao longo da antiga estrada que ligava Cuiabá a Vila Boa de Goiás, ocorria a construção das Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia (1890).

Entre 1890 e 1899, o jovem Cândido Mariano da Silva Rondon atuou junto aos citados Bororo, quando participou e depois comandou o projeto de instalação das Linhas Telegráficas. Rondon, com uma sólida formação Positiva, em sua ação, se por um lado absteve-se dos princípios cristãos, por outro, insistiu na necessidade de o índio, aos poucos, vir a se integrar à sociedade nacional, dentro dos princípios morais e de trabalho então vigentes, demarcando posteriormente suas reservas (VIVEIROS, 1958).

Naquele contexto, ao raiar o século XX, os salesianos retomaram o projeto de pacificação interrompido três anos antes. Abrigados sob os fios do progresso das linhas telegráficas, desta vez tiveram o cuidado de ir para um local onde os indígenas ainda não haviam tido a experiência do aldeamento com não índios. No espaço territorial compreendido entre Cuiabá e a margem direita do rio Araguaia fundaram três núcleos de atração, a que chamaram de Colônias.

No dia 17 de dezembro 1901, partiu de Cuiabá uma expedição salesiana composta por dezessete pessoas, chefiadas pelo padre João Balzola, com destino ao território dos antigos Bororo Coroados. Um mês depois e após ter percorrido cerca de quinhentos quilômetros, fundaram, a 18 de janeiro de 1902, às margens do rio Barreiro, afluente do rio das Garças, uma Colônia que dedicaram ao Sagrado Coração de Jesus:

Uma notícia consoladora! A colônia entre os Índios Coroados-Bororos está fundada! Oh! Se eu tivesse uma penna de ouro para enaltecer a bondade da Divina Providência, que nos protegeu visivelmente na longuíssima viagem de quinhentos quilômetros no meio de mil perigos e durante um mês, como ficaria consolado! Seja Bemdicto o Sacratíssimo Coração de Jesus, a quem dedicamos a nova colônia. (MALAN,1908, p. 68).

Em que pese a euforia e temores, o contato não se deu de imediato. O encontro só se efetivou a 8 de agosto de 1902. A tensão latente aos poucos foi diluída ao se estabelecer a fala com os visitantes, “*B’róros boa! B’róros boa!*” (somos Bororos bons). Era cinco os Bororo e permaneceram apenas dois dias na Colônia. Passados dois meses, o mesmo grupo voltou, agora acompanhado de mais doze pessoas e trouxeram objetos para realizar trocas. Aproveitando a ocasião, se rezou uma primeira missa com eles.

Findo um ano após o primeiro contato, a Colônia do Sagrado Coração de Jesus abrigava 45 homens, 41 mulheres e 57 crianças, todos já desempenhando atividades coordenadas pelos padres. Logo ao saber do êxito do padre João Balzola, o Inspetor da missão, Dom Antônio Malan, requereu ao governo do Estado uma área de 4.000 hectares, o que concretizava a existência da Colônia (MALAN,1908, p. 78).

A sequência da abertura dos núcleos de atração junto aos Bororo é a seguinte: em 1902, fundaram a Colônia do Sagrado Coração de Jesus do Meruri, no rio Barreiro; a da Imaculada Conceição data de 1904 e foi situada às margens do rio das Garças; já a de São José foi aberta em 1906, no rio Sangradouro (CARLETTI, 1944, s/p.).

Se o exercício de tal tarefa foi, do ponto de vista financeiro, bastante avultado, não foi menos caro e árduo da perspectiva da realização de um ideal, demandando abnegações e um lento e difícil aprendizado. De certa forma, tal experiência etnográfica, pode ser acompanhada através das narrativas publicadas nas páginas do *Bollettino* e depois do *Boletim Salesiano*. Para a temporalidade que recortamos, em momentos distintos, foram cinco os colaboradores mais assíduos nos dois periódicos: entre os anos de 1895 a 1915, o padre João Balzola e Dom Antonio Malan, depois, os padres Antonio Colbacchini e César Albisetti e, finalmente, Monsenhor João B. Couturon.

Os oito primeiros anos da Missão Salesiana de Mato Grosso podem ser acompanhados através de narrativas impressas no *Bollettino Salesiano* onde se destacam: Dom Luis Lasagna, que pouco antes de morrer, entre os meses de setembro de 1894 a julho de 1895, relatou

a viagem que fez desde Montevideu até Cuiabá, para fundar a Missão. Quanto à presença salesiana à frente da Colônia Tereza Christina se pode acompanhar pela narrativa do padre João Balzola, seu diretor entre 1895 e 1898. Já a contribuição de Dom Antonio Malan apareceu apenas em 1901. O existir do Boletim não suprimiu a publicação das mesmas matérias no *Bollettino Salesiano*.

O *Boletim Salesiano* apareceu em janeiro de 1902 e, como já dito, é uma variante do *Bollettino Salesiano* e, assim como o primeiro, também era editado em Turim/Itália. A coleção, que se encontra na Inspetoria Salesiana de São Paulo, começa no Ano II, portanto, 1903. Sabemos que o mesmo existiu desde ano anterior, por uma indicação que vem expressa número 1 de janeiro de 1903. Ali se indica que se daria continuidade a uma narrativa do padre Antonio Malan, iniciada no número 12 de dezembro de 1902. A citada expedição já fora publicada em italiano no *Bollettino Salesiano* do ano de 1902 (números 05, 06, 07, 09 e 10, ou seja, entre maio a outubro).

Iniciamos esse artigo dizendo que não faríamos uma reflexão histórica, mas apresentariamos um instrumento de pesquisa. Na parte intitulada Anexo I “**Relação das Matérias Publicadas no Boletim Salesiano sobre a Atuação dos Padres da Missão Salesiana de Mato (1903 – 1931)**” vimos apresentar o resultado preliminar da pesquisa realizada no Arquivo Inspetorial da Inspetoria Salesiana de São Paulo.

A ideia que nos moveu foi contribuir com os pesquisadores (em especial historiadores e antropólogos) que se interessam por temas como: a história da Missão Salesiana no Brasil e em Mato Grosso, a história do contato dos povos indígenas Bororo e Carajá com religiosos católicos e civis na bacia dos rios Araguaia e alto São Lourenço, a história da ocupação por fazendeiros e garimpeiros das terras do antigo leste mato-grossense, a história das relações dos religiosos católicos com aqueles civis, etc.

A leitura de uma fonte requer alguns cuidados. No caso do *Boletim Salesiano*, tomamos a precaução de indicar ao pesquisador apenas alguns “cuidados” que o mesmo deve ter para com a forma e não com o conteúdo do mesmo.

Vamos exemplificar a seguir.

Das várias Colunas que compõem o *Boletim Salesiano* e que podiam conter notícias sobre a Missão Salesiana de Mato Grosso “A Coluna Missão” foi privilegiada por se tratar do espaço onde o tema da catequese indígena é mais presente. Entretanto, essa Coluna sofreu pequenas alterações no título. Vejamos tais momentos.

A partir de janeiro do Ano V (1906) a Coluna “Missões”, publicada no *Boletim Salesiano* desde janeiro de 1902, passou a ser intitulada “Das Nossas Missões”. Ao final da página 18 do mesmo número de janeiro daquele ano de 1906, foi dada uma breve explicativa aos leitores sobre as mudanças editoriais que o Boletim passou, com o intuito de “se tornar cada vez mais ameno e agradável”. Não sabemos explicar o motivo, mas, durante todo o ano de 1927 a Coluna “Das Nossas Missões” passou a se chamar “Nossa Vida Missionária”. No ano seguinte (1928), a Coluna voltou a “Das Nossas Missões”.

Quanto ao título “Matéria”, informamos que, na medida do possível, optamos por apresentá-lo do modo como o mesmo aparece no “Summario” do Boletim Salesiano. É preciso estar atento, uma vez que dentro do Boletim o título da “Matéria” pode vir um pouco distinto do que está expresso no “Summario”. Outra observação é que a autoria da “Matéria” nunca aparece no “Summario”, entretanto, achamos importante acrescentar tal informação e a encontramos nas páginas internas do Boletim.

Ainda tratando da relação entre sumário/título da matéria, devemos chamar a atenção para o fato de que, a partir de abril de 1914, há uma simplificação no Sumário do *Boletim Salesiano* e não sabemos se por uma reformulação do *layout* da Revista ou em função da conjuntura política europeia que levou à deflagração da I Guerra Mundial (1914-1918). Assim, para tentar facilitar pesquisas posteriores optamos por colocar o título da matéria tal qual aparece no interior do periódico.

A numeração, que permite a referência correta das matérias editadas no Boletim Salesiano, é outro objeto de cuidados. Desde o Número 1, referente aos meses de janeiro-fevereiro de 1924 do Boletim, pode ter ocorrido um erro de composição tipográfica, pois a informação referente aos anos de existência do Boletim passou do XX para o XXXI, quando deveria ter passado para o XXI. Este equívoco foi ratificado a partir do Número 5, referente aos meses de setembro-outubro do mesmo ano de 1924.

Finalmente, tratemos da periodicidade do *Boletim Salesiano*. Desde 1902 até setembro de 1914, era mensal. Entretanto, a partir daquele ano ocorreram mudanças. Assim, os meses de outubro, novembro e dezembro de 1914 foram editados juntos e, do ano seguinte (1915), o *Boletim Salesiano* passou a ser publicado com uma periodicidade bimensal.

Outra observação em relação à sua periodicidade é que não existem, na Coleção da Inspetoria Salesiana de São Paulo, os números



referentes aos anos de 1918 e 1919. Talvez o Boletim não tenha sido editado, uma vez que o mesmo era impresso em Turim/Itália e a Europa encontrava-se devastada em decorrência da Primeira Guerra Mundial. Levantamos essa hipótese analisando a sua numeração. Vejamos: 1917 corresponde ao “Anno XVI” de sua edição e 1920 corresponde ao “Anno XVII”, verifica-se, portanto, um hiato de dois anos.

Para concluir gostaríamos de chamar a atenção dos pesquisadores para importância dos diversos arquivos sob a guarda da Congregação Salesiana do Brasil. Dentre os quais destacamos o Arquivo Inspetorial da Inspetoria Salesiana de São Paulo. Na pessoa da senhora Marli Meleti, técnica responsável pela organização daquele arquivo, vimos agradecer a acolhida recebida naquela Instituição.

## ANEXO

RELAÇÃO DAS MATÉRIAS PUBLICADAS NO BOLETIM  
SALESIANO SOBRE A ATUAÇÃO DOS PADRES DA  
MISSÃO SALESIANA DE MATO GROSSO (1903 – 1931)

<b>COLUNA/MATÉRIA/AUTORIA</b>	<b>REFERÊNCIA</b>
Missões: “De Cuyabá as Margens do Caudaloso Araguaya”. <sup>1</sup> Relação do P. Antonio Malan.	Anno I, N° 12, Dezembro, 1902, pp.?
Missões: “De Cuyabá as Margens do Caudaloso Araguaya”. Relação do P. Antonio Malan.	Anno II, N° 1, Janeiro, 1903, pp. 09 – 10
Missões: “De Cuyabá as Margens do Caudaloso Araguaya”. Relação do Pe. Antonio Malan.	Anno II, N° 2, Fevereiro, 1903, pp. 37 – 40
Missões: “De Cuyabá as Margens do Caudaloso Araguaya”. Relação do Pe. Antonio Malan.	Anno II, N° 3, Março, 1903, pp.69 – 70
Missões: “Uma Súplica” e “Matto Grosso – A Nova Colonia entre os Índios Coroados”. Pe. João Balzola.	Anno II, N° 4, Abril, 1903, pp. 93–97
Missões: “Matto Grosso” Relação do Pe. João Balzola.	Anno II, N° 8, Agosto, 1903, pp. 211 – 214.
Missões: “Matto Grosso – Colonia Indigena do Sagrado Coração”. Carta do Rv <sup>mo</sup> Pe. Antonio Malan.	Anno II, N° 9, Setembro, 1903, pp. 240 – 241
Missões: “Matto Grosso – Duas Cartas do Rv <sup>mo</sup> . P. Balzola”.	Anno II, N° 12, Dezembro, 1903, pp. 316 – 317
Missões: “Matto Grosso – Relação do P. João Balzola”.	Anno III, N° 1, Janeiro, 1904, pp. 19 –20
Missões: “Matto Grosso – Visita Inspectorial”. Relação do Pe. Antonio Malan	Anno III, N° 4, Abril, 1904, pp. 96 –101
Missões: “Matto Grosso – Carta do Rdo. P. Balzola”.	Anno III, N° 6, Junho, 1904, pp. 153 – 155
Missões: “Matto Grosso – Relação do P. Ambrosio Turriceia”.	Anno III, N° 7, Julho, 1904, pp. 180 – 184

1 A Coleção sob a guarda da Inspetoria Salesiana de São Paulo começa no ano de 1903, que corresponde ao Ano II do Boletim Salesiano. Portanto, não tivemos acesso a todo Ano I do Boletim.

Missões: “Matto Grosso: Os primeiros batizados e a festa do Natal na Colonia do Sagrado Coração”. Relação do P. AmbrosioTurriccia.	Anno III, N° 8, Agosto, 1904, pp.208 – 214
Missões: “Matto Grosso: Relação do P. AmbrosioTurriccia”.	Anno III, N° 9, Setembro, 1904, pp. 237 – 239
Missões: “Uma viagem por terra: de São Paulo ao Matto Grosso”. Relação do P. Malan	Anno III, N° 12, Dezembro, 1904, pp. 338 –345.
Missões: “Matto Grosso – Carta do Rv. P. Balzola”.	Anno IV, N° 2, Fevereiro, 1905, pp. 42 – 43.
Missões: “Matto Grosso – Carta do Rv. P. Balzola”.	Anno IV, N° 4, Abril, 1905, pp. 97 – 98
Missões: “Matto Grosso – Carta do Rv. P. Balzola”.	Anno IV, N° 5, Maio, 1905, pp. 115 – 117
Missões: “Matto Grosso – Carta do Rv. P. Balzola”.	Anno IV, N° 6, Junho, 1905, pp. 148 – 149
Missões: “Matto Grosso – Carta do Rv. P. Balzola”.	Anno IV, N° 11, Novembro, 1905, pp. 279 – 280
Missões: “Matto Grosso – Carta do Rv. P. Balzola”.	Anno IV, N° 12, Dezembro, 1905, pp. 308 a310
Das Nossas Missões: “Colonia do Sagrado Coração de Jesus”. Relação do P. Mallan.	Anno V, Vol.II – N° 1, Janeiro, 1906, pp. 14 – 18
Das Nossas Missões: “Colonia do Sagrado Coração de Jesus”. Relação do P. Mallan.	Anno V, Vol. II – N° 2, Fevereiro, 1906, pp. 63 – 68.
Das Nossas Missões: “Matto Grosso – Da Colonia do Sagrado Coração de Jesus” Carta do Pe. João Balzola.	Anno V, Vol. II – N° 9, Setembro, 1906, pp. 232 – 234
Das Nossas Missões: “Matto Grosso Brazil: Relação do P. Mallan”.	Anno V, Vol. II – N° 10, Outubro, 1906, pp. 259 – 261
Das Nossas Missões: “Colonia do Sagrado Coração de Jesus”. Carta do Rve.º P. João Balzola	Anno VI, Vol. II – N° 3, Março, 1907, pp. 399 – 402.
Das Nossas Missões: “Uma excursão ao norte de Cuyabá”. Relação do Sac. Antonio Colbacchini.	Anno VI, Vol. II – N° 4, Abril, 1907, pp. 432 a 436.

Das Nossas Missões: “Notícias interessantes sobre a tribo dos Boróros” <sup>2</sup> . Carta do Rev. <sup>do</sup> P. Antonio Malan	Anno VI, Vol. II – N° 6, Junho, 1907, pp. 490 – 496 (Parte I).
Das Nossas Missões: “Mato Grosso: Da Colonia do Sagrado Coração de Jesus. Outras seis primeiras comunhões”. Carta do P. João Balzola.	Anno VI, Vol. II – N°7, Julho, 1907, pp. 518 – 520.
Das Nossas Missões: “Mato Grosso”. Relação do Rev. <sup>mo</sup> P. Antonio Malam.	Anno VI, Vol. II – N° 12, Dezembro, 1907, pp. 656 – 658.
Das Nossas Missões: “Matto Grosso: Carta do P. João Balzola”.	Anno VII, Vol. II – N°1, Janeiro, 1908, pp. 687 – 690.
Das Nossas Missões: “Matto Grosso: Quatro meses entre os Boróros Coroados”. P. Antonio Malan.	Anno VII, Vol. II – N° 3, Março, 1908, pp. 740 – 745.
Das Nossas Missões: “Matto Grosso”. (Encontro com os Bororos cabeceras do Rio S. Lourenço – continuação da narrativa anterior). P. Antonio Malan	Anno VII, Vol. II – N° 5, Maio, 1908, pp. 802 – 804.
Das Nossas Missões: “Matto Grosso – Brasil: Os músicos da Colonia S. Coração na exposição do Rio de Janeiro, etc”. P. João Baizola.	Anno VII, Vol. II – N° 9, Setembro, 1908, pp. 915 – 918.
Das Nossas Missões: “Notícias Interessantes sobre os Boróros – Parte III” P. Antonio Malan.	Anno VII, Vol. II – N° 10, Outubro, 1908, pp. 935 – 939.
Das Nossas Missões: “Estudo Interessante sobre os Boróros – Parte III” <sup>3</sup> . P. Antonio Malan.	Anno VII, Vol. II – N° 11, Novembro, 1908, pp. 963 – 967.
Das Nossas Missões: “Cuyabá”. P. João Balzola.	Anno VII, Vol. II – N° 12, Dezembro, 1908, pp. 994 – 995.
Das Nossas Missões: “Os Boróros em Viagem”. Sem autoria.	Anno VIII, Vol. III – N° 2, Fevereiro, 1909, pp. 43.
Movimento Salesiano: “Os Salesianos no Brasil”. Sem autoria.	Anno VIII, Vol. III – N° 4, Abril, 1909, pp. 100 – 109.

2 Parece que está é a PARTE 01 de uma narrativa de seis PARTES que se estenderá por diversos números e anos do Boletim Salesiano.

3 As duas PARTES (Outubro e Novembro) se complementam pelo índice e formam o todo chamado de PARTE III. Ao que tudo indica houve um erro ou trocadas PARTES, pois o editor publicou a PARTE II quase um ano depois em Setembro de 1909.

Das Nossas Missões: “Noticias Interessantes sobre os Borórós”. (Parte II) P. Antonio Malan.	Anno VIII, Vol. III – Nº 9, Setembro, 1909, pp. 223 – 229.
Das Nossas Missões: “Noticias Interessantes sobre os Borórós – Parte IV”. P. Antonio Malan.	Anno VIII, Vol. III – Nº 10, Outubro, 1909, pp. 257 – 260.
Das Nossas Missões: “Noticias Interessantes sobre os Borórós – Parte V”. P. Antonio Malan.	Anno IX, Vol. III – Nº 12, Dezembro, 1910, pp. 301 – 305.
Das Nossas Missões: “Matto Grosso: O que fazem os Missionários entre os Borórós e o que não podem fazer...” P. Antonio Malan.	Anno X, Vol. IV – Nº 2, Fevereiro, 1911, pp. 35 – 41
Das Nossas Missões “Estudos Interessantes sobre os Bororós – Sexta e última parte: Jogos”. P. Antonio Malan.	Anno X, Vol. IV – Nº 2, Fevereiro, 1911, pp. 41 – 44
Das Nossas Missões: “Matto Grosso: Entre os Boróros” P. João Balzola.	Anno XI, Vol. IV – Nº 8, Agosto, 1912, pp. 215 - 216
Das Nossas Missões: “Entre os Boróros de Matto Grosso”. Carta do Cl. J. Perino.	Anno XI, Vol. IV – Nº 10, Outubro, 1912, pp. 261 – 266.
Das Nossas Missões: “Entre os Boróros de Matto Grosso. Uma visita às colônias. Uma excursão ao Rio das Mortes...” Relação do Cl. José Pessina	Anno XII, Vol. V – Nº 1, Janeiro, 1913, pp. 10 – 16. <sup>4</sup>
Das Nossas Missões: “Entre os Boróros de Matto Grosso. Uma visita às colônias. Uma excursão ao Rio das Mortes...” - Conclusão Relação do Cl. José Pessina	Anno XII, Vol. V – Nº 2, Fevereiro, 1913, pp. 40 – 44.
Das Nossas Missões: “Uma Viagem de exploração do Rio Vermelho”. P. João Baptista Couturon.	Anno XII, Vol. V – Nº 4, Abril, 1913, pp. 95 – 99.
Das Nossas Missões: “Uma Viagem de exploração do Rio Vermelho”. P. João Baptista Couturon.	Anno XII, Vol. V – Nº5, Maio, 1913, pp. 123 – 128.
Das Nossas Missões: “Evangelho nas Selvas”. Carta do Pe. J. Balzola.	Anno XII, Vol. V – Nº 10, Outubro, 1913, pp. 268 – 269.

4 No caso da Coleção da Inspeção Salesiana o Boletim está encadernado fora da ordem cronológica.

Das Nossas Missões: “Matto Grosso”. Carta do Pe. João Balzola.	Anno XII, Vol. V – N° 11, Novembro, 1913, pp. 294.
Das Nossas Missões: “A Missão Salesiana em Matto Grosso (Entrevista com o Inspector Padre Malan)”. Francisco Grand Jean. (Publicado no jornal Monumento de Turim/Itália)	Anno XIII, Vol. V – N° 2, Fevereiro, 1914, pp. 45 – 48.
Das Nossas Missões: “Matto Grosso – Brasil. Amoravel Protecção”. Pe. João Balzola.	Anno XIII, Vol.V – N° 3, Março, 1914, pp. 67 – 71.
Das Nossas Missões: “Matto Grosso – Brasil. Tres Cartas do nosso amigo Thiago Marques Aipobureu”.	Anno XIII, Vol. V – N° 4, Abril, 1914, pp. 98 – 100.
Movimento Salesiano: “Matto Grosso” (A Catechese Salesiana). (Tema: a queima da Casa dos Homens dentro das Colônias). Sem Autoria.	Anno XIII, Vol. V – N° 6, Junho, 1914, pp. 171.
Movimento Salesiano: “D. Antonio Malan Bispo tit. De Amiso e Prelado de Registro do Araguaya (Brasil)”.	Anno XIII, Vol. V – N°7, Julho, 1914, pp. 197.
Das Nossas Missões: Matto Grosso – Brasil. Mais Indios na Colonia do Sangradouro. Pe. João Balzola.	Anno XIII, Vol. V – N° 8, Agosto, 1914, pp. 217 – 222.
Das Nossas Missões: “Matto Grosso – Brasil. Como descobrimos uma grande cascata no Rio das Mortes”. Relação do Pe. Antonio Colbachini.	Anno XIII, Vol. V – N° 9, Setembro, 1917, pp. 240 – 245.
Movimento Salesiano: “O Novo Bispo Salesiano D. Antonio Malan.”	Anno XIII, Vol. V – N° 9, Setembro, 1917, pp. 248 – 249.
Das Nossas Missões: “Matto Grosso – Brasil. Uma epidemia entre os índios”. Carta do Pe. João Balzola.	Anno XIV, Vol. VI – N° 1, Janeiro/Fevereiro, 1915, pp. 22 – 23.
Das Nossas Missões: “Matto Grosso – Brasil. A destruição do “Bahito”. Pe. Antonio Colbacchini.	Anno XIV, Vol. VI – N° 2, Março/Abril, 1915, pp. 47 – 48.
Das Nossas Missões: “Matto Grosso – Brasil. O triumpho da fé entre os Bororos”. Pe. Antonio Colbacchini.	Anno XIV, Vol. VI – N° 3, Maio/Junho, 1915, pp. 76 – 77.

Das Nossas Missões: “Matto Grosso –. Nova excursão ao Rio das Mortes”. Pe. João Balzola.	Anno XIV, Vol. VI – Nº 4, Julho/Agosto, 1915, pp. 104 – 105.
Movimento Salesiano: “Padre João Balzola”. (Sobre sua transferência para a Missão do Rio Negro/ Amazonas)	Anno XIV, Vol. VI – Nº 4, Julho/Agosto, 1915, pp 109.
Das Nossas Missões: “XII. Outra flor das Floretas”. Pe. Miguel M. Curró.	Anno XV, Vol. VII – Nº 2, Março/Abril, 1916, pp. 46 – 51.
Das Nossas Missões: “Matto Grosso (Brasil): Uma ousada exploração de 450 kilometros ao longo do Rio das Mortes”. Rel. do Sac. Antonio Colbacchini.	Anno XVI, Vol. VIII – Nº 3, Maio/Junho, 1917, pp. 71 – 78.
Das Nossas Missões: “Matto Grosso –. Flores das Selvas”. Sem Autoria	Anno XVI, Vol. VIII – Nº 5, Setembro/ Outubro, 1917, pp. 129 – 130.
Das Nossas Missões: “Matto Grosso – Viagem memorável do Ex. <sup>mo</sup> Sr. D. Malan pelos Estados do Sul.” Relação do Rev. <sup>mo</sup> Sr. P. Ezquiel S. Fraga.	Anno XVI, Vol. VIII – Nº 6, Novembro/ Dezembro, 1917, pp. 152 – 162.
Várias Notícias: “No Bicentenário da Fundação de Cuiabá.”	Anno XVII, 2, Março/ Abril, 1920, pp. 61 – 62. <sup>5</sup>
Várias Notícias: No Bicentenário da Fundação de Cuiabá.	Anno XVII, 3, Maio/ Junho, 1920, pp. 94 – 95.
Das Nossas Missões: “Brasil – Pela Plelatura de Registro do Araguaia Fôra”. P. Sidrach M. Villarino.	Anno XVIII, 2, Março/ Abril, 1921, pp. 50 – 51.
Das Nossas Missões: “Matto Grosso – Atravez do extenso Planalto. – Com os que andam a procura dos diamantes...” Carta do Rev. <sup>mo</sup> Pe. Albisetti.	Anno XVIII, 3, Maio/ Junho, 1921, pp. 77 – 80.
Das Nossas Missões: “Brasil – Registro do Araguaya”. José de Mesquita.	Anno XX, 3, Maio/ Junho, 1923, pp. 17 – 19.
Das Nossas Missões: “Visita às colônias Indigenas dos Bororos”. Pe. Sidrach M. Villarino	Anno XX, 5, Setembro/Outubro, 1923, pp. 140 – 144.

5 Devemos esclarecer que desde o Número 1, referente aos meses de Janeiro – Fevereiro daquele ano de 1921, o layout do Boletim Salesiano foi totalmente reformulado.

Das Nossas Missões: Mato Grosso – Brasil. “Cerimonia Singular”. Relação do P.C. Albisetti	Anno XXI, 2, Março/ Abril, 1924, pp. 46 – 47.
Das Nossas Missões: “Episódios das Missões: vamos para o Céu”. Sem Autoria.	Anno XXI, 2, Março/ Abril, 1924, pp. 48 – 50.
Das Nossas Missões: “Fructos Consoladores”. Sem Autoria.	Anno XXI, 2, Março/ Abril, 1924, pp. 50 – 51.
Das nossas Missões: “Echos do Matto Grosso – Uma victima das cobras”. P. Cesar Albisetti	Anno XXI, 3, Maio/ Junho, 1924, pp. 85 – 86.
Das Nossas Missões: “Colonia S. José do Sangradouro (Matto Grosso)”. Pe. Miguel Curró.	Anno XXI, 5, Setembro/Outubro, 1924, pp. 141.
Das Nossas Missões: “Brasil. Entre os Boróros. Um incendio”. Sem Autoria	Anno XXII, 1, Janeiro/ Fevereiro, 1925, pp. 18 – 19.
Das Nossas Missões: “Colonia S. José do Sangradouro (Matto Grosso)”. Sem Autoria.	Anno XXII, 2, Março/ Abril, 1925, pp. 49 – 50.
Das Nossas Missões: “Tamighi Cucireuda (scena da Vida dos Boróros)”. Pe. Cesar Albisetti.	Anno XXII, 3, Maio/ Junho, 1925, pp. 80 – 82.
Das Nossas Missões: “Resenha Missionaria Salesiana”. Rv. <sup>mo</sup> Pe. Philippe Rinaldi	Anno XXII, 4, Julho/ Agosto, 1925, pp. 106 – 107.
Das Nossas Missões: “Valioso auxílio d’ um Feiticeiro”. Pe. Cesar Albisetti	Anno XXII, 4, Julho/ Agosto, 1925, pp. 107 – 110.
Das Nossas Missões: “As missões Salesianas no Brasil”. Pe. João Balzola.	Anno XXII, 4, Julho/ Agosto, 1925, pp. 111- 112.
Ação Salesiana: “O Padre Balzola”. Sem Autoria	Anno XXIII, 1, Janeiro/Fevereiro, 1926, pp. 23
Das Nossas Missões: “Matto Grosso – Brasil. Pobre Mauricia”. P. C. Albisetti.	Anno XXIII, 2, Março/ Abril, 1926, pp. 48 – 49.
A Nossa Vida Missionária: “A Nova Catechese em Matto-Grosso”. Mr. Baptista Couturon.	Anno, XXIV, 1, Janeiro/Fevereiro, 1927, pp. 7 – 14.



A Nossa Vida Missionária: “A Nova Catechese em Matto Grosso. Uma Expedição entre os Carajás”. Mr. Baptista Couturon.	Anno XXIV, 2, Março/ Abril, 1927, pp. 41 – 45.
A Nossa Vida Missionária: “Visita Inspectorial à Colonia indígena do Sagrado Coração (Matto Grosso)”. Relação enviada pelo Pe. Pedro Sacilotti.	Anno XXIV, 2, Março/ Abril, 1927, pp. 46 – 47.
A Nossa Vida Missionária: “Mato Grosso – Brasil: Natal Tragico”. Sem autoria	Anno XXIV, 3, Maio/ Junho, 1927, pp. 80 – 84.
O Padre João Balzola (Biografia) Sem Autoria	Anno XXIV, 6, Novembro/Dezembro, 1927, pp. 175 – 185.
Das Nossas Missões: “Relação de Mons. Couturon, Adm. Apost. do Registro do Araguaya sobre a Missão realizada entre os Carajás”.	Anno XXV, 1, Janeiro/ Fevereiro, 1928, pp. 12 – 14.
“A figura inolvidável de um Missionário”. (Sobre o P. João Balzola)	Anno XXV, 1, Janeiro/ Fevereiro, 1928, pp. 15 – 16.
Das Nossas Missões: “A Missão realizada entre os Carajás”. Relação de Mons. Couturon.	Anno XXV, 2, Março/ Abril, 1928, pp. 40 – 41.
Das Nossas Missões: “Nova Prelazia” (Sto. Antonio/Rondonia) Sem Autoria.	Anno XXV, 2, Março/ Abril, 1928, pp 42
Das Nossas Missões: “A Missão realizada entre os Carajás”. Relação de Mons. Couturon	Anno XXV, 3, Maio/ Junho, 1928, pp. 78 – 82.
Das Nossas Missões: “Registro do Araguaya”. Relação de Mons. Couturon	Anno XXVI, 2, Março/ Abril, 1929, pp. 38 – 41.
Das Nossas Missões: Missão na Parochia de S. Antonio Sem Autoria	Anno XXVI, 2, Março/ Abril, 1929, pp. 41 – 42.
Das Nossas Missões: “Matto Grosso (Brasil) – apelo a criação da Bolsa Missionária” Sem Autoria.	Anno XXVI, 3, Maio/ Junho, 1929, pp. 74 – 76.
Das Nossas Missões: “Mons. Couturon interessando o publico francez a favor de seus Carajas”.	Anno XXVI, 3, Maio/ Junho, 1929, pp. 78.

Das Nossas Missões: “Mons. Couturon, excursionista intrepido, apóstolo infatigável. – Rio Pardo Matto Grosso...” Pe. AntonioMarto	Anno XXVI, 4, Julho/ Agosto, 1929, pp. 102 – 109.
Das Nossas Missões: “Colônia do S. Coração de Jesus (Matto Grosso)”. Sem autoria	Anno XXVI, 5, Setembro/Outubro, 1929, pp. 151 – 155.
Das Nossas Missões: “Prelazia do Registro do Araguaia – Uma ordenação na Terra dos Bororós”. DECLEENE Missionário Salesiano	Anno XXVII, 1, Janeiro/Fevereiro, 1930, pp. 14 – 18.
Das Nossas Missões: “Os Salesianos e sua acção em Matto Grosso”. Jaime F. de Vascomcellos (Deputado).	Anno XXVII, 1, Janeiro/Fevereiro, 1930, p. 18.
Das Nossas Missões: “Prelazia do Registro do Araguaia – Parochia de S. José – Sangradouro”. Pe. Cesar Albisetti.	Anno XVII, 2, Março/ Abril, 1930, pp. 47 – 50.
Das Nossas Missões: “Três Lagoas – Matto Grosso (Brazil)”. Pe. José Noronha.	Anno XVII, 4, Julho/ Agosto, 1930, pp. 109 – 112.
Das Nossas Missões: “Santa Rita do Araguaia – Matto Grosso (Brazil)”. Pe. José Noronha.	Anno XXVII, 5, Setembro/Outubro, 1930, pp. 137 – 142.
Das Nossas Missões: “Santa Rita do Araguaia – Matto Grosso (Brazil)”. Pe. José Noronha.	Anno XXVII, 6, Novembro/Dezembro, 1930, pp. 172 - 176.
Das Nossas Missões: “Paroquia de Ponta Poran. Ecos da visita Pastoral de S. Ex. Rev. <sup>ma</sup> D. Antonio de Almeida Lustosa, Bispo Diocesano de Corumbá”. P. Clemente Dorozewski	Anno XXVII, 6, Novembro/Dezembro, 1930,pp. 177 – 179.
Das Nossas Missões: “Missões do Araguaia – (Matto Grosso). Relação das Festas de Ribeirãozinho”. Pe. José Noronha.	Anno XXVIII, 1, Janeiro/Fevereiro, 1931, pp. 12 – 21.
Das Nossas Missões: “Missões do Araguaia – (Matto Grosso). O Colegio de N. Senhora Auxiliadora em S. Rita do Araguaya”. Pe. José Noronha.	Anno XXVIII, 3, Maio/Junho, 1931, pp. 77 – 82.

## REFERÊNCIAS

- A OBRA SALESIANA no Brasil no seu Cinquentenário* (1883 – 1933). São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1933.
- ALBISETTI, César & A. J. Venturelli. *Enciclopédia Bororo*, Volume I e II. Campo Grande: Museu Regional Dom Bosco, 1962/1969.
- AZZI, Riolando. *A Obra de Dom Bosco no Brasil*. Barbacena-MG: Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa, 2000.
- BALDUS, Herbert. *Ensaios de Etnologia Brasileira; com um prefácio de Afonso D'E Taunay*. 2. ed. São Paulo: Nacional; INL, 1979.
- BORDIGNON, Mário. *Os Bororos na História do Centro Oeste Brasileiro 1716-1986*. Campo Grande-MS: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1987.
- BORDIGNON, Mario. *Róia e Baile; Mudança Cultural Bororo*. Monografia - Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande: novembro de 1994.
- CASTRO, Pe. Afonso de. *História da Missão Salesiana de Mato Grosso (1894-2008)*. Volume I. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2012.
- CARLETTI, Pe. *A Missão Salesiana em Mato Grosso e Goiás no seu Cinquentenário (1894 – 18 de Junho – 1944)*. Campo Grande: Gráfica Siqueira, 1944.
- COLBACCHINI, Pe. Antonio. *A Tribu dos Boróros*. São Paulo: Livraria Salesiana, 1919.
- COLBACCHINI, Antônio. *I Bororos orientali Orarimugudoge del Matto Grosso (Brasile)*. Torino: Società Editrice Internazionale, 1925.
- COLBACCHINI, Pe. Antonio. Trinta e quatro annos entre os Indios Boróros. Revista de Ribeirão Preto, nº 4. Ribeirão Preto, São Paulo, dezembro de 1939.
- COLBACCHINI, Antônio & ALBISETTI, César. *Os Boróros Orientais Orarimogodógue do Planalto Central de Mato Grosso*. São Paulo: Nacional, 1942.
- FERREIRA, Antonio da Silva. “*La Crisi della Missione tra i Bororo e l’apertura al nuovo campo di apostolato nel sud del Mato Grosso (1918-1931)*”. LAS – Libreria Ateneu Salesiano, Roma 1992. Disponível in: <http://sdl.sdb.org/greenstone/collect/salesian/index/assoc/HASHc5f5.dir/doc.pdf>
- FERREIRA, Antonio da Silva (Introdução). *Cronistoria o Diario di Monsignor Luigi Lasagna 3-1893 - 11-1895*. LAS – Roma: Libreria Ateneu Salesiano, 1988. Disponível in: <http://sdl.sdb.org/greenstone/collect/salesian/index/assoc/HASH0138/cd656418.dir/doc.pdf>
- FRANCISCO, Adilson José. *Educação e Modernidade: Os Salesianos em Mato Grosso 1894 – 1919*. Cuiabá-MT: EdUFMT; Entrelinhas, 2010.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá-MT: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2006.

MALAN, Pe. Antonio. *As Missões Salesianas em Matto-Grosso 1894-1908* (Catálogo), Cuiabá, [s. n.], 1908.

MARCIGAGLIA, Luiz. *Os Salesianos no Brasil: ensaio de crônica dos primeiros vinte anos da obra de Dom Bosco no Brasil (1883 1903)*. Volumes I e II. Escolas Profissionais Salesianas, 1955.

NOVAES, Sylvia Caiuby. *Jogo de Espelhos*. São Paulo: EdUSP 1993.

SOUZA, Dannyely Messias de. *A vinda da Congregação Salesiana à Província de Mato Grosso e sua missão junto aos Bororo Coroados (1880-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHIS/UFMT. Cuiabá, 2010.

STEINEN, Karl Von Den. *Entre os Aborígenes do Brasil Central*. São Paulo: Dep. de Cultura de São Paulo, 1940.

VIERTLER, Renate Brigitte. *A Duras Penas*. Um histórico das relações entre índios Bororo e “civilizados” no Mato Grosso. FFLCH - USP, São Paulo, 1990.

\_\_\_\_\_. *A refeição das almas: uma interpretação etnológica do funeral dos índios Bororo, MT*. São Paulo: Hucitec; EdUSP, 1991.

VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1958.

# NOTÍCIA

## IHGMT PROMOVE CURSO DE EXTENSÃO

Com a participação cívica dos sócios e convidados, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em parceria com a UFMT (NDIHR e Codex), promoveu, nos meses de abril e maio de 2015, um Curso de Extensão, com carga horária de 120 horas, intitulado *Panorama da História, Geografia e Cultura de Mato Grosso*. Foi ele coordenado pela Dra. Nileide Souza Dourado, Dra. Elizabeth Madureira Siqueira e pelo Presidente do IHGMT, João Carlos Vicente Ferreira, tendo sido ministrado nos espaços físicos da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, no Museu de Arqueologia e na Casa Barrão de Melgaço. O Curso contou com a participação de 70 inscitos (professores da rede pública de ensino, pesquisadores independentes e vinculados a instituições de nível superior), tendo sido ministrado por 21 professores. Foi o mesmo dividido em quatro módulos, com 16 momentos presenciais, de 5 horas cada,, sendo que o restante da carga horária foi dedicado aos trabalhos práticos elaborados pelos alunos, sob orientação dos professores, como resultado final de avaliação. Vejam como ele se estruturou:

<b>MÓDULO 1 – HISTÓRIA</b>
<p>1 – MATO GROSSO ESPANHOL, séc. XVI e XVII: Documentos e Memórias            Docente: Paulo Pitaluga Costa e Silva</p>
<p>2 – MATO GROSSO IMPERIAL E REPUBLICANO: RONDON: CONTRIBUIÇÕES PARA O BRASIL            Docente: Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa</p>
<p>3 – A CAPITANIA DE MATO GROSSO: GOVERNO DO CAPITÃO GENERAL, ANTONIO ROLIM DE MOURA            Docente: Nileide Souza Dourado</p>
<p>4 - O PERÍODO DE MODERNIZAÇÃO EM MATO GROSSO - DO ESTADO NOVO À DEMOCRATIZAÇÃO            Docente: Vinicius de Carvalho Araújo</p>

**MÓDULO 2- FONTES DOCUMENTAIS**

5 – ACERVO DA CASA BARÃO DE MELGAÇO: DO MANUSCRITO AO VIRTUAL;

Docente: Elizabeth Madureira Siqueira

6 – MUSEU DE PRÉ-HISTÓRIA: A ARQUEOLOGIA DE MATO GROSSO

Docente: Suzana Schisuco Hirooka

7 – OS PERIÓDICOS COMO FONTE PARA A EDUCAÇÃO a) os Acervos do NDIHR/UFMT;

Docentes: Eliane Maria Oliveira Morgado e Níleide Souza Dourado

8 - ACERVO DO INST. MEMÓRIA DO PODER LEGISLATIVO: POTENCIALIDADES E DIVULGAÇÃO

Docente: Ísis Catarina Martins Brandão

**MÓDULO 3- GEOGRAFIA**

9 - ESTUDOS FRONTEIRIÇOS CONTEMPORÂNEOS E ESTUDOS SUL-AMERICANOS

Docente: Tereza Cristina C. de Souza Higa

10 - USO CULTURAL DO RELEVO MATO-GROSSENSE PARA O TURISMO REGIONAL: UMA PROPOSTA INOVADORA

Docente: Suíse Monteiro Leon Bordest

11 - DINÂMICAS TERRITORIAIS DAS CIDADES MATO-GROSSENSES: PAISAGEM, MEMÓRIA, MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E REPRESENTAÇÕES

Docente: Sônia Regina Romancini

12 - TOPONÍMIA DE MATO GROSSO: OS LUGARES E SUAS SIGNIFICAÇÕES

Docente: João Carlos Vicente Ferreira

**MÓDULO 4- CULTURA**

13 – A GALÁXIA DA CULTURA MATO-GROSSENSE E O PROJETO CULTURAL: BENEFÍCIOS SOCIAIS;

Docente: Fernando Tadeu de Miranda Borges

14 - CINEMA EM MATO GROSSO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Docentes: Aníbal Alencastro e Joel Waner Leão

15 - A FOTOGRAFIA COMO FONTE PARA A EDUCAÇÃO: IMAGENS HISTÓRICAS DE MATO GROSSO

Docente: João Antonio Botelho Lucídio

16 – CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE RUBENS DE MENDONÇA

Docentes: Adélia Maria Badre Mendonça de Deus, Fernando Tadeu de Miranda Borges e Elizabeth Madureira Siqueira

O curso *Panorama da História, Geografia e Cultura de Mato Grosso* foi organizado e certificado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT e pela UFMT, através do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR e da Coordenação de Extensão (Codex), sendo os certificados expedidos pela UFMT.

# NORMAS DA REVISTA DO IHGMT

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso poderá ser dividida nas seguintes seções: **Editorial, Dossiê, Artigos e Notícias**, podendo ainda, ocasionalmente, **resenhas, discurso, nominata institucional, relatórios e transcrição de documentos**. Os textos aceitos para a publicação deverão ser inéditos e versar sobre o contexto regional ou nacional. Os mesmos serão previamente aprovados pelos Conselhos Editorial e Consultivo da Revista. Em casos especiais, serão aceitos artigos para republicação, acompanhados de autorização dos autores e do diretor do periódico em que os mesmos foram originalmente publicados.

Para publicar na Revista, as colaborações devem seguir as seguintes especificações:

- Estudos de autoria de pesquisadores vinculados ao IHGMT, a instituições públicas ou privadas, ou de pesquisadores independentes. O **Dossiê será sempre temático** e os artigos nessa seção, deverão contemplar, obrigatoriamente, o tema privilegiado pela Instituição. Os *Artigos* devem versar sobre temas diversos e serão também objeto de análise e seleção pelo Conselho Editorial e Consultivo do periódico.

Todos os **artigos**, do *Dossiê* ou da seção *Artigos*, obrigatoriamente, após o **título** (em língua portuguesa e estrangeira, grafados em **Time News Roman, fonte 14, CAIXA ALTA**), seguido do Título em Língua Estrangeira, serão seguidos da(s) autoria(s) (Autor(es) por nome(s) e sobrenome(s), identificados em **rodapé**, constando: **vinculação institucional, maior título e-mail**).

**Abaixo do Título** deverão, obrigatoriamente, constar:

RESUMO: (no mínimo 5 linhas)

**Palavras-chave:** (no mínimo 3, intercaladas por ponto final)

ABSTRACT OU RESUMEN: (no mínimo 5 linhas)

**Keywords** ou **Resumen:** (no mínimo 3, intercaladas por ponto final)

Os **Resumos** e sua versão em língua estrangeira deverão ser grafados em **Time News fonte 11 e espaço simples, justificado**. Os autores poderão optar pelo inglês, espanhol ou francês.

- Normas de apresentação do corpo dos textos:

- Digitados em Windows, fonte **Times New Roman tamanho 12, espaço 1,5, com margens de 2,0 cm, formato de página A4, justificado;**



- Dimensão mínima de **15 e máxima de 35 laudas** para artigos, incluídas referências e notas, sendo que para as demais categorias a margem de páginas é livre, sendo dispensados o resumo, palavras-chave, abstract e keywords, porém a referência em rodapé do(s) autor(es) é indispensável.

- Expressões em *língua estrangeira, títulos de obras e trechos de entrevistas* devem ser digitados em *itálico*

- Deve ser **evitado o uso do negrito** para destaque, preferindo-se o *itálico*.

### **Citações no corpo do texto**

- As **citações no corpo do texto, até 4 linhas**, devem estar grafadas em fonte 12, espaço 1,2, **entre aspas** e sem qualquer grifo, seguidas da **referência abreviada** (AUTOR, ANO E PÁGINA). Exemplo (SOUZA, 2008, p. 387), deixando a citação completa para as **Referência** final. Caso a citação tenha sido capturada de outra obra, referencia-se (SOUZA, 2008, *apud* AUTOR, ano e página)

- As **Citações com mais de 4 linhas** devem ser apresentadas em **recoo de 2 cm** da margem esquerda, grafadas em **fonte normal**, Times New Roman Tamanho **11**, com **espaçamento simples** entre linhas e alinhamento **justificado**.

- Quando as citações de corpo de texto ou recuo forem de **transcrição de entrevistas** ou depoimentos devem ser grafadas, sempre, em *itálico*, Times New Roman 12, entre aspas, para corpo do texto, e fonte **11**, com **espaçamento simples** entre linhas e alinhamento **justificado**, para mais de 4 linhas.

- As **ilustrações** devem apresentar título centralizado (parte superior, fonte 12), sendo que na parte inferior da imagem (**fonte 10**), indicativa deve-se indicar a fonte de onde foi retirada, ou autor e ano da foto, se for o caso.

Na **citação documental**, referenciar entre parênteses: (TÍTULO DO DOCUMENTO, local, data e indicação do Arquivo/Acervo)

- As **imagens** devem ser gravadas nas extensões JPG, com resolução de 300 DPI **enviadas em separado**, indicando no texto a sua entrada.

### **Notas de Rodapé**

- As notas de rodapé deverão **ser sempre de natureza explicativa**, grafadas em **Time News, tamanho 10, justificadas**.

### Referências

- As **Referências**, colocadas sempre incluem tanto a bibliografia quanto a documentação e deverão vir no final do texto. A bibliografia deverá ser ordenada em ordem alfabética dos autores (SOBRENOME, nome e pré-nome, seguida do *título (grafado em itálico)* sendo que a documentação por entrada de acervos ou ordenada apenas cronologicamente. **Formatadas à esquerda.**

- Para **notícia, discurso, resenha** não será exigido número mínimo de páginas, deverá conter, na primeira página, as seguintes informações:

\* Título, nome do autor alinhado à direita;

\* Em nota de rodapé ordinal deverá ser colocada: Instituição (Universidade, Departamento, Instituto etc.) – Formação, local de atividade *e-mail*.

### Direitos Autorais

- Os direitos autorais dos artigos publicados pertencerão aos respectivos autores. Os artigos, resenhas e outros deverão ser oferecidos gratuitamente pelo autor ao IHGMT.

### Avaliação dos textos para publicação

- Os textos entregues à publicação serão apreciados pelos membros do Conselho Editorial e Consultivo da Revista, ou por pareceristas *ad-hoc*, especialmente convidados para este fim. Após o processo seletivo, os autores serão informados sobre a situação de sua colaboração via *e-mail*.

### Encaminhamento dos originais:

O material para publicação deverá ser encaminhado via *e-mail* para o seguinte endereço: **bethmsiqueira@gmail.com**, em arquivo (em Word 97-3002 ou Word dotx) anexado à mensagem de encaminhamento, contendo a identificação e endereço postal e eletrônico do remetente no corpo do *e-mail*.

### Revisão dos textos

A **revisão** dos textos pelas normas da ABNT, ortográfica e gramatical, é de inteira responsabilidade do(s) autor(es), podendo esse serviço ser contratado ao IHGMT, por preço simbólico com pagamento por página (R\$ 5,00).

### **Publicação**

A Revista do IHGMT poderá ser publicada **em papel e/ou on-line**. No primeiro caso, cada autor tem direito a 5 exemplares, o mesmo ocorrendo na versão *on-line*. A revista na íntegra será veiculada no site *www//ihgmt.casabarao.com.br*.

O periódico está **cadastrado no IBICT** – Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia e possui ISSN: 1677-0897. Na avaliação pela CAPES, está qualificado em Qualis B3.

As dúvidas deverão ser encaminhadas para **emsiqueira@gmail.com**

## ARTIGOS

